

ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Volumes publicados

1. Pedro Penteadó – *Peregrinos da Memória: O Santuário de Nossa Senhora de Nazaré*. Lisboa, 1998. ISBN: 978-972-8361-12-9
2. Maria Adelina Amorim – *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*. Lisboa, 2005. ISBN: 978-972-8361-20-4
3. *Colóquio Internacional A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu – The Church and the Portuguese Clergy in the European Context*. Lisboa, 2005. ISBN: 978-972-8361-21-1
4. António Matos Ferreira – *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa, 2007. ISBN: 978-972-8361-25-9
5. *Encontro Internacional Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (séc. XII-XIV) – Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th-14th c.)*. Lisboa, 2007. ISBN: 978-972-8361-26-6
6. Rita Mendonça Leite – *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: Da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa, 2009. ISBN: 978-972-8361-28-0
7. Jorge Revez – *Os «Vencidos do Catolicismo»: Militância e atitudes críticas (1958-1974)*. Lisboa, 2009. ISBN: 978-972-8361-29-7
8. Maria Lúcia de Brito Moura – *A «Guerra Religiosa» na I República*. Lisboa, 2010. ISBN: 978-972-8361-32-7
9. Sérgio Ribeiro Pinto – *Separação Religiosa como Modernidade: Decreto-lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-35-8
10. António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (coord.) – *Religião e Cidadania: Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*. Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-36-5
11. Ana Isabel López-Salazar Codes – *Inquisición y política: El gobierno del Santo Ofício en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-39-6
12. Daniel Ribeiro Alves – *Os Dizimos no Final do Antigo Regime: Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)*. Lisboa, 2012. ISBN: 978-972-8361-42-6
13. Hugo Ribeiro da Silva – *O Clero Catedralício Português e os Equilíbrios Sociais do Poder (1564-1670)*. Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-49-5
14. Anísio Miguel de Sousa Saraiva – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-57-0
15. Maria João Oliveira e Silva – *A Escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-54-9
16. Anísio Miguel de Sousa Saraiva e Maria do Rosário Barbosa Morujão (coord.) – *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Lisboa, 2014. ISBN: 978-972-8361-59-4
17. António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva (coord.) – *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares Novos*. Lisboa, 2014. ISBN: 978-972-8361-60-0
18. João Furtado Martins – *Corrupção e incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*. Lisboa, 2015. ISBN: 978-972-8361-65-5
19. João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques (coord.) – *Vozes da vida religiosa feminina: experiências, textualidades e silêncios (séculos XV-XXI)*. Lisboa, 2015. ISBN: 978-972-8361-61-7
20. Luís Leal – *Padre Américo Monteiro de Aguiar e a renovação do Clero português na primeira metade do séc. XX*. Lisboa, 2016. ISBN: 978-972-8361-76-1
21. Luís Carlos Amaral (coord.) – *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto, 2017. ISBN: 978-972-8361-72-3
22. Paulo F. de Oliveira Fontes e Carla Santos (coord.) – *Apostolado de Adolescentes e Crianças em Portugal: história de um movimento*. Lisboa, 2017. ISBN: 978-972-8361-79-2
23. João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques (coord.) – *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos e práticas*. Lisboa, 2017. ISBN: 978-972-8361-77-8
24. António Camões Gouveia, José Nunes, Paulo F. de Oliveira Fontes (coord.) – *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa, 2018. ISBN: 978-972-8361-81-5
25. Adélio Fernando Abreu e Luís Carlos Amaral (coord.) – *Dos Homens e da Memória: Contributos para a história da Diocese do Porto*. Porto, 2018. ISBN: 978-972-8361-84-6
26. Luís Leal – *Padre Américo Monteiro de Aguiar: um “teólogo da ação” no Portugal Contemporâneo*. Lisboa, 2019. ISBN: 978-972-8361-89-1
27. Adélio Fernando Abreu e Luís Carlos Amaral (coord.) – *Entre a Monarquia e a República: Os tempos de D. António Barroso no centenário da sua morte (1918-2018)*. Lisboa, 2020. ISBN: 978-972-8361-90-7
28. Leonardo Cohen (ed.) – *Narratives and Representations of suffering, failure, and Martyrdom: Early Modern Catholicism confronting the adversities of History*. Lisboa, 2020. ISBN: 978-972-8361-93-8
29. António Matos Ferreira (coord.) – *Religião, Sociedade, Estado: 100 anos de Separação. Volume 1*. Lisboa, 2021. ISBN: 978-972-8361-97-6
30. António Matos Ferreira (coord.) – *Religião, Sociedade, Estado: 100 anos de Separação. Volume 2*. Lisboa, 2021. ISBN: 978-972-8361-64-8
31. Adélio Fernando Abreu e Luís Carlos Amaral (coord.) – *Catedrais, Cabidos e Capitulares: Um longo percurso institucional e cultural*. Lisboa, 2021. ISBN: 978-989-53287-1-0

CATEDRAIS, CABIDOS E CAPITULARES:

UM LONGO PERCURSO INSTITUCIONAL E CULTURAL

Título: Catedrais, Cabidos e Capitulares:
Um longo percurso institucional e cultural

Coordenação: Adélio Fernando Abreu e Luís Carlos Amaral

Edição:
Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)
Faculdade de Teologia
Universidade Católica Portuguesa
Rua de Diogo Botelho, 1327,
4169-005 Porto

secretariado.cehr.ft@ucp.pt
www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt



CATÓLICA
CEHR · CENTRO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Conceção gráfica e Execução:
Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

DOI: <https://doi.org/10.34632/9789895328710>

ISBN: 978-989-53287-1-0

Depósito legal: 485031/21

Tiragem: 200 exemplares

Edição apoiada por:



CABIDO
PORTUCALENSE

ADÉLIO FERNANDO ABREU
LUÍS CARLOS AMARAL
(COORDENAÇÃO)

CATEDRAIS, CABIDOS, E CAPITULARES:
UM LONGO PERCURSO INSTITUCIONAL E CULTURAL

UNIVERSIDADE | CENTRO DE ESTUDOS
CATÓLICA | DE HISTÓRIA RELIGIOSA
PORTUGUESA

LISBOA 2021

APRESENTAÇÃO

Estruturas por excelência de representação e aglutinação das comunidades e dos espaços diocesanos, as catedrais revestiram-se ao longo dos séculos de um estatuto muito amplo e diversificado. Do religioso e espiritual ao arquitetónico e estético, passando pelo político, institucional e económico, as múltiplas dimensões da Igreja-mãe da diocese atraíram sempre um enorme interesse, tanto do ponto de vista do estudo científico, como no que respeita ao seu potencial cultural e turístico. Neste contexto, transformaram-se em instituições muito vivas, em permanente processo de ajustamento e adaptação às mudanças eclesiais e litúrgicas e às alterações das sensibilidades e gostos artísticos que os séculos promoveram. Não menos enriquecedor tem sido o conhecimento crescente sobre os cabidos diocesanos e os seus membros. Instituições e personalidades incontornáveis da História de Portugal, desde a sua fundação, e, em particular, da realidade eclesial, cabidos e cónegos manifestaram, por regra, um significativo dinamismo na construção do perfil religioso e cultural das dioceses. Intimamente relacionados, desde muito cedo, com a gestão e manutenção das sedes catedralícias, pareceu-nos fazer pleno sentido que todas estas temáticas se associassem e fossem abordadas no ciclo de 2019 do Seminário de História Religiosa, intitulado, tal como o presente livro, *Catedrais, Cabidos e Capitulares: Um longo percurso institucional e cultural*.

Os textos que a seguir se publicam resultam das conferências proferidas e representam os grandes temas que se procurou contemplar. Maria João Oliveira e Silva abordou a organização do cartório medieval do Cabido Portucalense, a partir do momento da restauração definitiva da diocese, ou seja, com a chegada do bispo D. Hugo entre 1112 e 1114. Para além de elencar o essencial da documentação medieval que chegou até nós, a sua análise debruçou-se também sobre aspetos eminentemente técnicos, de natureza paleográfica e diplomática. Esta dupla via permitiu estabelecer as características maiores e diferenciadoras da produção documental da canónica. Diferentes tipologias documentais, com especial realce para a prevalência dos diplomas de natureza jurídica, foram arroladas, o

que permitiu conhecer não apenas as preocupações materiais desenvolvidas no sentido da preservação do arquivo, mas também o esforço na salvaguarda da memória patrimonial. Ficou claro também quanto o legado medieval representou uma preocupação ao longo do período moderno e contemporâneo, tendo desencadeado ações específicas de reorganização. Não poderíamos deixar de referir que, mercê de uma feliz coincidência, a conferência dificilmente poderia ter sido proferida em lugar mais apropriado, a saber, a sala primitivamente destinada ao arquivo na nova casa do Cabido, erguida nas primeiras décadas de Setecentos.

A grande reforma da Igreja do Ocidente, encetada a partir do século XI, constituiu o pano de fundo para a exposição de Francesco Renzi. Centrado no estudo do “cabido” do papa, isto é, o conjunto de clérigos que mais proximamente assessoravam o pontífice, procurou esclarecer a forma como se foram desenvolvendo e articulando diferentes cargos, funções e títulos. Especial destaque mereceu o colégio cardinalício, que cada vez mais se confundiu com a cúria e que não deixou de reservar em exclusivo para si toda a definição e execução do complexo processo da eleição pontifícia. A figura do cardeal acabou por refletir-se no próprio ordenamento da cidade. Com efeito, na Roma medieval desenharam-se distintos sistemas de circunscrição territorial e de governo dos recursos urbanos que, em última análise, espelhavam as diferentes categorias de cardeais. Emergiu assim uma imagem extraordinariamente diversificada da organização, tanto espacial quanto social e política, da urbe romana.

Os séculos da plena e baixa Idade Média assistiram ao amadurecimento da instituição capitular, constituindo-a não apenas em entidade fundamental do governo diocesano, mas também em estrutura incontornável de interação com as sociedades urbanas. Foi este o desafio que Mário Farelo aceitou, apoiando-se no estudo do Cabido diocesano de Lisboa, desde a sua fundação, na sequência da restauração do bispado em 1147. Duas questões principais atraíram a sua análise. Por um lado, a tentativa de compreender quanto o Cabido se transformou numa instância de exercício do poder e de articulação de poderes, tanto eclesiásticos como leigos. Por outro, a de esclarecer os processos de recrutamento dos capitulares, umbilicalmente relacionados com a estrutura sociopolítica dos centros urbanos. Momento privilegiado de observação constituiu o período do Cisma do Ocidente, tempo durante o qual múltiplas influências de diversificadas origens se entrecruzaram, ultrapassando os limites do reino e contribuindo para a acelerada internacionalização do clero português.

Preocupação crescente da sociedade contemporânea, a preservação e a fruição do património histórico têm já, apesar de tudo, uma história respeitável mais do que centenária. Juntando desde o início a publicação de normas legais com o esforço de sensibilização social, as políticas patrimoniais conheceram em Portugal um forte incremento com a implantação da República. Centrado em particular nos complexos catedralícios, Jorge da Costa dedicou a sua exposição

ao projeto “Rota das Catedrais”, uma das expressões mais visíveis e conseguidas que implementaram o Acordo de Colaboração, firmado entre o Estado português e a Conferência Episcopal Portuguesa, em 2009. Explicitou as potencialidades que resultam do ordenamento jurídico e os casos bem-sucedidos de articulação entre interesses de natureza cultural, patrimonial e cultural, desenvolvidos sobretudo no Norte de Portugal.

Partindo da *Historia Ecclesiastica da cidade e Bispado de Lamego*, publicada em 1877, Nuno Resende desenvolveu uma pesquisa conducente à reconstituição da atividade autoral de vários capitulares lamecenses, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Integrada numa investigação mais alargada, que visa a reconstituição prosopográfica dos cónegos de Lamego, avaliou, neste caso concreto, sobretudo a dimensão cultural e literária destes clérigos oriundos de vários pontos do país e de extração nobre. Os dados alcançados permitiram-lhe ainda avaliar e inscrever estas personagens no ambiente ilustrado do reino, compreender a receção de diferentes correntes culturais mais ou menos eruditas e mais ou menos modernas. Em suma, entrever a literacia que se cultivava na cidade de Lamego do período moderno.

O humanismo renascentista português ficou grandemente marcado pela ação de dois príncipes e cardeais, D. Afonso e D. Henrique, filhos de D. João III. Uma parte muito representativa da sua influência e das suas iniciativas de âmbito cultural teve como palco a cidade de Évora, no decurso do século XVI. Partindo destas duas personalidades e de outras que se lhes foram associando, nomeadamente o celebrado André de Resende, Marta Oliveira tentou demonstrar quanto o ambiente ilustrado que então se vivia na corte, procurou traduzir em obras concretas um conjunto de ideais que muito veio a influenciar os primórdios da reforma católica. Graças a uma sistemática recuperação de uma antiguidade mitificada, devidamente articulada com o tempo que então se vivia, visava-se legitimar os novos tempos e um poder régio cada vez mais rico, imperial e culto. De um certo ponto de vista, Évora transformou-se num verdadeiro laboratório de experiências arquitetónicas, urbanísticas, escultóricas, pictóricas e literárias, muitas delas ainda hoje passíveis de observação.

A revisitação da vida e obra do reconhecido pintor e arquiteto Nicolau Nasoni, permitiu a Giovanni Tedesco construir uma exposição que procurou conjugar as várias fases da formação do artista com a obra realizada, apesar das graves lacunas documentais que ainda hoje subsistem. Considerando aspetos específicos da aprendizagem técnica, como as escolas e os mestres, mas também o horizonte cultural e religioso em que se moveu o homem, muito condicionado pelas suas relações com as instituições eclesiásticas, ficou claro quanto Nasoni deveu às circunstâncias contingentes em que tantas vezes se encontrou. O melhor testemunho é precisamente a sua obra, que conheceu um enquadramento auspicioso, desde que chegou ao Porto e foi respaldado pelos cónegos e pelo Cabido

Portugalense. A partir deste momento, a produção de Nasoni, tanto na conceção como no risco, ganhou densidade e escala, e o pintor de mérito transformou-se em arquiteto de génio.

Caminhos múltiplos, abordagens diversas, carrearam materiais, reforçaram perspetivas antigas e sustentaram novas hipóteses, através das quais somos convidados a ver, a rever e, sobretudo, a observar novamente temáticas, problemas e questões conhecidas e em desenvolvimento. Diante de nós, as instituições multis-seculares das catedrais e dos cabidos, assim como os seus membros, entrelaçados todos na História de Portugal, assumiram outras dimensões, outras cores e outros sentidos.

*Adélio Fernando Abreu**
*Luís Carlos Amaral***

* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal.

** Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal.



Centro de Estudos de História Religiosa - Porto

Seminário de História Religiosa 2019

Catedrais, Cabidos e Capitulares: Um longo percurso institucional e cultural

Programa

18 de fevereiro

A documentação medieval do cabido e o estudo da canónica portugalense

| Maria João Oliveira e Silva (CITCEM-UP)

18 de março

O "cabido" do papa: Bispos, cardeais e clero urbano em Roma, entre os séculos XI e XII

| Francesco Renzi (CEHR-UCP; CITCEM-UP)

29 de abril

A construção de uma catedral no nosso tempo*: O caso da Sé de Bragança

| João Alves da Cunha (CEHR-UCP)

20 de maio

O recrutamento do Cabido da Sé de Lisboa (séculos XII-XV): Um laboratório para o estudo dos poderes no Portugal medievo

| Mário Farello (IEM-NOVA FCSH; CEHR-UCP; CHUL- FLUL-UL)

17 de junho

Rota das Catedrais a Norte: Entre o espaço de culto e o espaço de cultura

| Direção Regional de Cultura do Norte

8 de julho

O restauro das Catedrais portuguesas nos séculos XIX e XX: Conceitos e práticas

| Lúcia Rosas (FLUP; CITCEM-UP)

16 de setembro

Ilustres e ilustrados: Para um estudo das dignidades capitulares letradas e autorais da Sé de Lamego, no século XVIII

| Nuno Resende (FLUP; CITCEM-UP)

14 de outubro

Cónegos e Dignidades da Sé do Porto (1625-1772): Elementos para uma história social

| Hugo Ribeiro da Silva (CEHR-UCP)

18 de novembro

Reforma e Arquitetura. Arte edificatória e exortação cristã pré-tridentina no contexto diocesano de Évora

| Marta Oliveira (CEAU-FAUP)

9 de dezembro

Nasoni e a Igreja Católica: Binómio entre trabalho e espiritualidade

| Giovanni Battista Tedesco (CEHUM - UMinho)

Local e Horário:

| Casa do Cabido - Terreiro da Sé 4050-573 PORTO
| 18.00h - 20.00 (entrada livre)

Contactos:

| Telefone: (+351) 226 196 200
| E-mail: cehr.porto@porto.ucp.pt
| www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt

Organização:



Apoio:





O CARTÓRIO DO CABIDO DA SÉ DO PORTO: DA ÉPOCA MEDIEVAL À ATUALIDADE

MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA

 <http://orcid.org/0000-0002-9104-5241>

Resumo: A preservação da documentação do cabido da Sé do Porto foi uma das preocupações dos homens encarregados do governo da canónica desde a Idade Média. Neste estudo pretendemos, em primeiro lugar, refletir sobre quem, onde e como se fez essa preservação ao longo do tempo, e, num segundo momento, saber que documentação medieval é que se conservou até aos dias de hoje. Esta reflexão conjunta e diacrónica é fundamental para o estudo da própria instituição, uma vez que analisa a evolução dos comportamentos face aos acervos a preservar e as diferentes práticas arquivísticas utilizadas ao longo dos vários séculos.

Palavras-chave: cabido, cartório, práticas arquivísticas.

THE ARCHIVE OF THE CHAPTER OF THE PORTO' SEE: FROM THE MIDDLE AGES TO THE PRESENT

Abstract: The preservation of the documentation of the chapter of See of Porto was one of the concerns of the men in charge of the canonical government since the Middle Ages. In this study we intend, firstly, to reflect on who, where, and how this preservation was made over time, and, secondly, to know what medieval documentation has been kept until today. This joint and diachronic reflection is fundamental for the study of the institution itself since it analyzes the evolution of behaviors concerning the collections to be preserved and the different archival practices used over several centuries.

Keywords: chapter, archive, archival practices.

O CARTÓRIO DO CABIDO DA SÉ DO PORTO: DA ÉPOCA MEDIEVAL À ATUALIDADE

MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA*

1. Introdução

Com a sua chegada ao Porto, entre 1112 e 1114, D. Hugo iniciou um necessário processo de restauração da diocese que envolveu vários vetores, nomeadamente, a organização do território, a administração de direitos e bens, o estabelecimento de relações com as dioceses vizinhas e com a Cúria Pontifícia. Para o ajudar na concretização de todo este processo, D. Hugo rodeou-se de um conjunto de clérigos, que, presumivelmente, terão vindo com ele de Santiago de Compostela, os quais se ocupariam, antes de mais, da formação e constituição do cabido. Mas para que todo este processo se tornasse concretizável, uma coisa se revelou essencial: a escrita. Com efeito, a elaboração de documentos tornou-se, no momento imediato à restauração, numa necessidade absoluta. Por essa razão, rapidamente se organizou um serviço encarregue da produção documental, nascendo, assim, a chancelaria da Sé. Mas no mesmo momento em que se criou a necessidade de escrever, também se criou a necessidade de guardar os escritos, tanto os feitos na Sé, como os que chegavam de fora: de papas, reis, bispos, legados pontifícios, etc. Ou seja, escrever e conservar documentos caminharam, logo de início, a par e passo.

Neste estudo pretende-se apresentar a documentação medieval do cabido e da Sé do Porto que ainda hoje se conserva, e que é fundamental para o estudo destas instituições. Procuraremos, também, tentar conhecer a evolução dos comportamentos face a este conjunto documental e a outros acervos guardados pela canónica, assim como as práticas arquivísticas utilizadas pelos seus responsáveis ao longo dos vários séculos.

* Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal.

2. Os inventários de 1820 e 1827

Em 1911, o cartório do cabido, guardado na sala do arquivo capitular (no 2.º piso da Casa do Cabido) foi dividido, sendo uma parte da documentação aí conservada transferida para a Biblioteca Pública Municipal do Porto¹, e outra para o Arquivo da Comissão Auxiliar da Administração dos Antigos Bens Culturais do Bairro Oriental da cidade². Da forma como estaria organizado nessa data, dá-nos conta um inventário realizado cerca de um século antes, em 1820, sob a supervisão do cónego cartorário Bento de Mena Falcão³. Mas este inventário parece refletir uma realidade vinda desde finais da centúria anterior. De facto, vários dados nos apontam para que nas últimas décadas de Setecentos se tenham feito remodelações no cartório. Estas remodelações parecem coincidir com as mudanças realizadas na Sé, desde os inícios do século XVIII, e que levaram à construção, entre 1717 e 1722, da nova casa do cabido, contemplando, o 3.º piso da mesma, uma divisão cuja finalidade era a de ser a nova «casa do cartório»⁴. No caso específico do cartório, a urgência da criação de um novo espaço prendia-se com o facto de antes se encontrar num lugar muito húmido (nas dependências do cabido que eram no claustro, por cima da capela de Nossa Senhora da Piedade ou de Santa Catarina) o que «cauzou muito damno aos papeis do archivo, principalmente estando este metido em almarios nas paredes por não haver área capaz para se por fora dellas»⁵.

A nova sala do cartório, segundo os *Apontamentos* feitos aquando do contrato de obra de 1709⁶, deveria ter «dezanove [palmos] de comprido e desassete de largo e de abobedas e faixas na forma desta [casa do cabido]»⁷. Estando a obra terminada, «papeis e livros» do arquivo foram colocados «em huas estantes de madeira de castanho fichadas e apartadas das paredes», segundo um relatório feito após as obras⁸. Não foi possível encontrar no *Livro de Despesas da Mitra do*

¹ A 18 de outubro de 1932 esse acervo viria a ser incorporado no Arquivo Distrital do Porto (ADP), instituição que fora criada a 27 de junho de 1931, mas só “aberta” em fins de março de 1932.

² Para este arquivo seguiram os livros que diziam respeito aos foros, laudémios e censos do Cabido para que estes pudessem ser cobrados pelo Estado através da referida Comissão.

³ ADP, Cartório do Cabido, n.º 1.

⁴ Flávio Gonçalves – *A construção da actual Casa do Cabido da Sé do Porto*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1970; José Augusto Ferreira – *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto (Fastos episcopais e políticos) (século VI- século XX)*. Tomo II. Braga: Cruz e C.ª, 1924, p. 307-308, Maria Leonor Botelho – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 30-31.

⁵ Flávio Gonçalves – *A construção...*, p. 11.

⁶ Estes *Apontamentos* foram parcialmente publicados por Flávio Gonçalves – *A construção...*, p. 12-29.

⁷ Flávio Gonçalves – *A construção...*, p. 17.

⁸ Publicado por A. Magalhães Basto – *A Sé do Porto*. Documentos inéditos relativos à sua igreja. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. III / N.º 2 (1940), p. 262.

Porto, relativo aos anos de 1717 a 1726⁹, qualquer referência ao valor despendido na construção destas estantes, referindo-se, no entanto, o valor de 70\$000 réis pago a Manuel de Aguiar Delgado, correeiro, «das obras dos bancos e menza da caza do cabido»¹⁰. Também múltiplas vezes se indicam os valores pagos aos carpinteiros responsáveis pelas obras da casa do cabido¹¹, bem como pela madeira destinada a essas mesmas obras, e que poderia ter servido para construir as estantes. Estas estantes, que, entretanto, desapareceram do seu lugar original, poderão ter sido leiloadas juntamente com o restante mobiliário e outras peças confiscadas pelo Estado, na senda da *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, de abril de 1911¹².

Mas retomando o inventário de 1820, diz-se que o cartório estava distribuído por armários (seriam as referidas estantes fechadas), das letras «A» a «F», tendo alguns deles entre um e três bancos. Os armários respeitavam a seguinte organização temática: os quatro armários da letra «A» incluem, nos dois primeiros, vários roteiros (de todos os fundos do cartório), destacando-se, no Armário n.º 2 um saquinho de estopa com o título: «Selos de pergaminhos que se encadernaram». Nesta letra estava ainda o Armário n.º 3, destinado a forais, tombos e assentos, distribuído por dois bancos, encontrando-se no segundo deles o *Censual do Cabido*. O 4.º Armário da letra «A» era composto também por dois bancos e neles se depositaram 30 livros de pergaminhos, designados então, como ainda hoje, por *Originais*. Nos quatro Armários da letra «B» guardavam-se várias dezenas de livros e de cópias de livros de prazos, sendo o mais antigo de 1479. Nos quatro Armários da letra «C» estavam depositados 95 livros de sentenças (faltando os livros 36 e 90). Por seu lado, dos quatro Armários da letra «D» dois destinavam-se a livros de sentenças, um a regalias e padroados, e outro a inquirições *de genere*. Os três Armários da letra «E» serviam para guardar os documentos relativos a portagens e votos, estando estes distribuídos por bancos. Relativamente aos três Armários da letra «F», é referido no inventário que continham documentação variada, estando no primeiro os livros de demandas do cabido, no segundo (cinco) livros de dízima e no terceiro vários livros relativos à fábrica.

Para além deste lugar, o cabido guardava documentação no chamado «cartório pequeno do claustro», como comprova um inventário feito em 1827¹³. Este

⁹ ADP, Cartório da Mitra da Sé do Porto, Liv. 112.

¹⁰ Numa referência de 23 de dezembro de 1722 (Flávio Gonçalves – *A construção...*, p. 48).

¹¹ Eram eles Pantaleão da Fonseca, Manuel da Costa e Manuel André (Flávio Gonçalves – *A construção...*, p. 35).

¹² Sobre esta questão veja-se, por exemplo, Jorge Fernandes Alves – *Liberdade de consciência, liberdade de cultos: o papel da lei da separação do estado das igrejas* (1911). *CEM: Cultura, Espaço & Memória*. N.º 3 (2012), p. 13-28, e Sérgio Ribeiro Pinto – *Separação religiosa como modernidade: Decreto-lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011.

¹³ ADP, Cartório do Cabido, n.º 3.

cartório poderia estar localizado na zona ocidental da antiga casa do cabido, ou seja, por cima da capela de Nossa Senhora da Piedade, que só viria a ser demolida no restauro de 1930-1940¹⁴. No entanto, é mais provável que se localizasse no pequeno claustro superior¹⁵, também designado nos documentos por «varanda», onde se rasgou uma porta de entrada para o cartório (na extremidade sul/ocidental) entre 1717 e 1718¹⁶.

Nesse inventário do cartório pequeno é referida a existência de quatro estantes, das letras «A» a «D». Nos quatro bancos da estante «A» encontravam-se sete maços e 44 livros da Fazenda; nos quatro bancos da estante «B» estavam 28 maços de livros e 22 livros soltos de pagamento de portagens e redízima; na estante «C» guardavam-se, em quatro bancos, algumas dezenas de livros e maços relativos a contas, recibos, despesas, reservando-se o «Banco 6.º» para «vários livros impressos pouco recomendáveis, entre elles se achão algumas obras de Sto. Tomhaz; Dionysii Halicarnasis *Antiquitatum sive Originum Romanorum*, Libro XI, impresso em Basilea em 1532»¹⁷; na estante «D» foram depositados, em quatro bancos, 16 maços e cerca de 20 livros de aposentadorias, benesses e mesadas, destinando-se o «Banco 6.º» dessa estante a «varios livros impressos, entre [os quais] se achão obras de S. Thomaz, *As Constituições do bispado de Lamego; Os elementos de Geometria* de Euclidis; *Cerimonial dos bispos*, etc. etc. etc.»¹⁸.

A análise destes dois inventários mostra que a distribuição da documentação do cabido, feita a partir do século XVIII, valorizava o critério administrativo como elemento norteador da arrumação do cartório, em detrimento do antigo critério que se fundamentava na localização geográfica dos bens e propriedades descritos num determinado livro, papel ou pergaminho. Por exemplo, em 1782, um grande número de pergaminhos, antes incluídos em diversos maços, já estavam unidos em pastas, ou «livros» sob a designação de *Livros dos Originais*¹⁹.

Esta mudança de paradigma de arrumação parece não ter sido o mais consensual. De facto, o próprio responsável pela elaboração do inventário de 1820,

¹⁴ Flávio Gonçalves – *A construção...*, p. 66. Apesar de, supostamente, este espaço servir apenas para os beneficiados e capelães nela guardarem e vestirem as suas sobrepelizes (A. Magalhães Basto – *A Sé do Porto...*, p. 260, n.º 1).

¹⁵ Este claustro remontava ao século XVII, ao período de *sede vacante* de 1647-1659 (Flávio Gonçalves – *A construção...*, p. 56-57).

¹⁶ Flávio Gonçalves – *A construção...*, p. 57. A. Magalhães Basto – *A Sé do Porto...*, p. 233, data a construção deste claustro em 1719.

¹⁷ ADP, Cartório do Cabido, n.º 3, fl. 8.

¹⁸ ADP, Cartório do Cabido, n.º 3, fl. 11.

¹⁹ Esta indicação foi recolhida numa certidão de 5 de agosto de 1782, feita por João da Costa Lobo, escrivão dos Reis Direitos da Portagem da cidade do Porto, que se deslocou ao cartório do cabido onde lhe foi presente o «Livro Sexto dos Originais», e de onde copiou uma bula que ainda hoje se encontra no dito livro (Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscrito 1341, fls. 122-130, ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1664, fl. 30).

o Pe. Luís de Sousa Couto, ao referir-se ao roteiro e ao inventário que descreviam a organização do cartório na sua antiga disposição, diz o seguinte: «Mostra [o roteiro] a antiga ordem em que esteve o cartório. Sendo hum Índex Geral delle na maior parte geographico. Oxalá se tivesse até hoje conservado no mesmo sistema», e acrescenta: «Mostra bem [o inventário] o antecedente e antigo estado do cartório, e como ele se faz inútil quando tudo no cartório mudou de face. Sendo para lamentar que tanto trabalho, como o que se empregou em fazer os roteiros, e reduzir a livros os antigos maços de papeis e pergaminhos, só tenha servido para fazer complicado um cartório tão compreensível...»²⁰. O mesmo Pe. Luís de Sousa Couto reforça ainda a sua crítica, dizendo: «...a multiplicidade de trabalhos mal dirigidos no arranjo do cartório... não tem de modo algum multiplicado, antes complicado as utilidades que deveriam resultar de tais trabalhos...»²¹. Ou seja, nos inícios do século XIX, o cartório do cabido, aos olhos dos seus responsáveis, parece ter sofrido um retrocesso de organização (no século XVIII) face ao seu estado anterior.

3. O inventário de [1654-1674]

Antes da instalação do cartório numa sala da nova casa capitular, o mesmo encontrava-se nas dependências da canónica situadas, como já se referiu, por cima da capela de Nossa Senhora da Piedade ou de Santa Catarina, localizada no claustro da Sé. Essas instalações estavam incorporadas nas obras feitas durante o episcopado de D. Frei Marcos de Lisboa (1582-1591), e que contemplaram a construção da casa do cabido, e dentro dela de uma secretaria e de um arquivo²². Este arquivo, segundo informações recolhidas nos *Apontamentos* de 1709 e já citadas, estava metido em armários nas paredes, por não haver área suficiente para se por fora delas, situação que, aliada a problemas de humidade, teria levado à danificação de papéis aí conservados.

Um inventário não datado, mas datável de [1654-1674]²³, descreve, precisamente, o cartório quando se encontrava nessa antiga casa do cabido. Assim, nesse momento, o arquivo estava arrumado em quatro gavetas e um «almario». Quanto à localização destas gavetas: a 1.^a estava «da parte do paço do bispo», a 2.^a «debaixo do almario da banda do paço do bispo», a 3.^a e a 4.^a gavetas «debaixo do almario do meo» («pera a parte do claustro»). Dentro de cada uma delas encontravam-se maços, macetes e macinhos, estando estes atados aos primeiros por «fio de

²⁰ ADP, Cartório do Cabido, n.º 1, fls. 7v e 8.

²¹ ADP, Cartório do Cabido, n.º 1, fls. 8 e 9.

²² José Augusto Ferreira – *Memórias archeológico-históricas...*, p. 185.

²³ ADP, Cartório do Cabido, n.º 2. O inventário é necessariamente posterior a 1654, uma vez que na listagem sequencial de prazos e de outros documentos essa é a data do último registo, e deverá ser anterior a 1674, dado que os registos dessa data são de letra/mão diferente e posterior.

barbante». Os maços, num total de 26, estavam distribuídos do seguinte modo: na 1.^a gaveta os maços 1 a 3, na 2.^a os maços 4 a 10, na 3.^a os maços 11 a 14 (e os macetes 1 a 18), na 4.^a os maços 15 a 19, e no «almario 1.^o», mais concretamente «dentro do almario do meo em cima à mão direita», estavam os maços 20 a 26. Em relação ao seu conteúdo: na gaveta 1.^a estavam os maços referentes aos Votos de Santiago, a Válega, Ovar e Cabanões; na gaveta 2.^a os documentos de Lobão, Canedo, Vila Nova, Gaia, Canidelo, Comarca da Feira, Comarca da Maia; na gaveta 3.^a os de Penafiel, Sobretâmega, e os instrumentos relativos a bens localizados noutros bispados; na gaveta 4.^a os da cidade do Porto. O armário 1.^o obedecia a outro critério de organização, estando nele arrumados os documentos relativos a testamentos, censos, cumprimentos de aniversários, privilégios e sentenças. Neste armário estava ainda a livraria do cabido e dentro dela, no «almario do meo», guardava-se o *Censual do Cabido*²⁴.

Esta organização, como referido, alterou-se por completo na passagem do arquivo para a nova casa do cabido. No entanto, ainda hoje é possível encontrar vestígios desta arrumação, nomeadamente as cotas no verso dos documentos que remetem, precisamente, para os ditos maços e macetes. Num caso foi possível reconstruir praticamente todo o antigo maço 20, que estava no armário 1.^o, com o título de «pergaminhos e papeis toquantes a fazendas e censos que pessoas diversas deixarão a este cabido», e que, inicialmente, continha um total de 47 documentos. Estes documentos encontram-se atualmente dispersos por dois *Livros dos Originais*, o livro 1678 (que tem 24 destes pergaminhos²⁵) e o livro 1686 (que tem outros 21²⁶), faltando apenas dois (os números 15 e 45). Existem também, em vários documentos, indicações como: «Quem desatar este maço torne-ho atar»²⁷, ou, «está este maço no almario do meo a mão direita em cima»²⁸.

4. A organização/conservação dos documentos na Época Medieval

Desconhecemos a localização do cartório antes dos finais do século XVI, ou seja, antes de estar nas dependências da canónica no claustro. Contudo, é provável que no período medieval o mesmo se situasse no tesouro, à semelhança do que sucedeu em tantas outras instituições eclesíásticas. A data tópica de vários

²⁴ A transcrição da livraria do cabido encontra-se publicada em Maria João Oliveira e Silva – *A escrita na catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2013, p. 345-349.

²⁵ Designadamente os fols. 1, 2, 4, 6, 9, 11, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 38, 39, 41, 44 e 46.

²⁶ Nomeadamente os fols. 3, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 18, 22, 23, 24, 25, 27, 32, 35, 36, 37, 40, 42, 43 e 47.

²⁷ ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1687, fols. 11 e 65.

²⁸ ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1680, fl. 7, referindo-se ao antigo maço 23, de que, aliás, servia de capa, uma vez que possui o título: «Privilegios. Contem pergaminhos de privilegios concedidos ao cabido».

documentos, episcopais e notariais, indica que foram feitos «no thesouro da dicta Igreja»²⁹, e até no seu sobrado³⁰. Um documento de 1379 diz que uma doação fora feita «no logu hu soiha de seer o tesouro e ora chamam o cabidoo novo»³¹. Este «cabidoo novo» deveria localizar-se no claustro gótico, adjacente à atual sacristia (e antigo tesouro)³². Mas o local de “feitura” de um documento poderia não coincidir com o seu lugar de guarda.

Sabe-se, igualmente, que o arquivo podia partilhar o espaço com o *armarium* ou biblioteca, e, com efeito, em 1307, o cabido fez pôr dois públicos instrumentos *in biblioteca* pela mão de Francisco André, tabelião do Porto, sendo esta a referência concreta mais antiga ao lugar onde se guardavam/arquivavam os documentos na Sé³³.

A escassez de dados relativos à localização do arquivo episcopal repete-se no que se refere ao acondicionamento dos atos escritos na Época Medieval. Arcas, uchas, caixas, cofres e escaninhos³⁴ eram os locais mais comuns para a guarda quer de livros quer de cartas, quer também de outros bens considerados valiosos (tais como relíquias³⁵, paramentos, alfaias litúrgicas)³⁶. No tesouro da Sé do Porto

²⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), OSB, S. Cristóvão de Rio Tinto, mç. 4, p. 3, s./n., ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1666, fl. 9, 1679, fl. 18, 1684, fl. 16 (inserto), 1678, fl. 23.

³⁰ Nesse lugar foi feito um instrumento a 18 de outubro de 1364 (*Corpus codicum latinorum et portugalsium corum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum*. Portucale: Curiae Municipalis editum, 1968, Vol. VI, fasc. III, doc. 12).

³¹ ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1678, fl. 23.

³² Maria Leonor Botelho – *A Sé do Porto...*, p. 24 e 30-31.

³³ ADP, Mitra, Pergaminhos, doc. 13; *Censual do Cabido da Sé do Porto: Códice membranáceo existente na Bibliotheca do Porto*. Ed. de João Grave. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1924, p. 424-430.

³⁴ Apenas para citar um exemplo, em 1312 o chantre Vicente Domingues, no seu testamento, instituiu duas capelas às quais legou, entre muitos outros objetos e dinheiro, uma «arca francês» (*Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*). Maria do Rosário Morujão, coord. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 568-574). Vejam-se outros casos de móveis legados por prelados e clérigos das catedrais portuguesas medievais (até 1325) na obra *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*.

³⁵ Quando, em 1372, Francisco Domingues tomou posse como abade de Pedroso, entre outros objetos foram-lhe entregues «tres arcas argenteas cum reliquiis sanctorum» (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Gav. 8A, mç. 3, n.º 130).

³⁶ Como afirma Michael Clanchy: «Documents, books, relics of the saints and jewellery were not usually kept in places distinct from each other, because they were often physically joined together, and the difference between writings and other precious objects was not as obvious as it is to a modern literate» (M. T. Clanchy – *From memory to written record. England 1066-1307*. Oxford, USA: Blackwell Publishing, 1993, p. 155). Sobre a conservação documental, em geral, e sobre estas peças de mobiliário em instituições portuguesas, em particular, veja-se Maria José Azevedo Santos – As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (séculos XII-XIV). In Maria Helena da Cruz Coelho *et al.*, ed. – *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 237-242; Maria José Azevedo Santos – *Da Visigótica à Carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT, 1994, p. 26-31. Para o uso destas mesmas peças em instituições europeias, eclesíásticas e outras, veja-se, Jean-François Genest – Le mobilier des bibliothèques d'après les inventaires médiévaux. In Olga Weijers, ed. – *Vocabulaire du livre et de l'écriture au moyen âge. Actes de la table ronde Paris 24-26 septembre 1987*. Turnhout: Brepols, 1989, p. 136-141.

existia uma arca que tinha duas chaves³⁷, e que, em finais do século XIV, existia alguém encarregado da sua guarda³⁸. A informação mais relevante sobre este móvel, enquanto lugar de depósito documental, e ao próprio arquivo da catedral, é da primeira metade do século XVI, mas cremos que pode refletir uma realidade anterior:

«As quães semtemças doações comtratos confirmações foraes cartas e espreaturas e cousas atras declaradas estam todas na arqua que esta na casa e livraria do cabido em que outrosy estam todalas matricolas das ordeens que se deram no bispado de cimquenta annos a esta parte com tres chaves hũa que tem o bispo quamdo esta presente no bispado e quando he ausemte fica ao seu provisor e vigairo gerall e outra tem o chamçarel do cabido e outra ao esprivam da camara do bispado, afora outras tres chaves de portas do dito cartoreo e cabido que tem o chamçarel dele e porteiro do cabido»³⁹.

Como referido, já em 1307 os dois espaços, biblioteca e arquivo, parecem compartilhar o mesmo lugar. No excerto apresentado, um dos responsáveis pelo cartório, e que possuía uma chave, é o chanceler. Compreenderia este cargo também o de arquivista ou *cartarius*? Na realidade não existe qualquer dado que permita afirmar ou infirmar esta ideia. O que se sabe é que o título de *cancellarius* surge na documentação da Sé do Porto em 1298, e depois, de forma muito escassa, ao longo do século XIV⁴⁰. Sob a sua tutela estaria a chancelaria, isto é, tudo o que se relaciona com a produção documental, e, por essa razão, não se estranha que tivesse um papel ativo também na guarda e conservação dos documentos. Por outro lado, não será de afastar a hipótese de, durante algum tempo, ter sido o tesoureiro o responsável pelo arquivo, uma vez que suspeitamos que este tenha integrado o tesouro catedralício⁴¹.

Na catedral portuense, tal como em muitas outras instituições eclesiásticas, reproduzir e copiar documentos foram as fórmulas mais antigas para preservar e

³⁷ Referida em 1398 (ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1673, fl. 23).

³⁸ Em 1390 surge como testemunha de uma posse de bens imóveis do cabido um Gonçalo Eanes clérigo do tesouro (ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1667, fl. 441), surgindo de novo em 1392, também como testemunha de uma posse, sendo referido como o «que guarda o tesouro da See» (ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1688, fl. 2v).

³⁹ Referência colhida no *Censual da Mitra do Porto* de 1542, fl. 250, estudado e publicado integralmente por Cândido Augusto Dias dos Santos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto – Documentos Memórias para a História do Porto, vol. XXXIX, 1973.

⁴⁰ Veja-se Maria João Oliveira e Silva – *Scriptores et Notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008, p. 63-64, e Maria João Oliveira e Silva – *A escrita na catedral...*, p. 19-22.

⁴¹ Sobre esta dignidade, que aparece na documentação desde 1119, veja-se Maria João Oliveira e Silva – *Scriptores et Notatores...*, p. 48-49 e Anexo 3.

conservar o património escrito/material. As *chartae antiquae*, como são designadas pelos notários⁴², foram copiadas de várias maneiras: através de cópias autênticas, públicas-formas, cópias judiciais, cópias simples, mas também em livros e cartulários, fruto da noção tradicional de «safety in numbers»⁴³.

As públicas-formas abundam nos fundos do cabido. Requeridas por membros da canónica, ou outros, dadas por autoridade eclesiástica ou civil, justificadas pelo medo de perda do original por causa da água, do fogo, da traça, de qualquer infortúnio, dos perigos de uma viagem, assim como pelo receio da quebra de selos, de suspensões ou «chancelas». Justificadas ainda pelo estado de conservação do documento, razão esta apontada em 1329, pelo chantre do Porto Rodrigo Eanes, para pedir o traslado do testamento de um dos seus antecessores, que, segundo ele:

«avya muyto que fora feyto e era tanjido de traça a logares assy come parecia e se queria esconder e somir a letera de guisa que se se non traladasse logo que a pouco tempo non se poderia leer nem traladar e perderssya e verrya a cajom⁴⁴ a dicta manda e non se fariam nem compririam as cousas que na dicta manda eram contheudas»⁴⁵.

Nesta altura o testamento, do qual se viria a perder o original, tinha sido feito há 47 anos. A referência à traça e à letra que se sumia provam que o pergaminho não estaria conservado nas melhores condições.

Em ocasiões específicas, principalmente durante processos judiciais, para além de públicas-formas, usou-se como prática de salvaguarda documental a elaboração de livros onde se copiava determinado tipo de instrumentos, muito provavelmente com o propósito de não se retirarem os originais de dentro do arquivo. Assim aconteceu em 1354, durante a grande contenda entre o bispo D. Pedro Afonso e o cabido, de um lado, e o rei e o concelho, do outro⁴⁶. No dia 12 de julho de 1354, o prelado e os cónegos apresentaram, entre outros instrumentos, «huum livro de dez e oito folhas de pergaminho no qual parecia que jaziam scriptos os theores de cartas e privilegios, e huum livro scripto em vinte

⁴² O termo *antiquae* tanto foi usado para designar documentos que, na altura em que são copiados, têm mais de 122 anos, como no caso de uma doação de abril de 1180 copiada numa pública-forma de outubro de 1302 (ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1688, fl. 30), como para outros que tinham menos de 37 anos, como no caso de uma doação de outubro de 1264 copiada numa pública-forma de julho de 1301 (AUC, Gav. 8, mç. 2, n.º 47). Não se pode, deste modo, atribuir-lhe uma noção temporal precisa.

⁴³ M. T. Clanchy – *From memory to written record...*, p. 157. Desta noção passar-se-ia à de «central archive at the treasury».

⁴⁴ Significando esta palavra dano ou desastre.

⁴⁵ ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1688, fl. 32.

⁴⁶ Sobre esta contenda veja-se Rui Ramos – O Poder e a História no Livro da Demanda do Porto de 1354. *Estudos Medievais*. N.º 3/4 (1983/84), p. 3-92.

e sete folhas de pergaminho que pareciam que eram enformaçoens»⁴⁷. Ainda antes do julgamento, os homens da Sé mandaram fazer duas públicas-formas iguais, ambas ainda hoje conservadas no fundo do cartório do cabido, contendo mais de 40 documentos (entre bulas, doações, confirmações, etc.), dos quais a maioria só se conhece por intermédio destas cópias⁴⁸. Para além destas cópias, e ainda na senda deste conflito, foi produzido na Sé um cartulário designado, posteriormente, por *Censual do Cabido*⁴⁹, no qual se copiaram integralmente mais de 300 documentos.

Existiriam no cartório catedralício outros livros de cópia e/ou de registo, como comprovável pela seguinte referência: a 26 de novembro de 1307 foi pedido, pelo chantre e tesoureiro do Porto, que se copiassem os registos das visitas feitas pelo bispo D. Geraldo (1300-1307) ao mosteiro de Canedo, dizendo o tabelião, encarregue da cópia, que encontrou esses registos «in libro domni episcopi memorati»⁵⁰

5. A documentação medieval do cabido na atualidade

Os dados apresentados mostram que a preservação de documentos (em pergaminho ou em papel) e de livros (de cópia, de registo ou outros), a par da necessidade de criar espaços adequados à sua guarda e de definir práticas de conservação dos acervos, foram preocupações constantes dos membros do cabido do Porto ao longo das centúrias. Estas preocupações deram os seus frutos. Apesar das várias mudanças de instalações do cartório (dentro da Sé e fora dela) e das diferentes práticas de arquivo, a verdade é que se conseguiram preservar um conjunto documental e um códice extremamente importantes para o estudo do cabido, e não só, no período medievo, nomeadamente, os *Livros dos Originais* e o *Censual do Cabido*.

O primeiro é um conjunto de cerca de um milhar de pergaminhos medievais e modernos, mas maioritariamente medievais, datados entre 1130 e 1826, e que incluem, muitos deles, cópias de documentos igualmente datados dos inícios do século XII. Atualmente estes pergaminhos estão distribuídos por 30 livros e a sua descrição pode ser copiada da que se encontra no já citado do inventário de 1820:

«sem ordem alguma ou sistema se achão empastados e cozidos a huma capa de pergaminho, formando huma embrulhada fastidiosa a tractar-se. Elles, no entanto, contêm na sua generalidade os melhores e mais antigos titulos do illustrissimo cabido, muito (*sic*) dos quaes são copias authenticas extrahidas da

⁴⁷ *Corpus Codicum... Autos e sentenças...*, 1917, vol. II, p. 33-133.

⁴⁸ Datam de 1343.06.23 (ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1664, fl. 72 e Pergaminhos Vários, 1658, fl. 3).

⁴⁹ ADP, Cartório do Cabido, 1656.

⁵⁰ ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1683, fls. 8 e 25 (inserto).

Torre do Tombo [...]. Ficão os ditos [pergaminhos] em 10 pastas de papellão com o título: Originais, e em cada huma a designação numérica dos Livros que lhe pertencem. São os Originaes: volumes 30, em des pastas»⁵¹.

As várias centenas de *Originais* são, tipologicamente, muito diversas: desde documentos régios (doações, confirmações, alvarás, sentenças) a pontifícios (bulas e breves), passando por atos episcopais (sentenças, contratos, instituições de reitor) e por instrumentos notariais (prazos, compras e vendas, testamentos, doações, aforamentos, escambos, contratos), etc.

De menor dimensão, mas não de menor importância, é o *Censual do Cabido*. Elaborado no período entre 1340 e 1350, contém mais de 300 documentos, com datas entre 875 e 1342, dos quais apenas uma pequena percentagem se conserva, nos dias de hoje, na sua versão original⁵². Por outro lado, a comparação entre os que existem no cartório capitular e que não foram copiados, e aqueles que o foram, permite afirmar que houve uma seleção clara do que devia e do que não devia integrar o cartulário, o que reflete um bom conhecimento do acervo guardado no arquivo e um comportamento específico, dos responsáveis da canónica, face à preservação da memória material. Este códice representa, na atualidade, mais de 65% do total de documentos feitos até 1342, conservados no cartório do cabido. À semelhança de outros cartulários congéneres europeus, o *Censual* está dividido em seis partes (ou títulos), e a divisão é, antes de mais, temática. Uma ressalva para o facto de não se conservar a primeira parte deste primeiro livro. O códice que nos chegou começa, então, com a *Secunda Pars Libri Primi. De Privilegiis* e inclui documentos pontifícios e episcopais. Segue-se a *Tertia Pars Primi Libri. De Patronatibus Ecclesiarum*. Esta parte é a única que tem divisões, e é a maior de todas, contendo instrumentos relativos aos padroados das Terras da Maia, de Gondomar, de Sousa, de Benliver, de Baião, de Penaguião e de Santa Maria. A 4.^a parte do cartulário tem por título *De Compositionibus*, e insere composições e pactos, todos relativos a questões de padroados, direitos e bens de igrejas. Na 5.^a parte estão reunidos os *Testamentis et Capellis*. Começa esta parte com uma lista elaborada por João da Guarda, a partir de «libris antiquyssimis», dos aniversários, e respetivos legados, dos cinco primeiros bispos do Porto, ordenados cronologicamente: D. Hugo, D. João Peculiar⁵³, D. Pedro Rabaldes, D. Pedro Pitões e D. Pedro Sénior. É interessante verificar a preocupação do compilador em recolher estes dados para os incluir no cartulário: nessa altura já não deveriam existir os originais dos testamentos ou doações destes prelados, mas apenas estas

⁵¹ ADP, Cartório do Cabido, n.º 1, fls. 21-21v.

⁵² Sobre este cartulário veja-se Maria João Oliveira e Silva – *A escrita na catedral...*, p. 183-200.

⁵³ Esta referência surge na margem junto ao local onde deveria estar, ou seja, entre as de D. Hugo e de D. Pedro Rabaldes, e foi escrita pela mesma mão (ADP, Cartório do Cabido, 1656, fl. 102).

informações⁵⁴. Esta recolha de dados parece corroborar a ideia de planeamento prévio à elaboração do *Censual* feito pelo próprio João da Guarda («ego... inveni in libris antiquissimis»). A 6.^a e última parte do cartulário trata das divisões entre o bispo e o cabido «et de aliis ordinationibus ecclesie cathedralis»⁵⁵. Mais uma vez, na ausência de documentos sobre determinado assunto, João da Guarda faz um ponto da situação, neste caso não através de uma lista, mas de um relato de acontecimentos. Por ele é explicado ao leitor que após a morte de D. Fernando Martins, em 1185, fora eleito D. Martinho Pires, antigo deão de Braga, e que ele criara na Sé quatro dignidades (deão, chantre, mestre-escola e tesoureiro) dando-se a conhecer os respetivos nomes. No mesmo momento foram extintos 10 arcediagados (Santa Maria, Maia, Refojos, Aguiar, Penafiel, Lousada, Gouveia, Benviver, Baião e Penaguião) cujos rendimentos foram distribuídos pelas mesas episcopal e capitular e pelas dignidades então criadas. É também relatado que D. Martinho Pires dividiu todos os rendimentos e proventos do episcopado em três partes (duas para o bispo e uma para o cabido), e que lhe sucedeu D. Martinho Rodrigues, antigo tesoureiro do Porto. Este último terá então decidido anular a divisão, e que tal decisão levou o cabido a recorrer ao arcebispo de Braga (antigo bispo do Porto)⁵⁶. Ainda antes de copiar a decisão arcebispal⁵⁷, João da Guarda apresenta uma «notitia»⁵⁸ sobre as divisões de terras e bens, separando as do bispo e as do cabido⁵⁹. Para além de uma preocupação prática, relacionada com a gestão de bens e rendimentos, a inclusão do relato e da notícia parece revelar por parte do compilador (e/ou de quem ordenou a execução do cartulário) uma preocupação historiográfica, de preservação da memória. Lembramos que as rendas do bispado estiveram embargadas pelo rei entre 1348 e 1355, situação que poderia levar ao «esquecimento», por parte de indivíduos ou instituições, do pagamento de censos e prestações à Sé.

Para além deste primeiro livro, parece ter sido pensado um segundo onde se copiaria documentação régia. E, de facto, logo após o início da cópia da doação de D. Teresa do burgo do Porto ao bispo e à Sé, a transcrição é interrompida indicando-se «et cetera. Ut notatur in titulo de Jurisdictione Civitate Libro

⁵⁴ O mais antigo *Livro dos legados, missas e anniversarios que he obrigado satisfazer o Reverendo Cabido* (que tem a cota: ADP, Cartório do Cabido, n.º 1574) que hoje conhecemos não tem data, mas é datável do episcopado do cardeal D. Antão Martins de Chaves (1424-1447). Contudo recolhem-se nele vários indícios que provam que se trata da cópia de um mais antigo.

⁵⁵ ADP, Cartório do Cabido, n.º 1656, fls. 130-143, *Censual do Cabido...*, p. 493-542.

⁵⁶ ADP, Cartório do Cabido, n.º 1656, fl. 130, *Censual do Cabido...*, p. 493-494.

⁵⁷ *Censual do Cabido...*, p. 497-501.

⁵⁸ Sobre este tipo documental veja-se, Susana Maria de Albuquerque Emiliano de Figueiredo Tavares Pedro – *O género diplomático 'notícia' na documentação medieval portuguesa (séculos X-XIII)*. (Dissertação de Doutoramento Policopiada). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008.

⁵⁹ ADP, Cartório do Cabido, n.º 1656, fls. 130-130v., *Censual do Cabido...*, p. 494-497.

Secundo»⁶⁰. Na verdade, só chegou aos nossos dias um livro, o primeiro, e todos os inventários que possuímos apenas referem a existência desse volume, o que nos leva à conclusão de que, muito provavelmente, nunca se tenha escrito o segundo. É possível que o cabido e o bispo D. Pedro Afonso estivessem à espera do desfecho da demanda para depois mandarem compilar os documentos relativos à jurisdição, incluindo a sentença do processo de 1354. Mas esta sentença não lhes foi totalmente favorável e nunca chegou a ser confirmada pelo papa, primícia sem a qual não poderia ser considerada válida, tal como ficara estipulado nos compromissos iniciais estabelecidos entre as partes⁶¹.

O que ficou exposto revela a importância de que se reveste a conservação dos *Livros dos Originais* e do *Censual*. Essa importância é mais notória quando se tem em conta um vasto conjunto de fatores onde se inclui: as sucessivas mudanças de lugar do cartório, a inadequação e falta de condições do mesmo, as práticas arquivísticas danosas, a incúria humana, os desastres naturais, ou uma soma de mais do que uma destas situações. Todas estas circunstâncias acabariam por ditar tanto a perda de um número não calculável de documentos que se terão redigido em épocas mais recuadas, como o mau estado de conservação ou a conservação inadequada de muitos outros. Um exemplo paradigmático deste último caso é o do desaparecimento dos selos que validavam muitos dos instrumentos guardados no arquivo. Com efeito, o inventário de 1820 indica a existência de saquinho de estopa com o título: «Selos de pergaminhos que se encadernaram». Em relação a este saquinho, diz o autor do inventário, claramente em jeito de desabafo: «e melhor fôra desaparecer, para perecer com elle a memoria de huma barbaridade tal que se não pôde desculpar»⁶². O tempo acabou por lhe fazer a vontade porque, de facto, este saquinho, infelizmente, já não existe. A verdade é que nas largas centenas de pergaminhos conservados no cartório do cabido apenas quatro mantêm os selos com que foram validados⁶³, encontrando-se todos bastante deteriorados, como no exemplo de um *sigillum* do bispo D. Vicente Mendes aposto num documento de abril de 1293⁶⁴. Não resta, nos fundos do cabido, nenhum selo de membros da canónica ou da própria instituição capitular. Foi possível encontrar, noutros fundos eclesiásticos, os espécimes pertencentes a um deão e a dois chantres do Porto, mas selos do cabido não se encontrou nenhum.

⁶⁰ ADP, Cartório do Cabido, n.º 1656, fl. 10, *Censual do Cabido...*, p.41.

⁶¹ Veja-se um resumo da sentença em José Augusto Ferreira – *Memórias archeológico-históricas...*, p. 363-365.

⁶² ADP, Cartório do Cabido, n.º 1, fl. 9.

⁶³ Nomeadamente, ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1663, fl. 50, 1664, fl. 57; 1664, fl. 30 e 1662, fl. 1.

⁶⁴ ADP, Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1662, fl. 1.

6. Conclusão

Apesar destas lacunas, a verdade é que o acervo conservado ao longo das centúrias pelo cabido é fundamental para hoje podermos estudar esta instituição. Sem ele seria basicamente impossível. Esta situação contrasta, por exemplo, com o que acontece em relação ao estudo dos bispos e do exercício das suas funções, uma vez que a documentação que suporta este estudo se encontra, tantas das vezes, conservada em fundos monásticos. O que, por sua vez, também contrasta com a escassez de documentos, para o período medieval, provenientes do antigo cartório da mitra e que hoje se conservam também no Arquivo Distrital do Porto⁶⁵. Mas está por fazer a história custodial do arquivo da mitra, de que conhecemos, por exemplo, o episódio da destruição causada pelo incêndio que deflagrou na Câmara Eclesiástica, em 1498, e que fez desaparecer, entre outras, todas as escrituras de emprazamento anteriores a essa data⁶⁶. E concluímos este estudo lançando o desafio para se estudar esse cartório e assim conhecer melhor as práticas arquivísticas e a organização geral dos acervos à responsabilidade dos homens da Sé do Porto ao longo de tantos séculos.

⁶⁵ Numa pequena série intitulada *Pergaminhos*, com um total de 24 diplomas medievos (ADP, Mitra, Pergaminhos da Mitra do Porto).

⁶⁶ Veja-se uma descrição da história custodial e arquivística deste fundo em <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=483145>. Consultado a 27-02-2020.



O “CABIDO” DO PAPA: OS CARDEAIS EM ROMA ENTRE A ALTA E A PLENA IDADE MÉDIA (SÉCS. VIII-XII)

FRANCESCO RENZI

 <http://orcid.org/0000-0002-9470-3457>

Resumo: O objetivo desta comunicação é uma apresentação sintética, juntamente com uma bibliografia essencial de referência, da evolução e transformação dos cardeais (bispos, os *suburbicarii*, presbíteros e diáconos) na Roma medieval. O grupo dos cardeais progressivamente assumiu um papel fundamental ao lado dos pontífices romanos, dos quais se tornaram os eleitores; um processo que levou a conflitos e a uma separação do *clero urbis*, o clero urbano de Roma, que administrava o culto na *Urbs*. A observação da figura do cardeal permite, portanto, aproximar-se do estudo da Reforma eclesial dos séculos XI e XII e das suas consequências nas estruturas da Igreja Romana ao longo da Idade Média.

Palavras-chave: Papado, Cardeais, Bispos *suburbicarii*, Presbíteros, Diáconos.

THE POPE’S “CHAPTER”: THE CARDINALS IN ROME BETWEEN THE EARLY AND THE HIGH MIDDLE AGES (EIGHTH-TWELFTH CENTURIES)

Abstract: The aim of this paper is to offer a synthetic presentation, together with an essential bibliography, of the evolution and the transformation of the cardinals (Bishops, the *suburbicarii*, Priests and Deacons) in medieval Rome. The group of cardinals progressively assumed a fundamental role alongside the Roman pontiffs, of whom they became the electors. This process led to conflict and a separation with the *clero urbis*, the urban clergy of Rome, which administered the cult in the *Urbs*. Therefore, the observation of the cardinals allows approaching the study of the ecclesiastical Reform of the eleventh and twelfth centuries and its consequences on the structures of the Roman Church throughout the Middle Ages.

Keywords: Papacy, Cardinals, Bishop *suburbicarii*, Priests, Deacons.

O “CABIDO” DO PAPA: OS CARDEAIS EM ROMA ENTRE A ALTA E A PLENA IDADE MÉDIA (SÉCS. VIII-XII)

FRANCESCO RENZI*

1. Introdução: a *Reforma* e a transformação do clero romano

Quando em janeiro de 2019 os professores Luís Carlos Amaral e Adélio Abreu e o Doutor Luís Leal me convidaram para dar uma palestra no âmbito do Seminário de História Religiosa (UCP-CEHR, Centro Regional do Porto) intitulado *Catedrais, Cabidos e Capitulares: um longo percurso institucional e cultural*, achei que podia ser interessante oferecer uma síntese, juntamente com uma bibliografia essencial de referência nas notas de rodapé, sobre a figura do cardeal da Igreja Romana nos séculos alto e pleno medievais (séculos VIII-XII)¹. O termo “cardeal”, como evidenciado pelas investigações de Michel Andrieu e Stephan Kuttner, podia ter várias etimologias, reflexo de uma diferente concepção do papel desta particular figura eclesiástica dentro da Igreja Católica. De qualquer forma, todas indicam uma função importante dos cardeais nas estruturas eclesiásticas romanas, tanto que a historiografia concorda, pelo menos, na evolução do significado do termo “cardeal” em “membro do episcopado”². Por exemplo, cardeal podia derivar do latim *cardo* (“pilar”, “eixo”, “ponto fundamental”³); *cardinalis* podia alternativamente ser utilizado como sinónimo de *intitulatus*, *fixus* ou *incardinatus*, no sentido de um clérigo associado estavelmente a uma Igreja; finalmente, o termo podia referir-se a um prelado estritamente ligado a

* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal.

¹ Neste ensaio vou propor uma versão corrigida e atualizada da comunicação apresentada no Seminário de História Religiosa (UCP-CEHR, Porto) no dia 18 de março de 2019, intitulada *O “cabido” do papa: Bispos, cardeais e clero urbano em Roma, entre os séculos XI e XII*, e do meu precedente trabalho – *Uno sguardo altro sul papato di inizio XII secolo. Le elezioni di Papa Gelasio II, dell’antipapa Gregorio VIII e il loro spazio sonoro*. In *Paisajes sonoros medievales*. Coord. de Gerardo Rodríguez, Éric Palazzo; Gisela Coronado Schwindt. Mar del Plata: GIEM-Universidad Nacional de Mar del Plata, 2019, p. 283-314.

² Michel Andrieu – *L’origine du titre de cardinal*. In *Miscellanea Giovanni Mercati*. Vol. 6. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1946, p. 113-144, Stephan Kuttner – *Cardinalis: the history of a canonical concept*. *Traditio*. 3 (1945) 129-131 e Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma nel Medioevo. Istituzioni e politica cittadina (secoli VIII-XIII)*. Roma: Viella, 2002, p. 103-104 e relativas notas de rodapé.

³ Para a tradução em português deste lema utilizei o dicionário latim Olivetti. In <https://www.dizionario-latino.com/dizionario-latino-italiano.php>. Consultado a 19/05/2020.

uma *ecclesia cardinalis* (“Igreja-pilar” ou “Igreja matriz”) como por exemplo uma catedral⁴. Sem dúvida, trata-se de um nome amplamente difundido e utilizado, mas nem sempre a sua origem e o seu desenvolvimento ao longo dos séculos medievais dentro das estruturas da Igreja Católica são conhecidos de um público mais amplo do que os historiadores profissionais e em particular dos historiadores da Igreja e das instituições eclesiásticas. Estudar a evolução do grupo dos cardeais, que como veremos, era fortemente heterogêneo no seu interior e cujo processo de formação e organização durou séculos, permite observar de uma perspectiva particularmente eficaz a transformação da Igreja Católica e do Papado e os efeitos da *Reforma* eclesiástica (ou *Reformas* como sugerido por Umberto Longo⁵) desde o século XI⁶. A partir de 1046, pelo menos três fatores deram início a um processo de profunda transformação da Igreja Católica e do Papado. Em primeiro lugar, a intervenção imperial em Roma, celebrada por um grande eclesiástico do século XI como Pier Damiani (†1072)⁷, do rei de Alemanha e imperador Henrique III (†1056), que resolveu a crise do triplice scisma papal entre os Papas Gregório VI (1045-1046), Bento IX (1033-1045; 1045; 1047-1048) e Silvestre III (1045). Em segundo, a introdução em Roma de alguns elementos fundamentais do sistema da *Reichskirche* (“A Igreja do Reino”, ou seja, do reino de Alemanha e das áreas imperiais), como por exemplo a luta contra a simonia, a compra e a venda de bens sagrados espirituais e de cargos eclesiásticos⁸. E por fim, a promoção dos homens da *Reichskirche* ao sólio pontifício, como nos casos de Papa Clemente II, Suidgerio bispo de Bamberg, ou Papa Leão IX, Brunone dos condes de Egisheim, bispo de Toul⁹. Como escreveu Herbert Edward John Cowdrey «Sem

⁴ Stephan Kuttner – Cardinalis..., 130, Michel Andrieu – L'origine..., p. 113-131 e Jean-François Chiron – Statut théologique du cardinalat et ecclésiologie contemporaine. *Mélanges de l'École française de Rome*. 127/2 (2015). In <http://journals.openedition.org/mefrim/2297>. Consultado a 20/05/2020.

⁵ Umberto Longo – La riforma della Chiesa tra Pier Damiani e Bernardo di Chiaravalle. Un concetto da declinare al plurale. In *La società monastica nei secoli VI-XII. Sentieri di ricerca*. Coord. de Marialuisa Bottazzi; Paolo Buffo; Caterina Ciccopiedi; Luciana Furbetta; Thomas Granier. Trieste-Roma: CERM-ÉFR, 2016, p. 113-118.

⁶ Sobre os conceitos de *Reforma*, *Libertas Ecclesiastica* e *Restauratio* (“Restauração”) no século XI, veja-se o excelente volume *Riforma o restaurazione? La cristianità nel passaggio dal primo al secondo millennio*. Negarine di San Pietro in Cariano (Verona, Itália): Il Segno Gabrielli Editori, 2006.

⁷ Glauco Maria Cantarella – *Manuale della fine del mondo. Il travaglio dell'Europa medievale*. Torino: Einaudi, 2015, p. 47-49 e 79-82. Sobre a figura de Pier Damiani, é indispensável a leitura dos trabalhos de Nicolangelo D'Acunto. Deste investigador veja-se, pelo menos, *Prospettive sulla figura e sull'opera di Pier Damiani nelle pubblicazioni per il millenario della sua nascita*. In *Rivista di storia della Chiesa in Italia*. 64 (2010) 538-549.

⁸ Simonia. In *Enciclopedia Treccani*. In <http://www.treccani.it/enciclopedia/simonia/>. Consultado a 19/05/2020.

⁹ Sobre este tema veja-se a síntese de Glauco Maria Cantarella – *Dalle chiese alla monarchia papale*. In *Chiesa, Chiese, Movimenti religiosi*. Coord. de Glauco Maria Cantarella; Valeria Polonio; Roberto Rusconi. Roma-Bari: Laterza, 2001, p. 3-79 e do mesmo autor *Il sole e la luna. La rivoluzione di Gregorio VII*. Roma-Bari: Laterza, 2005, p. 57-58. Veja-se também a entrada enciclopédica Enrico III detto il Nero. In *Dizionario*

a intervenção de Henrique III em Roma em 1046 e a sua continuação com a ascensão ao pontificado de Leão IX em 1049, não teria havido nenhum Papado da Reforma»¹⁰. Este processo, em particular a partir dos anos trinta do século XX é conhecido como "Reforma Gregoriana"¹¹, um conceito utilizado em muitos casos impropriamente, como *passé-partout* para interpretar a totalidade da história da Igreja Católica entre os séculos XI e XII¹². Pelo menos a partir dos anos sessenta do século passado, a historiografia, em particular, mas não exclusivamente, na Alemanha e Itália, começou a criticar esta definição e a aplicá-la, com mais cuidado e um maior grau de contextualização histórica, principalmente à ação de Papa Gregório VII (1073-1085), cujo pontificado e ideia de reforma eclesiástica foram sem dúvida uma passagem fundamental, mas não a única etapa de um processo que causou fortes conflitos dentro da mesma Igreja, como veremos, e que mudou constantemente na Plena Idade Média, sem ser teleologicamente organizado¹³. A *Reforma* eclesiástica mudou completamente o panorama romano; o Papado ampliou consideravelmente a sua presença a uma escala europeia (como observado, entre outros, por Giorgio Soranzo, Ovidio Capitani e Alfons

di *Storia Treccani*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/enrico-iii-detto-il-nero_%28Dizionario-di-Storia%29/. Consultado a 19/05/2020.

¹⁰ «Without the Henry III's intervention at Rome in 1046 and its sequel in the accession of Leo IX to the Papacy in 1049, there would have been no reform Papacy», Herbert Edward John Cowdrey – *Pope Gregory VII, 1073-1085*. Oxford: Clarendon Press, 1998, p. 272. A tradução portuguesa é nossa.

¹¹ Sobre esta expressão e o seu significado, veja-se o clássico de Augustin Fliche – *La Réforme grégorienne*. Louvain: Spicilegium Sacrum Lovaniense, 1924-1937 (3 vols.); para uma leitura crítica contemporânea à obra do historiador francês veja-se Giorgio Soranzo – *Storia del Papato (1923-1926)*. *Aevum*. 1, Fasc. 1/2 (1927) 369-371 e sobretudo Glauco Maria Cantarella – *Il sole e la luna...*, p. 332 e sgs.

¹² Penso, por exemplo, na impoção da obra de Franz-Josef Schmale – *Studien zum Schisma des Jahres 1130*. Köln: Böhlau Verlag, 1961, criticada por Giorgio Milanesi – "*Bonifica*" delle immagini e "propaganda" in *Aquitania durante lo scisma del 1130-1138*. Verona: Scripta Edizioni, 2013, p. 27-56.

¹³ Umberto Longo – I cisterciensi, il papato e la riforma a Roma alla metà del secolo XII: l'abbazia dei Santi Vincenzo e Anastasio. In *Reti Medievali Rivista*, 19/1 (2018) 331-333. Sobre este tema seria impossível dar uma bibliografia exaustiva e, portanto, limito-me a indicar alguns trabalhos essenciais para a crítica e/ou o enquadramento da *Reforma* de Gregório VII: Gerd Tellenbach – *Libertas. Kirche und Weltordnung im Zeitalter des Investiturstreites*. Stuttgart: Kohlhammer, 1936. Ovidio Capitani – *Esiste un'età gregoriana? Considerazioni sulle tendenze di una storiografia medievistica*. In *Rivista di storia e letteratura religiosa*. 1 (1965) 454-481 e do mesmo autor – *Tradizione ed interpretazione. Dialettiche ecclesiologiche del secolo XI*. Roma: Jouvence, 1990. Uta-Renate Blumenthal – *The Investiture Controversy Church and Monarchy from the Ninth to the Twelfth Century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988; Herbert Edward John Cowdrey – *Pope Gregory VII...*, Maureen C. Miller – *The crisis in the Investiture Crisis Narrative*. *History Compass*. 7/6 (2009) 1570-1580 e em particular p. 1574 e Glauco Maria Cantarella – *Il sole e la luna...*, e do mesmo autor *Gregorio VII*. Roma: Salerno Editrice, 2018, em particular p. 7-9. Giuseppe Fornasari – *Gregorio VII e la riforma gregoriana. Un ripensamento*. In "*Vicarius Petri*", "*Vicarius Christi*". *La titolatura del Papa nell'XI secolo*. Coord. de Fabrizio Amerini; Riccardo Saccenti. Pisa: Edizioni ETS, 2017, p. 9-26. Leandro Duarte Rust – *A Reforma Papal (1050-1150): trajetórias e críticas de uma história*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2013. Nesta nota de rodapé utilizei a bibliografia do seguinte artigo: Francesco Renzi; Enrico Veneziani – *Alcune note sulla Riforma della Chiesa Romana nel pienomedioevo (secoli XI-XII)*. *Vis Spiritus*. 27 (2020) 25.

Becker¹⁴) e conseguiu progressivamente afirmar o Primado de São Pedro de maneira mais concreta também em áreas como a Península Ibérica onde, antes dos pontificados de Alexandre II (1061-1073) e Gregório VII, Roma não tinha mais que um reconhecimento espiritual e formal da sua autoridade por parte dos poderes seculares e do episcopado local¹⁵. Nesta fase de internacionalização do Papado romano, como evidenciado pelas obras fundamentais, entre outras, de Hans-Walter Klewitz, Rudolf Hüls, Werner Maleczek e Helene Tillmann¹⁶, o grupo dos cardeais, reunidos a partir do século XII, como observado por John F. Broderick¹⁷, no *Sacrum Collegium* (“O Colégio Sagrado”)¹⁸, teve um papel cada vez mais importante, convertendo-se, de facto, nos homens do governo, da administração e da cancellaria papal, ao ponto de ter, desde 1059, o direito exclusivo de eleger o pontífice ao contrário do que acontecia nos séculos altomedievais¹⁹. Como observado por Tommaso di Carpegna Falconieri, durante a Alta Idade Média, na cidade de Roma a expressão latina *Sacrosanta Romana Ecclesia* indicava todo o clero da cidade; clero romano e Igreja Romana eram duas definições praticamente sobreponíveis²⁰. A partir da segunda metade do século XI a locução

¹⁴ Giovanni Soranzo – Gregorio VII e gli stati vassalli della Chiesa. In *Aevum*. 23-Fasc. 1/2 (1949) 134 e sgs. Ovidio Capitani – *Storia dell'Italia Medievale (410-1216)*. Roma-Bari: Laterza, 1990, p. 452-453. Alfons Becker – Politique féodale de la papauté à l'égard des rois et des princes (XIe-XIIe siècles). In *Chiesa e mondo feudale nei secoli X-XII. Milano: Vita & Pensiero*, 1995, p. 411-445.

¹⁵ Thomas Deswarte – *Une Chrétienté romaine sans pape: l'Espagne et Rome (586-1085)*. Paris: Garnier, 2010, p. 356 e sgs., Ludwig Falkenstein – *La papauté et les abbayes françaises aux XIe et XIIe siècles: Exemption et protection apostolique*. Paris: Champion, 1997, p. 9 e Francesco Renzi; Enrico Veneziani – Alcune note..., 23-24.

¹⁶ Hans-Walter Klewitz – *Reformpapsttum und Kardinalkolleg. Die Entstehung des Kardinalkollegiums. Studien über die Wiederherstellung der römischen Kirche in Süditalien durch das Reformpapsttum. Das Ende des Reformpapsttums*. Darmstadt: Hermann Gentner Verlag, 1957, Rudolf Hüls – *Kardinäle, Klerus und Kirchen Roms: 1049-1130*. Tübingen: Max Niemeyer, 1977 e Werner Maleczek – Die Kardinale von 1143 bis 1216. Exklusive Papstwähler und erste Agenten der päpstlichen plenitudo potestatis. In *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter*. Coord. de Jürgen Dendorfer; Ralf Lützelshwab; Ralf. Stuttgart: Anton Hiersemann Verlag, 2011, p. 95-154. Helene Tillmann – Ricerche sull'origine dei membri del collegio cardinalizio nel XII secolo. *Rivista di storia della Chiesa in Italia*. 26 (1972) 313-353. Sugiro também a consulta destes dois sítios web: <https://www.csun.edu/~hcfl1004/SV1118.html>. Consultado a 11/09/2019 e <https://webdept.fiu.edu/~mirandas/conclave-xii.html>. Consultado a 11/09/2019.

¹⁷ John F. Broderick – The Sacred College of Cardinals. Size and Geographical composition (1099-1986). *Archivum Historiae Pontificiae*. 25 (1987) 8 e relativas notas para a bibliografia sobre este tema.

¹⁸ Pietro Pisani – Cardinale. In *Enciclopedia Italiana Treccani*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/cardinale_res-c9ff4df6-8bac-11dc-8e9d-0016357eee51_%28Enciclopedia-Italiana%29/. Consultado a 19/05/2020. Sobre o *Sacrum Collegium*, veja-se também Anna Sammassimo – *Cardinalato e collegialità: Codificazione del XX secolo*. Milano: EduCatt, 2012, p. 134.

¹⁹ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione del papa. Norme, riti e conflitti*. Roma: Viella, 2013, em particular p. 19-25. Voltarei a este ponto no Capítulo 5. Veja-se também Francesco Renzi; Enrico Veneziani – Alcune note ..., 17-18.

²⁰ Tommaso di Carpegna Falconieri – Il clero di Roma nel medioevo. Prime considerazioni. In *I Quaderni del M.Ae.S.* 2 (1999) 96-98.

Sacrosanta Romana Ecclesia começou a definir o conceito de união entre o Papa e os cardeais (em particular com os cardeais-bispos, segundo Pier Damiani) e durante o pontificado de Urbano II (1088-1099) aparece o termo *Cúria* a definir os aparatos do papa²¹, em que os cardeais eram protagonistas, termo que substituiu progressivamente as palavras *Patriarchium* (ou seja, o edifício, ligado à catedral de Roma, São João de Latrão, onde o papa e os cardeais residiam até o século XIV²²) ou *Palácio*, o «Palatium Laterani» («Paço de Latrão») como o chama, por exemplo, o cronista milanês Landolfo de São Paulo²³. A partir da segunda metade do século XI começam a definir-se, portanto, dois conceitos bem distintos entre eles: o “clero papal”, orientado à afirmação universal do Primado de Roma na Cristiandade, e o *clero urbis* (“o clero da cidade”), mais ligado à administração do culto, à cura de almas e à assistência aos fiéis no âmbito mais específico da cidade de Roma²⁴. Pelas razões aqui expostas, acho que poderia ser útil proceder a uma análise dos três grupos de cardeais que no século XII faziam parte do *Sacrum Collegium* (bispos *suburbicarii*, presbíteros e diáconos) e estudar uma das suas prerrogativas fundamentais, e mais controversas, na segunda metade do século XI, ou seja, o direito de eleição do papa²⁵.

2. Os cardeais-bispos (bispos suburbicários)

Os cardeais-bispos, eram os pontífices das dioceses limítrofes de Roma; estes episcopados faziam parte, portanto, da província eclesiástica romana. Estes bispos eram chamados também *suburbicarii*, do latim *sub-* e *urbicarius* (“sob a cidade de Roma”, a *Urbs*, a cidade por antonomásia), precisamente pela proximidade geográfica das dioceses a Roma²⁶. Podemos já observar uma característica peculiar do episcopado romano. Roma é uma diocese, mas tem sede sufragâneas como um arcebispo; ao mesmo tempo, o papa não é arcebispo, mas é um bispo que,

²¹ Lajos Pásztor – L'histoire de la curie romaine, problème d'histoire de l'Église. *Revue d'histoire ecclésiastique*. 64 (1969) 353. O termo *Papatus* aparece, em vez, no século XII, veja-se Roberto Rusconi – *Santo padre. La santità del papa da San Pietro a Giovanni Paolo II*. Roma: Viella, p. 6.

²² Patriarchio. In *Enciclopedia Treccani*. In <http://www.treccani.it/vocabolario/patriarchio/>. Consultado a 28/01/2020. Veja-se também Paolo Liverani – *L'area lateranense in età tardoantica e le origini del Patriarchio. Mélanges de l'École française de Rome*. 116/1 (2004) 17-49.

²³ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Prime considerazioni...*, p. 99-100 e do mesmo autor *Il clero di Roma...*, p. 48-52. Para Landolfo de São Paulo, cf. Landolphus Juniore – *Historia Mediolanensis ab anno MXCV usque ad annum MCXXXVII*. In *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores, XX*. Ed. Ludwig Bethmann; Philipp Jaffé. Hannover: Impensis Bibliopolii Avlici Hahniani, 1868, p. 41.

²⁴ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Prime considerazioni...*, p. 99-103.

²⁵ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 19-22.

²⁶ Annona. In *Enciclopedia Treccani*. In <http://www.treccani.it/enciclopedia/annona/>. Consultado a 20/05/2020 e Suburbicário. In *Vocabolario Treccani on-line*. In <http://www.treccani.it/vocabolario/suburbicario/>. Consultado a 20/05/2020.

contudo, tem uma autoridade superior aos outros bispos da província metropolitana. Roma é, portanto, um *unicum*, um caso excepcional dentro das mesmas estruturas da Igreja Católica²⁷. Este conceito de *suburbicarius* vinha da época imperial romana, em que as regiões centro-meridionais da península italiana, mais perto de Roma, eram chamadas suburbicárias ao contrário das outras regiões setentrionais que constituíam a *Italia Annonaria*. Estas regiões anonárias eram assim definidas porque pagavam a *annona*, que na sua origem era uma contribuição *una tantum* em natura, adicional aos impostos fundiários²⁸, e que durante o baixo império romano foi estendida a todas as províncias e tornou-se um recurso estável e fundamental da fiscalidade romana²⁹. Na plena Idade Média as dioceses suburbicárias eram sete, um número que se mantém ainda hoje, apesar de várias mudanças de nome e lugar destas sedes episcopais durante os séculos, como demonstrado pelos estudos de Louis Duchesne, Tommaso di Carpegna Falconieri e Uta-Renate Blumenthal³⁰. Em 1962, de facto, o Papa João XXIII (1958-1963) estabeleceu que as sete dioceses suburbicárias de Roma são as seguintes: Albano, Ostia, Porto e Santa Rufina, Palestrina, Sabina e Poggio Mirteto, Frascati e Velletri-Segni³¹. No século XI os sete bispados suburbicários eram: Ostia (bispado que foi unido à diocese de Velletri em 1150 por Papa Eugénio III, 1145-1153³²), Albano, Porto, Silva Candida – que será unida à diocese de Porto por Papa Calisto II (1119-1124)³³ –, *Tusculum* (localidade situada perto da moderna cidade de Frascati, destruída mais tarde pelos romanos em 1191³⁴), Sabina e Palestrina (Preneste)³⁵.

²⁷ Mario Fois – Papa e cardinali nel secolo XI. Una questione di metodo e una replica. *Archivum Historiae Pontificiae*. 14 (1976) 405-406.

²⁸ Lucio de Giovanni – *Istituzioni, scienza giuridica, codici nel mondo tardoantico: alle radici di una nuova storia*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2007, p. 61-62.

²⁹ Lucio de Giovanni – *Istituzioni...*, p. 62.

³⁰ Louis Duchesne – Le sedi episcopali nell'antico ducato di Roma. In *Scripta Minora. Études de topographie romaine et de géographie ecclésiastique*. Rome: École Française de Rome, 1973. p. 409-414, Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 105, Tommaso di Carpegna Falconieri – *Circoscrizioni ecclesiastiche...*, p. 83 e Uta-Renate Blumenthal – The Papacy, 1024-1122. In *The New Cambridge Medieval History: c.1024-c.1198*. Volume 4. Parte 2. Coord. de David Luscombe; Jonathan Riley-Smith. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 33.

³¹ *Ioannes PP. XXIII. Litterae Apostolicae Motu Proprio Datae Suburbicariis Sedibus. De Suburbicarium Dioecesium Regimine*. In http://w2.vatican.va/content/john_xxiii/la/motu_proprio/documents/hf_j-xxiii_motu-proprio_19620411_suburbicariis-sedibus.html. Consultado a 20/05/2020.

³² Louis Duchesne – Le sedi episcopali..., p. 435.

³³ Luigi Mezzadri; Maurizio Tagliaferri; Elio Guerriero – *Le diocesi d'Italia*. Vol. III. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2008, p. 993.

³⁴ Valeria Beolchini – *Tusculum II: Tuscolo, una roccaforte dinastica a controllo della valle Latina: fonti storiche e dati archeologici*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2006, p. 98.

³⁵ Walter Ulmann – *A Short History of the Papacy in the Middle Ages*. London & New York: Routledge-Taylor & Francis, 2003, p. 88 e *L'Europa del Medioevo e del Rinascimento*. Coord. de Averil Cameron et al. Milano: Jaca Book, 1992, p. 170. Segundo Uta-Renate Blumenthal a lista era composta por: (Velletri-) Ostia, Albano, Porto, Palestrina, (Silva Candida-) Tivoli, (Gabii-Labicum) Tusculum e Sabina, cf. Uta-Renate

Vale a pena abrir um pequeno parêntesis sobre um nome que poderia causar confusão aos leitores de língua portuguesa. A diocese *de* Porto, hoje Porto e Santa Rufina, não tem qualquer relação com a diocese *do* Porto em Portugal. Neste caso o latim é muito mais claro do que os idiomas modernos, e torna-se um recurso indispensável para evitar a sobreposição ou a troca das duas dioceses. Em latim o bispo suburbicário de Roma é chamado nas fontes (como por exemplo no *Liber Pontificalis*³⁶) *Portuensis episcopus*, enquanto o bispo do Porto era *Portugalensi/Portugallensis/Portucalensis episcopus*, como mostra claramente o exemplo do bispo D. Hugo do Porto (1112/1114-1136): «domno Hugonj episcopo *Portugalensi* et ecclesi(a)e *Portugalensis* sedis»³⁷. Os sete bispos tinham um papel fundamental na liturgia hebdomadária (semanal) romana que consistia na celebração das missas, diariamente em São João de Latrão (razão pela qual os sete bispos eram chamados também *episcopi lateranenses*³⁸), e ao domingo em São Pedro, onde os bispos celebravam a missa a cada sete semanas, o que dava um total de quarenta e nove semanas, ou seja, quase um ano completo³⁹. Como se pode observar, o número sete não era casual, mas ligado a precisas funções litúrgicas, exactamente como acontecia pela divisão em sete regiões eclesiásticas da cidade de Roma, muito provavelmente na evolução do número de cardeais-presbíteros, de vinte cinco para vinte oito (voltarei a este dois temas nos próximos capítulos), e na “liturgia das estações” ou “liturgia estacional”, um momento fundamental da vida religiosa na cidade de Roma na Alta Idade Média e em particular entre os séculos VIII e IX⁴⁰. Esta liturgia marcava a profunda ligação entre o papa, o clero e a cidade de Roma («cidade ritual e simbólica»⁴¹), uma celebração tão importante

Blumenthal – *The Papacy...*, p. 33 e Claudia Zey – *Entstehung und erste Konsolidierung. Das Kardinals kollegium zwischen 1049 und 1143*. In *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter*. Coord. Jürgen Dendorfer; Ralf Lützelshwab. Stuttgart: Anton Hiersemann, 2011, p. 65.

³⁶ *Vita Gelasii II. Liber Pontificalis nella recensione di Pietro Guglielmo OSB e del card. Pandolfo glossato da Pietro Bohier OSB, vescovo di Orvieto*. Ed. Ulderico Přerovský. Vol. II. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1978, p. 728.

³⁷ *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*. Ed. Rui Pinto de Azevedo. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, doc. 121 e Francesco Renzi; Andrea Mariani – *Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o Parochiale Suevorum e a diocese de Magneto/Meinedo (sécs. VI-VII)*. *Portvgalia*. 41 (2020) 97.

³⁸ Ian Stuart Robinson – *The Papacy, 1073-1198: Continuity and Innovation*. Cambridge: University Press, 1990, p. 33-34.

³⁹ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 106. Claudia Zey – *Entstehung...*, p. 64.

⁴⁰ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 235-253. Veja-se também Jean-Loup Lemaître – *La présence de la Rome antique dans la liturgie monastique et canoniale du IX^e au XIII^e siècle*. In *Roma antica nel Medioevo: mito, rappresentazioni, sopravvivenze nella “Respublica Christiana” dei secoli IX-XIII*. Milano: Vita & Pensiero, 2001, p. 119-131.

⁴¹ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Circoscrizioni ecclesiastiche nel medioevo alto e centrale: Il territorio tra organizzazione e rappresentazione*. In *“Rome des quartiers”: des vici aux rioni. Cadres institutionnels, pratiques sociales, et requalifications entre antiquité et époque moderne*. Coord. de Manuel Royo; Étienne Hubert; Agnès Bérenger. Paris: De Boccard, 2008, p. 78.

(em cada ano o papa chegava a celebrar as funções em cerca de quarenta igrejas romanas, as “estações”) que até foi importada e imitada por outras dioceses europeias⁴². Isto é um ponto fundamental para lembrar; em Roma a dimensão litúrgica modelava também o espaço, o calendário e a mesma estrutura da Igreja na sua projeção no território e na comunidade dos fiéis⁴³. Os bispos suburbicários desde o século VIII eram enquadrados no clero romano e tinham um papel muito importante na administração da Igreja. Os sete bispos participavam na consagração do pontífice (em particular, era o bispo de Ostia a presidir a cerimónia, com a assistência dos bispos de Porto e Albano⁴⁴) e a partir do século IX começaram a desenvolver importantes tarefas no *Patriarchium* e a ocupar, mesmo que não de forma exclusiva, o cargo de *bibliothecarius*, ou seja, o chefe da cancellaria romana⁴⁵. Os bispos suburbicários podiam ordenar todos os clérigos das igrejas romanas, com a exceção dos títulos⁴⁶, e a partir do início do século XII, os bispos começaram a substituir o arquiidiacono na função de vigário do papa (*Vicarius papae*)⁴⁷. Um testemunho muito interessante a este propósito é fornecido pelo *Liber Pontificalis* (o “Livro dos Pontífices”, uma expressão usada para indicar o conjunto de biografias dos papas compostas em várias épocas e por vários autores do início da Idade Média, séculos VI-VII, até o século XV⁴⁸) e em particular pela biografia de Papa Gelásio II (1118-1119) escrita por Pandolfo de Alatri⁴⁹. Na obra o autor fala da situação de vacância papal após a morte de Pascoal II (1099-1118), especificando que era, naquele momento, o bispo de Porto, Pedro, a deter o primado papal até a nova eleição do chanceler João de Gaeta/Gelásio II («pouco depois da morte do Papa Pascoal, o venerável senhor Pedro, bispo de Porto, que já detinha o primado do papa há algum tempo, e com ele todos os cardeais presbíteros e

⁴² Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 235-237.

⁴³ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Circoscrizioni ecclesiastiche...*, p. 80-81.

⁴⁴ Uta-Renate Blumenthal – *The Papacy...*, p. 33.

⁴⁵ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 105 e Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 131-137.

⁴⁶ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 108-109.

⁴⁷ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 108-109.

⁴⁸ Raffaello Morghen – *Liber Pontificalis*. In *Enciclopedia Italiana Treccani*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/liber-pontificalis_%28Enciclopedia-Italiana%29/. Consultado a 20/11/2017 e Andrea Antonio Verardi – *La genesi del Liber Pontificalis alla luce delle vicende della città di Roma tra la fine del V e gli inizi del VI secolo. Una proposta. Rivista di Storia del Cristianesimo*. 1 (2013) 7-28. Sobre o *Liber Pontificalis* veja-se o novo estudo de Rosamond McKitterik – *Rome and the Invention of the Papacy: The Liber Pontificalis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

⁴⁹ Sobre a figura de Pandolfo de Alatri, veja-se os seguintes trabalhos essenciais: Louis Duchesne – *Le “Liber Pontificalis” aux mains de Guibertistes et de Pierléonistes. École française de Rome. Mélanges d’archéologie et d’histoire*. 38, (1920) 181-193. Cyrille Vogel – *Le «Liber Pontificalis» dans l’édition de L. Duchesne. In Monseigneur Duchesne et son temps*. Coord. de Henri-Irénée Marrou. Roma: École française de Rome, 1975, p. 121-127. Stefania Anzoi – *Pandolfo da Alatri*. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. In [http://www.treccani.it/enciclopedia/pandolfo-da-alatri_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/pandolfo-da-alatri_(Dizionario-Biografico)/). Consultado a 20/11/2017.

diáconos, começaram a tratar da eleição do novo pontífice»⁵⁰. A forte conexão dos bispos *suburbicarii* com Roma é evidenciada também pelo facto que alguns deles residiam periodicamente (ou estavelmente) na cidade, onde possuíam um hospital perto de São João de Latrão⁵¹. O bispo de Porto, por exemplo, não residia em *Portus* (localidade costeira e antigo porto de Roma, que hoje faz parte do município de Fiumicino, parte da cidade metropolitana de Roma), mas na Ilha Tiberina. Esta ilha no rio Tíbre era um lugar especial, porque, apesar de estar geograficamente no centro de Roma, nem sempre era considerada parte da cidade nas fontes medievais, tal como a zona de Trastevere na margem direita do Tíbre, onde se encontra também o Vaticano⁵². Os bispos suburbicários, ao contrário dos presbíteros e dos diáconos e, em caso excepcionais, até dos leigos⁵³, na Alta Idade Média não podiam ser eleitos papas⁵⁴. Nas disposições sobre a eleição pontifical de Papa Estevão III (768-772) de 769 é possível ver claramente exposta esta situação: «e consagrais ao ápice do Apostolado um entre os cardeais presbíteros e diáconos»⁵⁵. Esta condição, bastante singular se pensarmos no peso religioso e político deste grupo, pode ser explicada, como evidenciado por Agostino Paravicini Bagliani, pela proibição entre os séculos II e IX de traslação de um bispo para outra sede. Esta disposição era válida para toda a Cristandade, incluída Roma, e foi confirmada também pelo II Concílio de Niceia em 787. De facto, o bispo tinha um vínculo com o próprio bispado semelhante ao matrimónio indissolúvel entre Cristo e a Igreja⁵⁶. A partir dos últimos decénios do século IX em Roma assiste-se com sempre maior frequência à eleição de bispos como papas, um processo que seguiu também a evolução do papel de Roma e a afirmação da sua universalidade a uma escala europeia⁵⁷. Os primeiros casos foram os de Marino bispo de Cerveteri (882-884), Formoso bispo de Porto (891-896, o protagonista do macabro episódio conhecido como o “sínodo” ou “concílio do cadáver”⁵⁸) e

⁵⁰ «INTERIM autem Paschale papa defuncto, venerabilis pater domnus Petrus, Portuensis episcopus, qui primatum post papam per longa iam diutius tempore detinuerant, cumque eo omnes presbiteri ac diaconi cardinales de elegendo pontifice». Cf. *Vita Gelasii II...*, p. 729. A tradução em português é nossa.

⁵¹ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 107.

⁵² Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 107 e do mesmo autor – *Circoscrizioni ecclesiastiche...*, p. 82-83 e *Sulle prime attestazioni dei nomi dei rioni nel medioevo. Strenna dei Romanisti. Parte I* (2014) 78. Veja-se também Luigi Mezzadri; Maurizio Tagliaferri; Elio Guerriero – *Le diocesi d'Italia...*, p. 993 e Francesco Renzi; Andrea Mariani – *Sobre as origens da diocese do Porto...*, 97.

⁵³ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 3-4.

⁵⁴ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il Clero di Roma...*, p. 106

⁵⁵ *Concilium Romanum a. 769*, In *MGH, Leges, Concilia aevi Karolini [742-842]*. Vol. I. Hannover-Leipzig: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1906, p. 86 «in apostolatus culmen unus de cardinalibus aut diaconibus consecraretur». A tradução portuguesa do latim é nossa.

⁵⁶ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 5.

⁵⁷ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 7-8.

⁵⁸ Em 897 o Papa Estevão VI convocou um concílio para anular a eleição do seu predecessor, Formoso, que já tinha falecido no ano anterior. O cadáver de Formoso foi desenterrado da sua tumba em São Pedro

Estevão VI bispo de Anagni (896-897)⁵⁹. Como demonstrado pelo estudo de Michel Andrieu sobre as carreiras eclesiásticas dos papas na Idade Média, os pontífices de origem episcopal foram sempre mais numerosos, chegando até a superar, em número absoluto, os diáconos eleitos como sucessores de São Pedro⁶⁰. Os papas bispos foram no século X: João XIII bispo de Narni (965-972), Bento VII bispo de Sutri (974-983), João XIV bispo de Pavia (983-984), João XVI bispo de Piacenza (997-998), Silvestro II arcebispo de Ravena (999-1003)⁶¹. No século XI, efeito também da ação imperial e da chegada a Roma dos homens da *Reichskirche*, o número de papas de extração episcopal continuou a crescer, sinal que as normas na praxis tinham mudado fortemente em Roma, apesar destas terem sido inseridas novamente no *Ordo Romanus 36* redigido nos finais do século IX⁶². Os papas de origem episcopal no século XI foram: Sergio IV bispo suburbicário de Albano (1009-1012), Silvestro III bispo suburbicário de Sabina (1045), Clemente II bispo de Bamberg (1046-1047), Damaso II bispo de Brixen (Bressanone, hoje em Itália, 1048), Leão IX bispo de Toul (1048-1054), Victor II bispo de Eichstätt (1054-1057), Bento X bispo de Velletri (1058-1060), Nicolau II bispo de Florença (1059-1061), Alexandre II bispo de Lucca (1061-1073) e Urbano II bispo suburbicário de Ostia (1088-1099)⁶³.

3. Os cardeais-presbíteros

Os cardeais presbíteros eram os responsáveis das igrejas matrizes (dotadas de batistério e cura das almas) de Roma conhecidas também como *tituli*⁶⁴. Tratam-se

e colocado numa cadeira (não sabemos onde foi celebrado este concílio, talvez em São Pedro ou em Latrão), onde um diácono procedeu a formular as acusações contra o corpo do papa falecido, que, na evidente impossibilidade de se defender, foi condenado por ter violado a proibição de traslação de sede episcopal, com a conseqüente anulação de todas as suas atas e ordenações, uma decisão que mudava o cenário eclesiástico e político romano. Este episódio teve muitas repercussões nas dinâmicas da cidade na fase de passagem ente os séculos IX e X. Cf. Vito Loré; Marina C. Sarramia – Stefano VI, papa. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/papa-stefano-vi_%28Dizionario-Biografico%29/. Consultado a 20/05/2020.

⁵⁹ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 6-7.

⁶⁰ Michel Andrieu – La carrière ecclésiastique des papes et les documents liturgique du Moyen Âge. *Revue des Sciences Religieuses*. 3-4 (1947) 113.

⁶¹ Michel Andrieu – La carrière..., 112-113.

⁶² Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 6. Os *Ordines Romani* eram a «coleção de rubricas cerimoniais (excluídas as orações, que estão contidas nos sacramentos, antifonários e saltérios) que descrevem e documentam o desenvolvimento da liturgia papal em Roma desde o século VI até ao século XV», cf. Nicola Turchi – *Ordines Romani*. In *Enciclopedia Italiana Treccani*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/ordines-romani_%28Enciclopedia-Italiana%29/. Consultado a 20/05/2020. A tradução portuguesa do italiano é nossa.

⁶³ Michel Andrieu – La carrière..., 113.

⁶⁴ Louis Duchesne – Les titres presbytéraux et les diaconies. Notes sur la topographie de Rome au Moyen-Âge. II. In *Scripta minora. Études de topographie romaine et de géographie ecclésiastique (1886-1923)*. Roma:

de igrejas muito antigas, dado que a maioria delas já são atestadas no século V⁶⁵. Nos primeiros séculos do Cristianismo em Roma, estas igrejas eram os lugares onde se reuniam os primeiros cristãos na *Urbs*, lugares postos à disposição por patronos privados; desta forma os cristãos eram protegidos pelo direito de propriedade privada e, portanto, encontravam-se *sub titulo*, ou seja, sob o nome, a autoridade de uma personagem poderosa e importante⁶⁶. A partir do século IV os *tituli* começaram a tornar-se centros com funções paroquiais, em que administravam o culto cerca de dois ou três presbíteros (o mais importante entre eles era definido como *presbyter prior*)⁶⁷, e a assumir os nomes dos santos e dos primeiros mártires do Cristianismo⁶⁸. Nos finais do século VI, os *tituli* já tinham atingido o número de vinte cinco, montante considerado como tradicional nas fontes romanas altomedievais e no *Liber Pontificalis*⁶⁹. Vou propor em seguida a lista dos *tituli* tradicionais de Roma elaborada por Louis Duchesne com a colocação geográfica segundo as quatorze regiões do imperador romano Augusto (27 a.C.-14 d.C.), um tema que retomarei no próximo capítulo dedicado aos cardeais-diáconos⁷⁰:

- *S. Xysti* ou *Crescentianae*, hoje São Sisto (*Regio I*);
- *Bizantii* ou *Bizantis-Pammachii*, hoje SS. João e Paulo (*Regio II*);
- *Aemiliana*, hoje SS. Quatro Mártires Coroados (*Regio II*);
- *Clementis*, hoje São Clemente (*Regio III*);
- SS. *Marcellini et Petri*, hoje SS. Marcelino e Pedro (*Regio III*);
- *Apostolorum* ou *Eudoxiae*, hoje São Pedro em Cadeia (*Regio III*);
- *Equitii*, hoje SS. Silvestre e Martinho nos Montes (*Regio III*);
- *Praxedis*, hoje Santa Praxedes (*Regio V*);
- *Pudentis*, hoje Santa Pudenciana (*Regio V*);
- *Eusebii*, hoje Santo Eusébio (*Regio V*);
- *Vestinae*, hoje Santo Vital (*Regio VI*);
- *Gaii*, hoje Santa Susana (*Regio VI*);

École Française de Rome, 1973, p. 17-20. Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 138-144. Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 109 e do mesmo autor *Circoscrizioni ecclesiastiche...*, p. 85-87.

⁶⁵ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 20.

⁶⁶ Para a definição de *titulus* veja-se Agostino Tesio – *Titolo*. *Enciclopedia Italiana Treccani*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/titolo_%28Enciclopedia-Italiana%29/. Consultado a 22/05/2020 e Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 147.

⁶⁷ Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 147-149.

⁶⁸ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 27.

⁶⁹ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 19.

⁷⁰ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 20-27, Christian Hülsen – *Le Chiese di Roma nel Medio Evo*. Firenze: Leo S. Olschki, 1927, p. 6-10, Michel Andrieu – *Les églises de Rome au Moyen Âge*. *Revue des Sciences Religieuses*. 9/4 (1929) 540-574 e Massimo Pautrier – *I Santi delle Chiese medievali di Roma (IV-XIV secolo)*. Roma: Lulu.com, 2013, em particular pp. 7-10 e 348-349. Para a tradução dos *tituli* em português utilizei: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_t%C3%ADtulos_cardinal%C3%ADcios. Consultado a 22/05/2020. Para a lista completa dos *tituli* até ao século XII, veja-se Rudolf Hüls – *Kardinäle...*, p. 145-218.

- *Cyriaci*, na Idade Média nomeada como São Ciriaco nas Termas Dioclecianas (desde 1587 chamada SS. Ciriaco e Julita, *Regio VI*);
- *Marcelli*, hoje São Marcelo (*Regio VII*);
- *Lucinae*, hoje São Lourenço em Lucina (*Regio IX*);
- *Damasi*, hoje São Lourenço em Dâmaso (*Regio IX*);
- *Marci* ou *Iuxta Pallacina*, hoje São Marcos (*Regio IX*);
- *Anastasiae*, hoje Santa Anastásia (*Regio XI*);
- *Fasciolae*, hoje SS. Nereu e Aquileu (*Regio XII*);
- *Balbinae* ou *Tigridae*, hoje Santa Balbina (*Regio XII*);
- *Sabinae*, hoje Santa Sabina (*Regio XIII*);
- *Priscae*, hoje Santa Prisca ou Santa Priscila (*Regio XIII*);
- *Julii et Callisti* ou *Sanctae Mariae*, hoje Santa Maria em Trastevere (*Regio XIV*);
- *Caeciliae*, hoje Santa Cecília (*Regio XIV*);
- *Chrysgoni*, hoje San Crisógono (*Regio XIV*).

Para além dos vinte cinco *tituli*, em Roma temos testemunhos de outras basílicas existentes nos séculos IV-VI, mas que não se tornaram titulares ou foram apenas elevadas a esse grau na Plena Idade Média: *S. Stephani* (*Regio II*); *Liberii* (*Regio V*); *Hierusalem* ou *Heleniana* (*Regio V*, mais tarde chamada Basílica de Santa Cruz em Jerusalém), *S. Andreae* (*Regio V*); *S. Bibianae* (*Regio V*), *S. Agathae* (*Regio VI*) e *S. Iulia* (*Regio VII*)⁷¹. Louis Duchesne, autor que continua a ser uma referência essencial para os estudos sobre a Igreja Romana medieval⁷², notava como nenhum dos *tituli*, com a exceção do *titulus Anastasiae* situado no limite da região XI perto do Palatino, se encontrava na zona central de Roma, muito importante também pelos cultos religiosos pagãos romanos, perto da *Via Sacra*, do Capitólio, do *Forum Romano* e o Circo Máximo (Regiões IV, VIII, X e XI)⁷³. Louis Duchesne justificava esta distribuição geográfica com o facto que no século IV, mesmo depois do Edito de Milão de 313 promovido pelo imperador Constantino que garantia liberdade de culto dentro do império romano⁷⁴, a maioria da população de Roma continuava a ser pagã e as comunidades cristãs romanas, sobreviventes às perseguições dos séculos precedentes, preferiram manter uma abordagem prudente e instalar as igrejas matrizes em áreas mais “periféricas” da cidade⁷⁵. Para Louis Duchesne a sua hipótese era validada pelo facto de que algumas das diaconias romanas (veremos o significado deste termo no Capítulo 4) dos séculos VII e VIII, numa época em

⁷¹ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 34-35.

⁷² Sobre o impacto da obra de Louis Duchesne, veja-se Charles Pietri – *Duchesne et la topographie romaine*. In *Actes du colloque Monseigneur Duchesne et son temps*. Rome: École Française de Rome, 1975, p. 23-48.

⁷³ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 30.

⁷⁴ Marta Sordi – *I cristiani e l'impero romano*. Milano: Jaca Book, 2004 (Nuova Edizione), p. 175-178.

⁷⁵ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 30-32.

que o Cristianismo era certamente dominante, foram instituídas na parte central e monumental de Roma e em edifícios públicos ao contrário dos *tituli*, que inicialmente, como vimos, eram casas ou edifícios privados⁷⁶. Esta interpretação foi parcialmente criticada por Charles Pietri, que não considerava a quase total ausência de *tituli* na zona das regiões IV, VIII, X e XI como o resultado das perseguições ou da condição ainda precária das comunidades cristãs. Para este historiador a instalação de edifícios nessa zona precisava de uma intervenção direta no *solo publico* romano, o que implicava uma ação pública imperial, condição que raramente aconteceu nos séculos IV-V⁷⁷. Os cardeais-presbíteros tinham um papel muito importante dentro das estruturas da Igreja Romana durante os séculos medievais. Eram membros do *Collegium Sacerdotum* ("O Colégio dos sacerdotes"), coordenado por um arquipresbítero o *Archipresbyter Sanctae Romanae Ecclesiae*, que se tornou no terceiro dignitário do episcopado romano depois do papa e do arqui-diácono⁷⁸. Os cardeais presbíteros eram também os chefes da comunidade clerical da Igreja Romana (sacerdotes, súbditos, clérigos) e eventualmente também dos monges que serviam os títulos, e tinham a importante tarefa de vigiar os cemitérios (*coemeteria*) do subúrbio romano⁷⁹. Para além disso, os cardeais-presbíteros eram atentamente selecionados dentro do clero de Roma; já desde o século VIII, eles eram formados e educados no *cubiculum pontificio* (os *cubicularii* eram parte da "família" do Papa, no sentido institucional não de consanguinidade, funcionários muito próximos do papa e/ou prelados ativos na administração pontifícia⁸⁰) ou na *schola cantorum* (a "escola dos cantores" instituída pelo Papa Gregório I *Magno*, 590-604⁸¹) para assumir estes cargos de responsabilidade⁸². Uma das funções fundamentais deste grupo de cardeais era a celebração da liturgia nas quatro basílicas maiores ou patriarcais (São Pedro em Vaticano, São Paulo Extramuros, Santa Maria Maior e São Lourenço Extramuros, que, juntamente com São João de Latrão, a Basílica da Santa Cruz em Jerusalém e a Basílica de São Sebastião, no século XVI constituirão o itinerário das "Sete Igrejas" de São Filippo Neri⁸³) para

⁷⁶ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 33.

⁷⁷ Charles Pietri – *Régions ecclésiastiques et paroisses romaines*. In *Actes du XIe congrès international d'archéologie chrétienne*. Rome: École Française de Rome, 1989, p. 1042.

⁷⁸ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 109-110.

⁷⁹ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 111.

⁸⁰ Francesco Tommasi – *Giovanniti al servizio dei papi (secc. XIII-XIV)*. In *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d'Alain Demurger*. Coord. de Philippe Josserand; Luís Filipe Oliveira; Damien Carraz. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, p. 293-219. In <https://books.openedition.org/cvz/1295?lang=it>. Consultado a 22/05/2020.

⁸¹ Christopher Alan Reynolds – *Papal Patronage and the Music of St. Peter's, 1380-1513*. Los Angeles: University of California Press, 1995, p. 130

⁸² Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 116.

⁸³ Massimo Pazienti – *Le guide di Roma tra medioevo e novecento: Dai mirabilia urbis ai baedeker*. Roma: Cangemi Editore, 2013, p. 106.

a liturgia hebdomadária⁸⁴. Mais uma vez podemos observar como o sistema litúrgico baseado num calendário semanal, ao longo dos séculos medievais moldou as estruturas da Igreja Católica. Para respeitar esse calendário de celebração semanal nas quatro basílicas maiores, o número de cardeais-presbíteros subiu até vinte oito durante os séculos medievais⁸⁵. Na opinião de Stephan Kuttner este número tinha sido atingido já na Alta Idade Média, enquanto Louis Duchesne achava que este processo foi completado apenas no século XII⁸⁶. Este importante desempenho na liturgia romana, na opinião de Stephan Kuttner, era o elemento fundamental que deu acesso aos presbíteros ao grau de cardeal da Igreja Romana; o cardinalado, então, era em primeiro lugar uma função litúrgica, que só progressivamente se tornou numa dignidade eclesiástica de alto nível, que ofereceu também a muitos prelados uma importante oportunidade de promoção social⁸⁷. Vale a pena abrir um pequeno parêntesis a propósito das celebrações litúrgicas em Roma na Alta Idade Média e em particular nas basílicas maiores, em que os monges tiveram, até à reforma canonical do século XI⁸⁸, um papel fundamental⁸⁹. O monaquismo, presente na cidade de Roma pelo menos desde o século IV⁹⁰, teve um peso muito relevante tanto para o Papado, em particular nos séculos VI-IX, como para a aristocracia urbana sobretudo desde o século X⁹¹. Os monges dos séculos altomedievais prestavam o seu serviço nas principais igrejas da cidade para a celebração do ofício divino (*Opus Dei*) e das orações nos horários canónicos de dia e de noite⁹². Como evidenciado pelo estudo de Lidia Capo, o serviço litúrgico monástico em Roma era tão importante, que era reconhecido tanto dentro da Igreja Católica (para Papa Gregório I *Magno* se os presbíteros não oficiavam corretamente a liturgia podiam ser substituídos por monges⁹³), como internacionalmente ao ponto de ter uma menção especial, pela sua extraordinária capacidade litúrgica, na obra de um dos

⁸⁴ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 111 e Horst Fuhrmann – *Germany in the High Middle Ages: C.1050-1200*. Trad. Ing. por Timothy Reuter. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 53.

⁸⁵ Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 148 e Tommaso di Carpegna Falconieri – *Circoscrizioni ecclesiastiche...*, p. 86.

⁸⁶ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 34-35. Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 148-149.

⁸⁷ Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 148-150. Werner Maleczek – *Il cardinalato come motore dell'ascesa sociale a Roma nei secoli XII e XIII*. In *La mobilità sociale nel Medioevo italiano*. Vol. 5 *Roma e la Chiesa (secoli XII-XV)*. Coord. de Cristina Carbonetti Vendittelli; Marco Vendittelli. Roma: Viella, 2017, p. 11-22. Claudia Zey – *Entstehung...*, p. 73-74.

⁸⁸ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 153-165 e 177 e sgs. Lidia Capo – *Monaci e monasteri nella storia di Roma attraverso le fonti della chiesa romana (secoli VI-X)*. *Reti Medievali Rivista*. 19/1 (2018) 323.

⁸⁹ Lidia Capo – *Monaci e monasteri...*, 304-324.

⁹⁰ Lidia Capo – *Monaci e monasteri...*, 305.

⁹¹ Lidia Capo – *Monaci e monasteri...*, 306-307.

⁹² Lidia Capo – *Monaci e monasteri...*, 308.

⁹³ Lidia Capo – *Monaci e monasteri...*, 317-318.

autores mais famosos do século VIII: Beda o *Venerável*⁹⁴. A historiografia moderna, penso por exemplo nos estudos de Giulia Barone e Umberto Longo, hoje reconhece cada vez mais o papel central do mundo monástico na cidade de Roma, não só pelos importantes papas de extração monástica dos séculos XI-XII⁹⁵ e a sua contribuição fundamental na gestão do culto e nas obras de assistência à povoação local e aos peregrinos, mas também pelo seu aporte teológico e eclesiológico na elaboração e na difusão da ideia de Primado Romano⁹⁶. Como no caso dos cardeais-bispos, também os presbíteros começaram a ter no século XI um papel sempre mais importante no governo papal na sua fase de reforma e internacionalização. Este processo teve consequências muito profundas nas estruturas dos *tituli* e do clero romano na Plena Idade Média. Nos séculos VIII-IX, o cardeal-presbítero era fortemente ligado ao seu título, de facto, a sua função na igreja matriz era a de pároco⁹⁷, tanto de subministrar diretamente o batismo aos fiéis e não participar por exemplo na liturgia estacional, ao contrário dos cardeais-bispos e dos diáconos, ou noutras formas específicas de liturgia papal; a união entre o cardeal e o seu título estava, portanto, fora de discussão⁹⁸. Na segunda metade do século XI os cardeais-presbíteros, empenhados na Cúria a nível europeu, separaram-se progressivamente dos seus títulos de referência, que começaram a ser administrados efetivamente por uma figura chamada *archipresbyter* (arquipresbítero ou "arciprete" em italiano), definida no IV Concílio Lateranense como vigário do cardeal⁹⁹. Este tipo de prelado não deve ser confundido ou sobreposto ao *archipresbyter* que presidia o *Sacrum Collegium* e o *archipresbyter* das basílicas¹⁰⁰, ou seja, um grupo especial de arquipresbíteros que dirigiam os cónegos e administravam a vida paroquial e parte da liturgia nas basílicas maiores e que, mais tarde, foram elevados ao grau de cardeais¹⁰¹. Esta separação entre o cardeal-presbítero e o seu título, e a introdução do arquipresbítero ao longo do século XI nas igrejas matrizes de Roma, pode ser interpretada como um exemplo da fratura entre o clero papal e o clero da *Urbs*, que já foi abordada, e que se tornará também uma divisão normada juridicamente com o nascimento da *Romana Fraternitas* em 1143, instituição que reunia e representava

⁹⁴ Lidia Capo – *Monaci e monasteri...*, 317-323.

⁹⁵ Ian Stuart Robinson – *The Papacy...*, p. 211.

⁹⁶ Umberto Longo – *I cistercensi...*, p. 330-345. Veja-se também Giulia Barone – *Chierici, monaci e frati. In Roma Medievale*. Coord. de André Vauchez. Roma-Bari: Laterza, 2001, p. 187-212.

⁹⁷ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Prime considerazioni...*, p. 87.

⁹⁸ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 112-113. Sobre a prática do batismo nos *tituli*, veja-se também Pietri Charles – *Régions ecclésiastiques...*, p. 1061-1062.

⁹⁹ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 128. Dello stesso autore si veda *La curia romana tra XI e XIII secolo: a proposito di libri già scritti e di libri che mancano ancora*. In *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: UCP-CEHR, 2005, p. 195-203.

¹⁰⁰ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 110 e 173-176.

¹⁰¹ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 172-173.

o *clero Urbis*¹⁰². Os arquipresbíteros dos títulos tinham poder e prestígio em Roma e até um arquipresbítero, Maginulfo, foi eleito *papa* ou *antipapa* com o nome de Silvestre IV (1105-1111), em oposição ao candidato eleito pelos cardeais adversários do *antipapa* Clemente III, ou seja, Papa Pascoal II, sinal evidente da distância cada vez maior entre os dois grupos de eclesiásticos¹⁰³. O processo de separação entre o cardeal e o seu título será ainda mais forte no século XIII com a instituição dos cardeais *sine titulo* (“sin título”), completamente desligados do rol de pároco e administrador no sistema tradicional das igrejas matrizes romanas¹⁰⁴.

4. Os cardeais-diáconos

Os diáconos constituíam uma figura muito complexa dentro da estrutura da Igreja de Roma, tendo conta que desde a origem do Cristianismo na *Urbs* estavam entre os eclesiásticos mais importantes¹⁰⁵. A tradição historiográfica atribuiu ao Papa Fabiano (236-250) a instituição de sete regiões eclesiásticas em que era organizado o território da cidade, uma forma de enquadramento religioso dos fiéis, mas que não necessariamente tinha também um valor de divisão administrativa e civil para a povoação¹⁰⁶. Em Roma existiram durante os séculos medievais diferentes sistemas de organização do território e gestão dos recursos urbanos e distintas formas de representação e percepção do espaço da cidade e dos seus habitantes¹⁰⁷, que respondiam a lógicas e são documentadas por fontes de diversas tipologias e cronologias, que merecem sempre uma investigação atenta, específica e contextualizada historicamente¹⁰⁸. Cada região eclesiástica era administrada por um diácono (os sete diáconos eram também chamados *diaconi regionarii* e até ao pontificado de Gregório I Magno constituíram o conselho do pontífice¹⁰⁹)

¹⁰² Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 171 e 241-250.

¹⁰³ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 170-171. Sobre a relação entre Pascoal II, o *antipapa* Clemente III e o *antipapa* de Pascoal II, Teodorico/Adalberto bispo de Silva Candida, veja-se Glauco Maria Cantarella – *Pasquale II e il suo tempo*. Napoli, 1997, p. 52-57.

¹⁰⁴ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 128.

¹⁰⁵ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 128-129.

¹⁰⁶ «Vers le milieu du IIIe siècle, le pape Fabien avait réparti entre ses sept diacres les divers quartiers de la ville et créé ainsi sept circonscriptions ecclésiastiques», citação de Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 18.

¹⁰⁷ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 128.

¹⁰⁸ Louis Duchesne – *Les régions de Rome au moyen-âge. Mélanges d'archéologie et d'histoire*. 10 (1890) 127. Pietri Charles – *Régions ecclésiastiques...*, p. 1043-1044, Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 179 e Tommaso di Carpegna Falconieri – *Circoscrizioni ecclesiastiche...*, p. 77-79. Sobre a evolução da figura do *diácono*, vejamos o excelente trabalho de Adélio Fernando Abreu – *O Diaconado Permanente ao longo da História: da emergência ao desaparecimento. Revista de Humanística e Teologia*. 29 (2008) 37-63 e também Louis Duchesne – *Le sedi episcopali...*, p. 410 e sgs.

¹⁰⁹ Friedrich Kemp – *Movimenti di Rinnovamento e di Riforma*. In *Storia della Chiesa. Volume IV Il primo medioevo: progressivo distacco da Bisanzio, l'epoca carolingia, gli Ottoni e la riforma gregoriana (VIII-XII*

enquadrado no *Patriarchium Lateranense*¹¹⁰. O arqui-diácono, o primeiro dignitário da Igreja Romana depois do papa, coordenava os diáconos regionais e as outras figuras administrativas das regiões eclesiásticas romanas, ou seja, os sete subdiáconos e os acólitos regionais¹¹¹. Portanto, os diáconos regionais eram na Alta Idade Média membros de um sistema centralizado e não eram diretamente ligados aos territórios, ou a uma igreja de competência, como por exemplo os cardeais-presbíteros¹¹². Agora, é necessário especificar as outras tipologias de organização administrativa romanas para evitar equívocos na leitura das fontes ou das obras historiográficas, porque existiam mais duas estruturas regionais civis que em certos momentos precisos da história de Roma coexistiram no espaço urbano com as sete regiões eclesiásticas, desempenhavam funções diferentes e que não estavam necessariamente relacionadas entre elas¹¹³. A primeira organização territorial era a das quatorze regiões do imperador Augusto, um sistema que entrou em crise na fase final do império. A partir daquele momento e durante o período bizantino de Roma (em particular nos séculos VI-VII em que o Papado teve uma forte influência grega, antes das crises entre Roma e Constantinopla e o *scisma* do século XI¹¹⁴) a divisão eclesiástica começou a ter cada vez mais importância¹¹⁵. Contudo, a divisão eclesiástica em sete regiões, na época imperial e tardo antiga provavelmente não substituiu de todo a organização imperial, mas os dois sistemas coexistiram em Roma¹¹⁶. Segundo a reconstrução de Giovanni Battista de Rossi, as regiões eclesiásticas, de facto, parecem uma forma de encorpamento parcial das regiões do imperador romano Augusto, um sistema que permitia suportar os fiéis de Roma, dentro de um espaço urbano em que a distribuição da povoação e as dinâmicas demográficas entre a Tarda Antiguidade e Alta Idade Média mudaram sensivelmente¹¹⁷. Finalmente, outra divisão admi-

sec.). Coord. de Hubert Jedin. Milano: Jaca Book, 1972, p. 8. Veja-se também John F. Romano – *Liturgy and Society in Early Medieval Rome*. London & New York: Routledge, 2016 (Nova Edição), p. 229 e 247.

¹¹⁰ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 133.

¹¹¹ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 128-130

¹¹² Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 133-136.

¹¹³ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Circostrizioni ecclesiastiche...*, p. 77-80.

¹¹⁴ Paolo Delogu – Il passaggio dall'Antichità al Medioevo. In *Roma Medievale...*, p. 11-17. Sobre a questão do *scisma* de 1054, e o seu contexto, veja-se o inovador trabalho de Nicola Naccari – *Esportare le riforme. Primato papale e ecclesiologia nei rapporti con la Chiesa greca tra XI e XII secolo*. In *Contra Latinos et adversus Graecos. The separation between Rome and Constantinople from the Ninth to the Fifteenth Century*. Coord. de Alessandra Bucossi; Anna Calia. Leuven-Paris-Bristol: Peeters, 2020, 134-152.

¹¹⁵ Giovanni Battista de Rossi – *La Roma sotterranea cristiana*. Vol. III. Roma: Cromo-Litografia Pontificia, 1877, p. 514-517, Louis Duchesne – *Régions...*, p. 127-128, Paolo Delogu – *Il passaggio...*, p. 3-40 e Andrea Argenti – *Il Palatino nel Medioevo: archeologia e topografia (secoli VI-XIII)*. Roma: L'«Erma» di Bretschneider, 1996, p. 11-13.

¹¹⁶ Letizia Pani Ermini – *La Roma di Gregorio Magno*. In *Lorbis christianus antiquus di Gregorio Magno*. Vol. I. Coord. de Letizia Pani Ermini. Roma: Società romana di storia patria, 2007, p. 35.

¹¹⁷ Giovanni Battista de Rossi – *La Roma ...*, p. 514-517 e Paolo Delogu – *Il passaggio...*, p. 3-40.

nistrativa de Roma era a das regiões (ou *rioni*, “bairros”) – doze no século XII e treze no século XIV –, que aparecem mencionadas pela primeira vez na *Vita* de Papa Gelásio II de Pandolfo de Alatri, mas que provavelmente existiam em Roma já desde o século X¹¹⁸. Esta organização administrativa não estava relacionada com as regiões de Augusto ou com as eclesiásticas presididas pelos diáconos¹¹⁹. Louis Duchesne achava que estas regiões civis (encorpamento dos vários núcleos habitados de Roma¹²⁰) derivavam diretamente da organização do espaço urbano durante o período do controlo bizantino de Roma, enquanto hoje os estudos mais recentes tendem a ver as regiões/*rioni* como uma forma de enquadramento da povoação romana ligada às exigências militares¹²¹. As regiões/*rioni* não eram a continuação direta da organização bizantina, mas partilhavam o mesmo critério de base¹²². O quadro romano complica-se ulteriormente nos séculos VII-VIII, quando em Roma aparecem as diaconias, estruturas eclesiásticas (cuja relação com os mosteiros é ainda objeto de debate entre os historiadores¹²³) que assistiam os fiéis da cidade¹²⁴. Apesar da terminologia altomedieval, diácono/diaconias, as duas instituições não tinham qualquer ligação fixa entre elas até aos séculos XI e XII, quando os cardeais-diáconos (o título de *diaconus cardinalis* aparece pela primeira vez em 769¹²⁵) começaram a assinar a documentação papal, associando o próprio nome a uma igreja de diaconia, como faziam os cardeais-presbíteros com os *tituli*, fenómeno evidente, por exemplo, na documentação de Papa Pascoal II¹²⁶. Nas subscrições dum documento papal de 1116 (em que, entre os *subscriptores*, aparece o bispo do Porto D. Hugo¹²⁷) podemos ver claramente a associação entre presbítero e título («Ego Anastasius cardinalis presbyter tituli B. Clementis, interfui et subscripsi», “Eu Anastásio, cardeal-presbítero do título de São Clemente, estive

¹¹⁸ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Sulle prime attestazioni...*, 78-80.

¹¹⁹ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Sulle prime attestazioni...*, 73-74.

¹²⁰ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Sulle prime attestazioni...*, 77.

¹²¹ Louis Duchesne – *Régions...*, p. 149, Tommaso di Carpegna Falconieri – *Sulle prime attestazioni...*, 79. Sobre os *Rioni* veja-se também o clássico de Camillo Re – *Le regioni di Roma nel Medio Evo. Studi e documenti di storia del diritto*. 10 (1889) 349-381 e as obras de Chris Wickham – *Medieval Rome: Stability and Crisis of a City, 900-1150*. Oxford: University Press, 2015, p. 120-123 e Jean-Claude Maire Vigueur – *L'altra Roma. Una storia dei romani all'epoca dei comuni (secoli XII-XIV)*. Torino: Einaudi, 2013, p. 131-140.

¹²² Tommaso di Carpegna Falconieri – *Sulle prime attestazioni...*, p. 77-80.

¹²³ Lidia Capo – *Monaci e monasteri...*, 311-313.

¹²⁴ Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 181-189.

¹²⁵ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 128.

¹²⁶ Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 198. Sobre os *subscriptores* de Pascoal II veja-se Philippus Jaffé; Samuel Löwenfeld – *Regesta Pontificum Romanorum*. Vol. I. Leipzig: Veit et comp., 1885, p. 657-658.

¹²⁷ Andrea Mariani; Francesco Renzi – Redescubrir un obispo ibérico del siglo XII: Hugo de Oporto y el contexto político-eclesiástico del Condado de Portugal (1112-1136). In *Sociedad, Cultura y Religión en la Plena Edad Media*. Coord. de Andrea Vanina Neyra; Victoria Casamiquela Gerhold. Buenos Aires: IMHICIHU-CONICET, 2019, p. 78.

presente e subscrevi"¹²⁸) e entre diácono e igreja de diaconia («Ego Aldo, diaconus cardinalis venerabilis diaconii Sanctorum Sergii et Bacchi, subscripsi», "Eu Aldo, cardeal-diácono dos Santos Sérgio e Baco, subscrevi"¹²⁹). Entre os séculos XI-XII o número de diaconias e cardeais-diáconos fixou-se em dezoito¹³⁰. Portanto, nessa época começamos a ter uma ideia mais definida do número teórico (muitas vezes as sedes podiam estar vacantes ou ter mais que um cardeal, por exemplo quando havia um scisma entre dois pontífices, dado que os *antipapas* podiam nomear *pseudo-cardeais* ou *anticardeais*¹³¹) dos componentes do *Sacrum Collegium* pleno medieval, divididos entre bispos, presbíteros e diáconos¹³². Em seguida reproduzo a lista elaborada por Louis Duchesne das dezoito diaconias romanas (séculos XI-XII), geograficamente distribuídas segundo as regiões de Augusto:

- Santa Maria em Dominica (*Regio II*).
- Santa Lucia em Orphea ou *Silice* (*Regio III*);
- SS. Cosma e Damião (*Regio IV*);
- Santa Maria Antiqua (*Regio IV*);
- SS. Vito, Modesto e Crescência (São Vito in *Macello Martyrum*, *Regio V*);
- Santa Ágata dos Góticos (ou "em Suburra", *Regio VI*);
- Santa Maria na *Via Lata* (*Regio VII*);
- São Teodoro (*Regio VIII*);
- SS. Sérgio e Baco (*Regio VIII*);
- Santo Adriano no Fórum (*Regio VIII*);
- Santo Angelo em *Pescheria* (*Regio IX*);
- Santa Maria em Aquiro (*Regio IX*);
- Santo Eustáquio (*Regio IX*);
- Santa Lúcia em *Septisolio* (*Regio X*);
- Santa Maria em Cosmedin (*Regio XI*);
- São Jorge em Velabro (*Regio XI*);
- SS. Nereu e Aquileu (*Regio XII*). Após o VII século foi convertido numa diaconia e posteriormente de novo em *titulus*;
- São Bonifácio (*Regio XIII*, São Bonifácio e SS. Nereu e Aquileu foram substituídas por Santa Maria no Pórtico de Otávia e São Nicolau no Cárcere)¹³³.

¹²⁸ JL 4811 (Latrão março 24 1116) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CDLXVI, cols. 402- 404. Sobre a figura de Anastácio de São Clemente, veja-se Rudolf Hüls – *Kardinäle...*, p. 161-162.

¹²⁹ JL 4811 (Latrão março 24 1116) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CDLXVI, cols. 402- 404. Sobre a figura de Aldo dos SS. Sérgio e Baco, veja-se Rudolf Hüls – *Kardinäle...*, p. 241-242.

¹³⁰ Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 198.

¹³¹ Gaetano Moroni – *Dizionario di erudizione storico-ecclesiastica da s. Pietro sino ai nostri*. Venezia: Tipografia Emiliana, 1840, col. 163.

¹³² Claudia Zey – *Entstehung...*, p. 66-70 e 75-76. Anna Sammassimo – *Cardinalato...*, p. 134.

¹³³ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 37-39. Para a lista completa das diaconias no século XII, veja-se Rudolf Hüls – *Kardinäle...*, p. 219-244. Para a tradução dos nomes em português utilizei

Segundo Stephan Kuttner, ao diácono regional, que começou a estar associado a uma igreja de diaconia, foi estendido o modelo dos *tituli* que já se tinha plenamente afirmado no sistema da Igreja Romana¹³⁴. Este progressivo processo de homologação tem sido mais recentemente criticado por Tommaso di Carpegna Falconieri. Na opinião do historiador italiano este processo remontava já ao século IX com a crise profunda do sistema regional da cidade¹³⁵. Naquela situação os *diaconi regionarii*, começaram a aproximar-se das diaconias e a ter um papel sempre mais significativo nestas estruturas eclesíásticas, ao ponto de ter exemplos de diáconos a administrar diaconias já no século XI¹³⁶. Desta forma, os diáconos podiam manter, através das diaconias, uma forma de controlo sobre o território romano, dado que as diaconias eram uma referência muito importante para a povoação de Roma e desempenhavam tarefas muito semelhantes das dos diáconos regionais, como a distribuição da *annona* entre os cidadãos (de facto o abastecimento alimentar da comunidade) e assistência aos habitantes locais¹³⁷. A partir do século X, portanto, assiste-se em Roma a um processo de descentralização do poder; dos diáconos todos enquadrados no *Patriarchium* em Latrão, a cardeais-diáconos ligados a uma igreja de diaconia, que operavam numa zona concreta da cidade, sistema que obviamente não impedia a circulação dos clérigos romanos dentro do espaço urbano¹³⁸. Finalmente, como temos observado, as disposições de Papa Estevão III estabeleciam que os pontífices tinham que ser escolhidos entre os presbíteros e os diáconos, mas a partir do século X o número de papas diáconos diminuiu fortemente¹³⁹. Michel Andrieu individuou a causa deste fenómeno no facto que, a partir do século X, para aceder ao trono de São Pedro, o candidato tinha primeiro que ser ordenado sacerdote (como no caso do arqui-diácono Ildebrando, futuro Papa Gregório VII), condição que excluía a maioria dos diáconos¹⁴⁰. As fontes medievais representam com uma linguagem diferente as eleições de um candidato papal baseado na sua condição pregressa. Por exemplo, os *Annales Romani* descrevem a eleição de Gelásio II (João de Gaeta, monge de Montecassino e chanceler da Igreja Romana) em duas fases: ordenação sacerdotal e consagração do eleito («No dia seguinte, sábado, o referido Gelásio II foi ordenado presbítero e no domingo foi consagrado pontífice»¹⁴¹), enquanto Orderico Vital ao apresentar a eleição de Calisto II (Guido, arcebispo de Vienne,

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_t%C3%ADtulos_cardinal%C3%ADcios. Consultado a 28/05/2020.

¹³⁴ Stephan Kuttner – *Cardinalis...*, 198.

¹³⁵ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 131-136.

¹³⁶ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 132.

¹³⁷ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 134.

¹³⁸ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 133.

¹³⁹ Michel Andrieu – *La carrière...*, 113.

¹⁴⁰ Michel Andrieu – *La carrière...*, 107.

¹⁴¹ *Annales Romani*. In *MGH, Scriptores*. Vol. V. Ed. Georg H. Pertz. Hannover: IBAH, 1844, p. 477.

já ordenado sacerdote) utiliza o verbo *intronizare* ("pôr no trono") para a eleição do novo papa¹⁴². Concluimos este capítulo com as listas das várias divisões administrativas e eclesiásticas de Roma entre a época imperial e a Idade Média:

1) Regiões do imperador Augusto:

- *Regio I-Porta Capena*;
- *Regio II-Celimumtius*;
- *Regio III-Isis et Serapis*;
- *Regio IV-Templum Pacis*;
- *Regio V-Esquiliae*;
- *Regio VI-Alta Semita*;
- *Regio VII-Via Lata*;
- *Regio VIII-Forum Romanum*;
- *Regio IX-Circus Flaminius*;
- *Regio X-Palatium*;
- *Regio XI-Circus Maximus*;
- *Regio XII-Piscina Publica*;
- *Regio XIII-Aventinus*;
- *Regio XIV-Trans Tiberim*¹⁴³.

2) As treze regiões civis ou *rioni* (lista do século XIV)¹⁴⁴:

- Monti
- Trevi
- Colonna
- Campo Marzio
- Ponte
- Sant'Eustachio
- Trastevere
- Regola
- Parione
- Pigna
- Sant'Angelo
- Ripa
- Campitelli

3) As sete regiões eclesiásticas altomedievais segundo o estudo de Giovanni Battista de Rossi publicado em 1877¹⁴⁵:

- *Região I*: A primeira região eclesiástica estendia-se às áreas incluída nas regiões XII e XII da divisão imperial de Augusto;
- *Região II*: A segunda região eclesiástica ocupava as zonas do *Caelimontius* e do Foro Romano (Regiões de Augusto II e VIII);

¹⁴² *The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis*. Vol. VI. Ed. Marjorie Chibnall. Oxford: Clarendon Press, 1969, p. 209 (a tradução em português do latim é nossa) e Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 80-92.

¹⁴³ Louis Duchesne – *Titres et les diaconies...*, p. 20-27.

¹⁴⁴ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Sulle prime attestazioni...*, 73.

¹⁴⁵ Giovanni Battista de Rossi – *La Roma...*, p. 514-517. Veja-se também Pietri Charles – *Régions ecclésiastiques...*, p. 1041-1042.

- *Região III*: A terceira região eclesiástica correspondia aos territórios das regiões civis III e V;
- *Região IV*: A quarta região eclesiástica agrupava as regiões IV e VI de Augusto, *Forum* ou *Templum Pacis* e *Alta Semita*;
- *Região V*: A quinta região eclesiástica correspondia à *Regio VII, Via Lata*;
- *Região VI*: A sexta região eclesiástica segundo Giovan Battista De Rossi devia corresponder à *Regio IX* de Augusto, ou seja, *Circus Flaminius*;
- *Região VII*: A sétima região eclesiástica correspondia a *Trans Tiberim* (*Regio XIV*) a única região de Augusto da margem direita do Tíbre (onde se encontram também São Pedro e o Vaticano). Este é o único caso, também por razões geográficas, em que a região romana civil, a região eclesiástica e a região/*rione* medieval coincidem.

5. A eleição do Papa: O *Decretum* de 1059, os cardeais e o clero urbano de Roma¹⁴⁶

O ano de 1059 é um momento de mudança importantíssimo nas relações entre os cardeais, o Papado e o clero urbano de Roma, graças à redação de um documento conhecido como *Decretum in Electione papae* ou *in coena Domini*¹⁴⁷. Trata-se de um texto de enorme relevância que modificava profundamente as modalidades de eleição do pontífice, com a introdução de algumas sensíveis modificações ao procedimento estabelecido em 769 pelo Papa Estevão III. As normas do século VIII insistiam particularmente no facto que o papa tinha que ser escolhido entre os membros, presbíteros ou diáconos, só e exclusivamente do clero de Roma¹⁴⁸. Sabemos que durante a Alta Idade Média a praxis da eleição papal tinha progressivamente mudado com o acesso dos bispos ao trono de Pedro e que as disposições sobre a proibição dos leigos de interferir com a escolha do papa nem sempre tinham funcionado; basta pensar nos episódios de eleições papais dos séculos IX e X (Sérgio II, 844-847, Estevão V 885-891, João XII, 955-964) inseridas nas biografias do *Liber Pontificalis*, em que o povo de Roma (distinto em muitos casos entre *populus* e *vulgus*¹⁴⁹), interveio na eleição¹⁵⁰. Contudo,

¹⁴⁶ Neste Capítulo 5, proponho uma versão atualizada do meu Francesco Renzi – *Uno sguardo...*, p. 283-314.

¹⁴⁷ Glauco Maria Cantarella – *Il sole e la luna...*, p. 64.

¹⁴⁸ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 22.

¹⁴⁹ Como evidenciado por Chris Wickham, o termo *populus* (“povo”) era oposto a *nobiles* (“nobres”), mas o seu significado era muito ambíguo e não especifica uma grande massa de pessoas indistintas (como parece significar o termo *vulgus*, “vulgo”), mas grupos pequenos de atores e líderes políticos, cuja composição variava com base na época, no contexto (civil ou eclesiástico) e no ponto de vista de quem escrevia. Cf. Chris Wickham – *Rome...*, p. 262-263 e para algumas menções do termo *vulgus*, veja-se Francesco Renzi – *Uno sguardo...*, p. 310-311

¹⁵⁰ Para as biografias dos papas referidos, cf. o *Liber Pontificalis*. Vol. II. Ed. Louis Duchesne. Paris: Ernest Thorin Editeur, 1892, p. 192, 195 e 256. Francesco Renzi – *Uno sguardo...*, p. 310-311. Agostino Paravicini

o *Decretum* de 1059 mudava completamente o panorama da eleição pontifícia. Estas modificações da normativa do século VIII, foram inseridas para justificar a eleição papal em 1058 de Nicolau II (1058-1061), ou seja, Gerardo bispo de Florença¹⁵¹, uma eleição que teve lugar em Siena (Toscânia) durante a crise sucessiva à morte do Papa Estevão IX (†1058)¹⁵². A aristocracia romana, aproveitando a vacância do poder imperial (Henrique III tinha falecido em 1056 e o futuro Henrique IV era ainda menor¹⁵³), tentou eleger imediatamente após a morte do pontífice o próprio candidato, Bento X (João bispo de Velletri, 1058¹⁵⁴), uma eleição que foi declarada ilegítima pelos eclesiásticos do entorno do recém-falecido Estevão IX¹⁵⁵. Na opinião de Tommaso di Carpegna Falconieri este episódio marcou a primeira fratura evidente entre os cardeais e o resto da cidade de Roma¹⁵⁶. O *Decretum in Electione Papae* de 1059, de facto, estabelecia que a escolha do pontífice era essencialmente reservada aos cardeais – em primeiro lugar aos cardeais-bispos e em segundo aos cardeais “clérigos”, ou seja, os presbíteros e os diáconos¹⁵⁷ – e que o papa não devia ser obrigatoriamente escolhido entre os membros do clero romano¹⁵⁸. Na *Vita* de Gelásio II temos uma detalhada descrição do trabalho dos cardeais para a eleição do papa e o cronista, Pandolfo de Alatri, até indica a igreja romana, Santa Maria de Pallara (hoje conhecida como Igreja de São Sebastião no Palatino, situada a menos de quinhentos metros do Colosseo em Roma¹⁵⁹), em que este grupo se tinha retirado, juntamente com

Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 19-20.

¹⁵¹ Para uma panorâmica geral sobre a figura do Papa Nicolau II, cf. Annamaria Ambrosioni; Alfredo Lucioni – Niccolò II, papa. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. In [http://www.treccani.it/enciclopedia/papa-niccolo-ii_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/papa-niccolo-ii_(Dizionario-Biografico)/). Consultado a 26/05/2020.

¹⁵² Para as disposições de Estevão III de 769, cf. *Concilium Romanum a. 769...*, em particular p. 86; para a edição do *Decretum in Electione papae*, veja-se o *Decretum in Electionis pontificiae*. In MGH, *Constitutiones et acta publica imperatorum et regum*. Vol. I, a. 911-1197. Ed. Ludwig Weiland. Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1893, p. 538-540 e Hans-Georg Krause – *Das Papstwahldekret von 1059 und seine Rolle im Investiturstreit*. Roma: Ist. Grafico Tiberino, 1960, p. 101-106. Sobre este tema veja-se com atenção Glauco Maria Cantarella – *Il sole e la luna...*, p. 64-66 e Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 19-21.

¹⁵³ Glauco Maria Cantarella – Il papato: riforma, primato e tentativi di egemonia. In *Storia Medievale*. Coord. de Enrico Artifoni. Roma: Donzelli Editore, 1998, p. 277.

¹⁵⁴ Ovidio Capitani – Benedetto X, antipapa. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. Volume 8. Roma: Treccani. 1966. In [http://www.treccani.it/enciclopedia/antipapa-benedetto-x_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antipapa-benedetto-x_(Dizionario-Biografico)/). Consultado a 30/06/2020.

¹⁵⁵ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 19-20.

¹⁵⁶ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Prime considerazioni...*, p. 104-112.

¹⁵⁷ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 20.

¹⁵⁸ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 21. *Decretum in Electionis pontificiae...*, p. 539-540. Veja-se também Venício Marcolino – O decreto de 1059 sobre a eleição do papa. *Didaskalia*. 6 (1976) 65-94.

¹⁵⁹ Laura Marchiori – Medieval wall painting in the church of Santa Maria in Pallara, Rome: the use of objective dating criteria. *Papers of the British School at Rome*. 77 (2009) 225.

outros eclesiásticos e alguns leigos, para escolher o novo pontífice¹⁶⁰. Ainda não se pode falar plenamente de conclave (instituído só a partir de 1274¹⁶¹), mas este episódio mostra muito bem como este grupo, mesmo fisicamente, se separava (ou melhor: tentava fazê-lo), do resto da cidade durante o processo de eleição¹⁶². Para além disso, a eleição do papa podia ter lugar também fora de Roma (Papa Calisto II, por exemplo foi eleito em Cluny¹⁶³) e ao clero urbano de Roma e aos habitantes da cidade era reservado apenas o direito de dar posteriormente o próprio consenso ao eleito, o candidato escolhido pelos cardeais¹⁶⁴. A mudança era realmente fortíssima no que diz respeito à tradição romana medieval precedente. Como observaram Mary Stroll, Glauco Maria Cantarella e Agostino Paravicini Bagliani, um dos pontos mais controversos do *Decretum* era a relação entre a eleição papal e o papel do imperador e rei de Alemanha¹⁶⁵. Entre os séculos V e IX, existia em Roma a praxis de avisar o imperador em Constantinopla, os reis da dinastia pipinida, aliados dos papas contra os longobardos, ou os imperadores. Para além disso, o *Privilegium Othonis* de 962, outorgado por Otão I¹⁶⁶, previa teoricamente que a eleição do papa tivesse a presença do imperador ou dos seus emissários¹⁶⁷. O *Decretum* elaborado numa situação de urgência e na ausência do poder imperial em Roma, falava genericamente de guardar a “honra” e a “reverência” devida ao rei de Alemanha Henrique, futuro imperador Henrique IV¹⁶⁸, mas sem especificar exatamente o que isto queria dizer e comportava num plano operativo. O imperador tinha que ser avisado antes da eleição? O imperador tinha que aprovar previamente o candidato? Ou ele podia ser avisado posteriormente e confrontado diretamente com um dado consumado¹⁶⁹? O tema é ainda mais complexo, se pensamos que existia também outra versão do *Decretum* de 1059,

¹⁶⁰ Para a o nome da igreja veja-se a *Vita Gelasii II*. In *Liber Pontificalis* (Ed. Louis Duchesne, vol. II)..., p. 313.

¹⁶¹ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 30-51.

¹⁶² Para uma bibliografia atualizada sobre a questão da eleição de Gelásio II, por questões de espaço, veja-se Francesco Renzi – *Uno sguardo...*, p. 291-297, e, com particular atenção, as obras de Louis Duchesne, Mary Stroll e Ian Stuart Robinson mencionadas nas notas de rodapé.

¹⁶³ Mary Stroll – *Calixtus II (1119-1124). A Pope born to rule*. Leiden-Boston: Brill, 2004, p. 59-64.

¹⁶⁴ *Decretum in Electionis pontificiae...*, p. 539.

¹⁶⁵ Sobre este aspeto é fundamental a leitura de Ovidio Capitani – *Tradizione e interpretazione...*, p. 49-83. Mary Stroll – *The Medieval Abbey of Farfa: Target of Papal and Imperial Ambitions*. Leiden-New York-Köln: Brill, 1997, p. 145-153, Glauco Maria Cantarella – *Il sole e la luna...*, p. 65 a Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 21.

¹⁶⁶ Giuseppe Sergi – *The Kingdom of Italy*. In *The New Cambridge Medieval History: C. 900-c.1024*. Vol. III. Coord. de Timothy Reuter. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 359.

¹⁶⁷ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 15-19.

¹⁶⁸ *Decretum in Electionis pontificiae...*, p. 540. Sobre as referências a Henrique IV contidas no *Decretum*, veja-se Annamaria Ambrosioni – Niccolò II. In *Enciclopedia dei papi*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/niccolò-ii_%28Enciclopedia-dei-Papi%29/. Consultado a 11/02/2019.

¹⁶⁹ Glauco Maria Cantarella – *Il papato: riforma, primato e egemonia...* p. 277-278.

chamada versão B ou “versão imperialista” segundo a definição de Ian Stuart Robinson¹⁷⁰, em que, além de não haver diferenças hierárquicas entre os cardeais, o papel do imperador parece muito mais ativo na escolha do papa¹⁷¹. Algumas das fontes sobre o scisma entre Gelásio II e o candidato imperial Gregório VIII, o arcebispo de Braga Maurício “Burdino”, insistem na “irritação” do imperador Henrique V (†1125) por não ter sido avisado da escolha de Gelásio II, uma das razões que o levou à promoção do seu papa, ou *antipapa*, Maurício, vindo do episcopado do então condado de Portugal¹⁷². Perante esta situação o clero urbano da cidade, por enquanto excluído da eleição papal, em muitos casos fez oposição ao candidato escolhido pelos cardeais e promoveu um seu membro como papa, como referido, ou apoiou o candidato imperial na Sé Apostólica contra as escolhas dos cardeais do *Sacrum Collegium*¹⁷³. Como pontualmente observado por Tommaso di Carpegna Falconieri, também na Alta Idade Média em Roma existiam diferenças, no momento da eleição papal entre os *procures de clero* (“os primeiros, os nobres do clero”) e o conjunto dos outros clérigos romanos, mas desde a segunda metade do século XI, as distâncias eram enormes e não recuperáveis entre o clero papal e o clero urbano¹⁷⁴. O *Decretum* e as suas disposições representavam uma transformação tão grande que até gerou muitas divisões dentro do mesmo clero papal. Eclesiásticos como Pier Damiani defenderam fortemente as disposições de 1059¹⁷⁵, enquanto, estas decisões nem sempre foram partilhadas pelo resto dos cardeais, como demonstra a exclusão do *Decretum*, pela sua incompatibilidade com a tradição romana, da coleção canónica redigida em 1086-1087 pelo cardeal Deusdedit¹⁷⁶. Promovido para resolver uma situação de emergência,

¹⁷⁰ Veja-se com atenção Ian Stuart Robinson, *The Papacy...*, p. 35-36 e Mary Stroll, *The Medieval Abbey...*, p. 154-174 e da mesma investigadora *Calixtus II...*, p. 183 e a nota n. 14 e *Popes and Antipopes: The Politics of Eleventh Century Church Reform*. Leiden-Boston: Brill, 2012, p. 83-93.

¹⁷¹ *Decretum elections a wibertinis vitiatum*. In *MGH, Constitutiones et acta publica imperatorum et regum*. Vol. I, a. 911-1197. Ed. Ludwig Weiland. Hannover: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1893, p. 543.

¹⁷² Francesco Renzi – Uno sguardo..., p. 297-302.

¹⁷³ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 67-75.

¹⁷⁴ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 97-98.

¹⁷⁵ Sobre a *Disceptatio Synodalis* de Pier Damiani escrita em defesa do *Decretum* de 1059, a obra essencial de referência é Ovidio Capitani – *Tradizione ed interpretazione...*, p. 4-9 e 142-174. De Ovidio Capitani veja-se também La riforma della chiesa e la lotta per le Investiture. *Storia della società italiana*. 5 (1984) 279-344. Umberto Longo, Pier Damiani. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/pier-damiani_%28Dizionario-Biografico%29/. Consultado a 10/10/2018.

¹⁷⁶ Glauco Maria Cantarella, *Il sole e la luna...*, p. 81-86 e do mesmo autor *Riforme e Riforma*. La storia ecclesiastica del sec. XI. In *Orientamenti e tematiche della storiografia di Ovidio Capitani*. Coord. de Maria C. De Matteis; Berardo Pio. Spoleto: CISAM, 2013, p. 11-16. Veja-se também Giuseppe Alberigo – *Cardinalato e collegialità: Studi sull'ecceologia tra l'XI e il XIV secolo*. Firenze: Vallecchi, 1969, p. 33-44, 53-55 e 80-83, Salvatore Vacca – *Prima sedes a nemine iudicatur: genesi e sviluppo storico dell'assioma fino al Decreto di Graziano*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1993, p. 206-207. Mary Stroll – *Farfa...*, p. 151 e Uta-Renate Blumenthal – *Fälschungen bei Kanonisten der Kirchenreform des 11. Jahrhunderts*. In *Papal*

o *Decretum* ao longo dos séculos XI e XII não conseguiu evitar o problema das múltiplas eleições papais e demonstrou-se pouco eficaz em regrar e mediar as relações entre o Papado, os cardeais, o clero e a aristocracia romana e os imperadores¹⁷⁷. É suficiente pensar em dois exemplos. Em primeiro lugar o *Decretum* em muito casos não foi respeitado nem pelos mesmos eclesiásticos “reformadores”. Mary Stroll evidenciou que muitas das eleições papais não respeitaram as disposições do *Decretum*, como no caso do Papa Pascoal II ou de um dos papas mais importantes da Idade Média (e provavelmente da inteira história da Igreja Católica), Gregório VII, cuja eleição era tão irregular que o mesmo papa mudou a própria versão dos eventos durante o seu pontificado para responder aos ataques dos adversários sobre a sua legitimidade¹⁷⁸. Em segundo lugar, existia uma ambiguidade na hierarquia entre os cardeais e as suas interpretações¹⁷⁹, um problema que se manifestou violentamente durante o scisma de 1130 entre Inocêncio II (1130-1143) e Anacleto II (1130-1138), um acontecimento que, ao contrário do que muitos pensam, não era um efeito da *Reforma* de Gregório VII¹⁸⁰. Destacamos só alguns dos muitos problemas ligados a este scisma; Inocêncio II não teve a maioria absoluta na eleição, apesar de ter recebido o apoio da maioria dos cardeais-bispos (a *melior et sanior pars*, a “parte melhor, mais sabia”, como a chamaram os seus partidários), enquanto o *antipapa* Anacleto II foi eleito pela maioria do *Sacrum Collegium*, e em particular pela maioria do grupo dos cardeais presbíteros e diáconos, o mais significativo numericamente¹⁸¹. Quem tinha razão canonicamente entre os dois candidatos? Este conflito interno ao colégio cardinalício (para alguns historiadores trata-se de um *leitmotiv* da história eclesiástica romana pleno medieval¹⁸²), foi resolvido parcialmente só pela intervenção do Papa Alexandre III (1158-1181) em 1179, durante o III Concílio Lateranense, cento e vinte anos após a promulgação do *Decretum*. O pontífice teve que intervir para estabelecer medidas mais eficazes na eleição do sucessor de São Pedro, que previam a necessidade da maioria dos dois terços do colégio cardinalício (decisão que eliminava o conflito

Reform and Canon Law in the 11th and 12th Centuries. Coord. de Uta-Renate Blumenthal. London & New York: Routledge, 2019 (Nova Edição), p. 259.

¹⁷⁷ Mary Stroll – *The medieval Abbey...*, p. 199-202 e Glauco Maria Cantarella – *Il sole e la luna...*, p. 83.

¹⁷⁸ Ovidio Capitani – Gregorio VII, Santo. In *Enciclopedia dei Papi*. In [http://www.treccani.it/enciclopedia/santo-gregorio-vii_\(Enciclopedia-dei-Papi\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/santo-gregorio-vii_(Enciclopedia-dei-Papi)/). Consultado a 31/05/2020 e Glauco Maria Cantarella – *Gregorio VII...*, p. 106-107. Retomei também Francesco Renzi; Enrico Veneziani – *Alcune note...*, 19-22.

¹⁷⁹ Sobre este tema veja-se Ian Stuart Robinson – *The Papacy...*, p. 63. Mary Stroll – *The medieval Abbey...*, p. 200 e Mary Stroll – *Ideology and Politics in the Papal Schism of 1130*, Leiden-New York-Copenhagen-Köln: Brill, 1987, p. 91-92.

¹⁸⁰ Giorgio Milanesi – “*Bonifica*”..., p. 27-56.

¹⁸¹ Glauco Maria Cantarella – *Dalle chiese...*, p. 60. Veja-se também Umberto Longo – Anacleto II (1130-1138): *Formazione ed elezione*. In *Benediktiner als Päpste*. Coord. Andrea Sohn. Regensburg: Schnell & Steiner, 2018, p. 161-173.

¹⁸² Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 107 e a nota n. 13 para a bibliografia.

entre *maior e melior pars*) e um estatuto comum para os cardeais, acabando com as diferenças entre bispos, presbíteros e diáconos¹⁸³. Entre 1059 e 1179 é possível contar até treze *antipapas*, quase um terço de todos os *antipapas* que viveram entre o III século d. C. e 1449: Honório II (1061-1064/1072), Clemente III (1080-1100), Teodorico (1100), Adalberto (1101), Silvestre IV (1105-1111), Gregório VIII (1118-1121), Celestino II (1124), Anacleto II (1130-1138), Victor IV (1138), Victor IV (1159-1164), Pascoal III (1164-1168); Calisto III (1168-1178) e Inocêncio III (1179-1180)¹⁸⁴. Este fenómeno, em parte, poderia também estar relacionado com a ausência de um acordo claro sobre o processo da eleição papal e de todas as partes interessadas, incluindo o império; por esta razão, temos que ser cautelosos ao utilizar a palavra *antipapa*, como sinónimo de candidato não eleito canonicamente, porque como já vimos, durante mais de um século estes processos não tinham sido ainda plenamente esclarecidos dentro e fora de Roma¹⁸⁵.

6. Os cardeais e a *Reforma da Igreja*: algumas considerações finais

Nesta breve compilação historiográfica, tentei demonstrar o processo de formação e desenvolvimento do grupo de eclesiásticos chamados “cardeais”, o núcleo de suporte e de governo do papa, noutras palavras o “cabido” pontifício¹⁸⁶. O que é importante fixar no final desta viagem na Roma medieval é que as estruturas da Igreja Católica não nasceram com a forma que hoje todos conhecemos, mas evoluíram constantemente e de forma imprevisível ao longo da história¹⁸⁷. Por esta razão temos sempre que considerar a história da Igreja como um complexo dinâmico, determinado por uma pluralidade de actores internos e externos, plenamente inserido na história europeia. Não só a história da Igreja Romana é parte desse percurso, mas em muitos casos é impossível compreender a história do continente europeu, antes, durante e depois da Idade Média, sem considerar o papel fundamental de Roma, dos papas e dos seus eclesiásticos que a partir da segunda

¹⁸³ Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 27-29. Claudia Zey – *Entstehung...*, p. 77-86.

¹⁸⁴ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Popes through the Looking Glass, or “Ceci n'est pas un pape”*. *Reti Medievali*. 13/1 (2012) 121 e a nota n. 2 e Agostino Paravicini Bagliani – *Morte e elezione...*, p. 25-26. Veja-se também Francesco Renzi – *Uno sguardo...*, p. 290. Veja-se também Werner Maleczek – *Die Kardinäle von 1143 bis 1216. Exklusive Papstwähler und erste Agenten der päpstlichen plenitudo potestatis*. In *Geschichte des Kardinalats im Mittelalter...*, p. 111-137.

¹⁸⁵ Tommaso di Carpegna Falconieri – *Popes...*, 121-136. Veja-se também a obra de Rudolf Schieffer – *Das Reformpapsttum und seine Gegenpäpste*. In *Gegenpäpste Ein unerwünschtes mittelalterliches Phänomen*. Coord. de Harald Müller; Brigitte Hotz. Wien-Köln-Weimar: Böhlau Verlag, 2012, p. 71-82.

¹⁸⁶ Este papel era atribuído pela historiografia aos cardeais já desde os anos trinta do século passado, veja-se por exemplo o estudo de Karl Jordan – *Die Entstehung der römischen Kurie*. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*. 28 (1939) 124 e sgs.

¹⁸⁷ Cristina Sereno – *Le diverse anime della “riforma”*. *Reti Medievali*. In http://rm.univr.it/repertorio/rm_cristina_sereno_la_riforma.html Consultado a 31/05/2020.

metade do século XI começaram a construir uma rede de contactos internacionais – finalizada à unidade na fé e na cristianização dos territórios europeus, mas sem um projeto político definido já programado na época de Gregório VII¹⁸⁸ – que abrangiam o inteiro espaço europeu, do reino normando de Sicília até ao reino de Inglaterra; de Portugal até às tentativas de contacto com a Rus’ de Kiev¹⁸⁹. Sem dúvida, os séculos medievais constituem um observatório privilegiado para o estudo da Igreja Romana e sobretudo mostra-nos como é necessário ter extremo cuidado no seu estudo e evitar excessivas simplificações na sua interpretação. O processo de *Reforma* das instituições eclesiásticas do século XI iniciou-se por intervenção imperial, contrariamente ao que se pensa, e a relação entre Roma e Império, por exemplo na época das “Lutas pelas Investiduras”, não foi tanto um conflito entre poder “eclesiástico” e “laico” (definições extrâneas ao pensamento papal pleno medieval que razoava em termos de preeminência e concordância entre sacerdócio e reino), mas foi uma dinâmica complexa que mudou durante cada pontificado, com cada imperador e em que o episcopado alemão teve um papel fundamental¹⁹⁰. A *Reforma* e as ações dos vários papas causaram problemas internos também à Igreja de Roma, entre o clero papal e o clero urbano da cidade, incluindo os cónegos da Basilica de São Pedro que, para fortalecer a sua posição, em muitos casos, em competição com o Latrão (a catedral de Roma fundada pelo imperador Constantino no século IV, e por isso conhecida também como *basilica constantiniana*¹⁹¹), apoiaram *antipapas* candidatos imperiais como Gregório VIII ou Víctor IV (1159-1164)¹⁹². Uma coisa impensável aos nossos olhos contemporâneos! Ao mesmo tempo o processo de *Reforma* e as suas consequências causou fraturas no mesmo meio cardinalício, como vimos, e entre os papas e os eclesiásticos romanos, como no caso de Gregório VII que entre 1083 e 1084 foi abandonado por muitos eclesiásticos de peso, que apoiaram o *antipapa* Clemente III (o arcebispo de Ravena Wiberto), o candidato imperial de Henrique IV¹⁹³. Os papas e os cardeais tiveram também que lidar com a transformação de Roma e da sua aristocracia. Se por um lado a Igreja Romana se libertou, em parte, da

¹⁸⁸ Sobre este tema veja-se o excelente ensaio de Ovidio Capitani – Gregorio VII e L’unità europea. *Aevum*. 60/2 (1986) 183-192.

¹⁸⁹ Alfons Becker – Politique féodale..., p. 411-445.

¹⁹⁰ Glauco Maria Cantarella – *Il sole e la luna...*, p. 46- 70.

¹⁹¹ Giuseppe de Spirito – La basilica lateranense nel quadro delle vicende del Patriarchio del secolo X. L’evidenza epigrafica. *Mélanges de l’école française de Rome*. 116/1 (2004) 117-139.

¹⁹² Tommaso di Carpegna Falconieri – *Il clero di Roma...*, p. 58-59, Jochen Johrendt – *Il capitolo di San Pietro i papi e Roma nei secoli XI-XIII*. Città del Vaticano: Edizioni Capitolo Vaticano, 2012, p. 21-29 e Jean-Claude Maire Vigueur – *L’altra Roma...*, p. 21-24. Sobre o clero da Basilica de São Pedro, cf. Tommaso di Carpegna Falconieri – «Sicut ad Sanctum Petrum Romae agebatur». Il clero Vaticano come istituzione e modello (secoli VIII-XIV). In *La Basilica di San Pietro: Fortuna e immagine*. Coord. de Giovanni Morello. Roma: Cangemi Editore, 2010, p. 105-122.

¹⁹³ Glauco Maria Cantarella – *Gregorio VII...*, p. 121-122.

velha aristocracia romana do século X que tinha dominado a cena na *Urbs*, por outro os pontífices e os cardeais tiveram que relacionar-se cada vez mais com a nova aristocracia urbana constituída por famílias ricas e poderosas militarmente, como os Pierleoni (cujo fundador, Baruch, bautizado Bento Cristão, era um judeu romano convertido¹⁹⁴), os Normanni, os Corsi, os Frangipane. Estas famílias apoiaram papas ou *antipapas* segundo as suas próprias conveniências e expressaram também eclesiásticos importantes como o cardeal-diácono dos Santos Cosma e Damião e cardeal-presbítero de São Calisto, Pietro Pierleoni, o famoso papa ou *antipapa* Anacleto II¹⁹⁵. Finalmente, os papas, os cardeais e esta aristocracia tiveram que enfrentar outros grupos de cidadãos que em 1143 restauram o Senado em Roma: também a "cidade eterna" conheceu experiências comunais como as outras cidades da Itália centro-setentrional ao longo da Idade Média¹⁹⁶. Seria impossível representar toda esta complexidade num modesto trabalho como este; espero, contudo, ter feito uma boa obra de divulgação, ou seja, não dar a impressão aos leitores que possam ter percebido tudo (quem escreve, certamente, nunca chegará a isso, nem daqui a cem anos), mas ter feito nascer neles a curiosidade de investigar e de estudar com uma bibliografia especializada os temas aqui esboçados.

¹⁹⁴ Marco Vendittelli – Pierleoni. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. In http://www.treccani.it/enciclopedia/pierleoni_%28Dizionario-Biografico%29/. Consultado a 27/05/2020 e Giovanni Battista Picotti – Della supposta parentela ebraica di Gregorio VI e Gregorio VII. *Archivio Storico Italiano*. 100, n. 381/382 (1942) 15-16. No trabalho Francesco Renzi – Uno sguardo..., p. 305, há uma imprecisão que vou corrigir nesta sede. O Pietro Pierleoni (*Petro Leonis* em latim) mencionado a p. 305 é muito provavelmente Pietro di Leone, o pai de Pietro Pierleoni/Anacleto II. Tendo os dois o mesmo nome, é melhor distingui-los e utilizar o apelido só pelo filho, ou seja, o *antipapa* do cisma de 1130. Peço desculpa por este inconveniente.

¹⁹⁵ Chris Wickham – *Rome...*, p. 181-258 e Glauco Maria Cantarella – *Una sera dell'anno Mille: scene di Medioevo*, Milano, Garzanti, 2004, p. 195 e sgs. Para uma bibliografia atualizada sobre Roma na Idade Média veja-se, Sylvain Parent – «De la Rome des papes à la Rome des Romains. À propos de quelques publications récentes sur la Rome médiévale». *Médiévales*. 62 (2012). In <http://journals.openedition.org/medievales/6690>. Consultado a 30/05/2020.

¹⁹⁶ Jean-Claude Maire Vigueur – *L'altra Roma...*, p. 150-158.



O RECRUTAMENTO DO CABIDO DA SÉ DE LISBOA (SÉCS. XII-XIV):
UM LABORATÓRIO PARA O ESTUDO DOS PODERES NO PORTUGAL MEDIEVO

MÁRIO FARELO

 <http://orcid.org/0000-0002-2905-6564>

Resumo: Os cabidos catedralícios assumiram-se ao longo do período medieval (e mesmo depois) como espaços privilegiados de inserção de clérigos associados aos diversos poderes leigos e eclesíásticos, desde os poderes soberanos (Papado, Coroa) aos metropolitans, ordinários e mesmo às oligarquias municipais. Este entrecruzar de influências e de poderes foi sobremaneira importante no caso do Cabido da Sé de Lisboa, implantada na urbe que se tornou a cidade mais importante do reino a partir do período tardomedieval. O estudo do seu recrutamento medieval, agora proposto em chave de leitura diacrónica, permite entrever, tanto na sua dimensão conjuntural como estrutural, algumas das relações de força estabelecidas no seu seio.

Palavras-chave: Lisboa medieval, Cabido catedral, Recrutamento capitular, Episcopado, Papado.

THE RECRUITMENT OF LISBON'S CATHEDRAL CHAPTER (12TH-15TH CENTURIES):
A LABORATORY FOR THE STUDY OF POWERS IN MEDIEVAL PORTUGAL

Abstract: The cathedral chapters were assumed throughout the medieval period (and even later) as privileged spaces for the insertion of clergy associated with the various lay and ecclesiastical powers, from the sovereign powers (Papacy, Crown) to the metropolitans, bishops and even to municipal oligarchies. This intertwining of influences and powers was extremely important in the case of the Lisbon's cathedral chapter, rooted in the city that became the most important city in the kingdom from the late medieval period. The study of its medieval recruitment, now proposed in a diachronic manner, allows us to glimpse, both in its conjunctural and structural dimension, some of the power relations established within.

Keywords: Medieval Lisbon, *Cabido catedral* (Cathedral chapter), recruitment, Episcopacy, Papacy.

O RECRUTAMENTO DO CABIDO DA SÉ DE LISBOA (SÉCS. XII-XV): UM LABORATÓRIO PARA O ESTUDO DOS PODERES NO PORTUGAL MEDIEVO

MÁRIO FARELO*

Face ao grande desconhecimento que a generalidade da atual população portuguesa aparenta demonstrar sobre a existência passada e presente dos cabidos catedralícios, em boa hora os coordenadores do *Seminário de História Religiosa* do Centro de Estudos de História Religiosa – Porto, em parceria com o Cabido Portucalense, decidiram dedicar a sua edição 2019 às *Catedrais, Cabidos e Capitulares: Um longo percurso institucional e cultural*, permitindo resgatar e divulgar a memória histórica destas importantes instituições, cujas raízes se arreigam na medievalidade.

Não sendo este o espaço próprio para perspetivar as razões que conduziram a este relativo “esquecimento” hodierno, importa sublinhar que tais instituições assumiram uma grande importância nas sociedades urbanas medievais que as acolheram¹. O caráter diferenciador das instituições capitulares alicerçava-se, em grande medida, nas respetivas funções. Se o Cabido ajudava o Ordinário na administração da diocese, a sua atividade principal situava-se ao nível religioso, em termos da execução do ofício litúrgico no seio da catedral, que se queria magnificente, perpétuo e eficaz, de forma a promover a salvação eterna dos membros da comunidade cristã². Os seus membros exerciam, desta forma, um papel fundamental de intercessão entre Deus e os cidadãos, o que lhes conferia uma real capacidade de influência, numa época em que a Igreja ocupava um espaço preponderante e orientador nas vidas das pessoas. A esta preeminência eminentemente simbólica, as dignidades e cónegos capitulares juntavam uma situação económico-financeira por demais favorável. Para além da isenção da grande parte dos encargos fiscais pelo usufruto do estatuto clerical, uns e outros usufruíam um conjunto de rendimentos ligados

* Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa; Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal; Centro de História, Universidade de Lisboa.

¹ Esta importância não era exclusiva de Portugal, nem mesmo da Península Ibérica, sendo aliás transversal às suas congéneres na generalidade dos reinos e principados da Cristandade tardomedieval.

² Jean Gaudemet – *Le gouvernement de l'Église à l'époque classique. Seconde partie: Le gouvernement local*. Paris: Édition Cujas, 1979, p. 183; Hermínia Vilar – O clero catedralício. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da Cristandade*. Coord de Ana Maria Jorge; Ana Maria Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 244-246.

à sua inserção capitular e ao exercício das suas atribuições litúrgicas (prebendas, prestimónios, rações fornecidas pelo Ordinário, distribuições quotidianas pela presença no ofício divino e outras pitaças), o que lhes facilitava o acesso e a exibição de elementos distintivos de riqueza, como a constituição de grupos de dependentes, o acesso à terratenência ou a perpetuação da sua memória através da instituição de aniversários e capelas votivas. Nessa perspetiva, dignidades e cónegos consideravam-se e eram considerados, sem qualquer sombra de dúvidas, como membros das elites das sociedades urbanas tardomedievais³.

Em abono da verdade, o que esta rápida caracterização da entidade capitular indicia é a existência de uma instituição operante através de duas dinâmicas, aqui e ali com pontos de porosidade e de interações, mas concomitantemente distintas.

Por um lado, o Cabido da Sé ou catedralício funcionava numa dimensão interna e, porventura, exclusiva. Dotado de uma matriz colegial, à semelhança de outras instituições comunitárias que a Igreja e as sociedades urbanas medievais souberam instalar no seu seio⁴, não podia aceder à instituição capitular quem queria, mas sim quem podia. O facto da retribuição dos seus membros e oficiais ter dependido fundamentalmente da capacidade económica da instituição obrigou à limitação dos lugares disponíveis em função dos rendimentos existentes, originando uma instituição de acesso restrito ao número de prebendas disponíveis⁵. Bem entendido, este último poderia ser objeto de alteração na sequência

³ Ana Maria Rodrigues – Contribution to the study of the Portuguese urban elites: cathedral and collegiate canons. In *Shaping Urban Identity in Late Medieval Europe*. Coord. de Marc Boone; Peter Stabel. Leuven-Apeldoorn: Garant, 2000, p. 237-254.

⁴ Como os mosteiros, as corporações profissionais, as confrarias e mesmo a universidade. Sobre essa questão, veja-se o clássico Pierre Michaud-Quantin – *Universitas. Expression du mouvement communautaire dans le Moyen Âge latin*. Paris: Vrin, 1970.

⁵ Ainda que o Cabido pudesse receber clérigos sem prebenda, os quais ocupavam canonicatos “supranumerários” ou “em expectativa de prebenda”. Em termos genéricos, o clérigo era remunerado pela satisfação dos seus encargos litúrgicos através de remunerações diversas. No caso dos cabidos catedralícios, esses rendimentos correspondiam a uma prebenda e a diversas distribuições e pitaças em dinheiro e espécies escalonadas ao longo do ano. O esclarecimento do que era uma prebenda é dificultado pelo facto de o termo ter designado o conjunto dos rendimentos da instituição, evoluindo a designação entre os séculos IX e XI para uma fração deste último e, posteriormente, para o conjunto específico de bens imóveis adscritos a um canonicato (título espiritual que legitima e confere o acesso à instituição capitular) e geridos, assim, pelo seu titular (sobre esta questão, veja-se Emile Lesne – *Praebenda. Le sens primitive du terme prébende*. In *Mélanges Paul Fournier*. Paris: Recueil Sirey, 1929, p. 443-453; Emile Lesne – Les origines de la prébende. *Revue historique de droit français et étranger*. 4.^a série. 8 (1929) 242-290); Hermínia Vilar – *As dimensões de um poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 123). No caso do cabido lisiponense, esta última forma de gestão parece detetar-se na documentação em finais do século XIV, à luz das referências documentais a «herdades da conezia do doutor João das Regras» (1388); «herdades que são anexas à conezia de Elias de Claustis, cónego de Lisboa» (1392); «todas as herdades, vinhos, olivais e almoinhas assim as que lhe pertencem in solido como as que são da dita sua conezia [do cónego Domingos de Mungueta] (1395) (respetivamente Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, liv. 6, fol. 9; *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 7, n.º 318 (1); *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 2.^a incorporação, m. 41, n.º 1026 (8), a juntar às referências em

de necessidades específicas de recrutamento ou de mudanças verificadas nos rendimentos capitulares⁶.

Os cabidos catedralícios – e, neste particular, poucos ou nenhuns elementos distinguiam o Cabido da Sé de Lisboa dos seus congéneres nacionais, ibéricos e mesmo extra-pirenaicos –, organizavam-se de forma hierárquica, em torno de dois grandes grupos: o conjunto de clérigos relacionado diretamente com a execução do ofício divino⁷ e os meros executantes de ordens e garantes do funcionamento da catedral⁸. Relativamente ao primeiro destes grupos, os canonicatos que viabilizavam o acesso à instituição eram preenchidos por clérigos que deveriam apresentar um perfil específico⁹, aos quais era pedido fidelidade, solidariedade e

Mário Farelo – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval. Vol. 1. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa., 2003, p. 50, notas 258 e 259.

⁶ O número de prebenda variou geralmente em função dos rendimentos disponíveis e da necessidade de criação de novos benefícios para remunerar aqueles que, efetivamente, satisfaziam os encargos litúrgicos no seio da catedral, criação essa feita geralmente pela quebra de prebendas em metades (meias-prebendas), terços (tercenárias) ou quartos (quaternárias). No cabido medieval lisiponense, o número de prebendas adscritas aos cónegos oscilou entre as 24 e 28, não contando com as prebendas adscritas às dignidades e sabendo que, na segunda metade do século XIII, cinco prebendas foram quebradas, duas delas em quatro meias-prebendas e três outras em 12 quartanárias. Veja-se, sobre isto, Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 29-30.

⁷ O Cabido da Sé de Lisboa no período medieval era composto por seis dignidades que se responsabilizavam pelas diversas atividades no seio da instituição: o deão chefiava o Cabido, presidia às reuniões, representava a instituição; o chantre responsabilizava-se pela atividade litúrgica e pelo canto, cabendo-se a substituição do deão na ausência deste; os arce-diagos de Lisboa e de Santarém não parecem ter sido responsabilidades específicas na instituição capitular, sendo a sua ação caracterizada pelo exercício uma jurisdição e do direito de visita sobre uma fração da diocese (os arce-diagos); o tesoureiro responsabilizava-se pelo funcionamento da sé e da materialidade do culto através da conservação e manutenção dos espaços e da reparação das alfaias litúrgicas; o mestre-escola dirigia a escola catedral e cabia-lhe a correção dos livros usados no seio capitular. Nesse período a hierarquia encontrava-se assim fixada: deão – chantre – arce-diago de Lisboa – tesoureiro – arce-diago de Santarém – mestre-escola. Abaixo das dignidades, o cabido era composto de um conjunto de clérigos adscritos ao serviço litúrgico: os cónegos eram membros a parte inteira da instituição como participavam nas reuniões capitulares, nas quais tinham capacidade de voto. Com o tempo, a sua falta de assiduidade levou à constituição de um corpo de substitutos, os minoristas ou raçoeiros, que asseguravam o culto na sé e que participavam nos rendimentos propiciados pelo Cabido, embora sem direito de voto na dirimição dos seus assuntos. Existiam ainda capelães e bacharéis da Sé que, já não pertencendo à instituição, auxiliavam ao funcionamento litúrgico da catedral.

⁸ Ao nível do seu oficialato, o Cabido dispunha ainda de um corpo de oficiais executivos como os priostes e sacadores (com competências económicas e fiscais), os porteiros (ligados à segurança) ou os tangedores de sinos, entre outros, como se depreende da análise efetuada em Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 14-44.

⁹ Geralmente associados à idade (20 anos ou mais), à idoneidade e à varonia, todos estes elementos que poderiam ser objeto de dispensa por parte do poder apostólico. De igual modo, o candidato deveria usufruir do estatuto clerical, sem que se saiba o grau de ordem existido. Como efeito, como sublinhou Hélène Millet, as condições de acesso aos cabidos catedralícios eram fixadas, nesse ponto preciso, em termos locais, antes do Concílio de Vienne (1311-1312) ter fixado a ordem de subdiácono para pré-requisito para aceder aos canonicatos capitulares (Hélène Millet – *Les chanoines du chapitre cathédral de Laon. 1272-1412*. Rome: École Française de Rome, 1982, p. 49).

o cumprimento das regras em termos do seu funcionamento interno e das atribuições de cada um¹⁰.

Mas, em paralelo com este *facies* interno, o cabido catedralício, enquanto instituição de poder, era chamado a relacionar-se com o exterior. Em primeiro lugar, com a restante hierarquia eclesiástica, desde os poderes a montante como eram os casos dos papas, dos metropolitas e do próprio Ordinário, ou mais a jusante, em termos do relacionamento com as instituições paroquiais¹¹. De igual modo, a instituição capitular não era estranha aos poderes jurisdicionais leigos com os quais convivia no espaço urbano. No caso de Lisboa, destacava-se obviamente o poder régio, sem esquecer a entidade municipal, responsável por algumas das atividades necessárias ao viver urbano, como era o caso do abastecimento, da segurança, da higiene e salubridade de espaços e edifícios¹².

Como seria de esperar, ambas as dinâmicas foram perscrutadas por uma medievalística que fez dos cabidos catedralícios portugueses um dos observatórios preferenciais de estudo da história social dos poderes e do recrutamento das instituições ligadas ao Rei e à Igreja no Portugal medieval. Este filão, aliás de um dos mais pujantes campos de investigação da medieval lusa¹³, acabou por sustentar uma importante corrente de estudos sobre os capítulos catedralícios medievais portugueses, iniciada no início dos anos 80 do século passado e caracterizada por uma produção sustentada entre 1998 e 2010¹⁴. Importa sublinhar que este esforço de investigação, ainda que promovendo simultaneamente o conhecimento interno e externo da instituição capitular, nem sempre conseguiu ultrapassar as limitações

¹⁰ Sobre os estatutos em vigor no Cabido de Lisboa, veja-se Mário Fareló – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 46-49. O primeiro conjunto completo de estatutos capitulares conhecidos, em 60 artigos, são os de 1551, editados a partir de cópia de 1732 no vol. 2 da referida dissertação, nas páginas 491-531.

¹¹ O caso olisiponense encontra-se analisado em Mário Fareló – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 112-126; *Idem* – *Des(H)armonia na Sé*. Autoridade, conflito e solidariedade nas relações entre o Bispo e Cabido de Lisboa (1147-1393/1395). In *Cabildos catedralícios y obispos en la Iberia medieval: autoridad, disciplina y conflicto*. Coord. de Susana Guijarro González. Madrid: Sílex Ediciones, 2019, p. 23-61.

¹² Maria Teresa Campos Rodrigues – *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1968, p. 59-60; Mário Fareló – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Tese de Doutoramento em História medieval. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003, p. 62. Para as relações entre Cabido e oligarquias urbanas, veja-se Mário Fareló – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 126-134; *Idem* – As inquirições de testemunhas no conflito entre a Cidade e o Bispo de Lisboa sobre a posse dos senhorios episcopais (1332-1333). In *Iglesia, Nobleza y Poderes urbanos en los reinos cristianos de la Península Ibérica durante la Edad Media*. Coord. de Jorge Díaz Ibáñez; José Manuel Nieto Soria Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales e Editum, 2019, p. 381-416 e *Idem* – *Les pouvoirs du parvis: pour une comparaison des élites ecclésiastique et municipale à Lisbonne (1325-1377)*. In *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (sécs. XII-XVIII)*. Coord. de Hermínia Vasconcelos Vilar; Mafalda Soares da Cunha; Fátima Farrica. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2012, p. 115-141.

¹³ Como sublinhado pelos autores que se tem dedicado à questão. Para essa análise e pela sua especificidade, veja-se Judite A. Gonçalves de Freitas – *Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca. 1970-ca 2000)*. *Anais. Série História*. 9/10 (2005) 231-266 e Paula Pinto Costa – *Poderes: as dimensões central e local*. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto. 3.^a série. 7 (2006) 9-18.

¹⁴ Veja-se a nota seguinte.

colocadas pelas fontes e pelos diferentes “olhares” de análise escolhidos. Na impossibilidade de apresentar um quadro historiográfico completo e exaustivo – até porque existem contribuições decisivas para o efeito¹⁵ –, importa constatar que os estudos sobre os cabidos medievais portugueses encontram-se, fundamentalmente, em dissertações de mestrado e teses de doutoramento que visam:

- O estudo global da diocese no qual se estudam as figuras e ações dos bispos, cabido, clero secular e regular, assim como as suas interligações e relações com os poderes soberanos eclesiásticos e leigos, como no caso de Braga e de Évora¹⁶.
- O estudo específico das instituições capitulares desenvolvido por Ana Maria Rodrigues e pela sua equipa para o Cabido de Braga, assim como no exemplo do Cabido da Sé de Lisboa entre 1277 e 1377¹⁷.
- O estudo da documentação produzida e dos agentes da chancelaria episcopal, através do qual se fazem ligações à identificação e ao perfil sociológico dos membros da respetiva instituição capitular, à semelhança dos casos de Braga¹⁸, de Coimbra¹⁹ e do Porto²⁰.

¹⁵ Através dos diversos “estados da questão” específicos que contextualizam perfeita e periodicamente os autores e o trabalho realizado nestas últimas décadas e que permitem conhecer, a fundo, “a história da história” desta temática precisa: Hermínia Vasconcelos Vilar – História da Igreja medieval em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas. *Lusitania Sacra*. 2.ª série. 13-14 (2001-2002) 576; Maria Helena da Cruz Coelho – O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal em tempos Medievais. *Medievalismo*. 16 (2006) 205-223; Hermínia Vilar – Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval portuguesa. *Lusitania Sacra*. 2.ª série. 21 (2009) 125-151; Hermínia Vasconcelos Vilar; Maria de Lurdes Rosa – The Church and Religious Practices. In *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Dir. de José Mattoso. Coord. de Maria de Lurdes Rosa; Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 323-347. Refira-se que os trabalhos de revisão historiográfica ao nível da medievalística recenseiam, de igual modo, as ideias gerais sobre a temática. Sobre o seu arrolamento, veja-se Judite A. Gonçalves de Freitas – Syntheses, guides and states of the art. In *The Historiography...*, p. 607-625 e Filipa Medeiros – *A Historiografia Medieval Portuguesa na viragem do Milénio: Análise Bibliométrica (2000-2010)*. Évora: Publicação do Cidehus, 2015, nota 9. In <http://books.openedition.org/cidehus/1223>>. Consultado a 24/4/2020.

¹⁶ José Marques – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto, 1981 (Lisboa: IN-CM, 1988); Hermínia Vasconcelos Vilar – *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média (1163-1423)*. Tese de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora, 1998 (Lisboa: Editorial Estampa, 1999); Anísio Saraiva – *A Sé de Lamego na primeira metade do séc. XIV, (1296-1349)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000 (Leiria: Editorial Magno, 2003).

¹⁷ Sobre este projeto e os seus resultados, com a listagem das dissertações elaboradas e defendidas, ver Ana Maria Rodrigues; João Carlos Taveira Ribeiro; Maria Antonieta Moreira da Costa; Maria Justiniana Maciel – *Os Capitulares Bracarense (1245-1374)*. *Notícias biográficas*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa-Universidade Católica Portuguesa, 2005; Mário Farelo – *Cabido da Sé...*, 2003.

¹⁸ Maria Cristina Almeida Cunha – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071-1244)*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto, 1998 (Noia: Editorial Toxosoutos, 2004).

¹⁹ Maria do Rosário Barbosa Morujão – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Tese de Doutoramento em História Medieval. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005 (Lisboa: FCG-FCT, 2010).

²⁰ Maria João Oliveira e Silva – *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto: 1113-1247*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007 (Porto: Fio da Palavra,

Mais recentemente, a diocese de Viseu promoveu a edição de uma história diocesana, concebida em função de uma evolução histórico-institucional, na qual o cabido catedralício beneficiou de um certo protagonismo²¹.

Face a este quadro historiográfico, é possível afirmar que estes estudos, rigorosos do ponto de vista científico, permitem conhecer *grosso modo* (ainda que em graus variados) o recrutamento da maior parte dos cabidos dos reinos, para uma cronologia centrada nos séculos XIII-XIV, raramente ultrapassando as primeiras décadas da centúria seguinte. Os estudos específicos sobre as entidades capitulares produziram obviamente um conhecimento mais efetivo, geralmente adscrito ao conhecimento da hierarquia capitular, das suas funções, do respetivo recrutamento e das interligações com os poderes régio, episcopal e apostólico, perspetivas de trabalho que se encontram também nas teses e dissertações sobre o espaço diocesano e na história da diocese de Viseu (ainda que aqui com menor profundidade). Por seu turno, os estudos sobre as chancelarias episcopais procuraram esclarecer as dinâmicas de funcionamento da instituição, explicar a sua hierarquia, colocar à disposição da comunidade a identificação dos seus membros (nomeadamente sob a forma de listas), embora, naturalmente, com uma menor atenção ao respetivo recrutamento.

Não convém esquecer, de igual modo, que este panorama historiográfico e a prevalência do estudo do recrutamento capitular justifica-se pela questão heurística, ou seja pela existência e inexistência das fontes de informação sobre as diversas instituições capitulares do reino. Esta situação é particularmente premente no caso do Cabido da Sé de Lisboa, que viu o seu arquivo ser destruído no âmbito do terramoto de 1 de novembro de 1755 e do incêndio que se lhe seguiu, o que obrigou à procura de fontes de “substituição” como os inventários parciais da documentação do arquivo capitular hoje consultáveis, para além da documentação régia e pontifícia, de um lado, e da monástico-conventual e notarial elaborada no espaço olisiponense, do outro²².

A conjugação de fontes de informação potenciadoras da identificação dos indivíduos e do estudo socioinstitucional das instituições de poder no Portugal medieval – nomeadamente através da utilização de metodologias de trabalho como a prosopografia e a biografia – contribuíram para que, também no caso dos cabidos catedralícios portugueses no período medieval, o estabelecimento do perfil sociológico das suas populações constituísse uma pedra de toque no respetivo estudo. Face à impossibilidade de inquirir o seu funcionamento quotidiano

2008) e *Idem* – *A Escrita na Catedral: A chancelaria episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto, 2010 (Lisboa: CEHR, 2014).

²¹ *História da Diocese de Viseu*. Dir. de José Pedro Paiva. Viseu-Coimbra: Diocese de Viseu-Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

²² Sobre as fontes para o estudo desta instituição, veja-se Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 2-5.

pela falta de fontes específicas (atas de reuniões capitulares, registo dos apontadores ao serviço litúrgico catedralício, registos de contabilidade capitular), os temas mais plausíveis e factíveis de abordagem na sua história medieva permaneceram, pois, a identificação dos seus membros, em paralelo com o perfil do seu recrutamento sociológico e as conjunturas e solidariedades envolvidas nas respetivas nomeações aos cadeirais capitulares.

Sublinhe-se que o estudo do recrutamento não se destina a aquilatar o papel do cabido catedralício enquanto poder. De facto, este último encontra-se perfeitamente estabelecido à luz das suas atribuições, competências, ou mesmo à luz dos meios económicos, administrativos e simbólicos que o mesmo mobilizou com vista à sua perpetuação e promoção. Assim, o que o recrutamento capitular pode ajudar a caracterizar é a interligação dos poderes em ação no seu seio e a avaliar a capacidade de cada um deles em promover, de forma eficaz, a integração dos seus candidatos no seio na instituição.

Deste ponto de vista, o cabido catedralício torna-se um observatório privilegiado para perceber algumas das formas pelas quais os poderes se (inter)influenciam na e sobre a sociedade urbana que o acolhe. Em virtude da preeminência da cidade no panorama urbano tardomedieval do reino²³, o Cabido da Sé de Lisboa – embora o modelo certamente se aplique *mutatis mutandis* às restantes instituições capitulares do reino – pode ser perspetivado como um “microcosmos” no qual se projetaram, onde conviveram e onde se inter-relacionaram diferentes poderes existentes não só na urbe, como até no próprio reino. Fazer uma análise na diacronia do recrutamento capitular olisiponense até ao final do século XV (e entrar assim num período muito menos conhecido na história dos cabidos catedralícios portugueses), permitirá observar potenciais alterações no modo e na frequência das intervenções desses poderes no âmbito do recrutamento capitular, com eventuais reflexos na história dos poderes à escala do próprio reino.

Para isso, importa apresentar esses poderes e as formas através das quais estes últimos intervinham no recrutamento do Cabido da Sé de Lisboa em tempos medievos.

²³ Uma preeminência simultaneamente espacial, demográfica, económica e política, como se atesta dos elementos carreados em Mário Fareló – *A oligarquia camarária...*, p. 1-6; Adelaide Millán da Costa – Le discours politique de la *caput regni* portugaise (XIV^e-XV^e siècles). *Histoire urbaine*. 46/2 (2016) 163-165 e Amélia Aguiar Andrade; Flávio Miranda – Lisbon. Trade, Urban Power and the King's Visible Hand. In *The Routledge Handbook of Maritime Trade around Europe, 1300-1600: Commercial Networks and Urban Autonomy*. Coord. de Wim Blockmans; Justyna Wubs-Mrozewicz; Mikhail Krom. London: Routledge, 2017, p. 333-335.

1. Os mecanismos e os poderes envolvidos no recrutamento capitular

Em termos canónicos, o direito de nomeação de um clérigo para uma dignidade, um canonicato e uma prebenda capitulares dependia dos acordos efetuados entre o poder episcopal e os membros de cada instituição, o que permitia que essa designação – designada de colação ordinária – pudesse ser exercida exclusivamente pelo Ordinário, pelos capitulares em cooptação ou sob uma forma partilhada entre os dois. No caso do Cabido olisiponense, ainda que haja dúvidas sobre os mecanismos canónicos de cada nomeação, sabe-se que as dignidades não tinham todas elas a mesma forma de designação: se o titular do chantrado era designado pelo Cabido, já a escolha do Mestre-escola dependia de um acordo entre o Ordinário e o corpo capitular. Esta última seria igualmente operativa para designar os titulares prebendas adscritas aos cónegos²⁴.

O processo “ordinário” de nomeação foi muitas vezes esvaziado na sua aplicação pela crescente eficácia do sistema de provimentos e reservas pontifícias. Resultante de uma política benéfica baseada em legislação instrumentalizada desde Clemente IV (1265-1268) a Gregório XI (1371-1378), esta forma de designação tornou-se mais operativa a partir dos inícios do século XIV, quando a Cúria pontifícia passou a ter argumentos legais para chamar a si a sucessão dos titulares de dignidades e prebendas num conjunto cada vez mais variado de situações (morte na Cúria; morte de oficiais apostólicos, demissões, promoções e trocas benéficas, entre outras)²⁵. Com o conseqüente esvaziamento dos direitos do colador ordinário em proveito do provimento apostólicos de benefícios menores²⁶, a instituição capitular tornou-se palco de um avolumar de conflitos de natureza benéfica, com a multiplicação dos provimentos pontifícios em benefícios em vacatura e das reservas e expectativas que permitiam ao seu titular

²⁴ Com efeito, as duas prebendas divididas em 1299 para dar origem às quatro meias-prebendas eram providas conjuntamente pelo bispo e pelo Cabido (Mário Farello – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 30). Um diploma de 1445, sobre a nomeação do titular da prebenda capitular adscrita à capela de D. João Martins de Soalhães na Sé de Lisboa, expressa que o «Cabido da igreja cathedral de Lisboa de consul com o arcebispo pertence a colação e confirmação das conesias e prebendas da dicta igreja [sé cathedral]», ANTT), *Gaveta I*, m. 4, n.º 11.

²⁵ A evolução histórica desta política benéfica encontra-se perfeitamente identificada pela historiografia, sendo suficiente a leitura de sínteses como a de Guillaume Mollat – *La collation des bénéfices ecclésiastiques sous les papes d'Avignon (1305-1378)*. Paris: de Boccard, 1921; Bernard Guillemain – *La politique bénéficiaire du pape Benoît XII, 1334-1342*. Paris: Honoré Champion, 1952, p. 21-33 ou, mais recentemente, Michèle Bégou-Davia – *L'interventionnisme bénéficiaire de la papauté XIII^e siècle: les aspects juridiques*. Paris: De Boccard, 1997 e Katherine Harvey – *Episcopal Appointments in England, c. 1214-1344: From Episcopal Election to Papal Provision*, Farnham: Ashgate, 2014.

²⁶ Importa sublinhar que os Ordinários puderam mitigar o impacto do aumento dos provimentos apostólicos sobre as colações ordinárias, uma vez que os bispos puderam receber ocasionalmente – na maior parte dos casos no início do seu pontificado – da graça apostólica em nomear para as estalas capitulares, cujo direito de colação revertesse para a Cúria apostólica. Neste particular, o bispo exercia o direito de colação não pela sua prerrogativa ordinária, mas pela via da transmissão desse direito de um outro poder.

candidatar-se à colação futura em canonicatos e prebendas, ainda preenchidos à data das respetivas concessões²⁷.

Mas, sobretudo, a capacidade de intervenção apostólica na designação de dignidades e cónegos possibilitou que a inserção da entidade capitular não se limitasse às redes de influência encabeçadas pelo bispo e multiplicou os poderes com intervenção nesse provimento, ou seja, no recrutamento da instituição. Com efeito, para além dos poderes responsáveis pela designação efetiva dos membros capitular, outros existiam com uma real capacidade de influenciar o recrutamento e os assuntos dirimidos dentro dos muros catedralícios. Desde logo, o poder régio. Ainda que os monarcas portugueses medievos nunca beneficiaram canonicamente do direito de colação dos cabidos catedralícios do reino, estes dispunham de mecanismos para fazer valer a sua vontade, levando à escolha dos seus candidatos. Para isso, enviavam os seus nomes à Cúria apostólica, para aí obterem as bulas de provimento necessárias para brigarem por um benefício capitular²⁸, quando não faziam conhecer a sua opinião diretamente à instituição.

Por último, os cabidos catedralícios foram igualmente locais de integração de clérigos pertencentes a famílias que, a nível local e regional, conseguiram participar e influenciar as áreas económicas, sociais e mesmo políticas dos espaços urbanos onde se inseriam²⁹. Um tal facto perspetiva a capacidade destes grupos em mobilizar solidariedades juntos dos poderes supracitados, seja diretamente junto do Ordinário e da própria instituição capitular, como do Papado e da Coroa.

Apesar dos poderes em presença nas nomeações capitulares se encontrarem globalmente identificados, como vimos, a falta de documentação específica como atas de reuniões capitulares ou os registos de entradas nos cabidos impede que essa influência no recrutamento capitular seja apreendida em toda a sua abrangência, nomeadamente em termos do conhecimento sobre as lógicas, as negociações e os contextos subjacentes às referidas colações. A forma usual de ultrapassar essa limitação tem sido a de intuir a “presença” desses poderes em função das pertenças institucionais conhecidas para cada membro da instituição. Nessa perspetiva, pela falta de um conhecimento efetivo sobre o processo de colação deste ou daquele cónego, assume-se aprioristicamente que os capitulares pertencentes à família de sangue dos prelados e ao oficialato das suas Casas (vigários, vigários-gerais, ouvidores, por exemplo) tivessem sido nomeados pelo Ordinário, ao passo que a nomeação de anteriores oficiais apostólicos (coleitores, subcoleitores) e régios/da rainha (clérigos, ouvidores e sobrejuizes do rei ou da rainha, por exemplo) tivesse

²⁷ Vejam-se os casos precisos ao longo anexo prosopográfico em Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 2.

²⁸ Uma vez que a bula de provimento apostólico não concedia automaticamente o acesso a um canonicato e prebenda capitulares, mas sim ao direito à sua candidatura.

²⁹ Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 97-107, a relacionar com a excelente síntese de Hermínia Vilar – *Canons and Cities: Cathedral Chapters and Their social Composition in Medieval Portugal*. *e-Journal of Portuguese History*. 5/2 (Winter 2007) 1-19. In <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ejph/v5n2/v5n2a02.pdf>. Consultado a 1/2/2020.

a “mão” respetivamente do Papa e do Rei/Rainha. Como rapidamente se percebe, essa simplificação, necessária, pode revelar-se redutora, uma vez que a mesma desconsidera outras possibilidades, como a de um clérigo poder estar “ligado” simultaneamente a mais do que um destes poderes ou de um clérigo dever a sua nomeação capitular a um poder outro que aquele ao qual se encontrava vinculado.

2. O cabido como laboratório para o estudo dos poderes. Alguns “momentos”

No caso que é o nosso, esta “simplificação” manter-se-á como fio condutor da análise do recrutamento medieval do Cabido da Sé de Lisboa. Uma análise que, na sua génese cronológica, pretende alargar ao final da centúria de Quatrocentos os limites cronológicos geralmente associados ao estudo dos cabidos catedralícios medievais portugueses: o final do século XIV ou os inícios do século XV, ou seja, no início ou no fim do Grande Cisma de Ocidente (1378-1417)³⁰. Sendo que o estudo detalhado do recrutamento da instituição efetuado até ao momento respeita somente o espaço de uma centúria (1277-1377), o alargamento da cronologia à longa duração (séculos XII a XV) obriga a uma nova metodologia. Face à impossibilidade de um estudo aprofundado da sociologia das dignidades e cónegos ao longo de todo o período, preferiu-se uma abordagem baseada na análise sumária de alguns “instantâneos” do recrutamento do conjunto de dignidades (acrescida quando possível do conjunto canonical), escolhidos em função da informação disponível ou da relevância da conjuntura histórica. Sem se substituírem aos morosos estudos sócio-institucionais de recorte prosopográfico, estes podem, ainda assim, indiciar a operacionalizadade de mecanismos de influência, viabilizando o perspetivar de tendências no referido recrutamento.

2.1. O terceiro quartel do século XII

Um primeiro “tempo-forte” é, naturalmente, o terceiro quartel do século XII, correspondente ao período de criação e formação da própria instituição. Os acordos efetuados entre a novel instituição capitular e o Ordinário (uma doação do Ordinário em 1150 e respetivas confirmações em 1165 e 1168) e uma doação do primeiro bispo ao Templários, em 1159, consubstanciam a identificação dos membros do Cabido no momento de redação desses diplomas (Tabela 1)³¹.

³⁰ Vejam-se as cronologias dos trabalhos referidos nas notas 13 a 17. O Grande Cisma constituiu um dos períodos marcantes na história da Igreja ocidental pela perturbação que provocou a nível institucional, ideológica e eclesiológica, pelo que os seus impactos na vida eclesial são julgados suficientemente importantes para constituírem, do ponto de vista científico, elementos de cesura que justifica um dos termos cronológicos de uma determinada análise.

³¹ A confirmação de 1165 não é geralmente referida pelos autores que se dedicaram à questão. Contudo, os argumentos que temos avançado perspetivam a veracidade da sua existência, pelo que a aceitamos como verdadeira até à apresentação de provas contrárias e definitivas. Sobre os documentos relacionados com

Tabela 1. Identificação das dignidades (1148-1191) e cónegos do Cabido da Sé de Lisboa (1150-1168)³²

Dignidades capitulares (1148-1191)					
Deão	Chantre (praecentor)	Arceidiago	Tesoureiro	Arceidiago	Mestre-escola (cancellarius)
Robertus (1150-73)	Durandus (1150)	Eldebredus (1148)	Menelaus (1150-68)	Matheus (1150-59)	Adam (1150)
Suerius	Benedictus (1153-73)	Bartholomeu (1150-65)	Garsias	Arnulphus [Fornensis] (1165-95)	Stephanus (1165-68)
Venegas? (1188-1211)	Stephanus (1185-92)	Egeas (1154) Petrus (1168) Mag. Menendus Gonsalvi (1186-1211)	Fernandi (1191-95)		Petrus (1191)
Cónegos (1150-1168)					
Cónegos estrangeiros		Cónegos portugueses		Origem indeterminada	
Galterius Flandrensis/Gualter Primus (?) (1150-68)		Johannes Elborensis (1150)		Jacobus (1150-65)	
Galterius Hastingiensis (1150-65)		Guillelmus de Panoias (1150)		[Didacus] Nilo/Niso (1150-68)	
Mag. Arnulphus/Fornensis (1150-91)		Pelagius Colimbriensis (1150-68)		Stephanus (1150)	
Reinaldus/Reginaldus de Alvingela (1150-65)		[Mag.] Petrus Portugalensis (1150-68)		Rodericus/Rosardus (1150)	
Martinus de Rumene (1150-1168)		Pelagius, presbiter (1159)		Johannes (1150)	
Robertus de Vallis/Libertus de Bal./Hilberto de Vals (1150-68)		Vincentius (1165)		Nicholaus [I?] (1150)	
Stephanus de Douai (1150)		Pelagius Gonsalvi (1165)		Nicholaus [I ou II?] (1159)	
Gilbertus de Chent (1150)		Pelagius [II?] (1168)		Vincentius (1165)	
Odorius (1150)		Pelagius Gomeci (1168)		Menendus (1165-68)	
Robertus (1165)		Suerius (1168)		Ciprianus (1165-68)	
Gilbertus (1165-68)				Nicholaus [I ou II ou III?] (1165-68)	
Theobaldus (1165)				Bartholomeu (1168)	
Mag. Raimundus (1168)				Samuel (1168)	

o Cabido entre 1149 e 1168, veja-se Mário Farello – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 10; *Idem* – *Des(H)armonia na Sé...*, p. 41-43.

³² Fontes: Rodrigo da Cunha – *Historia ecclesiastica da igreja de Lisboa: vida e acções dos seus Prelados & varões eminentes em santidade que nella florecerão (...). Primeiro volume*. Lisboa: por Manoel da Sylva, 1642, fl. 71-72, 78; *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 103, 110, 329; *Monumenta Henricina*. Ed. de António Joaquim Dias Dinis. Vol. 1. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 5-9, doc. 3; *Documentos Medievais Portugueses*. Vol. 1: *Documentos régios*. Tomo I: *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*. Introdução diplomática e notas de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, p. 303, doc. 246; Francisco da Gama Caeiro – *As Escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa. Arquivos de História da Cultura Portuguesa*. 1/2 (1966), 32-33; Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Fundo Geral*, COD. 13145, fl. 2, 15.

Como tem sido sublinhado, a inserção de clérigos cruzados constituiu um elemento preponderante na renovada organização eclesiástica da cidade, na sequência da sua tomada por forças cristãs em 1147, com a designação do primeiro bispo da diocese então restaurada na pessoa do inglês Gilberto de Hastings³³ e da influência estrangeira na organização e recrutamento da instituição capitular então criada³⁴. De facto, esta tabela testemunha a escolha de clérigos estrangeiros para as dignidades e para uma parte substancial das prebendas estabelecidas na instituição. Mas ela indicia também que o recrutamento capitular resultou de um entendimento entre as forças portuguesas e estrangeiras – aliás em consonância com a forma de proceder em diversos momentos ao longo do cerco³⁵ –, o que resultou em paralelo na integração de cónegos portugueses, alguns dos quais oriundos de outras zonas do reino.

Este perfil de recrutamento manteve-se *grosso modo* nas décadas seguintes, ou seja, enquanto esta primeira geração de capitulares permaneceu em funções. Como seria de esperar, a sua memória foi-se diluindo nas décadas finais da centúria, nomeadamente em termos da onomástica dos seus descendentes, na qual os apodos, apostos aos nomes próprios e patronímicos em uso no espaço português, lembravam a extração estrangeira dos seus ascendentes³⁶. Para o caso do Cabido, essa substituição significou a entrada de novas gerações de dignidades e cónegos portugueses, visível, por exemplo, na identificação da maior parte das dignidades capitulares a partir dos anos 1180.

2.2. A eleição episcopal de janeiro de 1294

A mais de um século de intervalo, a ata de eleição episcopal de D. João Martins de Soalhães na cátedra olisiponense, hoje conservada no Arquivo Distrital de Braga, permite conhecer a totalidade dos membros da instituição, à data

³³ Sobre a sua biografia, veja-se Maria João Branco – Gilberto de Hastings (1147-1163/1165). In *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Dir. de António Camões Gouveia; Maria Filomena Andrade; Mário Farelo. Coord. de João Luís Fontes. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, p. 123-133. Nesta obra encontra-se um ponto de situação sobre a restauração das estruturas eclesiásticas da cidade, na sequência da respetiva tomada (Maria João Branco; Herminia Vilar – O Episcopado de Lisboa, entre a restauração da diocese e a fundação do arcebispado (1147-1393/1395), p. 87-91).

³⁴ Maria João Branco – A conquista de Lisboa revisitada. *Arqueologia Medieval*. 7 (2001) 232-233, nota 90. Sobre a fundação do cabido, veja-se igualmente Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 7-9.

³⁵ Referidos pela conhecida *Carta do Cruzado R. (A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado)*. Ed. de Aires A. Nascimento. Lisboa: Veja (2.ª edição), 2007, p. 85, entre outros). Para um aprofundamento da questão, veja-se a síntese relativa ao cerco de autoria de Miguel Gomes Martins – *1147. A conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.

³⁶ Inês Lourinho e Manuel Fialho Silva – “O hibridismo na sociedade olisiponense pós 1147”, comunicação apresentada no colóquio internacional *Moçárabes Cultura e a cultura, Silves, outubro de 2010*, 2011. In https://www.academia.edu/22285169/O_Hibridismo_na_Sociedade_Olisiponense_pós-1147. Consultado a 4/3/2020.

da votação efetuada pelos membros do Cabido, no dia 23 de janeiro de 1294 (Tabela 2)³⁷.

Tabela 2. Identificação das dignidades e cônegos do Cabido da Sé de Lisboa (23 de janeiro de 1294)³⁸

Dignidades capitulares					
Deão	Chantre	Arceidiago de Lisboa	Tesoureiro	Arceidiago	Mestre-escola
Gil Martins Rebolo (1277-1289) Raimundo Lourenço (antes 1296) Egas Lourenço Magro (1296-1338)	Gonçalo Eanes (1288-1294) Pedro Ramires (1294-1313)	Domingos Gonçalves (1285-1313)	Pedro Martins (1277-1286) Domingos Simões (1295) Afonso Fernandes Cogominho (1297-1308)	Estêvão Eanes Bochardo (1281-1297) Me. Estêvão Rodrigues (1305-1320)	Me. Estêvão Rodrigues (1291-1303) Afonso Pais (1303-1326)
Cónegos					
Nome	Elementos biográficos (além da pertença ao Cabido da Sé de Lisboa)				
Afonso Eanes	Não sabia escrever				
<u>Domingos Peres</u>	Clérigo do rei (1291)				
Fernando Mendes					
Gonçalo Fernandes	Vigário de Lisboa (1286-1287, 1302)				
João Fuas	Talvez mordomo do bispo D. Mateus (1264); instituiu capela na Sé de Lisboa (1316)				
Martinho Eanes dito Barbudo	Nobre nortenho				
Martinho Dade	Nobre; tio do arceidiago de Santarém Estêvão Eanes Bochardo; não sabia escrever				
<u>Paio Domingues</u>	Deão de Évora; clérigo e sobrejuíz do rei (1284-1303/04)				
Pedro Peres	Talvez originário de Ourém; cônego de Santiago de Compostela				
Pedro Ramires	Procurador do bispo de Lisboa (1265, 1274); procurador de D. João Martins de Soalhães no processo de eleição (1294) e depois seu vigário (1300-1313)				
Martinho Rodrigues	Arceidiago do Barroso (Braga) (1295-1296) e chantre de Braga (1300-1317)				
Vicente Pais	Vigário de Lisboa (1283-1284, 1288-1291)				

³⁷ Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Gaveta dos Arcebispos*, n.º 17. Sobre a biografia deste prelado, veja-se Justiniana Maciel – João Martins de Soalhães (1294-1313). In *Bispo e Arcebispos de Lisboa...*, p. 237-245.

³⁸ Os nomes sublinhados referem membros do oficialato régio e a negrito correspondem a clérigos com ligação funcional atestada ao novo prelado D. João Martins de Soalhães. Fontes: ADB, *Gaveta dos Arcebispos*, n.º 17; Mário Farello – *O Cabido da Sé...*, vol. 2; *Idem* – A quem são teúdos os barões e sages cônegos? Perspectivas sobre as redes de solidariedade no Cabido da Sé de Lisboa (1277-1377). *Lusitania Sacra*. 2.ª série. 17 (2005), 178-179.

Esta “radiografia” da composição do cabido da Sé de Lisboa, à data do dia 23 de janeiro de 1294, mostra como a instituição incluía, por essa altura, clérigos de múltiplas inserções. Com efeito, apesar das limitações que impendem sobre o conhecimento exaustivo das respetivas biografias, percebem-se pelos elementos recolhidos a continuidade de tendências que vinham de tempos anteriores, como eram o caso da inserção de membros de famílias nobres com ligação à Corte régia (nem todos literados, como se vê pelo caso de Martinho Dade) ou com elementos pertencentes a grupos familiares pertencentes às elites sociais e governativas da cidade³⁹. Iguamente paradigmática é a presença de dignidades e cónegos com experiência no oficialato episcopal, em paralelo com a inserção de clérigos que acumulavam uma carreira eclesiástica com o serviço burocrático do monarca. Este último *facies* do recrutamento capitular foi sobretudo evidente ao longo do reinado de D. Dinis e de seu filho⁴⁰, ao passo que a influência do novo bispo D. João Martins de Soalhães fez-se rapidamente fazer sentir ao nível das dignidades, com o provimento sucessivo dos seus apaniguados naquelas que, entretanto, foram vagando no seguimento da sua eleição: o chantrado ainda em 1294, o deado dois anos mais tarde, o tesourado em 1297 e, finalmente, o mestre-escolado em 1303.

Tais influências correspondem ao esperado, ou seja, a um recrutamento capitular operacionalizado em torno de colações ordinárias, no qual a intervenção apostólica ainda não se fazia plenamente sentir, como o foi no tempo da Peste Negra.

2.3. No contexto da Peste Negra (1348-1350)

Sabe-se que a Peste Negra, entrada em Portugal em finais do ano de 1348, acarretou uma diminuição demográfica e, conseqüentemente, uma falta de mão-de-obra e um aumento de preços que ditou a tomada de medidas legislativas por parte do rei D. Afonso IV e, em termos do recrutamento das instituições, a uma renovação de efetivos⁴¹.

A tabela 3, que recupera a identificação das dignidades nesse período, demonstra a operacionalidade nessa constatação no caso em apreço.

³⁹ A identificação destes grupos e a sua inserção no Cabido olisiponenses durante as centúrias de Duzentos e Trezentos, encontra-se detalhada em Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 97-107.

⁴⁰ Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 93.

⁴¹ Sobre os efeitos desse surto pestífero em Portugal, veja-se, entre outros, Mário Jorge Barroca – *A peste negra na epigrafia medieval portuguesa*. In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Coord. de Luís Adão da Fonseca; Luís Carlos Amaral; Maria Fernanda Ferreira Santos. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2003, p. 1159-1166.

Tabela 3. Identificação das dignidades do Cabido da Sé de Lisboa (anos 1340-1360)⁴²

Dignidades capitulares					
Deão	Chantre	Arceidiago de Lisboa	Tesoureiro	Arceidiago	Mestre-escola (cancellarius)
Pedro Gomes Barroso (cardeal) (1242-†48)	Pedro Sánchez (1330-†47)	Lourenço Canelas (1243-†49)	Gil das Leis (1322-†46)	Bartolomeu Martins (1343-†47)	João Palmeiro (1341-60)
Martinho La Chapelle (1349-52)	Geraldo de Cornilio (1348-55)	Pedro de Martel (1349-†55)	Elias Roberti (†48)	Guido de La Jugie (1347-†49)	Guilherme de Cavagnac (1360-61)
Pedro de la Menta (1352)	Afonso Domingues de Linhares (1356-59)	Gil de Albornoz (cardeal) (1355-†67)	Raimundo Tolosani (1348-61)	Olivério Gaydelli (1349-66)	Pedro Benmondi (1361-63)
Guilherme de la Jugie (cardeal) (1352-†74)	Guilherme Piloti (1359-†68)				Elias de Claustros (1363-66)

O falecimento de praticamente todas as dignidades capitulares nos anos 1348-1349 indicia uma sincronia que não deve ter estado alheada da virulência causada pela Peste Negra no espaço olisiponense⁴³ e da capacidade do poder pontifício em conseguir nomear a sucessão dos seus sucessores, a maioria dos quais residentes na própria Cúria⁴⁴. Com o conseqüente falecimento de muitos destes, certamente por efeitos da mesma pandemia que então grassava na Cúria apostólica, a grande maioria das dignidades capitulares acabou nas mãos de clérigos estrangeiros, então fixados em Portugal, como era o caso de Guilherme Piloti, Pedro de Martel, Elias Roberti ou Raimundo Tolosani⁴⁵.

De facto, percebe-se que essa renovação capitular já não passou, como anteriormente, por efetivos ligados ao poder régio e às oligarquias olisiponenses, mas sobretudo por clérigos que preconizavam e operacionalizavam a supremacia dos interesses apostólicos, nomeadamente oficiais e consanguíneos de bispos estrangeiros. Estes últimos, capazes de mobilizar importantes solidariedades curiais, haviam conseguido assegurar o respetivo provimento na cátedra olisiponense,

⁴² Os nomes a negrito correspondem a clérigos pertencentes ao oficialato pontifício e/ou à Cúria apostólica; o nome a itálico indica que não tomou posse. Fontes: Mário Fareló – *O Cabido da Sé...*, vol. 2.

⁴³ Alguns dados sobre os efeitos da pandemia neste espaço foram compilados em Mário Fareló – *A oligarquia camarária...*, p. 147, 162.

⁴⁴ Para a caracterização da presença estrangeira à época no Cabido olisiponense, veja-se Mário Fareló – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 63, 87-89, 96; *Idem* – Une relation dans l'ombre? L'interventionnisme cardinalice dans le royaume du Portugal au temps des Papes d'Avignon. In *Ecclesiastics and Political State Building in the Iberian Monarchies, 13th-15th centuries*. Coord. de Hermínia Vasconcelos Vilar; Maria João Branco. Lisboa: Publicações do Cidehus, 2016, p. 291-309.

⁴⁵ É importante salientar que, dos membros presentes nas reuniões capitulares que é possível identificar nesse período, destaca-se a presença de dignidades e cónegos estrangeiros (Mário Fareló – *O Cabido da Sé...*, vol. 2). Esta constatação desmente a ideia ainda bastante arraigada na historiografia segundo a qual os capitulares estrangeiros encontravam-se fundamentalmente ausentes da instituição.

nesses tempos conturbados: Estêvão Eanes de la Garde (1344-1348), D. Teobaldo de Castillon (1348-1352) e Reginaldo de Maubernard (1352-1356)⁴⁶. Deste ponto de vista, a inserção capitular de representantes curiais e de apaniguados de Ordinários agindo *in remotis*, mais do que o acesso a pingues retribuições monetárias, permitia a consolidação de solidariedades entre a instituição capitular e a Cúria apostólica, a seu tempo passíveis de serem mobilizadas⁴⁷.

A intervenção apostólica tornou-se doravante um elemento permanente no recrutamento do Cabido da Sé de Lisboa ao longo do restante período medieval. Assim o foi mesmo durante o Grande Cisma de Ocidente (1378-1417), durante o qual um dos cavalos de batalha do confronto entre as obediências romanas e avinhonense foi, justamente, a inserção dos candidatos respetivos nas instituições eclesíásticas existentes na Cristandade⁴⁸.

2.4. Nos inícios do Grande Cisma (1377-1382)

O (des)conhecimento desta questão específica relaciona-se simultaneamente com limitações heurísticas (nomeadamente pela antedatção das súplicas e bulas para efeitos de aquisição de benefícios⁴⁹) e a consequente falta de um investimento historiográfico nesta temática⁵⁰. O levantamento efetuado, nomeadamente com o recurso à documentação apostólica publicada, mostra que os pontífices de ambas obediências nomearam clérigos para as dignidades capitulares no último quartel de Trezentos (Tabela 4).

⁴⁶ Vejam-se as suas biografias e os dados sobre o recrutamento capitular nesse período compilados em Mário Farelo – Estêvão de la Garde (1344-1348), Teobaldo de Castillon (1348-1356) e Reginaldo de Maubernard (1356-1358). In *Bispos e Arcebispos de Lisboa...*, p. 299-305, 307-319 e 321-328.

⁴⁷ As instâncias curiais ganhavam assim a colaboração de representantes que passaram a conhecer, por dentro, os meandros do poder eclesiástico do reino, ao passo que as instituições capitulares ganhavam o concurso de agentes conhecedores dos meandros curiais. Um exemplo das relações entre o Cabido catedralício de Lisboa e um importante oficial curial no reino – o coleitor apostólico –, foi estudado em Mário Farelo – Um coletor apostólico *in remotis finibus mundi*. Bertrand du Mazel em Portugal (1368-1371). In *Medieval Studies in Honour of Peter Linehan*. Coord. de Francisco J. Hernández; Rocío Sánchez Ameijeiras; Emma Falque. Firenze: SISMEL-Edizioni del Galluzzo, 2018, p. 532-556.

⁴⁸ Na impossibilidade de apresentar convenientemente o Cisma do Ocidente e os seus impactos no reino português, remete-se para os trabalhos clássicos de Júlio César Baptista – Portugal e o Cisma do Ocidente. *Lusitania Sacra*. 1 (1956) 65-203, de António Domingues de Sousa Costa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. vol. 3/1. Roma-Braga: Editorial Franciscana, 1982, e para a síntese recente de Maria João Branco e Hermínia Vilar – O episcopado de Lisboa, entre a restauração da diocese e a fundação do arcebispado. In *Bispos e Arcebispos de Lisboa...*, p. 117-121.

⁴⁹ Uma vez que um dos critérios de acesso aos benefícios era a data do provimento apostólico por ordem de antiguidade do diploma, a obtenção de documentos com datas anteriores às reais permitia ao seu detentor ter maiores hipóteses de colação. Sobre este assunto, veja-se Mário Farelo – A quem..., p. 162, nota 88.

⁵⁰ Veja-se a secção anterior. Uma das poucas exceções a esta situação foram os trabalhos de José Marques em torno dos provimentos apostólicos em benefícios castelhanos por clérigos portugueses no início do Cisma (José Marques – Clérigos portugueses exilados e beneficiados em Castela Nova e na Andaluzia nos finais do século XIV. *Revista de Ciências Históricas*. 4 (1989) 177-194).

Tabela 4. Identificação das dignidades do Cabido da Sé de Lisboa (1374-1396)⁵¹

Dignidades capitulares					
Deão	Chantre	Arceidiago de Lisboa	Tesoureiro	Arceidiago	Mestre-escola
Domingos Peres da Lourinhã (1374-96) <i>João Garcia</i> (c. 1379) <i>Álvaro Gonçalves de Azevedo</i> (1380-84) <i>João Flamengo</i> (1384)	Vasco Domingues (1374-79) <i>Bertrando de Roccavilla</i> (1379-80) <i>Geraldo</i> (cardeal) (c. 1380) <i>Vasco Lourenço</i> (1380) Adam Easton (cardeal) (c. 1381) Vasco Domingues (1382-84)	Pedro Cavaleri (1377-79) Lourenço Eanes (1387-1389) Gil Vasques (1390-91)	Américo de Guardia (1375- 1377) <i>João de Chameiraco</i> (c. 1377) Raimundo Salas (1379-80) <i>João Garcia</i> (c. 1380) <i>Pedro Garcia</i> (c. 1380) João Domingues (1384-91)	Roberto de Fracta (1374-1378) <i>Elias Cavaleri</i> (c. 1378) Elias de Claustros (1378-83) Gonçalo Vasques (1388-1395)	Pedro Cavaleri (1364-76) <i>Astorgio de Galharco</i> (c. 1384) Fernando Martins (1387-91) <i>Pedro Garcia</i> (1388-96)

Neste particular, os nomes registados respeitam sobretudo os impetrantes ligados a Clemente VII (obediência avinhonense), algo que se pode relacionar, antes de mais, com o desaparecimento da quase totalidade da documentação de natureza beneficencial da obediência romana para esses anos⁵².

Contudo, não será de descartar a possibilidade, aliás bastante verosímil, dessa maior representatividade espelhar, na verdade, o usufruto efetivo das referidas dignidades por parte dos sequazes avinhonenses, como parece indicar a permanência em funções de Pedro Cavaleri como arceidiago de Lisboa e de Américo de Guardia no tesourado, nos inícios do Cisma⁵³. Se essa hipótese se revelar verdadeira, então esta prevalência alinhar-se-ia com os períodos em que D. Fernando se manteve

⁵¹ Os nomes a negrito correspondem a clérigos pertencentes à obediência romana, a sublinhado à obediência avinhonense e a *italico* os nomes cuja inserção beneficencial efetiva no Cabido não é certa. Fontes: António Domingues de Sousa Costa – *Monumenta Portugaliae...*, vols. 2 e 3/1; Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 2.

⁵² Um ponto de situação sobre as lacunas dos registos de letras e súplicas apostólicas no pontificado de Urbano VI pode ser colhido em Patrick Zutshi – Unpublished Fragments of the Registers of Common Letters of Pope Urban VI (1378). In *Kurie und Region: Festschrift für Brigide Schwarz zum 65. Geburtstag*. Coord. de Brigitte Flug; Michael Matheus; Andreas Rehberg. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005, p. 42.

⁵³ Alguma documentação referente a estes capitulares “avinhonenses” refere que as respetivas nomeações por Clemente VII foram antecedidas da privação do anterior detentor “romano”, como no caso da privação de Domingos Peres da Lourinhã do deado em favor de João Garcia em 1379 e de Álvaro Gonçalves no ano seguinte; daquela do chantre Vasco Domingues em favor de Bertrando de Roccavilla, este último significativamente designado de capelão de Clemente VII (ver António Domingues de Sousa Costa – *Monumenta Portugaliae...*, vol. 2, p. 81, doc. 357; p. 124, doc. 480; p. 78-79, doc. 353; vol. 3/1, p. 162, nota 139).

neutral no conflito (até janeiro de 1380) e em que ele seguiu a obediência de Clemente VIII (de janeiro 1380 a agosto 1381)⁵⁴. Com a passagem definitiva do reino à obediência romana de Urbano VI, a partir dessa última data, os sequazes avinhonenses acabam por ser afastados por via de privação, em proveito de clérigos de obediência romana, sem que saiba, por falta de documentação específica, se tais membros acedem ao grupo dignitário pela via de provimentos de Urbano VI, da colação do Ordinário e Cabido ou de um misto dos dois⁵⁵. Seja como for, estes novos capitulares, visíveis na documentação a partir dos anos 1384-1387, foram aqueles que ocuparam de facto as dignidades capitulares e aqueles que acabaram por dirigir a instituição ao longo da década seguinte. Por fim, um misto de influência da autoridade eclesiástica ordinária e curial encontra-se patente no último “instantâneo” do recrutamento capitular escolhido, em finais do século XV.

2.5. Nos finais do século XV

O recrutamento do cabido neste período é ainda um terreno pouco seguro, até que venha a lume um estudo específico sobre o tema. Ainda assim, as informações recolhidas na documentação apostólica, monástico-conventual e notarial da cidade publicada permitem uma visão de conjunto sobre o caso do corpo dignitário capitular (ver Tabela 5).

Tabela 5. Identificação das dignidades do Cabido da Sé de Lisboa (1480-1500)⁵⁶

Dignidades capitulares					
Deão	Chantre	Arceidiago de Lisboa	Tesoureiro	Arceidiago	Mestre-escola
Jorge da Costa (1474-81) Martinho Vaz da Costa (1489-1501)	João Eanes (1471-1482) João Gil (1489-1507)	Luís Caiado (1478-1513)	Pedro de Sousa (1476-1500)	Fernão Eanes (1481-96) João Fernandes (1499-1515)	<u>Álvaro Gonçalves II</u> (1471/2-96) <u>Estêvão Martins</u> (1496-1506)

⁵⁴ Sobre a cronologia da flutuação das obediências por parte do rei D. Fernando, veja-se as obras citadas na nota 48.

⁵⁵ A nomeação de Lourenço Eanes para o arceidiago de Lisboa foi efetuada pelo bispo D. Juan Gutierrez, após que este privara do benefício o anterior titular Pedro Cavaleiro, por ser notória a sua adesão a Clemente VII; em 1394, Raimundo Salas é referido como tendo sido espoliado do tesourado pelos sequazes de Urbano VI «há mais de dez anos» (António Domingues de Sousa Costa – *Monumenta Portugaliae...*, vol. 3/1, p. 473-474, nota 300; vol. 2, p. 265, doc. 713).

⁵⁶ Os nomes a negrito correspondem a clérigos com ligação ao arcebispo e cardeal D. Jorge da Costa e a sublinhado ao oficialato dos reis D. Afonso V, D. João II ou D. Manuel. Fontes: *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Ed. de António Domingues de Sousa Costa. Vols. 7 (1471-1481), 8 (1481-1490), 9 (1491-1500), 10 (1501-1510). Lisboa: INIC, 1978-1985; António Domingues de Sousa Costa – *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*. Bolonia: Publicaciones del Real Colégio de España, 1990.

Apesar dos pontos obscuros das biografias da maior parte destas dignidades e cónegos, a presente tabela ilustra a existência nesse período de uma ligação dos dignitários olisiponenses ao oficialato régio. Contudo, rapidamente se percebe que esta última parece não ser, à época, a influência mais substantiva no seio do Cabido. Para a encontrar, é necessário se voltar para a figura do Ordinário, na altura o arcebispo e cardeal D. Jorge da Costa, indubitavelmente o eclesiástico português mais importante e mais influente nos finais da Idade Média em Portugal⁵⁷. Para além de ter “colocado” dois dos seus irmãos do deado, pelo menos três dos seus oficiais tiveram a oportunidade de ocupar, simultaneamente, o chantrado e os dois arcediagados capitulares. Um tal resultado, sugestivo para futuras abordagens com vista a dimensionar a extensão de tais clientelas, remete sobretudo para uma preeminência, a qual, extravasando o reino, espraiava-se pela própria Cúria, onde D. Jorge da Costa chegou a ser um dos seus mais destacados protagonistas⁵⁸.

O que se pode concluir sobre os poderes em ação no recrutamento do Cabido medieval de Lisboa, grosseiramente percecionado a partir da identificação biográfica de dignidades e cónegos da instituição em alguns dos seus “tempos-fortes”?

Acima do que tudo, a evolução histórica das forças que exerceram a sua influência nos processos de nomeação das dignidades e cónegos olisiponenses em tempos medievos parece ter seguido o padrão, observado *mutatis mutandis* nos seus congéneres nacionais e internacionais. De acordo com este último, o acesso às estalas capitulares foi dominado pelas colações ordinária, até que, a partir do século XIV, essa prática acabou mitigada com o incremento das nomeações por força de provimentos apostólicos⁵⁹. Para o século XV, ainda demasiado obscuro deste ponto de vista, o recrutamento capitular parece ter compaginado as intervenções curiais e a influência em favor de oficiais de reis e rainhas com a força da colação ordinária, em grande medida nas mãos do Ordinário diocesano. Através da introdução capitular de seus representantes (vigários), numa prática situada cronologicamente a partir da segunda metade do século XIII⁶⁰, a intervenção do

⁵⁷ Para a sua biografia, veja-se Manuela Mendonça – *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*. Lisboa: Colibri, 1991 e Margarida Garcez Ventura – *Jorge da Costa (1464-1500)*. In *Bispos e Arcebispos de Lisboa...*, p. 543-551.

⁵⁸ Anna Maria Oliva – *Il cardinale portoghese Jorge da Costa ed il suo radicamento a Roma*. In *Scritti per Isa. Raccolta di studi offerti a Isa Lori Sanfilippo*. Coord. de Antonella Mazzon. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 2008, p. 699-725.

⁵⁹ Convém, porventura, não amplificar a importância numérica destes últimos, sobretudo quando a documentação sobre a ação pontifícia nesta matéria é sobremaneira superior às evidências documentais das colações ordinárias. Essa relativização da importância dos provimentos apostólicos em benefícios eclesiásticos tem sido uma tendência seguida em trabalhos recentes que têm aprofundado esta questão, à semelhança de Thomas W. Smith – *The Development of Papal Provisions in Medieval Europe*. *History Compass*. 13/3 (2015) 110-121.

⁶⁰ Mário Farelo – *O Cabido da Sé...*, vol. 1, p. 16.

Ordinário torna-se mais visível nessa centúria de Quatrocentos, à medida que as Casas de arcebispos e bispos assumiram contornos funcionais mais complexos e que aumentaram as necessidades de retribuição dos respetivos oficiais. No que respeita ao corpo dignitário, o episcopado de D. Jorge da Costa pode ter constituído o expoente máximo nesse processo, no âmbito de uma tendência enraizadas em pontificados passados, como o do arcebispo D. Pedro de Noronha, durante o qual diversas dignidades capitulares foram providas com oficiais da sua Casa, que haviam passado nos inícios do século pelas universidades da península itálica⁶¹.

Destes “tempos-fortes” percebe-se que a inserção nos cabidos catedralícios do reino se tornou uma das formas de operacionalização da capacidade dos monarcas em fazer retribuir os seus oficiais e em torná-los efetivos interlocutores do diálogo Estado-Igreja, da representação no reino dos interesses pontifícios e camerais ou mesmo da vontade de alguns grupos das oligarquias urbanas em consolidarem a sua “presença” em instituições eclesiásticas radicadas nos seus espaços de ação. Reconhecer isto é, afinal, uma via para um melhor conhecimento dos mecanismos de solidariedades externas atuantes nos percursos individuais de clérigos e letrados neste período, assim como dos papéis que estes protagonizam no intrincado xadrez de poderes que se entrecruzaram, se digladiaram e cooperaram na sociedade tardomedieval portuguesa, e mesmo para além desta.

⁶¹ Mário Farelo – *Amigos para a vida? Solidariedades dos estudantes portugueses em Itália (finais séc. XIV -inícios do séc. XV)*. In *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s)*. Coord. de Paulo Catarino Lopes. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais e CHAM-Centro de Humanidades, 2019, p. 277, 286-287.



O PROJETO DA “ROTA DAS CATEDRAIS”

JORGE DA COSTA

 <http://orcid.org/0000-0002-9002-7754>

Resumo: O presente artigo consiste numa apresentação do projeto *Rota da Catedrais* tendo em conta os pressupostos e objetivos do Acordo de Colaboração, e atendendo aos antecedentes na gestão dos bens de matriz religiosa na posse do Estado, e em particular naqueles, as Catedrais. Ilustram-se as variações na relação entre o Estado e a Igreja, estabilizadas com a Concordata de 1940 e ajustadas à realidade presente com a Nova Concordata (de 2004). Estabelece-se relação com as alterações institucionais dos parceiros, em especial das instituições do Estado e da Igreja que lidam com o património cultural, em cujo seio se estabeleceram os princípios para o estabelecimento do projeto *Rota da Catedrais*, finalmente ilustrado com o caso prático concretizado pelos agentes da administração pública e entidades eclesíásticas na circunscrição geográfica do Norte de Portugal.

Palavras-chave: *Rota da Catedrais*, Estado e Igreja, bens culturais, monumento nacional, Norte de Portugal.

THE PROJECT “ROTA DAS CATEDRAIS”

Abstract: The present article describes the project “Rota das Catedrais”, taking into account the principles of the “Acordo de Colaboração” (collaboration agreement) between the Portuguese Government and the Portuguese Episcopal Conference (Roman Catholic Church). It also illustrates the variable collaboration through time, between the Portuguese State and the Catholic Church, which stabilized in 1940, when the Concordata was signed; later, in 2004, the document would be adjusted to more recent conditions. Formal changes in the Catholic Church itself and in the institutions responsible for Cultural Heritage management are presented. It was in the core of these institutions that the project “Rota das Catedrais” was created and is here illustrated by the case developed by public and religious authorities in the geographical region of Northern Portugal.

Keywords: “Rota da Catedrais”, State and Church, cultural goods, national monument, Northern Portugal, Catholic church.

O PROJETO DA “ROTA DAS CATEDRAIS”

JORGE DA COSTA*

1. Enquadramento

1.1. O “Acordo de Cooperação” Estado Português / Igreja Católica



Fig. 1. Assinatura de Acordo de Cooperação para a implementação da ROTA DAS CATEDRAIS

O projeto *Rota das Catedrais* é a expressão e o motivo de um acordo de cooperação estabelecido entre o Estado e Igreja Católica: O acordo de cooperação foi assinado a 30 de junho de 2009 entre o Ministério da Cultura, na pessoa do então ministro José António Pinto Ribeiro, e a Conferência Episcopal Portuguesa, presidido a época por Dom Jorge Ortiga¹. No preâmbulo é afirmada a extensão e abrangência que se propõe para o projeto:

* Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN/DSBC).

¹ Acordo de Cooperação entre o Ministério da Cultura e a Conferência Episcopal Portuguesa para a implementação do Projecto “Rota das Catedrais”. In <http://www.rotadascatedrais.com/pt/acordo-de-cooperacao>. Consultado a 12/07/2020.

«As Catedrais de Portugal constituem um tecido essencial de memória e de identidade, profundamente caracterizador do território e das suas gentes, de Norte a Sul do País, do Litoral ao Interior, passando pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. (...) procura devolver a estes monumentos uma atenção global e corresponsabilizante, assumindo-se como dinamizador de uma atuação concertada e contratualizada, planeada, criteriosa e exigente».

Mas o projeto *Rota das Catedrais* é também a expressão pública e notória dos princípios preservação e valorização do património cultural português que interessa a ambas entidades que a subscreveram: o Ministério da Cultura, pelo lado do Estado Português; e, a Conferência Episcopal Portuguesa, pelo lado da Igreja Católica. E, pelo caráter inovador relativo a matéria que nos aqui traz, o princípio da cooperação, no concernente à propriedade e posse e ao uso e fruição dos bens móveis e imóveis considerados património cultural português.

Subjacente a este projeto estão:

1.º, o *ambiente gerado pela renovação da Concordata*, estabelecendo uma relação colaborante e empenho na salvaguarda, valorização e fruição dos bens – móveis e imóveis, – da Igreja ou afetos ao seu uso, que integram o património cultural português, incluindo a conciliação de interesses e finalidades, sejam de natureza cultural, sejam de natureza cultural, e o acordo na criação de uma comissão bilateral para o desenvolvimento da cooperação, instrumento extensível a outras figuras como está previsto no seu articulado:

«Artigo 28.º: O conteúdo da presente Concordata pode ser desenvolvido por acordos celebrados entre as autoridades competentes da Igreja Católica e da República Portuguesa.»².

2.º, a *alteração de paradigma de gestão dos bens imóveis do domínio público*, com argumento de eficiência e racionalização dos recursos, enquadrado no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado e no regime jurídico do património imobiliário público (Decreto-Lei n.º 280/2007); neste se consagra a abertura da gestão não-pública dos bens imóveis do domínio público, nomeadamente dos «monumentos nacionais». Este foi entendido como inversão do princípio do resgate do património cultural através da sua reabilitação integral pelo Estado para devolução à fruição pública, que havia sido a matriz dos programas de recuperação e valorização dos monumentos. Corolário desta nova atitude – que gerou largo debate e contestação pública por receios de privatização do

² Assembleia da República – Resolução da Assembleia da República, de 30 de Setembro de 2004. Diário da República n.º 269/2004, 16 de novembro de 2004, p. 6741-6750.

património cultural – foi a proposta de lei, entretanto caducada, sobre o regime geral dos bens do domínio público (apresentada pelo Governo à Assembleia da República, em março de 2009):

«(...) Em matéria de rentabilização assumem relevância decisiva as possibilidades de utilização oferecidas pelas licença e concessão de uso e pela concessão de exploração. (...) não persistirão dúvidas de que o alcance mais significativo pela mesma revestido, do ponto de vista da rentabilização, existe quando se associam interesses particulares à utilização e à gestão dos bens dominiais»³.

Acessoriamente, e apesar do distinto enquadramento normativo e institucional não pode deixar de ser referido o paralelismo do caso português com a anterior ação do Estado e da Igreja, em Espanha, para a promoção do Plano Nacional de Catedrais (espanhol); também aqui houve lugar, em 25 de fevereiro de 1997, à celebração de um acordo de cooperação entre as duas entidades com similar afirmação de princípios:

«O Ministério da Cultura e a Igreja Católica procurarão, em comum acordo, colocar ao serviço dos cidadãos todos os elementos que integram as catedrais na sua condição específica de legado cultural, com atenção particular a museus, arquivos catedralícios, atividades e eventos musicais, exposições, e qualquer outro meio de divulgação do referido património artístico e cultural»⁴.

Contudo, não pode deixar de se observar a questão da posse e uso dos bens móveis e imóveis de matriz religiosa sem se atender à relação entre o Estado e a Igreja, inaugurada com a implantação da República, sequente à revolução vitoriosa em 5 de outubro de 1910, conjugada com a classificação de conjunto vasto de imóveis como «monumentos nacionais» ainda nos anos finais da Monarquia, finalmente estabilizada com os marcos concordatários de 1940 e 2004.

³ Presidência do Conselho de Ministros – Proposta de Lei n.º 256/X, regime geral dos bens do domínio público. In <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d76574339305a58683062334d76634842734d6a55324c5667755a47396a&fich=pl256-X.doc&Inline=true>. Consultado a 12/07/2020.

⁴ Acuerdo de colaboración entre el Ministerio de Educación y Cultura y la Iglesia Católica para el Plan Nacional de Catedrales. In <http://www.catedraldecartagena.org/wp-content/uploads/2015/03/Acuerdo.pdf>. Consultado a 12/07/2020. «*El Ministerio de Cultura y la Iglesia Católica procurarán, de común acuerdo, poner al servicio de los ciudadanos todos los elementos que integran las catedrales en su condición específica de legado cultural, con especial atención a museos, archivos catedralicios, actividades musicales y actos, exposiciones, y cualesquiera otros medios de difusión de dicho Patrimonio Artístico y Cultural*» (cit.).

1.2. O Decreto de 16 de junho de 1910

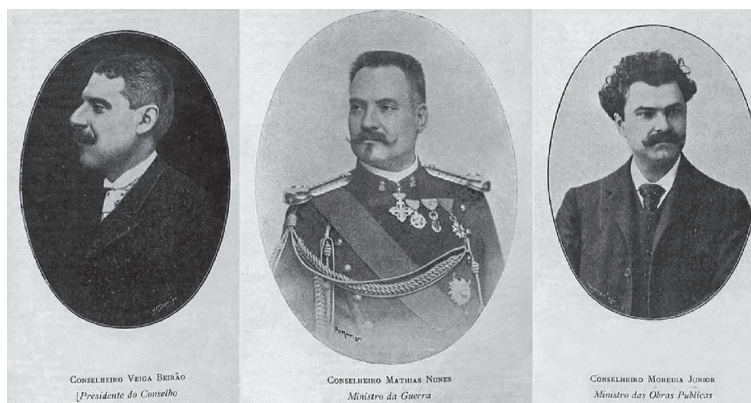


Fig. 2. Moreira Júnior, Ministro das Obras Públicas e Mathias Nunes, Ministro da Guerra, membros do Conselho de Ministros, e Veiga Beirão, presidente do Conselho, à data da publicação do Decreto de 16 de junho de 1910.

O Decreto de 16 de junho de 1910⁵, publicado pelo penúltimo governo antes da implantação da República (ministério de Veiga Beirão, de 22 de dezembro de 1909 a 26 de junho de 1910), promoveu a classificação de monumentos nacionais, conforme as tipologias de estilo e época, de largo conjunto de imóveis. Esta foi a concretização de um instrumento de política nacional em matéria que hoje designamos de salvaguarda e valorização do património construído, em linha com o movimento convergente, na cultura de matriz europeia, de museificação dos vestígios do passado e afirmação das identidade e especificidades nacionais.

Em 1901 (segundo ministério de Hintze Ribeiro, de 26 de junho de 1900 até 20 de outubro de 1904) havia sido reorganizado o Conselho dos Monumentos Nacionais – no âmbito da organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Publicas, Comércio e Industria⁶ –, a quem foram outorgadas competências para a classificação dos monumentos nacionais e para o estudo, apreciação e fiscalização de trabalhos e proposição das medidas de conservação, reparação e restauração dos monumentos nacionais. Nesse mesmo ano foram aprovadas as bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais⁷; a classificação dos imóveis passa a ser garantida por decreto.

⁵ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria – Decreto de 16 de junho de 1910. Diário do Governo n.º 136/1910, 23 de junho de 1910, p. 2163-2166.

⁶ Ministério das Obras Publicas – Decreto de 24 de Outubro de 1901, Capítulo IV, art. 24.º a art. 33.º. Diário do Governo. n.º 246/1901, 31 de outubro. In <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p870>. Consultado a 12/07/2020

⁷ Ministério das Obras Publicas – Decreto de 30 de Dezembro de 1901. Diário do Governo n.º 153/1902 de 12 de julho. In <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/136/p870>. Consultado a 12/07/2020

É à luz da ação deste aparato legal e administrativo que se devem ler a classificações avulsas posteriores e, em especial, o Decreto de 16 de junho de 1910, que as atualiza e amplia, formando um catálogo coerente e sistemático que ainda hoje constitui a ossatura do património imóvel classificado português. Mas não menos relevante é o entendimento do termo «monumento nacional» como imóvel sujeito à tutela ou servidão do Estado, no qual – a par de interesses individuais ou coletivos – se realça a dimensão identitária nacional, independentemente do respetivo uso ou destino.

Dos 454 imóveis ordenados por género (pré-históricos, lusitanos e lusitano-romanos, e medievais, do renascimento e modernos) e categoria, mais de um terço são considerados monumentos religiosos – e nestes, à cabeça do ordenamento por tipologia, as catedrais (Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Portalegre, Évora, Funchal) ou antigas catedrais agrupadas nas Igrejas (Miranda do Douro, Elvas). De notar a não inclusão, logo não classificação a esta data, das catedrais de Angra do Heroísmo, Leiria ou Portalegre apesar de estas se inscreverem no movimento de fundação de novas dioceses, à semelhança de Miranda do Douro ou Elvas, durante o século XVI. Um destino particular estaria consignado aos edifícios de culto que daquele conjunto faziam parte enquanto “monumentos nacionais”.

1.3. A *Lei da Separação* de 1911



Fig. 3. Afonso Costa assina a Lei de Separação da Igreja e do Estado, a 20 de abril de 1911.

A *Lei da Separação do Estado das igrejas*⁸ foi o instrumento fundamental do novo regime republicano para prossecução de um dos seus objetivos principais: a criação de um estado laico, ou numa perspetiva inversa, a extirpação do papel

⁸ Ministério da Justiça – Decreto com força de lei de 20 de abril separando o Estados das igrejas. Diário do Governo n.º 92/1911, 21 de abril de 1911, p. 1619-1624.

e da influência do clero católico na vida pública e na organização da sociedade. Em particular, no referente à propriedade e encargos dos edifícios e bens, e ao destino dos edifícios e bens, esta lei veio alterar de modo substancial a relação patrimonial dos bens, conferido ao Estado a propriedade plena e concedendo, mediante condições limitadas, o uso dos mesmos para exercício do culto católico. Para o regime de propriedade e encargos dos edifícios e bens, era prescrito, no capítulo IV, artigos 62.º e seguintes que (sublinhado nosso):

«Todas as catedrais, igreja e capelas, bens mobiliários e imobiliários que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e de outros funcionários, empregados e serventuários dela, incluindo as respetivas benfeitorias e até os edifícios novos que substituíram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinado de uma pessoa particular ou de uma corporação com individualidade jurídica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, devem ser, como tais, arrolados e inventariados, mas sem necessidade de avaliação nem de imposição de selos, entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se recear, provisoriamente à guarda das juntas de paróquia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus».

Para o destino dos edifícios e bens era estabelecido, no Capítulo V, artigos 89.º e seguintes que (sublinhado nosso) que:

«As catedrais, igrejas e capelas que têm servido ao exercício público do culto católico, assim como os objetos mobiliários que as guarnecem, serão, na medida do estritamente necessário, cedidos gratuitamente e a título precário pelo Estado ou pelo corpo administrativo local que deles for proprietário, à corporação que nos termos do artigo 17.º e seguintes for encarregada do respetivo culto».

Esta lei foi, de modo acirrado, contestada pela Igreja Católica e criticada em alguns meios republicanos. Cedo se sustentou que a Lei da Separação, antes de promover a liberdade religiosa, era uma lei de perseguição à fé católica; de igual modo os arrolamentos e inventários dos bens foram tidos por roubos. Fazem eco de tais posições as palavras críticas à lei, nas sessões plenárias do parlamento, em 1915, proferidas pelo Padre Casimiro, enquanto deputado republicano:

«O exercício dos atos da religião católica não está regulado por uma forma razoável, liberal, tolerante e honesta, mas apenas depende da vontade, do arbítrio e do capricho de autoridades várias, algumas das quais, sem dúvida, reconhecida-mente incompetentes para interferir com acerto em serviços de tal melindre (...). Ou, em verdade, não estranho que o decreto chegasse a excessos desta ordem, em nome da liberdade, desde que vejo que ele dá retroatividade à lei para oprimir e para perpetrar injustiças, não respeita os títulos documentais de propriedade, não

respeita a prescrição, não respeita a posse imemorial, não respeita direitos adquiridos, não respeita situações legais e jurídicas perfeitamente definidas, não respeita velhas disposições testamentárias que, entre todos os povos, como entre nós, sempre foram religiosamente acatadas, e não respeita a vontade dos mortos, para a qual o sentimento humano e as leis em todos os tempos sempre tiveram veneração sagrada».

A questão religiosa – a grande questão da Republica portuguesa – não ficou sanada com o lento reatamento de relações de cordialidade ou com o sucessivo expurgo das disposições mais controversas da Lei da Separação do Estado das igrejas. Entre estas são de salientar as revogações à lei estabelecidas por decreto⁹ do governo chefiado por Sidónio Pais. Neste decreto é dada particular atenção, quer no articulado quer no largo preâmbulo, à guarda e posse de bens imóveis; e neste, com menção particular ao regime de guardaria e vigilância aos «monumentos nacionais» (que neste particular não alterou o regime dos *guardas das igrejas públicas* estabelecido na Lei da Separação).

1.4. A Concordata de 1940 e a Concordata de 2004



Fig. 4. Assinatura da Concordata de 1940, no Vaticano, a 7 de maio

⁹ Ministério da Justiça e dos Cultos – Decreto n.º 3856. Diário do Governo n.º 34/1918, Série I, 23 de fevereiro de 1918, p. 127-131.

O relacionamento entre a República Portuguesa e a Santa Sé é regulado por instrumento bilateral entre os dois estados denominado ‘Concordata’; presente-mente vigora a ‘Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé’¹⁰ assinada a 18 de maio de 2004 na cidade do Vaticano. Esta Concordata substitui a ‘Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé’¹¹, celebrada a 7 de maio de 1940.

A Concordata de 1940 alterou o modo de relação instituído pela Lei da Separação de 1911; nela se previram medidas e processos de reversão da titularidade de bens e se reviram modalidades de uso convenientes às partes, Estado e Igreja – de resto concretizando a mitigação das medidas tidas por mais gravosas ou radicais daquela lei levadas a cabo ao longo da I República. Ambas as concordatas dão particular destaque aos bens, móveis ou imóveis, estabelecendo um regime de propriedade, de guarda e uso e de afetação ao culto, dos bens imóveis. Desde início foi proclamado na Concordata de 1940 ser:

«[...] reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam (...) salvo os que se encontrem atualmente aplicados a serviços públicos ou classificados como «monumentos nacionais» ou como «imóveis de interesse público». Esta exceção considerada para os imóveis classificados foi estendida para «os imóveis (...) que o venham a ser dentro de cinco anos a contar da troca das ratificações, ficarão em propriedade do Estado com afetação permanente ao serviço da Igreja».

Ainda no mesmo artigo (cf. artigo 6.º) foram outorgadas, ao Estado e à Igreja, tarefas e competências distintas:

«[...] ao Estado Português cabe a sua conservação, reparação e restauro de harmonia com plano estabelecido de acordo com a autoridade eclesiástica (...); à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário de visitas».

A Constituição de 1933 havia considerado restrições à alienação dos bens que «interessem ao prestígio do Estado ou superiores conveniências nacionais» (artigo 51.º); colocou ainda sob a protecção do Estado «os monumentos artísticos, históricos e naturais, e os objetos artísticos oficialmente reconhecidos como tais» (artigo 52.º). Ambos os princípios concorrentes à instituição da figura jurídica de domínio público que os «monumentos nacionais» de algum modo corporizam:

¹⁰ Cf. nota de rodapé 2.

¹¹ Ministério dos Negócios Estrangeiros – Carta de Confirmação e Ratificação da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e o Vaticano. Diário do Governo n.º 158/1940, 10 de julho de 1940, p. 756-768.

«(...) conjunto de coisas que, pertencendo a uma pessoa coletiva de direito público de população e território, são submetidas por lei, dado o fim de utilidade pública a que se encontram afetadas, a um regime jurídico especial caracterizado fundamentalmente pela sua intransferibilidade, em ordem a preservar a produção dessa utilidade pública»¹²,

e assim foram compreendidos no cadastro dos bens do domínio público do Estado¹³, de 1934, que incluiu (entre outros bens culturais), os «monumentos nacionais». Neste quadro de referência se explica a dicotomia da propriedade pública e da posse precária comum à maior parte, e mais significativa, das catedrais portuguesas.

1.5. A Nova Concordata



Fig. 5. Assinatura do texto da Concordata de 2004, a 18 de maio, no Vaticano.

¹² José Pedro Fernandes – *Domínio Público*. In *Dicionário Jurídico da Administração Pública*. Dir. de José Pedro Fernandes. Volume IV. Coimbra: Coimbra editora, 1991, apud Jorge Manuel Afonso Alves; João Baptista da Costa Carvalho – *Os bens do domínio público em Portugal*. In <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/1557>.

¹³ Ministério das Finanças – Decreto-Lei n.º 23565. Diário do Governo n.º 35/1934, Série I. 12 de fevereiro de 1934, p. 217-218.

A Concordata de 2004, ou “Nova Concordata” estabelece uma relação de paridade entre a Igreja e o Estado, com partilha de responsabilidades. Relevam nesta, mais do que as questões de propriedade, as questões de guarda e uso. No que aos bens de interesse cultural diz respeito, que na Concordata de 1940 se restringe a um artigo, é articulado de modo mais extenso e detalhado em obediência ao princípio da cooperação antes referido.

O artigo 22.º da Concordata de 2004 transcreve literalmente da Concordata de 1940 (art. 6.º) que:

«Os imóveis que, nos termos do artigo VI da Concordata de 7 de Maio de 1940, estavam ou tenham sido classificados como «monumentos nacionais» ou como de «interesse público» continuam com afetação permanente ao serviço da Igreja. Ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauro de harmonia com plano estabelecido de acordo com a autoridade eclesiástica (...); à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário de visitas»,

inovando quando, em relação à concordata de 1940, altera os termos de uma relação unívoca (onde o Estado cede a requisição da autoridade eclesiástica objetos de culto depositados nos seus museus do Estado) para uma relação paritária:

«(...) Em outros casos e por motivos justificados, os responsáveis do Estado e da Igreja podem acordar em ceder temporariamente objetos religiosos para serem usados no respetivo local de origem ou em outro local apropriado».

As inovações e alterações mais substanciais da Concordata de 2004 em relação à anterior vêm no artigo 23.º:

«1. A República Portuguesa e a Igreja Católica declaram o seu empenho na salvaguarda, valorização e fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de pessoas jurídicas canónicas reconhecidas, que integram o património cultural português».

«2. A República Portuguesa reconhece que a finalidade própria dos bens eclesiásticos deve ser salvaguardada pelo direito português, sem prejuízo da necessidade de a conciliar com outras finalidades decorrentes da sua natureza cultural, com respeito pelo princípio da cooperação».

«3. As autoridades competentes da República Portuguesa e as da Igreja Católica acordam em criar uma Comissão bilateral para o desenvolvimento da cooperação quanto a bens da Igreja que integrem o património cultural português».

«4. A Comissão referida no número anterior tem por missão promover a salvaguarda, valorização e fruição dos bens da Igreja, nomeadamente através

do apoio do Estado e de outras entidades públicas às ações necessárias para a identificação, conservação, segurança, restauro e funcionamento, sem qualquer forma de discriminação em relação a bens semelhantes, competendo-lhe ainda promover, quando adequado, a celebração de acordos (...)».

Em matéria que importa à gestão patrimonial genericamente considerada, que não exclusiva aos bens culturais, interessa realçar demais inovações desta Nova Concordata; no artigo 24.º afirmando que:

«3. A autoridade eclesiástica competente tem direito de audiência prévia, quando forem necessárias obras ou quando se inicie procedimento de inventariação ou classificação como bem cultural».

Ou ainda, no artigo 25.º, que:

«1. A República Portuguesa declara o seu empenho na afetação de espaços a fins religiosos».

«2. Os instrumentos de planeamento territorial deverão prever a afetação de espaços para fins religiosos».

«3. A Igreja Católica e as pessoas jurídicas canónicas têm o direito de audiência prévia, que deve ser exercido nos termos do direito português, quanto às decisões relativas à afetação de espaços a fins religiosos em instrumentos de planeamento territorial».

No âmbito do presente artigo, importa destacar a possibilidade de desenvolvimento de acordos celebrados entre as autoridades competentes da Igreja Católica e da República Portuguesa, nos termos do artigo 28.º antes citado.

2. Contexto

2.1. Os princípios de colaboração Ministério da Cultura / Conferência Episcopal Portuguesa

O “Acordo de Cooperação” de 2009 deve ser entendido como corolário da atuação de diversos agentes políticos, da administração pública e das instituições da igreja, enquanto sujeitos da mudança e promotores da alteração dos quadros legais, normativos e institucionais. Delegaram as entidades tutelares a prossecução do projeto, no IGESPAR pelo Ministério da Cultura, e na Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais pela Conferência Episcopal Portuguesa.

O papel do Ministério da Cultura

Inscrive-se nesta mudança, em 2007, a criação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.¹⁴ (IGESPAR) e das Direções Regionais de Cultura¹⁵ (DRC), promovidas no âmbito da reestruturação do Ministério da Cultura¹⁶ e no quadro do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, abreviadamente designado por PRACE; concomitantemente se procedeu à extinção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e do Instituto Português do Património Arquitectónico (e Arqueológico), e ainda das Delegações Regionais de Cultura (SEC). Estas mudanças, de carácter estrutural e organizativo, resultaram – talvez – na mais profunda alteração dos serviços públicos na área da cultura e do património, desde a reformulação levada a cabo por Vasco Pulido Valente enquanto secretário de Estado da Cultura, no VI Governo Constitucional.

Neste novo quadro, as DRC são entendidas como serviços periféricos da administração direta do Estado, sendo que para o exercício de suas atividades contam com autonomia administrativa, sob direta tutela ministerial (na prática direções-gerais), conduzindo de forma autónoma as políticas públicas da cultura – e não apenas as do domínio patrimonial – agregando dimensões reguladora e fiscalizadora, de gestão e de mediação, em âmbito territorial distinto e claramente delimitado: as regiões plano (NUT 2). Mas em especial no que importa à gestão dos bens imóveis do Estado, há a considerar o facto de ser às DRC atribuída a afetação¹⁷ para efeitos de gestão dos monumentos, conjuntos e sítios situados dentro dos limites da respetiva circunscrição territorial, e para a criação de condições para a sua fruição pelo público – e neste caso, das catedrais com uso e afetação permanente ao serviço da Igreja para a prossecução do culto.

O IGESPAR, por muitos ainda entendido como o sucessor direto do ex-IPPAR, passou a serviço central destituído de delegações no território e remetido exclusivamente a matérias de natureza patrimonial, tendo competência normativa em todo o território nacional, mas capacidade operativa limitada; neste aspeto, ambas – IGESPAR e DRC – se obrigando a articular a sua atuação em esferas comuns. E ambas, herdando as competências e obrigações, consoante o nível central ou periférico e nos quadros territoriais respetivos, dos organismos extintos.

¹⁴ Decreto-Lei n.º 96/2007. Diário da República n.º 63/2007, 1.ª Série. 29 de março de 2007, p. 1923-1927.

¹⁵ Decreto-Regulamentar 34/2007. Diário da República n.º 63/2007, 1.ª Série. 29 de março de 2007, p. 1916-1919.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 215/2006. Diário da República n.º 208/2006, 1.ª Série. 27 de outubro de 2006, p. 7539-7548

¹⁷ A afetação da gestão de bens imóveis classificados às Direções Regionais de Cultura é feita por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, determinados quais os bens imóveis classificados afectos a cada direção regional de cultura.

O papel da Conferência Episcopal Portuguesa

O reordenamento institucional e organizativo do Estado Português teve movimento paralelo nos organismos da Igreja Católica em Portugal, onde uma cada vez mais aguda consciência do papel e valor dos bens culturais, e da necessidade da sua proteção, também se fez sentir.

As ações particulares de algumas dioceses na identificação e proteção dos bens culturais suscitou de modo positivo a atenção de outras – atenção reforçada já desde o final do século passado, em particular com as orientações emanadas da Santa Sé, a exemplo das Cartas Circular relativas à “Inventariação e catalogação de Património Cultural da Igreja”¹⁸, de 8 de dezembro de 1999, ou às “Orientações práticas para inventariação de bens culturais em institutos religiosos” de 15 de setembro de 2006¹⁹.

Este contexto foi sido reconhecido e reforçado, na Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa, realizada em abril de 2005²⁰, com a integração, numa só comissão episcopal, das áreas da Cultura, das Comunicações Sociais e dos Bens Culturais da Igreja – cujo presidente eleito foi o bispo auxiliar de Lisboa D. Manuel Clemente²¹; no seio desta comissão, e para o âmbito da matéria observada neste artigo, há que realçar o papel do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja (SNBCI), órgão executivo com competências de promoção de atividades que permitam a partilhar de experiências, a formação e coordenação no respeito pela autonomia própria da cada diocese. Consonante com este quadro, os “Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja”²² (Fátima, 16 de novembro de 2005) atualizam a posição da Conferência Episcopal Portuguesa nesta matéria, encetada em 1990, com o documento fundacional, “Património histórico-cultural da Igreja”²³ (Lisboa, 14 de maio de 1990). E de 2005 em diante, até 2010, duplicam as orientações pastorais diocesanas sobre património, quando

¹⁸ Pontificia Commissione per i Beni Culturali della Chiesa – Lettera circolare sulla necessità e urgenza dell’inventariazione e catalogazione dei Beni Culturali della Chiesa. In http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19991208_catalogazione-beni-culturali_it.html. Consultado a 12/07/2020.

¹⁹ Institutes of Consecrated Life and of Societies of Apostolic Life – Circular letter, Inventory of the institutes of consecrated life and the societies of apostolic life cultural patrimony: some practical orientations. In http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20060915_inventariazione_en.html. Consultado a 12/07/2020.

²⁰ Cronica Iniciativas do Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja. *Lusitania Sacra*. 2a Série. 17 (2005).

²¹ Esta nova comissão teve como vogais os bispos de D. Albino Cleto (Bispo de Coimbra), D. Carlos Moreira Azevedo (Auxiliar de Lisboa) e D. Manuel Felício (Coadjutor da Guarda).

²² Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja. In <https://www.bensculturais.com/documentos/2005-PrincipiosEOrientacoesSobreBensCulturaisDaIgrejaCEP.pdf>. Consultado a 12/07/2020.

²³ Património histórico-cultural da Igreja. In <https://www.bensculturais.com/documentos/1990-PatrimonioHistoricoCulturalDaIgrejaCEP.pdf>. Consultado a 12/07/2020.

até aquela data, apenas Viana do Castelo, Algarve e Beja (que inaugurou, em 1993, esta prática) difundiram documentos homólogos.

A estes acertos e reacertos corresponderão, sobretudo – a nosso entender – na perspetiva da Igreja, o novo quadro de relação e entre o Estado e a Igreja.

3. O projeto *Rota das Catedrais* à luz do Acordo de cooperação



Fig. 6. Logótipo identificativo do projeto, da autoria do designer Xavier Neves.

3.1. Os três níveis de implementação

O projeto *Rota das Catedrais* não foi ser entendido exclusivamente como projeto de *intervenção ou recuperação patrimonial* ou como *projeto para a dinamização e divulgação cultural*; o projeto foi entendido como interação entre as duas componentes. Para a sua implementação, segundo o “Acordo de Cooperação”, foram definidos três níveis de implementação:

- I) de nível global e de coesão, articulador do projeto, através da ação do Grupo Técnico Coordenador (GTC);
- II) de nível regional e local, através da ação concertada das Direções Regionais de Cultura e das instituições eclesiais responsáveis pelas Catedrais, estruturada pelo Plano Diretor de monumento (PDC);

e finalmente,

- III) de nível integrador, conforme às experiências adquiridas pelos projetos das diversas Catedrais, através do estabelecimento do Modelo de Gestão do projeto (MGC).

Ao Grupo Técnico Coordenador coube a estruturação dos eixos de atuação, quer ao nível de recuperação patrimonial – bens imóveis, bens móveis, integrados

e imateriais –, quer ao nível da valorização e dinamização da oferta cultural; coube-lhe ainda, a monitorização dos projetos, garantindo a sua conformidade com os objetivos genéricos do projeto, e o acompanhamento, fiscalização e calendarização da elaboração de estudos e projetos. Seria através do GTC que seriam informadas as tutelas, do ponto de situação da implementação do projeto, através de relatórios com periodicidade estabelecida. Também ficou confiada ao GTC, a definição e estabelecimento da marca e normativa gráfica e da estratégia de comunicação do programa, os conteúdos, plano e procedimentos de comunicação, e a programação para a dinamização cultural, tendo em conta o efetivo estabelecimento de uma rede e cruzamento na identificação dos patrimónios

A recuperação patrimonial de cada imóvel foi o cerne da ação da DRC e dos Cabidos e Fábrica de Igreja das catedrais. A estas entidades, atuando em estreita articulação, foram confiadas a compilação de dados preliminares e de caracterização, a identificação de ações urgentes, e a definição dos instrumentos ordenadores de requalificação das catedrais. Estas atividades seriam equacionadas no quadro de um PDC: Plano Diretor de monumento. A figura de Plano Diretor de monumento – neste caso, de Catedral – não tem tradição no historial da intervenção patrimonial em Portugal. Em Espanha, os Planos Diretores de Catedral assumem papel primordial no Plano Nacional de Catedrais, sendo:

«(...) documentos que permitem a racionalização das intervenções e investimentos aplicados à sua conservação e garantir a necessária continuidade. (...) Os Planos Diretores tornam-se, assim, o instrumento básico que permite o cumprimento de grande parte dos objetivos do Plano da Catedral no médio prazo. (...) Para a elaboração de cada um deles, uma ampla série de profissionais, arquitetos, historiadores, restauradores, cientistas etc. formam uma equipa que aborda a tarefa com a perspetiva integrada que as catedrais exigem».²⁴

Importa referir que as noventa catedrais espanholas - ao invés das portuguesas que são na sua maioria de propriedade pública – são propriedade privada (da Igreja Católica). Os planos diretores cumprem aqui papel de instrumento de controlo dos financiamentos dos Cabidos, das Comunidades Autónomas e do Ministério de Cultura de Espanha, e ainda do financiamento garantido pela despesa fiscal

²⁴ Plan Nacional de Catedrales. Coord. de Alejandro Carrión Gútierez. s/l. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte – Secretaría General Técnica, Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2015. «(...) documentos que permiten racionalizar las intervenciones e inversiones aplicadas a su conservación y darles la necesaria continuidad. (...) Los Planes Directores se convierten así en el instrumento básico que permite cumplir a medio plazo con buena parte de los objetivos del Plan de Catedrales. (...) Para la redacción de cada uno de ellos se reúne una amplia serie de profesionales, arquitectos, historiadores, restauradores, científicos, etc., que se constituyen en un equipo que abordan la tarea con la perspectiva integral que las catedrales demandan» (cit.).

com origem mecénática. Outro facto distingue o Plano Nacional (espanhol) de Catedrais, e os concomitantes planos diretores, do projeto português *Rota das Catedrais* – o propósito de constituição de uma rede de valorização e dinamização que contraponha a diversidade e riqueza de conjunto integrado das catedrais portuguesas como um “todo coerente e identitário” à monumentalidade dos conjuntos catedralícios espanhóis individualmente considerados. Assim, há que considerar a referência no “Acordo de Cooperação” ao Plano Diretor de monumento na sua dimensão técnica, não tendo havido razões para estabelecer um formato homólogo para esta figura. No contexto do programa foi preferido o estabelecimento de critérios básicos e de instrumentos de controlo, com observância do regime jurídico aplicável²⁵ aos bens culturais; neste caso concreto, a cada catedral.

O Modelo de Gestão foi referenciado no final do “Acordo de Cooperação”, ao se afirmar que «(...) *as partes definirão por protocolo próprio o modelo de gestão da “Rotas das Catedrais”, enquanto parceria Estado Português-Igreja Católica*»; sem figurino institucional; a sua instituição seria mecanismo de cooperação e gestão partilhada, sequente ao período de investimento pressuposto nas fases iniciais de implementação do projeto. Para efeito de investimento, o “Acordo de Cooperação” previu a instrução de candidaturas e sua apresentação, no âmbito do QREN, aos concursos para financiamento e cofinanciamento.

O nível global e o nível local e regional



Fig. 7. Imagem da exposição “Na Rota das Catedrais – Construções (d)e Identidades”

²⁵ Regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal – Decreto-Lei n.º 96/2007. Diário da República n.º 113/2009, 1.ª Série. 15 de junho de 2009, p. 3653-3659.

Desde início, as tutelas afirmaram forte vontade em avançar com o projeto e as pessoas nele envolvido manifestaram empenho e entusiasmo no projeto. Contudo, a escassa interação das tutelas, as rotinas e culturas de trabalho diferentes e a dispersão das pessoas por outras tarefas e graus de responsabilidade desaceleraram o início do projeto; a organização do Grupo Técnico Coordenador partiu do zero.

Mau grado a situação desfavorável da economia, a incapacidade para endividamento público e a inexistência de modelos de referência, o projeto foi encetado, em particular em áreas com capacidade de captar investimentos públicos associados ao QREN. A dimensão nacional do projeto despertou a atenção e o envolvimento de instituições e organismos locais ("projeção da cidade"). A procura de novas oportunidades de negócios associadas ao turismo e lazer e às atividades culturais ampliaram tal atenção.

A realização do I Congresso Internacional *Rota das Catedrais*, em Faro, de 7 a 9 de abril de 2011, foi a primeira expressão pública do projeto. Durante o período decorrido desde a assinatura do "Acordo de Cooperação", o Grupo Técnico Coordenador, composto por representantes do Ministério da Cultura (IGESPAR e DRC) e da Conferência Episcopal Portuguesa (SNBCI), ao longo de 2010 realizou vistorias técnicas às catedrais portuguesas, tendo realizado respetivos relatórios das visitas técnicas preparando as fases seguintes do projeto. Particularmente ativa e mobilizadora foi a ação do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja no seio do Grupo Técnico Coordenador. Ainda em 2009, o SNBCI elaborou inquérito e recolheu as respostas dos Cabidos e Fábricas de Igreja sumariando um conjunto de necessidades identificadas em relação a cada uma das 24 sés ou catedrais a nível nacional; delineou os eixos de atuação para a divulgação junto de públicos alargados e os instrumentos de comunicação a adotar; definiu a elaboração da identidade gráfica e logótipo de marca *Rota das Catedrais* e criou o sítio web do programa (<http://www.rotadascatedrais.com/>), alimentando-o com os conteúdos iniciais.²⁶

Uma das derradeiras expressões públicas do projeto foi a exposição *Na Rota das Catedrais – Construções (d)e Identidades*²⁷, apresentada de 28 de junho a 30 de setembro de 2018 no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, que, a par da caracterização de cada um dos monumentos através de peças do respetivo património móvel, permitiu uma leitura de conjunto identificadora das especificidades das catedrais portuguesas. A intervenção patrimonial em cada uma das catedrais, nos termos do "Acordo de Cooperação", foi articulada entre a Direção regional de cultura competente

²⁶ Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja – Relatório de Atividades 2010-2011. In https://www.bensculturais.com/documentos/Relatorio_Actividades_SNBCI_2010-2011.pdf. Consultado a 12/07/2020.

²⁷ Organizada pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e o Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja (SNBCI), e comissariada por Marco Daniel Duarte, esta exposição foi distinguida com o Prémio APOM, na categoria "Exposição Temporária".

e a instituição eclesial responsável. Ainda que seguindo as etapas genericamente consideradas naquele acordo, teve expressão variada nas diferentes circunscrições territoriais, função do conhecimento da realidade existente e do grau de maturidade de estudos e projetos, da disponibilidade e meios técnicos e dos instrumentos financeiros disponíveis. Abordaremos de seguida o caso da região Norte e a expressão regional do projeto.

3.2. O projeto *Rota das catedrais* no Norte de Portugal

Os casos



Catedrais com programa catedralício, de origem medieval e moderna

e Sés adaptadas



Fig. 8. Localização das Catedrais-monumento inseridas em mapa rodoviário do Norte de Portugal, com imagem aérea individual

O projeto *Rota das Catedrais* compreendeu sete imóveis localizados na zona Norte, seis dos quais classificados, todos os quais afetos ao culto católico e com o estatuto canónico de catedral ou de co-catedral. Este conjunto cobre toda a área geográfica do Norte de Portugal, ilustrando uma rede de cidades médias implantadas no seu território. A própria definição de cidade é associada às catedrais, enquanto sede da dignidade episcopal. Em consonância com os propósitos do projeto nacional, as intervenções programadas na zona procuraram sempre aliar

à componente material ou infraestrutural, a dimensão imaterial em reforço de um "todo coerente e identitário" das catedrais portuguesas e da sua inserção no território e tecido urbano das cidades onde se implantam.

Os imóveis – em seguida indicados por ordem cronológica da sua elevação a sedes episcopais e agrupados por origem e tipo – são: I) Braga (1071), Porto (1113); Lamego (1147): exemplo de catedrais fundacionais, de origem medieval, cujo propósito inicial e programa foi o de deliberadamente se constituírem como catedrais; II) Miranda do Douro (1545): exemplo de catedrais renascentista e da época moderna, também construídas com propósito de se constituírem como catedrais, no quadro da organização administrativa do território encetada no século XVI; e III) Bragança (1780); Vila Real (1923); Viana do Castelo (1923): exemplos de catedrais "contemporâneas", resultantes da adaptação de imóveis existentes, geralmente igrejas de paróquia, com ou sem origem na desagregação dos conjuntos monásticos aquando da desamortização dos bens das ordens religiosas extintas no século XIX.

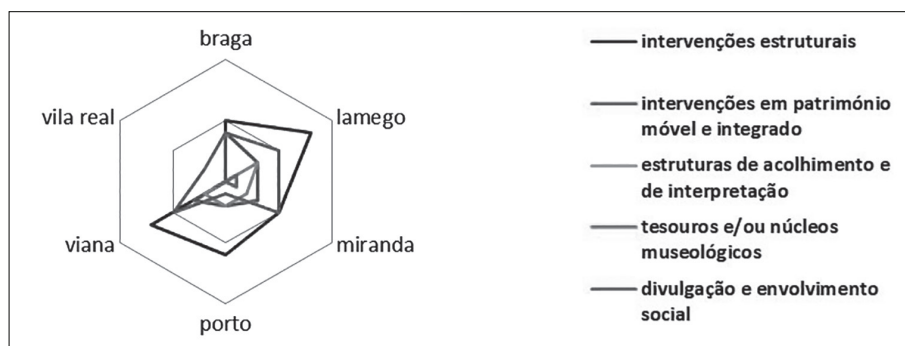
Os imóveis do primeiro grupo, para distinção do propósito da sua construção e reforço de identificação do programa catedralício, foram designados – no âmbito do programa e mau grado a redundância do termo – como "Sé Catedral", e os imóveis do terceiro grupo, aglutinando as igrejas adaptadas à função de sede episcopal, foram designados "Sé"; Miranda do Douro, antiga sé e atual igreja matriz é denominada "Concatedral". A este conjunto de imóveis, com regime de proteção e tutela estabelecida com a classificação como «monumento nacional» ou «imóvel de interesse público», foi agregada a sede da diocese de Bragança, denominada "Catedral", imóvel de construção recente – a catedral portuguesa do século XX – e não patrimonializado.

Todos os imóveis, à exceção da Sé de Viana do Castelo e da Catedral de Bragança, são propriedade do Estado. Todos os imóveis, à exceção da Catedral de Bragança, são classificados. As Sés Catedrais (Braga, Porto e Lamego) são listadas, no decreto de 16 de junho de 1910, no género "monumentos medievais, do renascimento e modernos" e na categoria "catedrais"; naquele decreto, a Concatedral de Miranda do Douro, é listada no mesmo género e na categoria "igrejas", com a denominação Igreja de Miranda (antiga Sé). A Sé de Vila Real foi classificada, com a denominação Igreja de S. Domingos de Vila Real de Trás-os-Montes, como «monumento nacional» em 1926²⁸ (com a criação da diocese, em 1922, a Igreja de São Domingos havia sido elevada à categoria de catedral). Estes imóveis, pelo efeito conjugado das suas classificações e da Lei da Separação e nos termos do artigo 6.º, da Concordata de 1940, são propriedade do Estado; pelos mesmos termos e dado a sua classificação ter sido posterior a Cícno anos após a troca das respetivas ratificações entre a República portuguesa e a Santa Sé, a Sé de

²⁸ Decreto-Lei n.º 11454. Diário do Governo n.º 35/1926, Série I. 19 de fevereiro de 1926, p. 154.

Viana do Castelo, «imóvel de interesse público» desde 1953²⁹, não permaneceu em propriedade do Estado.

Entre os imóveis propriedade do Estado, há a considerar a afetação para efeitos de gestão à DRCN³⁰, das Sés Catedrais de Braga e do Porto, da Concatedral de Miranda do Douro e da Sé de Vila Real.



O inquérito do SNBCI de 2009 forneceu um quadro de referência em relação às necessidades e expectativas em cada um dos imóveis em relação a intervenções estruturais e em património móvel e integrado, à criação de estruturas de acolhimento e de interpretação e à melhoria ou instalação de tesouros e/ou núcleos museológicos, e ainda, à necessidade de incremento da divulgação e envolvimento social. Neste ficou expressa a relativa capacidade de satisfação da função cultural face e a insuficiência da componente cultural das sés e catedrais, seja para acolhimento de visitantes, seja na inexistência, em grande parte dos casos, de estruturas para o acondicionamento e/ou exposição de peças móveis do património; foi ainda expressa a necessidade de intervenções estruturais que melhor conformassem os imóveis à visita pública universal (segurança, iluminação e acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida). Mais relevante nas respostas, em termos globais, foi a manifesta abertura para um uso alargado que reforçasse o carácter patrimonial e cultural das sés e catedrais. Este inquérito permitiu um conhecimento mais equilibrado da realidade na região, complementando a informação que o corpo técnico da DRCN havia agregado em relação às sés que lhe estão afetas para efeitos de gestão,

²⁹ Decreto-Lei n.º 39175. Diário do Governo n.º 77/1953, Série I. 17 de abril de 1953, p. 572-574.

³⁰ Cf. nota de rodapé 17.

As candidaturas



Fig. 9. Logótipo identificativo dos programas operacionais regionais do Norte. ON.2/QREN e NORTE 2020/PORTUGAL2020.

As intervenções propostas para cada uma das sés ou catedrais foram equacionadas de modo a responderem às necessidades particulares e em respeito a quesitos de conjunto do projeto: a recuperação patrimonial de bens imóveis e móveis; a interpretação do património e significado dos lugares; a dinamização da oferta cultural nos seus espaços; e a promoção da Rota como produto turístico-cultural e de cada um dos seus polos. Para cada uma das sés ou catedrais foram celebrados protocolos entre a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e cada um dos Cabidos ou Fabricas de Igreja: o Cabido da Sé de Braga, a Fábrica da Catedral do Porto, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Sé (Lamego), a Fábrica da Igreja Paroquial da Sé – São Dinis (Vila Real), a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Maior (Viana do Castelo) e a Diocese de Bragança-Miranda.

Estes protocolos conformaram-se aos modos de instrução e controlo de despesa prevista nos programas de cofinanciamento com recurso a fundos europeus disponibilizados através dos programas operacionais regionais (no caso vertente, da região norte). Cada entidade assumiu, na candidatura, a execução de uma ou mais ações ou atividades, sendo responsável pela garantia da contrapartida nacional do investimento e pela contratualização e acompanhamento da sua execução. Assim, a DRCN, em harmonia com o disposto na Concordata e prescrito no “Acordo de Cooperação” assumiu a execução das intervenções de carácter infraestrutural (conservação, reparação e restauro do imóvel) na generalidade dos imóveis propriedade do Estado, tendo as instituições eclesiais assegurado as intervenções no património móvel e integrado; e enquanto estas entidades se proponham promover ações ou atividades na “sua” catedral, o esforço da DRCN, atendendo ao seu quadro de missão e às particulares responsabilidades do Estado, se propôs promover ações ou atividades em cada um dos imóveis do conjunto. E atendendo à dimensão imaterial do projeto, a DRCN assumiu a promoção das ações de dinamização e divulgação cultural da *Rota das Catedrais* no Norte de Portugal.

Nas intervenções de carácter infraestrutural foram privilegiadas a melhoria das condições de acesso e acolhimento dos visitantes; para estas foi assumido o princípio de criação de regimes de acesso distintos, quando possível, entre o acesso ao culto e o acesso à visita cultural – articulando a garantia de direitos (acesso

ao monumento, exercício do culto) e a possibilidade de prestação de serviços (atividade turística). Mas na generalidade dos casos, tenha sido em intervenções infraestruturais ou em ações de restauro do património móvel e integrado, houve que proceder a investimento em trabalhos de reparação e resgate de modo a garantir a preservação de bens em risco de perda.

O projeto *Rota das Catedrais* foi objeto de duas operações candidatas aos Programas Operacionais Regionais (Norte): a *Rota das Catedrais no Norte de Portugal*, apresentada em 2011 no âmbito do ON.2, e a *Rota das Catedrais a Norte*, apresentada em 2015 no âmbito do NORTE.2020.

A primeira operação, a *Rota das Catedrais no Norte de Portugal*, compreendeu 70 atividades, sendo 14 atividades de natureza imaterial, promoção e divulgação e animação de monumentos (espetáculos e eventos); as restantes atividades, de natureza infraestrutural ou material (e de estudos e projetos a estas associados) repartiram-se por sete imóveis, sés ou catedrais (tendo a DRCN promovida cerca de 40 ações); o montante global do investimento atingiu cerca de 4,4 milhões de euros, tendo a DRNC promovido mais de 80% do investimento realizado.

A segunda operação, a *Rota das Catedrais a Norte*, compreende 33 atividades, com 2 atividades de natureza imaterial (uma, agrupando a atividades de gestão, promoção e animação; outra respeitando a conceção e produção de material de divulgação das sés ou catedrais, no âmbito da *Rota das Catedrais*, e do património das regiões onde estas se localizam); o montante global do investimento previsto é cerca de 2,35 milhões de euros, estando ainda a operação em fase final de execução. Todo o investimento teve uma taxa de participação (cofinanciamento) de 85%.

Considerados os prazos de execução das operações candidatas e os limites financeiros para cada operação, as intervenções nos bens móveis ou imóveis são necessariamente mitigadas de modo a acorrer às necessidades identificadas para cada imóvel, com grau de equidade relativa. Estas ações foram entendidas como fase ou etapa de um processo contínuo de salvaguarda e beneficiação, que não foi encetado com o projeto *Rota das Catedrais* nem por este resolvido, mas que lhe deu sentido e propósito.

Os resultados



Fig. 10. Imagem da capa do catálogo da exposição de arte moderna nas catedrais, “Sete Instâncias da Transcendência”.

A “Rota das Catedrais” seguiu no Norte de Portugal uma trajetória guiada pela vontade e capacidade dos agentes promotores, instituições do Estado e autoridades eclesiais, sem perder de sentido a natureza nacional do projeto; mas sobretudo condicionada pelos quadros de financiamentos comunitários e pelos anúncios e agendas regionais, que fornecem os indicadores fundamentais de gestão, valor e prazo. Por outro lado, os indicadores de realização e execução vão sendo cada vez mais vinculados a indicadores de consumo de serviços turísticos e menos identificados com os valores de conhecimento, memória e de identidade que subjazem ao projeto. Essa é a expressão e consequência das restrições ao investimento também sentida nos bens culturais públicos ou, no mínimo, da diminuição gradual da afetação da despesa para a sua manutenção e preservação.

Dez anos decorridos após a assinatura do “Acordo de Cooperação”, o património catedralício enfrenta as mesmas debilidades. Os três níveis de implementação do projeto não atingiram a maturidade expectável; em particular, não estando garantidas condições de sustentabilidade não é possível descortinar um modelo de gestão autónomo para o projeto. E, no entanto, as rotinas e procedimentos encetados entre o Estado, detentor do património, e da Igreja, que o usa, geraram dinâmicas colaborativas e transferência de saberes contaminantes relativos ao património comum que são o principal legado da *Rota das Catedrais* – e nesse aspeto, uma das mais frutuosas promessas da Nova Concordata está a ser cumprida.

ANEXO

O “Acordo de Cooperação”

«ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA CULTURA E A CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO «ROTA DAS CATEDRAIS»

PREÂMBULO

As Catedrais de Portugal constituem um tecido essencial de memória e de identidade, profundamente caracterizador do território e das suas gentes, de Norte a Sul do País, do Litoral ao Interior, passando pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Vicissitudes várias, mais ou menos consciencializadas, impediram até ao presente que este património, relevante em toda a comunidade nacional, reconhecidamente singular, fosse considerado como um todo coerente, potenciando-se desse modo não apenas a desigualdade de tratamento, de monumento para monumento, como também intervenções quantas vezes casuísticas ou deficitárias de enquadramento e planeamento, tudo no âmbito de um mesmo conjunto patrimonial.

O projeto ROTA DAS CATEDRAIS procura devolver a estes monumentos uma atenção global e corresponsabilizante, assumindo-se como dinamizador de uma atuação concertada e contratualizada, planeada, criteriosa e exigente, não apenas para acudir a situações de mais evidente degradação, mas sobretudo para alcançar a capacitação dos monumentos, através de uma qualificada intervenção de recuperação e conservação de valores patrimoniais inestimáveis, no sentido de uma oferta cultural de excelência, a partir dos bens patrimoniais e em aliança com uma cuidada programação cultural, capaz de devolver os monumentos à comunidade e assim de envolver a comunidade na proteção e valorização dos monumentos. O projeto visa, através da corresponsabilização de todos os acores intervenientes, proprietários, administradores, cidadãos e visitantes, nacionais e estrangeiros, a diferentes níveis, promover a estima coletiva e o cuidado partilhado face a um património profundamente identitário, plural e multifacetado, memória viva de um povo.

A execução do projeto ROTA DAS CATEDRAIS, tendo como horizonte a oportunidade única de qualificação que o Quadro de Referência Estratégico Nacional permite e traduz no horizonte cronológico 2009-2013, exige das partes envolvidas, e a envolver, um compromisso decidido para o estabelecimento de parcerias firmes, parcerias essas fundamentais para a concretização das contrapartidas nacionais a afetar às intervenções.

Nesse sentido, as partes signatárias deste “Acordo de Cooperação” procurarão promover o interesse e a participação, extensíveis aos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, de diferentes instituições e entidades, nomeadamente as Autarquias Locais, o Instituto do Turismo de Portugal, I.P., as Universidades, na implementação do projeto ROTA DAS CATEDRAIS, através da celebração dos protocolos que sejam, para esse efeito, necessários, úteis ou convenientes.

...

A recuperação e valorização das Catedrais pressupõe o firme propósito das instituições envolvidas de partilhar os patrimónios assim requalificados com a comunidade, no seu mais amplo sentido, seja através de serviços de visita, seja através de ofertas culturais de excelência, por via de espaços musealizados ou outras valências como arquivos e bibliotecas, ou por via de uma programação cultural exigente que contribua de forma decidida para a valorização das pessoas. Dessa forma, também as Catedrais darão um contributo significativo e único para a

promoção do País em termos culturais, com uma forte incidência na qualificação de oferta turística, intervindo, com a maior relevância, na promoção de um desenvolvimento sustentável e integrado, profundamente potenciador de sinergias em domínios transversais à vida comunitária.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

O Estado Português, através do Ministério da Cultura, representado neste acto por Sua Excelência o Ministro da Cultura, Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro, e a Igreja Católica em Portugal, através da Conferência Episcopal Portuguesa, neste acto representada por Sua Excelência Reverendíssima D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga, Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, coincidindo na afirmação do inestimável valor religioso, histórico, artístico, cultural, simbólico e patrimonial das Catedrais portuguesas, estabelecem o presente acordo de cooperação tendo em vista a implementação do projecto ROTA DAS CATEDRAIS, cuja caracterização de objectivos, âmbito de actuação e envolvimento institucional é definida pelos considerandos e cláusulas seguintes:

§ 1. *O presente acordo materializa e aprofunda o princípio de cooperação para a promoção da dignidade da pessoa humana, que preside ao espírito da Concordata celebrada entre o Estado Português e a Santa Sé, em 2004, tal como se acha expresso no seu artigo 1.º, e que se desenvolve, pelo que respeita ao património cultural, na redacção dos números 1 e 2 do artigo 23.º. Este acordo dá corpo e cumprimento aos princípios fundamentais consagrados na Lei de Bases do Património, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.*

§ 2. *O Ministério da Cultura reconhece a função primordial de culto e a utilização com fins religiosos das Catedrais pelas competentes instituições da Igreja Católica, segundo as normas definidas pelo direito.*

§ 3. *A Conferência Episcopal Portuguesa expressa a sua inabalável vontade de que as Catedrais continuem ao serviço do povo português, cumprindo a sua vocação originária, como têm feito ao longo dos séculos, mas também de acordo com o seu valor histórico, artístico e cultural, que mais justifica a sua regulada partilha com todos.*

§ 4. *O Ministério da Cultura e a Conferência Episcopal Portuguesa, sem declinarem as competências, atribuições e responsabilidades do Estado Português e da Igreja Católica em Portugal, que se acham configuradas à luz do direito, quer em termos de propriedade e de administração, quer quanto à afectação permanente ao culto católico das Catedrais, afirmam o seu mútuo interesse e firme propósito em desenvolver e concretizar parcerias, entre si e com terceiros, que permitam a implementação de programas de requalificação das Catedrais, tendo em vista a recuperação e a valorização de um singular património cultural, como também a sua fruição por todos, também os que alargam, em sentido próprio, os vínculos de comunhão e de solidariedade mesmo para lá das fronteiras que definem uma comunidade nacional.*

§ 5. *Ao projecto ROTA DAS CATEDRAIS poderão aderir os monumentos afectos ao culto católico com o estatuto canónico de Catedral, ou de Concatedral, bem como as antigas Sé de Elvas, Sé Velha de Coimbra e Sé de Silves. A adesão materializa-se na celebração de protocolo específico, com expressa menção ao presente acordo de cooperação, a celebrar entre cada instituição catedralícia e o Ministério da Cultura, ou serviço ou organismo do Ministério que este indique para o efeito, além de outras instituições públicas ou privadas que se associem ao projecto relativo a cada Catedral. Os protocolos celebrados para este efeito definirão, entre outros elementos, o respectivo prazo de vigência e os direitos e obrigações dos signatários, nomeadamente, os termos da respectiva partilha financeira relativa às contrapartidas nacionais do financiamento comunitário.*

§ 6. As acções de requalificação das Catedrais, a implementar no âmbito do projecto ROTA DAS CATEDRAIS, serão equacionadas no quadro de um Plano Director de cada monumento, a realizar conjuntamente e em estreita articulação entre a Direcção Regional de Cultura competente e a instituição eclesial responsável pela Catedral.

§ 7. O Plano Director a elaborar nos termos do disposto no § precedente deverá diagnosticar a situação actual de cada monumento, avaliar criteriosamente os seus problemas e as suas potencialidades, projectar as respostas adequadas à sua manutenção, requalificação, valorização e fruição, como também calendarizar, a curto, médio e longo prazo, as intervenções.

§ 8. Será particular responsabilidade das Direcções Regionais de Cultura a elaboração dos projectos para as intervenções de carácter infra-estrutural e/ou de valorização arquitectónica dos monumentos.

§ 9. Será particular responsabilidade das instituições eclesiais a elaboração dos projectos relativos à recuperação do património móvel e integrado, como também, dada a natureza religiosa específica dos patrimónios em causa, os projectos tocantes à definição de conteúdos de núcleos musealizados ou a musealizar, recorrendo-se, para o efeito, ao apoio técnico do Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

§ 10. A apresentação final das candidaturas ao co-financiamento da União Europeia no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, formalmente da responsabilidade das Direcções Regionais de Cultura, será sempre resultado das parcerias a materializar por protocolo específico para cada Catedral a que se refere o § 5.

§ 11. Nos termos da Lei de Bases do Património Cultural, a administração directa das obras a efectuar no âmbito do projecto ROTA DAS CATEDRAIS será objecto de definição em cada protocolo específico a celebrar entre o Ministério da Cultura, ou serviço ou organismo do Ministério que este indique para o efeito, e as Catedrais, podendo o Ministério da Cultura delegar essa responsabilidade aos Cabidos e/ou Paróquias catedralícias, no que se reporta aos monumentos que lhe estão afectos, ou as referidas instituições eclesiais fazê-lo em relação ao Ministério da Cultura, no caso em que aquelas sejam proprietárias dos monumentos.

§ 12. O presente acordo materializa com evidência a responsabilidade local e regional, através dos Cabidos, das Paróquias das Sés e das Direcções Regionais de Cultura, de interpretação do espírito que preside ao projecto ROTA DAS CATEDRAIS. Todavia, as partes envidarão todos os esforços para garantir e potenciar o carácter verdadeiramente nacional e unificador do projecto. Nesse sentido, os signatários constituem um grupo técnico coordenador, a que se referem os §§ 13 a 15 e, sem prejuízo de posterior avocação de competências, delegam no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR), pelo Ministério da Cultura, e na Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais, pela Conferência Episcopal Portuguesa, a responsabilidade da articulação institucional, bem como a incumbência propositiva ao grupo técnico coordenador de propostas e recomendações, sejam próprias ou formuladas pelas instituições envolvidas no projecto.

§ 13. A orientação técnica do projecto ROTA DAS CATEDRAIS, na fase de implementação, será levada a cabo por um grupo técnico coordenador de composição paritária, que será nomeado, nos termos do § seguinte, por despacho de cada uma das partes signatárias, no prazo de 30 dias a contar da data de assinatura deste acordo.

§ 14. O grupo técnico coordenador será integrado por dois representantes do Ministério da Cultura, um do IGESPAR, I.P. e outro das Direcções Regionais de Cultura, e por dois representantes da Conferência Episcopal Portuguesa, um da Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais e outro das Catedrais, sem prejuízo de o grupo técnico coordenador poder

agregar a si, a título consultivo, outros elementos internos às instituições com funções de assessoria técnica especializada.

§ 15. O grupo técnico coordenador tem por missão:

a) *propor à aprovação das tutelas a normativa gráfica identificadora do projecto, como também os instrumentos de comunicação a serem adoptados por cada uma das Catedrais, tanto ao nível da edição, para públicos alargados e/ou especializados, quanto à criação e dinamização de um portal web de acolhimento das páginas catedralícias;*

b) *estruturar os eixos de actuação, ao nível de recuperação patrimonial (imóvel, bens móveis, integrados e imateriais), como ainda ao nível da valorização e dinamização da oferta cultural, ou da divulgação juntos de públicos alargados, nacionais e estrangeiros;*

c) *monitorizar os projectos, em período prévio à sua submissão a concursos para co-financiamento, tendo em vista garantir a sua conformidade com os objectivos traçados para o projecto ROTA DAS CATEDRAIS;*

d) *acompanhar e fiscalizar a calendarização da elaboração de estudos e projectos, da instrução das candidaturas e sua apresentação aos concursos no âmbito do QREN, bem como a respectiva execução;*

e) *Manter informadas as tutelas, através de relatórios com uma periodicidade trimestral, acerca do estado de desenvolvimento dos projectos e respectiva execução; a mesma informação será prestada com carácter de urgência sempre que as circunstâncias o recomendem, tendo em vista ser garantida a intervenção decisória das tutelas.*

§ 16. *As decisões quanto à definição, implementação e gestão do projecto ROTA DAS CATEDRAIS são tomadas por consenso entre as partes signatárias do presente acordo.*

§ 17. *O presente acordo de cooperação entra em vigor na data da sua assinatura pelas partes e vigora até ao dia 31 de Dezembro de 2013, inclusive. No biénio 2011-2012, as partes definirão por protocolo próprio o modelo de gestão da ROTA DAS CATEDRAIS, enquanto parceria Estado Português-Igreja Católica para a valorização das Catedrais portuguesas, tendo em vista a sua operatividade e sustentabilidade a partir de 1 de Janeiro de 2014.*

Lisboa, 30 de Junho de 2009

Pelo Ministério da Cultura

José António de Melo Pinto Ribeiro
Ministro da Cultura

Pela Conferência Episcopal Portuguesa

D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga
Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa

ILUSTRES E ILUSTRADOS? CAPITULARES AUTORAIS
NO CABIDO DE LAMEGO (SÉCULOS XVII-XVIII)



NUNO RESENDE

 <https://orcid.org/0000-0001-5548-6608>

Resumo: O presente trabalho pretende contribuir para a identificação e reconstituição do “*cursus honorum*” de capitulares autorais no cabido de Lamego, entre os séculos XVI e XVIII, assim como da tipologia das suas obras, tendo como fonte a *Historia Ecclesiastica da cidade e Bispado de Lamego*, publicada em 1877. Tomando esta obra enquanto repositório de dados, pela riqueza das listagens nominativas e cronológicas que apresenta, propomos lançar luz sobre os indivíduos ligados ao Cabido de Lamego que, entre os séculos XVI e XVIII, publicaram obras impressas ou manuscritas estando ao serviço daquela comunidade. Pensamos poder contribuir, assim, para o estudo desta instituição enquanto entidade produtora e custodiante de memória escrita.

Palavras-chave: cabido, memória, literatura, escrita, fonte histórica.

ILLUSTRIOUS AND ILLUSTRATED? CAPITULAR AUTHORS
IN THE CHAPTER (CABIDO) OF LAMEGO (17TH-18TH CENTURIES)

Abstract: The present research work intends to identify and follow the *cursus honorum* of capitular authors in Lamego, as well as the typology of their works, based on the book “*Historia Ecclesiastica da cidade e Bispado de Lamego*”, published in 1877. Taking in account this ecclesiastical history as a rich historical source of name lists and biographical dates we intend to shed light on the individuals linked to Lamego Cabildo that printed or handwritten literary works between the sixteenth and eighteenth centuries while serving that community. Thus, we propose to contribute to the study of the Cabildo as a producer and custodian of written memory in the modern age.

Keywords: cabildo, written memory, literature, historic source.

ILUSTRES E ILUSTRADOS? CAPITULARES AUTORAIS NO CABIDO DE LAMEGO (SÉCULOS XVII-XVIII)

NUNO RESENDE*

Introdução: objetivos e âmbito teórico

O objetivo geral desta comunicação funda-se, primeiramente, num projeto de reconstituição biográfica de indivíduos que integraram o cabido de Lamego no século XVIII e que deixaram obra escrita documentada, manuscrita ou publicada.

Este trabalho decorre da nossa preocupação em colmatar informações biográficas sobre tais autores, mas também sobre o seu percurso e formação de forma a melhor compreender a sua obra e a contextualizá-la no ambiente de produção e difusão da escrita do século XVIII, tendo como centro ou lugar de passagem o cabido de Lamego. Interessa-nos este tempo pelo notável investimento na catedral lamecense e pela vitalidade económica para a qual despertam a cidade e a região neste período – razões eventuais para a criação de uma pujante vida cultural em redor da sé e do couto episcopal, núcleo urbano e humano que sempre se impôs na história binuclear da cidade¹.

No entanto, à medida que avançávamos na busca de elementos capazes de contribuir para a referida reconstituição ou reconstituições genealógica, social e formativa, procurando conhecer trajetórias individuais dos capitulares letrados do cabido da sé de Lamego, numa diacronia que se centra no século XVIII, infletimos noutro sentido.

Tal deveu-se a circunstâncias várias, nomeadamente o tempo biográfico dos indivíduos em estudo que ultrapassa a convenção cronológica estabelecida e pela necessidade de se utilizar o método biográfico, em detrimento do prosopográfico e do cruzamento de ambos para alcançar um conhecimento integrado sobre o indivíduo em rede, ou na relação com os seus pares e, fora deste âmbito, em diversos ambientes de mobilidade geográfica e social.

* Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

¹ A este respeito vejam-se as obras coletivas mais recentes que a este período se referem: Nuno Resende, coord. – *O Compasso da terra*. Lamego: Diocese, 2006, 2 vols; Anísio Saraiva, coord.; Alexandra Braga – *Espaço, Poder e Memória. A Catedral de Lamego*. Lisboa: CEHR, 2010.

Por outro lado, orientámos a nossa atenção numa questão que várias vezes assomou durante o nosso primeiro pensamento, ou seja, o papel desta instituição como guardiã ou custodiante da memória histórica. De fato, toda a produção memorialística e historiográfica lamecense se liga, de alguma forma, desde o século XVI até ao presente, ao Cabido desta cidade, como se pode avaliar pelas várias obras publicadas, a «*Svmmaria recapitvl[ança]m da antiguidade da Sê de Lamego, bispos & christandade della; & sua nobreza*», impressa em 1596, da autoria do cónego Manuel Fernandes²; a «*Memoria chronologica dos excelentissimos prelados, que tem existido na cathedral desta cidade de Lamego [...]*», do cónego prebendado João Mendes da Fonseca³, obra publicada em 1789, a «*Historia Ecclesiastica da cidade e Bispado de Lamego*»⁴, atribuída em parte ao cónego Manuel Barreto, futuro bispo do Funchal, a «*História da Cidade e Bispado de Lamego*», da lavra do cónego Manuel Gonçalves da Costa⁵ editada entre 1977 e 1996 e, mais recentemente, o trabalho do cónego Joaquim Correia Duarte, a «*A história da igreja de Lamego*»⁶, publicada em 2013.

O cabido, enquanto instituição da Igreja Católica, corpo, como lhe chama Rafael Bluteau no seu «*Vocabulario Portuguez*»⁷, só pode ser compreendido a partir dos seus órgãos e, nestes, pelo conhecimento das suas funções e dos indivíduos que as executam. Outrossim, como qualquer sistema, os cabidos pautam-se por um conjunto de normas que regulam o seu funcionamento, e a cujas normas se submetem (ou subvertem) os que integraram esta instituição.

De fato, enquanto corporações de clérigos beneficiados, ou seja, que usufruem de um benefício, constituíram formas apetecíveis de agregação e subsistência, fundadas na vida canónica ou comunal desenvolvida nos séculos IV-V, seguindo regras então em voga. Com a perda paulatina do carácter cenobítico desta congregação de clérigos, e a partir da autonomização dos bens dos cónegos, tirados à mitra episcopal por volta dos séculos IX-X, os cabidos caminharam para uma secularização em torno do claustro da catedral⁸.

Antes do final da Idade Média os cabidos já constituíam uma instituição plenamente definida de uma «personalidade» jurídica, independente da Mitra e

² Manuel Fernandes – *Svmmaria recapitvl[ança]m da antiguidade da Sê de Lamego, bispos & christandade della; & sua nobreza*. Lisboa: [Por Manoel de Lyra], 1596.

³ João Mendes da Fonseca – *Memoria chronologica dos excelentissimos prelados, que tem existido na cathedral desta cidade de Lamego [...]*. Lisboa: [Na Of. de Antonio Rodrigues Galhardo], 1789.

⁴ Joaquim, Azevedo, D. – *Historia Ecclesiastica da cidade e Bispado de Lamego*. Porto: [Typographia do Jornal do Porto], 1877.

⁵ M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Lamego: [Diocese], 1977-1992, 5 vols.

⁶ Joaquim Correia Duarte – *História da Igreja de Lamego*. Lamego: Diocese, 2013.

⁷ Raphael Bluteau – *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713, vol. 2, p. 17.

⁸ A este respeito: Jorge Díaz Ibáñez – *La organización institucional de la Iglesia en la Edad Media*. Madrid: Arco Libros, 1998.

adstrita à sé, a cujo edifício devem a sua importância e mantimento. Tal coincide com o aumento exponencial da fundação de capelas e óbitos que, no século XIV, produz efeitos quer na extensão das estruturas catedráticas, quer no aumento dos seus proventos.

Como tal, tendo *a priori* um conhecimento sobre estratégias que regem os percursos do acesso e permanência de eclesiásticos nesta instituição, procuramos aferir da repetição de práticas nepotistas e clientelares e compreender o lugar no cabido lamecense no *cursus honorum* desses indivíduos letrados, cuja formação os distinguiu dos demais capitulares, providos na instituição, amiúde por vias clientelistas.

Que indivíduos eram esses, afinal?

Metodologia de investigação

A evolução e crescimento do modelo organizacional dos Cabidos pautou-se desde a Idade Média por momentos de alteração na sua estrutura, nomeadamente aquando da criação de novos cargos que satisfaziam o cumprimento dos crescentes afazeres da instituição, como as celebrações eucarísticas diárias, a assistência ao coro ou o apoio à administração da máquina burocrática crescente ou, ainda, à manutenção de outras funções como as do ensino.

No modelo de organização de um Cabido estavam, à cabeça, as dignidades capitulares, como o Deão, os Chantres, os Mestres-Escola e os Tesoureiros.

Seguiam-se-lhes, abaixo, na hierarquia, os cónegos e meios cónegos, tercenários e capelães, que constituíam o número maior dos eclesiásticos ao serviço do Cabido.

No século XVI foram criados cargos específicos para prover a questões que preocupavam os teóricos da Reforma Católica, como a resolução de problemas teológicos, de doutrina, de ensino e de direito canónico. Tais cargos eram, de um modo transversal, comuns aos cabidos europeus: o de cónego magistral, especialista em teologia, o cónego doutoral, formado em direito canónico, o cónego leitor, a quem cabia a leitura e dissertação sobre os textos sagrados e o cónego penitenciário, responsável pela confissão na catedral. Estes cargos obrigavam a uma formação universitária que os distinguiu dos demais cónegos, sendo providos pela Universidade de Coimbra⁹.

É certo que o perfil do Deão e de outras dignidades capitulares os distanciava em importância dos restantes cónegos, quer pela sua proveniência social, quer (deprendemos) pela sua formação e percurso honorífico, como assim o têm

⁹ A este respeito veja-se Hugo Ribeiro da Silva – O Concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais. In José Pedro Paiva, coord – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: CEHR, 2014, p. 79-101.

evidenciado estudos prosopográficos, sobretudo para a Idade Média em Portugal¹⁰. Contudo, a partir do século XVI, as novas conezias, ditas de ofício, traziam aos cabidos indivíduos com uma preparação académica e com uma formação cultural muito diversa das dos restantes clérigos daquela corporação.

Sendo o cabido uma instituição que beneficiava os seus elementos, ou seja sustentava, através de prebendas e outras formas de rendimento, os capitulares, tornava-se espaço para a formação de estratégias clientelistas e nepotistas. As mudanças que se operam no século XVI, para além da criação dos referidos novos cónegos, pretendiam, por um lado coarctar ou controlar o poder dos capitulares, submetendo-os ao poder episcopal, mas abrir, também, a instituição a novos membros exteriores ao Cabido e à própria cidade e região. Esta reforma do clero capitular, como bem sintetizou Hugo Ribeiro da Silva, pautou-se pela criação de um corpo eclesiástico melhor preparado ao nível das ordenações, da instrução e formação académica e sujeito a novas normas de ou código de conduta¹¹. Em Lamego, logo nos estatutos de 1441, discutiram-se várias questões ou disposições que poderiam hoje ser consideradas pró-democráticas, como referiu M. Gonçalves Costa¹² e como o sublinhamos nós, embora conscientes do anacronismo. Seguiram-se os estatutos de 1594, que tentavam harmonizar os prelados com o seu cabido, mesmo apesar dos casos de atrito entre ambas as instituições. Um destes, bem revelador das tensões que, por vezes, surgiam entre o Bispo e o Cabido, foi desenvolvido por M. Gonçalves da Costa, a propósito dum libelo apresentado pelos capitulares ao vice-rei Marquês de Alenquer (estávamos em tempo de monarquia ibérica) sobre o procedimento do prelado D. Martim Afonso de Mexia (episc. 1615-1619).

No diálogo documentado sucedem-se as acusações de lado a lado, as do Cabido ao bispo que acusavam de ausente, inconsciente com as necessidades do bispado e da catedral e até perdulário quanto aos bens do seu paço. A resposta apontava o dedo ao cabido na ingerência de assuntos fora da sua esfera, atirando-lhe com uma referência mordaz, a de pretenderem «nova sé vaga para fazerem o que lhes aprouvesse». Ainda que não concordemos com a afirmação taxativa de M. Gonçalves da Costa¹³ sobre o cabido lamecense sempre se ter comportado «como defensor do povo e dos direitos tradicionais da nação» (insinuando-se questões políticas neste litígio), o fato é que a instituição e os seus elementos teriam uma consciência de grupo que os distinguiu na orgânica diocesana. Naturalmente, teremos que convocar os conceitos sociológicos de classe e grupo,

¹⁰ Veja-se o estudo de síntese que aborda esta problemática, Hermínia Vilar – Estruturas e protagonistas religiosos na Historiografia Medieval. *Lusitana Sacra*. Tomo XXI (2009), p. 125-152.

¹¹ Hugo Ribeiro da Silva – *op. cit.*

¹² M. Gonçalves da Costa [citação incompleta]

¹³ M. Gonçalves da Costa – *op. cit.*, vol. III, p. 165 ss.

ambos ligados pela relação e lugar que ocupam os indivíduos num sistema devidamente regulado e que integrava um conjunto de elementos aglutinadores entre si e diferenciadores em relação ao outro. No caso dos Cabidos, este duplo aspeto de aglutinação e diferenciação encontra-se presente desde a indumentária, aos comportamentos cerimoniais e ao lugar no protocolo eclesiástico e civil, entre outros aspetos.

Como tal, tendo em conta esta panorâmica, fomos formulando questões transversais ao modelo de funcionamento capitular e à sua aplicação em Lamego, no que toca ao tempo e aos indivíduos do nosso estudo, documentados em obras de História local institucional, a que adiante aludiremos, mas também na primeira dicionarística biográfica como a «Biblioteca Lusitana»¹⁴, de Barbosa Machado, enciclopedista português que iniciou a sua carreira eclesiástica com um benefício simples na igreja de Santa Cruz de Alvarenga, da diocese lamecense.

Na sua obra, produzida no século XVIII, Diogo Barbosa Machado elenca os nomes dos seguintes capitulares autorais em Lamego: António de Gouveia e Sousa, cónego doutoral¹⁵; André Bernardes Aires¹⁶, cónego doutoral em 1669; António Matos Teixeira¹⁷, tesoureiro-mor provido no mesmo ano (1669), Inácio Garcês Ferreira¹⁸, cónego penitenciário em 1733; João de Paiva¹⁹, cónego magistral em 1692; Manuel Fernandes²⁰, cónego magistral que faleceu em 1598, Nuno da Silva Teles²¹, deão até à renúncia em 1695 e Pedro Álvares de Moura²², cónego de meia prebenda e professor de música²³.

Este conjunto de indivíduos, todos com obra conhecida e produzida entre os séculos XVI e XVIII, publicada ou inédita, e cujos dados são exarados na Biblioteca Lusitana, apresentam-se suficientes para problematizar a sua presença em Lamego, através das seguintes questões:

Quem eram estes homens? Quem eram, no sentido identificativo da sua origem, do seu estatuto social, da sua formação e da sua relação com outros cónegos ou indivíduos do cabido de Lamego?

Que tipo de formação haviam recebido e em que instituição ou instituições?

¹⁴ Diogo Barbosa Machado – *Bibliotheca Lusitana* [...]. Lisboa: [Na Officina de Ignacio Rodrigues], 1741-1759, 4 vols.

¹⁵ Diogo Barbosa Machado – *op. cit.*, vol. 4, p. 37.

¹⁶ *Ibidem*, vol. 1, p. 141.

¹⁷ *Ibidem*, vol. 1, p. 326.

¹⁸ *Ibidem*, vol. 2, p. 539

¹⁹ *Ibidem*, vol. 2, p. 716.

²⁰ *Ibidem*, vol. 3, p. 262.

²¹ *Ibidem*, vol. 3, p. 391.

²² *Ibidem*, vol. 3, p. 556.

²³ *Ibidem*, vol. 13 p. 556.

Que género de obra literária publicaram ou deixaram manuscrita e de que forma esta reflete a sua formação e percurso?

Aos nomes elencados acrescentam-se outros, colhidos em fontes diversas e que testemunham o labor literário de alguns cónegos lamecenses, como os de João Mendes da Fonseca, autor da já referida obra «Memoria chronologica dos excelentissimos prelados, que tem existido na cathedral desta cidade de Lamego», publicada em 1789 e o de José Carneiro Tavares, que não sendo cónego era, em 1728, desembargador do Cabido²⁴ a quem se atribuem certas memórias para a Academia Portuguesa de História, como refere o reitor de Almacave, José de Sousa Evangelista Taveira, na sua resposta ao inquérito de 1758²⁵.

Numa primeira análise ao conjunto de 9 indivíduos, é possível formularem-se algumas proposições a respeito da sua origem e formação, a primeira das quais o fato de a maioria não ser natural de Lamego. Salientámos este aspeto pela insistência com que o autor ou autores da fonte «História Eclesiástica» aponta(m) a naturalidade lamecense dos cónegos como forma de engrandecimento da terra. As proveniências geográficas dos nove capitulares dispersam-se por Leiria, Lisboa, Figueiró dos Vinhos, Almeida e Coimbra, sendo que apenas dois são indicados como tendo nascido em Lamego.

Outro aspeto a salientar é o do ofício ou cargo da maioria dos indivíduos: dois são cónegos doutorais, dois cónegos magistrais, um cónego penitenciário e dois tesoureiros. São, portanto, homens ou com formação universitária, condição necessária para provimento nos ditos ofícios. Registamos apenas um mero cónego, João Mendes da Fonseca e um meio-prebendado, Pedro Álvares de Moura.

À exceção de Manuel Fernandes, que viveu e morreu no século XVI, todos os restantes capitulares viveram, produziram a sua obra e faleceram durante os séculos XVII e XVIII. É, portanto, o tempo do gosto Barroco, quer na sua expressão artística plástica e arquitetónica, quer literária.

Definimos quatro categorizações para observar a produção escrita nesta época, pelos capitulares, proposta a partir das classes de Gabriel Naudé (1627)²⁶ e correspondentes a quatro áreas de conhecimento então conhecidas: Teologia, Jurisprudência, História e Belas Letras. Para os capitulares referidos na obra de Barbosa Machado nota-se uma heterogeneidade nos tipos de escrita pois, pese embora alguns autores produzam duas ou mais das categorias assinaladas, quase todas se registam entre eles, desde os comentários jurídicos de António de Gouveia e Sousa até à poesia profana de André Bernardes Aires, ambos lentes da Universidade de Coimbra. Inácio Garcês foi um camonista e um tratadista, que

²⁴ Foi, também, procurador da Mitra. Cf. M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Braga: [Diocese de Lamego], 1986, p. 192-193.

²⁵ Torre do Tombo (ANTT), Memórias Paroquiais, vol. 19, n.º 42a, p. 351 a 368.

²⁶ Gabriel Naudé – *Advis pour Dresser une Bibliotheque* [...]. Paris, chez François Targa, 1627.

frequentou as Academias de Roma e Nápoles, assim como Nuno da Silva Teles, que, pela sua origem na grande aristocracia, sendo filho do Marquês de Alegrete teria acesso a um ambiente cultural privilegiado, chegando a alcançar o lugar de reitor da Universidade de Coimbra.

A origem social destes capitulares parece influir no seu percurso formativo e honorífico mas, no tocante ao cabido de Lamego, só um olhar microscópico sobre o tempo pelo qual passaram por esta instituição, ainda a fazer, poderá ajudar-nos a compreender trajetórias individuais.

Em resumo, do ponto de vista metodológico, a nossa investigação centrou-se, primeiro, na recolha de um conjunto de referências bibliográficas, nacionais e estrangeiras, que contextualizassem o cabido na organização institucional da Igreja na Época Moderna. Em Portugal têm vindo a lume vários estudos quer sobre a instituição, quer sobre os indivíduos a ela afetos e as suas relações, expressas em questões, problemáticas e conceitos como redes, sociabilidades, etc., que nos escusámos por ora de sintetizar²⁷.

De seguida, perscrutámos na bibliografia local elementos que nos permitissem, primeiro, conhecer o Cabido no seio da orgânica diocesana e, depois, para o recorte cronológico proposto, situar na instituição os indivíduos indicados. Situar aqui num sentido prosopográfico, de sinalização e documentação dos elementos referentes a cada capitular, partindo da fonte adiante abordada.

Não se identificaram estudos de fundo, ou monográficos, sobre o Cabido de Lamego. O principal historiador diocesano do século XX, o padre Manuel Gonçalves da Costa, sempre considerou o cabido no contexto da história da cidade e do bispado. Organizando a sua obra (incompleta) de cinco volumes segundo um critério crono-institucional (mitra, cabido e paróquias), foi escrevendo a história do cabido lamecense ao longo dos volumes I (caps. XI-XII), III (caps. VI e IX) e V (caps. II-IV)²⁸.

Esta obra é herdeira, em forma e filosofia, do também já citado trabalho «Historia Eclesiastica da cidade e Bispado de Lamego», publicada em 1877, em nome de D. Joaquim de Azevedo, um clérigo setecentista. De fato, ambos os trabalhos constituem Histórias Eclesiásticas, pese embora a obra de Manuel Gonçalves da Costa se intitule «História da Cidade e Bispado», querendo atribuir um cunho novohistoriográfico ao seu labor. No entanto, todo o seu ponto de vista é construído a partir da diocese e das suas instituições, nomeadamente da Mitra, à frente da qual destaca o papel e a figura dos bispos que são, invariavelmente, as personagens centrais da sua escrita. Talvez se explique este enviesamento pelo tempo em que o grandioso trabalho foi gizado, primeiro o do episcopado empreendedor de D. João da Silva Campos Neves (episc. 1948-1971) e, depois, o tempo das comemorações

²⁷ Remetemos o leitor para a nota 9.

²⁸ M. Gonçalves da Costa – *op. cit.*

dos centenários da Diocese (em 1977), orientadas por D. António de Xavier Castro Monteiro (episc. 1972-1995), bispo de grande craveira intelectual. Para M. Gonçalves da Costa, o cabido de Lamego é visto em função do bispo, das relações entre ambos (nem sempre amistosas) e com o um caráter de «potência económica»²⁹.

No caso da «História Eclesiástica», o cabido é apresentado com uma notável importância, ocupando 3 dos 22 capítulos, onde são elencados capitulares, dignidades e cônegos, com algumas notas biográficas. Tal manancial de informação torna esta obra uma fonte primária, para se compreender a evolução do cabido lamecense e o papel de alguns dos seus homens. Primária, por que grande parte dos acervos utilizados para a sua execução, ou se perderam ou foram truncados no curso das intervenções políticas e ideológicas dos homens do Liberalismo e da República.

Assim, utilizamo-la como fonte e documento de partida para melhor compreender um dos objetivos já gizados, o de conhecer trajetórias individuais dos capitulares letrados do cabido da sé de Lamego, numa cronologia que se centra no século XVIII, mas que pelas premissas já aduzidas não se esgota nesta centúria.

A fonte: âmbito e potencialidades.

O livro «História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego» foi publicado em 1877 e impresso na «Typographia do Jornal do Porto». Consta de 308 páginas, dividida em 22 capítulos, para além da «Notícia da Obra» e do «Prologo do Auctor», tendo sido impressa em fólhos com duas colunas.

No frontispício indica-se que a obra foi «escripta por D. Joaquim de Azevedo Fidalgo capelão da casa real, Conego regular de Santo Agostinho, Abbade reservatório de Sedavim, e Parocho de Vargeas e continuada e anotada por um cônego da Sé de Lamego». Desde há algum tempo nos tem chamado a atenção o anonimato do continuador, mas não tanto o seu ofício, como teremos oportunidade para desenvolver mais à frente.

Os primeiros e únicos autores que se debruçaram sobre a autoria desta obra foram Augusto Dias³⁰, Fortunato de Almeida³¹, M. Gonçalves da Costa³² e João Soalheiro³³, todos aceitando como autor primeiro o referido D. Joaquim de Azevedo e o seu continuador o cônego Manuel Agostinho Barreto, que veio a ser bispo do Funchal. Esta última atribuição é da autoria de Augusto Dias que, tanto quanto sabemos, a indicou pela primeira vez em 1950. Não encontramos

²⁹ M. Gonçalves da Costa – *op. cit.*, vol. 3, p. 220 ss.

³⁰ Augusto Dias – *Lamego do século XVIII*. [s.l.]: Beira Douro, 1950.

³¹ Fortunato de Almeida; Damião Peres, dir – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1970, vol. 3, p. 548 (nota 2).

³² M. Gonçalves da Costa – *op. cit.*, vol. 1, p. 16 ss.

³³ João Soalheiro – LAMEGO, Diocese de. In Carlos Moreira Azevedo, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 4, p. 419-427.

devidamente explicada tal atribuição, uma vez que se não conhecem os manuscritos que deram origem a esta publicação.

Na «Notícia da obra», o cónego anónimo explica como havendo necessidade de obstar a um decreto que, em 1869, visava suprimir o Bispado de Lamego, se encontrou esta obra, «que pouco conhecida antes, ainda não tinha sido bem apreciada». E continua:

«Suscitou-se logo a ideia da sua publicação, como bom serviço aos estudos d'esta natureza, e por ventura, ainda como recurso à causa que se pleiteava.

Ignorava-se o nome do auctor, a época em que fora escripta, e todos os esclarecimentos que pudessem tornar mais interessante e apetitosa a leitura.

Encarregado pelo editor de adiantar a história até à época actual, e de apontar as alterações supervenientes na divisão parochial e no movimento da população, tive a fortuna de descobrir o auctor, e de assim fazer estampar a obra com o nome d'elle no frontispício.»³⁴

Em seguida explica, como em vários capítulos da obra, se confirma a autoria de D. Joaquim de Azevedo, nomeadamente quando, na biografia do bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira, aquele narra que tendo sido dispensado do cargo de arcebispo no Entre Côa e Távora, deste desistiu «com pequena reserva na abbadia [de Cedovim], que agradecido ao munifico benfeitor, copiou esta memoria». Ora, copiar embora implique escrever, não significa criar e a referência não é conclusiva sobre a vera autoria, nem as razões para a mesma.

O continuador refere que a obra foi encontrada em «uma livraria particular, adquirida depois da morte do auctor; sendo para notar que não ficasse na biblioteca da Mitra, onde ainda assim existem algumas folhas avulsas, escriptas pelo proprio punho do auctor, como se colige da comparação dos caracteres da letra de algumas emendas feitas n'este exemplar»³⁵.

D. Joaquim de Azevedo nasceu em 1724 e faleceu a 23 de abril de 1798 em Paredes da Beira, de onde eram naturais os seus pais. O episcopado de D. Manuel de Vasconcelos Pereira durou entre 1773 e 1786. Assim sendo, aceitando o patrono e o autor da obra, este trabalho teria sido elaborado ou copiado entre 1773 e 1798. Seria obra nova ou continuação da memorialística produzida na primeira metade do século XVIII, no seguimento da acção da Academia Portuguesa de História e do trabalho do oratoriano padre Luís Cardoso, para o «Diccionario Geográfico» (1747-1751)?

Já voltaremos a esta questão. Importa olhar agora com atenção para o trabalho impresso em 1877, que se organiza segundo um modelo tripartido utilizado pelo memorialismo iluminista, a História, a Terra e os Homens.

³⁴ D. Joaquim de Azevedo – *op. cit.*, p. 5.

³⁵ *Ibidem.*

Na parte da Terra traça-se a origem da cidade de Lamego e descreve-se o bispado. Seguindo a grelha administrativa da diocese, em distritos eclesiásticos e freguesias, elencam-se em pequenos verbetes as qualidades destas, com a sua população, produções, benefícios, monumentos e filhos ilustres.

Seguem-se os varões ilustres, as mulheres esclarecidas em santidade, as pessoas ilustres em letras e os varões esclarecidos em Armas. Os Bispos e os Cabido de Lamego têm, também, capítulos próprios. No primeiro caso tratam-se as «Excellencias dos Snrs Bispos de Lamego», ocupando o 6.º capítulo e, no segundo, desenvolvem-se ao longo dos capítulos 17.º, 18.º e 19.º, respetivamente, as «Dignidades da Santa Sé de Lamego», os «Magistraes e Doutoraes» e os «Cónegos da Sé de Lamego».

A organização destes capítulos por hierarquias de cargos e, dentro de cada um, cronologicamente os indivíduos que os exerceram, já nos mostra a estrutura capitular, tendo à cabeça as dignidades: Deão, Chantre, Mestre-Escola, Arcediago da Sé, Arcediago de Côa, Tesoureiro e Arcipreste, seguidas dos magistrais e doutorais e, finalmente, os cónegos. No início de cada listagem, o autor explica a origem e funções de cada cargo, como no caso dos Arcediagos, designados como «olhos do Prelado», ou os magistrais, que o autor diz terem sido criados como satisfação de D. Manuel de Noronha aos direitos do sagrado Concílio Tridentino, que determinaram se provesse em um mestre de teologia a primeira conezia que vagasse, para «ler a sagrada teologia na forma da sessão 5.ª, cap. 2.º, que a mandar ler em todas as cathedraes»³⁶.

Ainda que se tente imprimir uma sequencialidade e uniformidade nos verbetes de cada cónego, as informações são muito díspares. O autor invoca as omissões com a ausência de memórias no cartório da Sé e, mesmo sem elencar diretamente as fontes, podemos aventar a utilização de dois tipos: para os capitulares do tempo medieval, os martirólogos ou livros de óbito e aniversário e, para a época moderna, os registos de provimento. De fato, ao longo dos verbetes sobre indivíduos da Idade Média, há alusões ao «livro de óbitos da Sé» ou «livro de óbitos do cabido»³⁷, aos «monumentos do archivo capitular» e na lista de indivíduos do século XVI apresentam-se informações mais concisas sobre os mesmos que incluem, por vezes, o dia e mês de posse ou provimento no cargo, sinal de que o autor consultou os respetivos livros destinados a registar tais atos. A este respeito também se refere o «catalogo dos Conegos Magistraes», como se sabe publicado em 1725 nas Memórias da Academia³⁸.

³⁶ D. Joaquim de Azevedo – *op. cit.*, p. 265.

³⁷ Trata-se, certamente, do *Martirólogo Antigo* ou Martirólogo Obituário da Sé de Lamego, hoje depositado no fundo do Cabido de Lamego na Torre do Tombo.

³⁸ Manuel Teles da Silva – *Colecção dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza* [...]. Lisboa: [Officina de Pascoal da Sylva], 1725, p. 17 ss.

As dignidades de Deão, Chantre, Mestre Escola, Arcediago da Sé, Tesoureiro, remontam à Idade Média, sendo as dignidades de Arcediago do Côa e de Arcipreste, assim como as conezias de Magistral e Doutoral, contabilizadas apenas a partir dos séculos XV e XVI, sinais de uma reestruturação do território diocesano e da recepção e aplicação das normas tridentinas.

Em alguns verbetes, nomeadamente os referentes a indivíduos dos séculos XVII, XVIII e XIX, a informação complementa-se com relações familiares, cargos anteriores e posteriores e outras notas sobre as qualidades intelectuais do indivíduo, nomeadamente ao nível da oratória ou da escrita.

Para melhor visualizarmos a orgânica capitular, fizemos o transvase da informação impressa passível de ser sistematizada e comparada. Ou seja, num quadro em “Excel” criamos campos que pudessem receber o maior número de dados que a fonte providencia para cada indivíduo. No caso dos cónegos, por exemplo, o autor inicia com uma chave sobre as abreviaturas utilizadas nos verbetes: C. de cónego, L. de lamecense ou de Lamego, p. de posse, f. de faleceu – ainda que não tenha o cuidado de indicar todos estes dados em todos os verbetes.

Estabelecemos, por isso, uma tabela com os seguintes campos/colunas: Nome, Naturalidade, Título, Formação, Ofício/cargo, Documentado, Posse/provimento, Óbito, Outros cargos, Relações familiares, Fontes e Notas.

Estes campos foram criados em função da potencialidade informativa da fonte, tendo em conta as limitações já apontadas.

Foram indexados 709 registos, correspondentes aos indivíduos assinalados nos referidos capítulos, entre as páginas 257 e 275 da obra, com a seguinte dispersão por dignidade/cargo ou função e pelas datas extremas:

Tabela 1. Cónegos e outros ofícios do Cabido de Lamego segundo a *Historia Ecclesiastica* [...], 1877

Dignidade/cargo/função	N.º de indivíduos	Datas extremas
Deães	40	1212-1850
Chantres	36	1221-1867
Mestres-escola	23	1200-1826
Arcediagos da Sé	29	1140-1865
Arcediagos de Côa	18	1466-1837
Tesoureiros	28	1231-1785
Arciprestes	19	1525-1867
Cónegos Magistrais	30	1565-1831
Cónegos Doutorais	39	1579-1829
Cónegos (e cónegos penitenciários)	381	1154-1878
Cónegos de Meia Prebenda	59	1222-1828
Tercenários e capelães	7	1229-1693
Total	709	[1140-1878]

Não pretendemos fazer, para já, um trabalho exaustivo de crítica dos dados sistematizados. O tratamento informático dos nomes compilados pelo autor ou autores da obra permite-nos verificar a existência de algumas repetições sucessivas na onomástica, que pode dever-se ou à existência de capitulares homónimos na mesma época ou à má transcrição a partir das fontes primárias ou revelar, até, ligações familiares em que se presente a perpetuação genealógica de uma ou mais gerações em cargos e benefícios no cabido. E se, para a Idade Média, apenas podemos conjecturar a partir da sucessão de apelidos iguais, para a época moderna essas relações são abertamente referidas. Devemos destacar aqui a figura de D. Manuel de Vasconcelos Pereira, que a fonte evidencia como um dos prelados mais nepotistas, tendo provido um irmão como Arcediago do Côa e outro como tesoureiro do Cabido, em cujo lugar sucedeu o sobrinho deste³⁹.

A origem dos cónegos parece ser uma preocupação do autor ou autores da fonte. Na indicação dos 381 cónegos e cónegos penitenciários, entre os 321 cuja origem é referida, 305 são lamecenses – sem que saibamos se se refere, apenas, à cidade e ao seu termo ou ao território do bispado. No entanto, é um indicador importante da instituição enquanto polo centrípeto territorial. Mas também centrífugo, como se depreende pela informação veiculada pelos verbetes quanto ao percurso pós-capitular de certos indivíduos, alguns deles bispos, como D. Paio Furtado e D. Pedro Anes, respetivamente chantre e deão, no século XIII; o cónego Jerónimo Teixeira Cabral que foi bispo de Angra, o deão António Freire Gameiro de Sousa, depois bispo de Aveiro e o cónego Manuel Agostinho Barreto, provido na mitra do Funchal. Embora a fonte apenas revele, aqui e ali, momentos nas mobilidades (hierárquicas e geográficas) de alguns capitulares, é possível associar qualidades como a ascendência ilustre e a ilustração aos percursos intra-institucionais de Chantre a Deão, de Cónego a Deão, etc., na relação com igrejas proveitosas da Diocese, quase todas igrejas com o estatuto de abadia.

No caso das conezias de ofício, a ilustração parece destacar-se em detrimento da origem ilustre e a fonte mostra uma maior dinâmica nos movimentos destes homens. De formação universitária, alguns associados ao Colégio de São Paulo de Coimbra, os cónegos Magistrais e Doutorais que passam por Lamego nos séculos XVII e XVIII são de origens muito diversas. De 57 cónegos elencados a fonte apenas regista a origem de 20, e entre estes só três são oriundos do bispado de Lamego.

Para além dos cargos que ocupam antes e depois de passarem pelo Cabido lamecense e que exercem noutros cabidos (como Braga, Coimbra, Guarda, Porto, Viseu, etc.) repetem-se entre eles as relações com o Santo Ofício e com a Universidade de Coimbra, por onde alguns transitam como lentes. Outros fecham

³⁹ Vale a pena ler, por razões historiográficas, a nota que à descendência dos clérigos dedica o Padre Manuel Gonçalves da Costa, no primeiro volume da sua obra, cf. *op. cit.*, vol. 1, p. 421 ss.

o seu “*cursus honorum*” com uma Mitra, como Miguel Soares Pereira e Manuel de Moura Manuel, ambos doutorais em Lamego em 1615 e 1660 e, depois, bispos em Miranda, ou ainda Francisco Cardoso de Torneo, doutoral provido em 1622 e, mais tarde, nomeado para a mitra de Portalegre. Para estes homens, o Cabido de Lamego é um apenas um ponto intermédio nos seus trajetos e, por isso, a sua obra é, em parte, reflexo do seu principal ofício, como especialistas em Direito Canónico, Jurisprudência e nos Sagrados Textos ou, ainda, como afamados oradores e escritores de prédica.

No caso dos nove capitulares que escolhemos como amostragem para este estudo, destacam-se os nomes de Manuel Fernandes, e João Mendes da Fonseca, os únicos que entre as suas obras incluem a História. O primeiro era natural de Évora, onde certamente recebeu uma formação humanística, tendo feito publicar, em 1596, a já referida obra «Sumaria recapitulação da antiguidade da Sé de Lamego, Bispos e Christandade della [...]», que veio a lume dois anos antes de falecer.

João Mendes da Fonseca seguiu a forma ou, pelo menos, a ideia de Manuel Fernandes quanto à História diocesana através dos seus bispos. Em 1789 publicou-se a «Memoria chronologica dos excellentissimos prelados que tem existido na Cathedral desta cidade de Lamego»⁴⁰. O título enfatiza o lugar da cátedra, e o seu autor usa o prólogo para se apresentar como fiel do arquivo capitular. É «nesse precioso tesouro» que «encontrou testemunhos authenticos da existência dos ditos Prelados»⁴¹. Trata-se de uma importante frase que bem pode sintetizar uma das funções do Cabido, a de guardar a memória, não só da própria instituição mas do território e dos poderes que a consubstanciaram ao longo do tempo.

O carácter burocrático desta instituição, que já tivemos oportunidade de observar com mais atenção a partir de um livro de despesas datado de 1679 a 1712, revela-nos um pouco da atividade de produção documental destinada a salvaguardar registos sobre os mais variados atos e eventos, desde compras e vendas, escambos, foros e litígios⁴². Mas o cartório do cabido não é apenas o conjunto destes livros dos movimentos da atividade capitular, na sua esfera temporal, é também o registo de óbitos e aniversários e de legados que resultava numa administração de bens por alma e dos respetivos sufrágios. Da organização capitular perpassa uma ideia de continuidade que parece não consubstanciar-se na figura do Prelado. O Cabido é responsável pela catedral, a principal igreja da diocese, e pelos ofícios que nela se devem cumprir até ao fim dos tempos.

⁴⁰ João Mendes da Fonseca – *op. cit.*

⁴¹ *Ibidem*, p. 3.

⁴² Nuno Resende – Lamego e a sua catedral no Códice 390 da colecção António Capucho (1679-1712): espaços e dinâmicas segundo um livro de despesas do Cabido lamecense, In Anísio Saraiva, coord; Alexandra Braga, *Espaço, Poder e Memória. A Catedral de Lamego. Séculos XII a XX*. Lisboa: CEHR, 2010, p. 173-293.

Independentemente de bispos ausentes ou presentes, de sedes vacantes, o corpo capitular prossegue nas suas funções, dentro e fora da Catedral, assegurando procissões ordinárias e extraordinárias na cidade, entabulando negociações e diálogos com outras instituições. É, pois, uma instituição sólida e profundamente enraizada, sobretudo em contexto urbano.

O trabalho de João Mendes da Fonseca é apenas um dos que marca a produção memorialística setecentista em Lamego. Mas não é o único relacionado com o Cabido.

De fato, o século XVIII começa com as tentativas da Academia de História para publicar obras monumentais sobre a História de Portugal através dos seus bispados, encarregando para isso os seus académicos.

O caricato caso de Lamego foi descrito nas obras atrás citadas de Augusto Dias, M. Gonçalves da Costa e João Soalheiro, que sintetizaram os avanços e recuos, primeiro do Padre António dos Reis e, depois, do cosmógrafo Luís Francisco Pimentel, ambos fracassados nos seus trabalhos de escrever as memórias do Bispado.

Em 1721 a Academia pusera a circular um pedido para que fossem enviadas de todas as dioceses informações a respeito da História das mesmas. No dia 5 de julho daquele ano chegou à Academia a notícia de que o Bispo de Lamego «escrevera ao Secretário, remetendo-lhe um catálogo muito copioso dos Prelados daquela Diocese e que do Deputado do Cabido se receberam muitas notícias conducentes à História»⁴³. Que deputado seria este? Na sessão de 13 de agosto de 1722, o padre António dos Reis informa os seus pares que, havendo informações do académico Martinho de Mendonça de Pina sobre umas «memórias tiradas do Cartório daquela Catedral», estas haviam destruído a sua série cronológica já gizada, numa confusão curiosamente relatada na dita sessão⁴⁴.

Nem o padre António Reis, nem o cosmógrafo Luís Francisco Pimentel deram conclusão à obra memorialista sobre Lamego, mas, como refere Augusto Dias, «é possível que fosse ficando cópia [em Lamego] de quanto era enviado [à Academia]»⁴⁵. Este articulista propõe que de tais cópias resultassem os trabalhos do cônego João Mendes da Fonseca e a História Eclesiástica, de D. Joaquim de Azevedo. Talvez não esteja correta esta hipótese, como se depreende da referência feita pelo Reitor de Almacave, no final da sua memória de 1758 e a que atrás aludimos, sobre as cópias existentes então em Lamego das «muntas notícias

⁴³ Academia Real da História Portuguesa- *Collecçam dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1721 (sessão de 5-7-1721).

⁴⁴ Academia Real da História Portuguesa – *Collecçam dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1722 (sessão de 13-8-1722).

⁴⁵ Augusto Dias – *op. cit.*

importantes» José Carneiro Tavares redigira. Vale a pena transcrever o parágrafo inteiro:

«Pelos anos de 1720 para 1730 se pediu da Corte huma noticia com huns interrogatórios mui semelhantes a estes que havia de servir aos Academicos que haviam de escrever a Historia Ecleziastica de Lamego e sei que se remeteo hum papel feito pelo doutor Jozé Carneiro Tavares e Jorge Pacheco de Mendonça, de cuja recepção consta nas Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, em que se lê que o dito doutor Jozé Carneiro Tavares tinha mandado muntas noticias importantes e que se tinham entregado ao Academico o que pertendiam e como as memorias deste bispado ainda não sahiram à luz, se podendo queimar estas noticias no terramoto advirto que ficaram nesta cidade algumas copias destas noticias, que sendo percizas se mandarão»⁴⁶.

Entretanto, entre as décadas de 1730 e 1750, muito havia mudado em Lamego, mormente na sua catedral, entretanto reedificada, pelo que o inquérito do seu congénere da Sé, a quem o reitor de Almacave dirige a primazia de noticiar Lamego, é uma extensa memória alusiva à antiguidade e importância da cidade, mas também às transformações do seu tempo. Da autoria do capelão da sé, Diogo António Vieira, nela se referem as obras na catedral «que foi principiada até o corpo da igreja, pelos seus reverendos cónegos, no anno de 1735 à custa das rendas da Mitra, sendo Sé Vaga [...]»⁴⁷ (sublinhado nosso). Quer na resposta do reitor de Almacave, quer na do vigário da Sé, há uma longa lista de filhos ilustres, onde se assinalam o nome de alguns cónegos, como Pedro Cabral de Gouveia e Manuel Fernandes, a quem o memorialista indica como lamecense (e, como vimos o não era).

Esta memória, de 1758, assemelha-se em ideia e forma à memória do códice 547, assim designada por ter sido arquivada com este número no fundo de Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto. O Dr. Pedro Augusto Ferreira, abade de Miragaia que a ofertou àquela biblioteca, indicou-lhe a data de 1733, que Augusto Dias contestou quando publicou o manuscrito transcrito, em 1950. Anónima, mas executada a várias caligrafias parece enquadrar-se na produção memorialística a partir de inquérito que marcou a primeira metade do século XVIII.

⁴⁶ Vid a já citada resposta do reitor de Almacave ao inquérito de 1758: Torre do Tombo (ANTT), Memórias Paroquiais, vol. 19, n.º 42a, p. 351 a 368.

⁴⁷ Torre do Tombo (ANTT), Memórias paroquiais, vol. 19, n.º 42, p. 219 a 350.

O perfil do memorialista capitular

Voltando ao cabido de Lamego verificam-se existir aqui, nos séculos XVII e XVIII dois tipos de capitulares autorais: os cónegos de ofício, na sua maioria estranhos à cidade e autores de obras nos campos do direito e da escrita religiosa, e os memorialistas oriundos de Lamego, de que, no nosso tempo de estudo, é representante o cónego João Mendes da Fonseca.

Provido em 1754 como coadjutor do seu tio, o capitular Manuel Rodrigues de Moura, e como prebendado em 1776, João Mendes da Fonseca pertencia a uma família de Arneirós, povoação nos arredores da cidade que deu vários capitulares e de onde será oriundo João de Magalhães Avelar, cónego doutoral em Lamego no início do século XIX e depois bispo do Porto. O seu pai era o bacharel José Mendes da Fonseca, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, em 1722.

Filho da terra, ligado às suas elites nobres e intelectuais e membro de umas mais importantes instituições da cidade e do bispado, o Cabido, o perfil de João Mendes da Fonseca parece concitar o do memorialista local, com longa tradição na historiografia portuguesa até aos dias de hoje. Traço comum entre todos: o do louvor pelas qualidades da terra, desde os seus monumentos mais vetustos, aos filhos mais ilustres.

Foram também outros filhos de Lamego que deixaram obra memorialística, alguma de recorte genealógico, outra história profana e religiosa, como indica o Dicionário de Barbosa Machado. Mas, regressando à referência do reitor de Almacave sobre as notas sobre a história da cidade, talvez encontremos explicação para algumas das dúvidas que nos acometeram acerca de alguns autores já citados e quanto à autoria das respostas pedidas pela Academia de História, em 1721, assunto que embora geralmente ignorado tem sido, por vezes, abordado por alguns historiadores locais.

De fato, quer José Carneiro Tavares, quer Jorge Pacheco de Mendonça, apontados como autores dessas respostas, integravam as elites da cidade, o primeiro documentando como desembargador do Cabido e procurador da Mitra e, o segundo, fidalgo da casa de Almedina, de que dá nota Felgueiras Gaio no seu *Nobiliário*⁴⁸.

Na sessão da Academia Real de História de 14 de agosto de 1721, o académico Martinho de Mendonça de Pina, encarregado por escrever em língua latina a História da Diocese, informa que se deslocara à Província da Beira e que fora à cidade de Lamego,

⁴⁸ Manuel José da Costa Felgueiras Gaio – *Nobiliário de famílias de Portugal* [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941, título dos AZEVEDOS § 220.

«aonde no Cartorio da Camera Ecclesiastica não fizera diligencia alguma, porque com todo o exame se tinha empregado com toda a exacção o Doutor João Chrysostomo da Silva, a quem o Bispo daquela Diocesi deputou para dar as noticias necessaria, e vira o Catalogo dos Bispos, que havia tirado de todos os contratos, e instrumentos antigos, e o Summario, ou Catalogo geral delles, disposto tudo com muito boa ordem. Que no cartorio do Cabido tinha principiado a mesma diligencia Joseph Carneiro Tavares; e que vendo os documentos daquelle Cartorio, tiràra os apontamentos, que lhe parecêrão necessarios [...]»⁴⁹.

Na sessão de 9 de dezembro de 1722 deu conta o diretor da mesma, o Marquês de Alegrete, que havia recebido cartas dos académicos da Província e de Lamego, nomeadamente de José Carneiro Tavares, «com as quaes cartas vierão algumas noticias, que se distribuirão pelos Academicos, a que pertencerem»⁵⁰.

A este respeito identificámos, também, três cartas assinadas pelo cónego José Crisóstomo da Silva que a 27 de fevereiro, 27 de março e a 29 de Maio de 1721 dão conta do pedido que lhe fora feito para mandar, a «Vossa Reverendíssima», as «noticias que conduzirem á Historia de Portugal» (carta de 27 de fevereiro). Entre várias queixas que apresenta para os sucessivos atrasos no envio das informações está, primeiro, a que se «achava de Cama mal disposto, E ainda agora mal convalescente», depois o fato de ser Quaresma, «em que he mais preciza algua assistencia aos empregos e obrigaçoens do meo benefico» e, finalmente, pela desordem em que se encontrava o arquivo da Câmara Ecclesiástica, pois «delle faltam os mais dos papeis antigos, pela noticia, que acho de ter nella havido hum grave incendio» (carta de 27 de março). Às cartas, hoje apenas a vária documentação sobre a Academia de História, segue-se uma lista dos prelados de Lamego e vários fólhos com anotações diversas sobre os mesmos. Numa delas refere-se o nome do supracitado José Carneiro Tavares imputando-se-lhe a autoria de certas «memorias que mandou dos Bispos de Lamego». Todas estas notas, ainda que não assinadas foram redigidas por autores diversos, como se infere pelas diferentes caligrafias⁵¹.

Certamente dirigidas ao prelado Nuno Álvares Pereira de Melo (episc. 1710-1733) as três referidas cartas imputam a José Crisóstomo da Silva, provido a 11 de novembro de 1708 no lugar de cónego magistral da sé de Lamego, a autoria de algumas das noticias enviadas à Academia. Não se lhe pode atribuir, contudo, a autoria de outras tantas redigidas na primeira metade do século XVIII,

⁴⁹ Academia Real da História Portuguesa- *Collecção dos documentos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza: que neste anno de ... se computzeraõ*. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1721

⁵⁰ Academia Real da História Portuguesa – *op. cit.*, sessão de 9-12-1722.

⁵¹ Biblioteca Nacional (BNP) – [*Documentos sobre a história eclesiástica dos bispados de Elvas, Portalegre, Lamego, Algarve, Guarda, coligidos para trabalhos da Academia Real da História Portuguesa*] [17--], cód. 152. Fls 84-98 v.

num contexto abundante produção memorialística, nomeadamente a partir de inquéritos. Damos, como exemplos imediatos, o «Santuário Mariano», de frei Agostinho de Santa Maria, ou o «Diccionario Geographico, do padre Luis Cardoso. É assaz curiosa a referência da sessão de 4 de março de 1721 à entrega, pelo secretário da Academia ao Padre António dos Reis, de «hum catalogo dos Bispos de Lamego»⁵², que o Padre D. Antonio Caetano de Sousa, Clerigo regular tinha descoberto. Este sinal de entreajada é também um sinal de como a informação circulava abundantemente neste tempo de descoberta e ávida busca pelos ecos dos Passado.

De outra lavra, ou antes, pela lavra de várias mãos, poderá ser sido escrito o códice 547 (assim designado pela cota com que foi registado na Biblioteca Pública Municipal do Porto) o qual, pela unidade do conteúdo e pela forma terá sido redigido com outro intuito que não o da História Eclesiástica mas antes o da História Urbana, pois versa sobre a cidade de Lamego e as suas qualidades. Para este trabalho podem, naturalmente, ter contribuído as notas que segundo o pároco de Almacave circulavam depois dos pedidos da Academia e ainda outras antes de chegarem os inquéritos de 1758. A este respeito já M. Gonçalves da Costa conjecturara⁵³, mas só uma mais aturada crítica dos documentos o poderá esclarecer, nomeadamente ao nível do estudo da caligrafia de todas as memórias, numa metodologia de comparação.

Interessa sintetizar, porém, que são indivíduos ligados ao Cabido de Lamego a quem a Academia Portuguesa de História recorre, precisando de conhecer a História da Cidade e do Bispado. E o arquivo desta instituição apresenta-se então como uma das principais fontes de conhecimento para a redação dessa História.

Considerações finais

De origens diversas, geográficas e sociais, eram os cónegos letrados ao serviço do Cabido de Lamego nos séculos XVII e XVIII. Embora todos proviessem da nobreza, a sua formação e até a sua proveniência geográfica distanciava-os na gradação social do tempo que diferenciava um aristocrata de corte, como Nuno da Silva Teles de um filho das famílias locais, como João Mendes da Fonseca. Os cónegos cuja origem era externa a Lamego, parecem cumprir no cabido e

⁵² Academia Real da História Portuguesa – *op. cit.*, sessão de 4-3-1721.

⁵³ M. Gonçalves da Costa – *op. cit.*, vol. I, p. 14. O autor assinala a existência de um manuscrito, também setecentista, intitulado «Introdução para a história eclesiástica do Bispado Lamecense», que indica como depositado na biblioteca nacional, da autoria de um Anthelmo Theodofredo de Avinhal Bautzen, claramente um pseudónimo que poderá corresponder ao cronista cisterciense Manuel de Figueiredo, pois a este os bibliotecários da Biblioteca Nacional atribuem uma obra de título similar: «Introdução para a história eclesiástica do Bispado Lamecense», impressa em Lisboa, na tipografia de Francisco Luís Ameno em 1787, dois anos antes da Memória de João Mendes da Fonseca, também mandada imprimir naquela cidade.

na cidade, um mero ponto no seu trajeto honorífico, reflexo das novas funções da Reforma tridentina que pedia homens letrados e versados em oratória e leis para cumprir as novas orientações teológicas. Por outro lado, os cónegos locais interessavam-se pela História da terra, continuando a beneficiar das estratégias nepotistas e clientelares que os unia às elites do termo lamecense.

A produção literária de uns e outros reflete, assim, não só a sua origem, formação e percurso honorífico, mas também o alcance cultural do meio onde se formam e evidenciam. O acesso aos prelos, pelos cónegos de formação universitária e provenientes ou próximos à nobreza de corte, afasta-os, também, da produção menor ou, menos expressiva e com menor alcance dos cónegos lamecenses. Uns e outros constituem, porém, um grupo de ilustres e ilustrados, letrados e nobres, que, ainda que menor ou pouco expressivo na História institucional do Cabido, merece uma atenção micro e macro, isto é, por um lado enquanto indivíduos isolados e, por outro, enquanto elementos compreendidos em rede num sistema maior, que inclui o seu trajeto e o das suas obras.

Neste breve exercício, que incluiu, também, um exame sobre o percurso ou genealogia do memorialismo histórico de Lamego, o Cabido apresenta-se como uma instituição basilar na gestão e divulgação da memória do Passado e até do Presente, do território onde se inscreve.

Através de alguns dos seus agentes, sobretudo os capitulares, como Manuel Fernandes, ainda no século XVI, mas sobretudo no século XVIII através da mão de letrados lamecenses, excitados pelo labor da Academia Portuguesa de História, o cabido impôs-se como guardião da História institucional e supra-institucional, de que a obra de 1877 é mais um elemento e testemunho dessa genealogia. Para ela convergem os métodos de escrita e entendimento da História e do Território e ela incorpora a própria ideia custodiante do Cabido, como instituição dominante de saber e cultura. Pertinente, portanto, cremos observá-la como fonte privilegiada para o estudo daquela instituição e dos seus elementos, pois a ela afluem dados e fatos ora dispersos, ora perdidos.

Instituição basilar da história urbana e com notável expressão no controlo diocesano ao longo da época moderna (provam-no a instituição de novas dignidades associadas a igrejas ou territórios do bispado, como o Arcediago de Valdigem e o de Côa), ao Cabido de Lamego afluíram sempre homens do seu aro e fora dela, que em sucessivas gerações de familiares capitulares no duplo carácter de ilustres e ilustrados, intervieram na gestão da memória – um conceito que parecerá anacrónico, mas que se aplica à utilização do capital documental para construir uma imagem do Passado (e até do Presente) local através da escrita e da sua difusão.



ARTE EDIFICATÓRIA E EXORTAÇÃO CRISTÃ PRÉ-TRIDENTINA
NO CONTEXTO DA DIOCESE DE ÉVORA

MARTA OLIVEIRA

 <http://orcid.org/0000-0002-0718-5170>

Resumo: Primícias da passagem para o Renascimento, na arquitetura e nas artes, cerca de anos trinta e quarenta do século XVI, e sua manifestação arquitetónica em consonância com o Humanismo e correntes de sentimento religioso de reforma cristã. Espaço e tempo de ação: a antiguidade cristã da nova diocese metropolitana, fábrica da Igreja na cidade de Évora.

Palavras-chave: Arquitetura do renascimento; antiguidade cristã da diocese; reforma pré-tridentina; a Sé e conventos de Évora.

BUILDING ART AND PRE-TRIDENTINE CHRISTIAN EXHORTATION
IN THE CONTEXT OF THE DIOCESE OF ÉVORA

Abstract: Early signs of the passage to the Renaissance, in architecture and arts, around the thirties and forties of the 16th century, and its architectural manifestation, in line with Humanism and currents of religious sentiment of Christian reform. Space and time of action: the Christian antiquity of the new metropolitan diocese; *on building* the Church in the city of Évora.

Keywords: Renaissance architecture; Christian antiquity of the diocese; pre-Tridentine reform; Évora Cathedral and Convents.

ARTE EDIFICATÓRIA E EXORTAÇÃO CRISTÃ PRÉ-TRIDENTINA NO CONTEXTO DA DIOCESE DE ÉVORA

MARTA OLIVEIRA*

Évora Humanística

Muito contribui para a importância de Évora, no Renascimento, a permanência da corte na cidade, entre maio de 1531 e agosto de 1537¹, e novamente entre maio de 1544 e finais de 1545. Corresponde esse tempo ao governo da diocese de Évora pelo cardeal infante D. Afonso², entre os anos de 1536 e 1540, e aos primeiros anos de governo do cardeal infante D. Henrique³, e à elevação da Sé de Évora a igreja metropolitana, em 1540.

Após a morte de D. Afonso, D. João III solicita a atribuição da diocese a seu irmão infante D. Henrique, e a elevação da Sé de Évora a arquidiocese⁴. Na Informação levada ao Papa apresenta os argumentos: a cidade de Évora é maior e mais nobre que a cidade de Braga, pelo que tem necessidade de ser governada por tal prelado; é a segunda cidade mais populosa, depois de Lisboa; a diocese é povoada de vilas e lugares notáveis, e detém um volume de rendas dos maiores entre os bispados e arcebispados dos reinos de Portugal e do Algarve. Acrescem razões de ordem pastoral: Silves e Olivença (sede da diocese de Ceuta) estão afastadas de suas sedes metropolitanas – Lisboa e Roma –, pelo que se justificaria passarem a sufragâneas de Évora⁵.

* Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto.

¹ Luís de Matos – Eborá hmanística 1490-1550. *A Cidade de Évora. Boletim da Comissão Municipal de Turismo de Évora*. 59 (janeiro-dezembro 1976) 7.

² O infante D. Afonso (1509-1540) é criado cardeal em 1517. Foi arcebispo de Lisboa e de Évora, 1523-1540, deteve outros títulos.

³ O Cardeal Infante D. Henrique (1512-1580) é elevado a cardeal em 1545. Foi administrador da arquidiocese de Braga, aos 21 anos, e arcebispo, aos 25 anos, 1537-1540; arcebispo de Évora em dois períodos, 1540-1464 e 1575 e 1578; arcebispo de Lisboa, 1564-1569, deteve outros títulos.

⁴ «Enformação das causas per que se há de pedir a see d'Euora seja por o santo padre eregida em igreja metropolitana e archiepiscopal». Amélia Polónia – *O Cardeal Infante D. Henrique: arcebispo de Évora: um prelado no limiar da viragem tridentina*. Porto: [Ed. do Autor], 2005, p. 73-74.

⁵ Amélia Polónia – *O Cardeal...*, p. 73. Denotando uma preocupação pelo bom exercício das suas funções como pastor tridentino, D. Henrique irá promover a constituição de novos bispados, com desanexação de vilas e territórios da arquidiocese. Em 1550 é criado o bispado de Portalegre, e em 1558 é proposta a criação do bispado de Elvas, que se concretiza em 1570, no tempo do arcebispo D. João de Melo e Castro.

Com a estada da corte, Évora torna-se centro político, religioso, cultural e artístico do Humanismo. Círculos do pensamento, da ciência, das artes e da arquitetura aí convergem, estando na origem de uma influente cultura de ideias e sentimento religioso disseminados pelo reino. Desenha-se uma teia de relações cruzadas, que tem como foco D. João III e os seus irmãos, cuja formação o rei prepara para o exercício dos altos cargos e dignidades, assistida pelos mais qualificados mestres nacionais, e estrangeiros atraídos ao reino⁶. Também a Sé, através dos bispos auxiliares e do Cabido, com as dignidades que formam as estruturas de governo, se perfila como instituição qualificada⁷. A elevação de personalidades, na hierarquia eclesiástica, irá denotar o âmbito de influência da Igreja de Évora, em outras dioceses. Como exemplo, D. Martinho de Portugal, chantre da Sé de Évora, será arcebispo do Funchal, D. Jean Petit, francês, arcebispo do Bago, do Cabido da Sé de Évora, doutor em Cânones – bispo, em Cabo Verde, entre 1538 e 1546; Rui Lopes de Carvalho, cónego e arcebispo – bispo de Miranda; D. Jerónimo de Osório, cónego da Sé de Évora – bispo de Silves, em Faro, e Frei Amador Arrais, bispo auxiliar do Cardeal D. Henrique, em Évora, será bispo de Portalegre⁸.

Por sua vez D. Miguel da Silva, filho segundo dos Condes de Portalegre, do conselho do rei, bispo de Viseu e abade comendatário de Santo Tirso, oferece o exemplo da rede de influxos. Regressa de Itália, acompanhado do mestre-de-obras Francisco de Cremona, que trabalhava na basílica de S. Pedro de Roma, sob ordens Frei Giocondo, e vai desenvolver um programa de obras renascentistas, no couto beneditino de S. João da Foz, na barra do Douro, e na Sé de Viseu. Em virtude dos seus cargos e ligações familiares, D. Miguel será presença assídua junto da corte, em Évora⁹, envolvendo-se em controvérsia com André de Resende, sobre estudos do Antigo e a origem romana do aqueduto de Évora.

Também André de Resende, religioso dominicano, latinista, havia regressado a Portugal, após um longo período de ausência, para estudar em Alcalá de Henares,

⁶ Tiveram excelente formação D. João III, os seus irmãos que seguiriam a vida civil, como os Infantes D. Luís e D. Duarte, e os que seriam destinados à carreira eclesiástica; e não apenas os irmãos varões, mas também a infante D. Maria. Luís de Matos – Eborá..., 14.

⁷ Seria de atender a Joaquim Chorão Lavajo, quando destaca os «valores espirituais e culturais da diocese, bispado e cabido de Évora» (o estudo refere-se ao período medieval), e ressalva que estas e «as demais instituições diocesanas e catedralícias não podem ser reduzidas, hoje, tal como não o eram na Idade Média, a uma sofisticada rede de poderes, marcados quase exclusivamente pela competição social, pela conflitualidade institucional e pela ganância do lucro fácil.» Joaquim Chorão Lavajo – A Sé de Évora ao serviço dos valores espirituais, culturais e sociais. *Eboresnia*, 30 (2002), 129.

⁸ Havia bispos que nunca residiram ou visitaram a diocese. José Filipe Mendeiros – O Humanismo da Universidade de Évora. *A Cidade de Évora*, 41-42 (janeiro-dezembro 1959), p. 56-57. José Filipe Mendeiros – O Humanismo da Universidade de Évora. *A Cidade de Évora*, 43-44 (janeiro-dezembro 1960-1961), p. 61-62. Deão Alcântara Guerreiro – Bispos Auxiliares de Évora. *A Cidade de Évora*, 60 (janeiro-dezembro 1977), p. 6.

⁹ D. Miguel da Silva, feito cardeal, retira-se para Roma, em exílio (1540).

Salamanca, Paris e Lovaina¹⁰. Em Bruxelas tinha sido chamado por D. Pedro de Mascarenhas, eborense, para lhe ensinar latim. Seguiria com o embaixador de Portugal, junto de Carlos V, acompanhando a corte do Imperador à Áustria, e a Itália. De caminho, no regresso, André de Resende segue novos interesses que traz de estudo da antiguidade peninsular, de história, e epigrafia, arqueologia e arquitetura.

No outono de 1533, de volta a Évora, encontra-se ao serviço da corte e do cardeal D. Afonso, de quem é mestre. Ter-lhe-á oferecido uma coleção de inscrições romanas que recolheu, a obra manuscrita *Antiqua Epitaphia*, dada como perdida; liga-os uma estima atestada em cartas que trocaram¹¹. Em breve será incumbido, pelo rei, de ir a Salamanca, com o objetivo de propor a Nicolau Clenardo, hele-nista¹², que aí havia chegado há pouco, vir para Portugal, como mestre do cardeal infante D. Henrique.

Em Évora, Clenardo mora em casa do arcediogo Jean Petit¹³; a sua estada em Portugal situa-se entre os anos de 1534 e 1538. Durante algum tempo, habita, na mesma casa, o escultor Nicolau Chanterene, a quem o rei se refere como «meu arauto e imaginário de obra de pedraria» (1536)¹⁴. Cartas de Clenardo guardam apontamentos do que foi esse círculo de eruditos humanistas em Évora¹⁵. Além de André de Resende, que havia de permanecer junto de Clenardo, como «assim aprouve a el-rei»¹⁶, entre as pessoas mais chegadas conta D. Francisco de Melo, teólogo e matemático, mestre do cardeal D. Afonso, e lente nos Estudos Gerais, em Lisboa.

O vínculo que se descobre entre círculos do Humanismo da Igreja, do ensino e da ciência e das artes, pintores, escultores, iluminadores e outros oficiais de

¹⁰ André de Resende nasce em Évora, cerca 1500. Com aproximadamente 10 anos de idade, entra para o convento de S. Domingos de Évora e aí professa. Aos treze anos prossegue estudos fora do reino. *Archivo Historico Portuguez*. Lisboa: Anselmo Braamcamp Freire, 1903-1916, Vol. 7 (1909); Vol. 8 (1910); Vol. 9 (1914). Joaquim Veríssimo Serrão – André de Resende. O Humanista e o Eborense. *A Cidade de Évora*, 58 (janeiro-dezembro 1975) 5-25.

¹¹ Joaquim Veríssimo Serrão – André..., p. 11; Sebastião Tavares de Pinho – *Humanismo em Portugal*. Vol. I. Lisboa: IN-CM, 2006, p. 183-198.

¹² O conhecimento e estima que uniam Resende e Clenardo data da estada de Resende em Lovaina. Clenardo menciona o seu estatuto de teólogo na carta a Joaquim Polites (Évora, 8 de julho de 1537) e na Epístola aos Cristãos (Fez, 1540-1541). Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal – *O Renascimento em Portugal. I Clenardo e a sociedade portuguesa: (com a tradução das suas principais cartas)*. 4.ª ed. revista. Coimbra: Coimbra Editora, 1974, p. 78-79; 297, 350.

¹³ João de Parvi, Arcediogo do Bago, da Sé de Évora, detém a conezia magistral de teologia; mas sem obrigações de ensino, como indica a Visitação de 1537.

¹⁴ Reinaldo dos Santos – *A escultura em Portugal*. Lisboa: ANBA, 1948-1950, II, 27.

¹⁵ Manuel Gonçalves Cerejeira – *Clenardo...*, *passim*. Na Epístola aos Cristãos (Fez, 1540-1541), Clenardo refere os seus amigos. Manuel Gonçalves Cerejeira – *Clenardo...*, p. 366-369.

¹⁶ Manuel Gonçalves Cerejeira – *Clenardo...*, p. 244. Carta de Clenardo a João Vaseu (Évora, 31 de dezembro de 1535).

artes, e também com mestres de obra de arquitetura¹⁷, muito se entende na consideração desse ‘cenáculo’ que se forma em casa de Mestre Parvi.

Estudos do Antigo

Por ocasião da restauração do aqueduto da Água da Prata, da Cidade de Évora, que leva água à cidade de Évora, já em 1537¹⁸, André de Resende traduz o tratado de Frontino *De aquaeductu* («Dois livros de aquedutos», que oferece à Câmara da cidade e a D. João III, em 1543)¹⁹. A essa obra de refundação estão ligados os mestres-de-obras reais Francisco de Arruda e Miguel de Arruda. Uma notícia coetânea situa o humanista em relação com a arquitetura. Em 1535, a 26 de agosto, Frei André de Resende tinha batizado, na catedral de Évora²⁰, Hipólita, filha de Miguel de Arruda (o padrinho seria Diogo de Castilho²¹, mestre de obras, irmão de João de Castilho). Assina «Frei André de Resende», na qualidade de religioso dominicano que era. Contudo, assentos a partir de 1539 e 1540, não incluem a menção de «Frei», pois Resende tinha deixado o hábito²².

No início dos anos quarenta, D. João III manda traduzir obras de arquitetura: o tratado de Vitruvio, *De architectura*, por Pedro Nunes, e o tratado de Leon Battista Alberti, *De re aedificatoria*, por André de Resende, que entrega a tradução a D. João III, em 1547²³. Entre outros escritos, no âmbito dos estudos de

¹⁷ Luís de Matos – Eborá..., p. 5-21.

¹⁸ Durante muito tempo, a tradição da existência de um aqueduto romano, em Évora, que André de Resende defendeu sempre, foi posta em causa, concorrendo para duvidar da autoridade de Resende, nesse âmbito, como nos estudos de epigrafia. Todavia observações recentes de Francisco Bilou comprovam a existência de vestígios do aqueduto romano. Francisco Bilou – *A refundação do Aqueduto da Água da Prata em Évora*. Lisboa: Colibri, 2010. Francisco Bilou – *Património Artístico no Alentejo Central. Obras, Mestres e Mecenas, 1516-1604*. Lisboa: Colibri, 2016, p. 189-214.

¹⁹ *Archivo...*, Vol. 9 (1914), p. 206-207 (nota 199).

²⁰ O livro de assentos de batismos da Sé de Évora tinha principiado no primeiro dia de março desse ano. A decisão de efetuar o registo da administração de sacramentos, em todas as paróquias da diocese de Évora, disposição que será estendida à arquidiocese de Lisboa, é uma das medidas inovadoras do Cardeal D. Afonso, tomadas ainda como administrador do bispado.

²¹ Diogo de Castilho tinha casado um ano antes, na cidade do Porto; nesse ano fecha o contrato para a obra da igreja do convento de Monchique, mas vai residir em Coimbra, onde já trabalha no mosteiro de Santa Cruz.

²² A obrigação de deixar o hábito é imposta por Frei Jerónimo Padilha, que vem para Portugal como reformador da Ordem dos Pregadores; é prior do convento de S. Domingos de Évora, antes de passar a Lisboa, e ser eleito Provincial da Ordem, em 1540. Resende passa ao estatuto de clérigo secular, por motivo de estar ao serviço do rei e de seus irmãos, e ter bens próprios. Sebastião Tavares de Pinho *Humanismo...*, Vol. I, p. 156-157.

²³ Rafael Moreira – Alberti et Francisco de Melo. Renaissance cartographique et architecturale au Portugal. *Albertiana*. XVII (2014) 47.

Antiguidade peninsular, irá escrever a *História da Antiguidade de Évora* (1552), e *As Antiguidades da Lusitana*, obra que não chega a terminar²⁴.

Da conjugação dos seus campos de trabalho – a teologia e a história da Igreja; a cultura e a arquitetura, e a arqueologia e a epigrafia latina – decorre a sugestão de participação de André de Resende, na ideação de obras de arquitetura realizadas em Évora, talvez com o concurso do Cardeal Infante D. Henrique, que se seria conhecedor da arquitetura. Do lado da ciência, seria de considerar D. Francisco de Melo, que aplica a sua formação de matemático, a estudos de ótica e perspectiva, e tem intervenção no domínio da cosmografia e cartografia, e da corografia, em relação com o conhecimento da obra de Alberti, *Descriptio urbis de Romæ*, devendo-se provavelmente a este mestre a introdução, no reino, da obra *De re aedificatoria*, na edição de Paris de 1512²⁵.

A cidade de Évora, Roma portuguesa, antiguidade cristã da diocese

Em 1536, ocorre a cerimónia de sagração episcopal do cardeal infante D. Afonso, em Évora, os 27 anos completados. No final da cerimónia, quando o cortejo se preparava para sair da catedral tem lugar a representação de uma composição laudatória, o poema *Consecratio* de Jorge Coelho²⁶, em que surge a figura de um mensageiro divino a profetizar a ascensão do Cardeal ao papado²⁷.

Seria a expressão de um projeto que o rei e a corte portuguesa acalentavam para D. Afonso, que seria continuado por D. João III, com a indigitação do Cardeal D. Henrique, e a sua candidatura ao papado, em três conclaves, em 1549, 1555 e 1559. Em 1553 é-lhe atribuído o cargo de Legado Apostólico²⁸.

Neste contexto se dá a construção de um discurso de valorização de Évora como cidade romana, e de afirmação da antiguidade cristã da arquidiocese. André de Resende surge como figura determinante na elucidação do corpo de argumentos, em obra escrita, sermões e orações proferidos. Uma antiguidade evidenciada pelos monumentos romanos e a epigrafia latina, e descoberta nos termos de primazia da cristianização peninsular, justificada com base na revisão

²⁴ Obra póstuma, revista e acabada por Diogo Mendes de Vasconcelos (toma posse de uma conezia doutoral de Cânones, no Cabido, em 1557; foi Inquisidor).

²⁵ Rafael Moreira – Alberti..., 41-47. É atribuído a Francisco de Melo um manuscrito com uma descrição corográfica de Portugal, sob a forma de uma tábua com 1531 topónimos de lugares do reino, e a longitude e latitude, que terá sido oferecido ao cardeal D. Afonso, em 1524.

²⁶ «Sagração do Sereníssimo e Ilustríssimo Príncipe Dom Afonso, cardeal da Santa Igreja Romana e Infante de Portugal, por Jorge Coelho, Português». Amélia Polónia – *O Cardeal...*, p. 42. Jorge Coelho, doutor em Cânones, orador e poeta latino vai ser secretário pessoal do cardeal D. Henrique.

²⁷ Em 1537 é conhecido que D. Afonso queria viver em Roma. O infante acalentava conseguir para si a legação permanente da Santa Sé em Portugal. Ana Isabel Buesco – Afonso de Portugal (1523-1540). In *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Ed. João Luís Inglês Fontes. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, p. 568-569.

²⁸ Padre Manuel Madureira Dias – Espiritualidade do Cardeal D. Henrique. *Eboresia*. 1-2 (1988) 72.

de fontes da história da Igreja de Évora e do espaço da sua diocese, e fazendo-a recuar aos tempos apostólicos.

Resende identifica *Pax Iulia* com a cidade de Beja, e não com Badajoz, como argumentavam estudiosos espanhóis; e procede ao reconhecimento de mártires, referenciando-os ao território da diocese: em Beja, o diácono Sisenando e o presbítero Tiberino, martirizados em Córdoba, em 851; e com origem em Évora, os mártires Vicente, Sabina e Cristeta, que sofrem o martírio em terras de Espanha. Em meados do século XVI, está a ser reedificada a igreja de S. Vicente, dedicada a estes mártires, no local de antiga ermida da mesma invocação, junto a uma porta da cerca velha da cidade.

Mais relevante será a valorização do culto de S. Manços firmada pela narrativa de André de Resende²⁹. Com base na tradição recolhida e acrescentada, André de Resende consagra a S. Manços duas narrações paralelas, com objetivos diferentes, segundo Joaquim Chorão Lavajo³⁰. A primeira, de carácter litúrgico, seria a do *Breviário Eborense*, de 1548³¹. A segunda, de natureza historiográfica, surge com a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (cap. IX), de 1553. De acordo com o texto litúrgico, S. Manços seria natural de Roma. Depois de ter convivido com Cristo e assistido à Sua morte, ressurreição e ascensão, teria recebido o Espírito Santo na manhã de Pentecostes, e foi enviado pelos Apóstolos para a Hispânia. Seria o primeiro bispo de Évora, e sofreu, nessa condição, o martírio, por instigação dos judeus, e à ordem do governador romano. Desse modo, S. Manços surge como prova da antiguidade e linhagem da fé cristã, em terras da diocese de Évora, e no espaço do reino e peninsular³². Sobretudo, adquire um estatuto eclesial, por ter sido apóstolo e primeiro bispo de Évora. Em 1534, por ocasião do Sínodo Diocesano de Évora, André de Resende faz a apologia cristã da sua cidade e menciona o mártir Mâncio³³. Em linha com essa tradição, em 1562, o primeiro Colégio Universitário fundado pelo Cardeal D. Henrique, com as rendas da Mitra – o Colégio dos Porcionistas – é dedicado a S. Manços, primeiro Bispo de Évora³⁴.

²⁹ Júlio César Baptista – São Manços (Evolução Biográfica). *A Cidade de Évora*. 63-64 (1980-1981), p. 5-86. Joaquim Chorão Lavajo – «Hagiologia de André de Resende e o Santoral Eborense». *Eborenica*. 27-28 (2001) 149-153. A primitiva legenda, de Depânio Floro (falecido cerca 860) evolui no período medieval.

³⁰ Joaquim Chorão Lavajo – Hagiologia..., p. 150-151.

³¹ Resende inicia a revisão do *Breviário Eborense* por incumbência de D. Afonso, recolhe a tradição hagiológica do Alentejo e prepara o Santoral.

³² Numa sugestão implícita de precedência de Évora sobre Braga, Resende escreve: «Os Eborenses glorificam-se de Mâncio, discípulo de Cristo que os iniciou na doutrina celeste. Os Bracarense devem-no a Pedro de Rates, discípulo do apóstolo Tiago» (Liv. IV, [236-237]). André de Resende – *As Antiguidades da Lusitânia*. Introd., trad. e coment. Raúl Miguel Rosado Fernandes; estabelecimento do texto latino Sebastião Tavares de Pinho. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 360-362.

³³ Sínodo Diocesano de Évora de 1534, ASE, CEC 5 IX, ed. Isaías da Rosa Pereira, p.111-112, *apud* Joaquim Chorão Lavajo – Hagiologia..., p. 144-145.

³⁴ O colégio manter-se-ia em funcionamento, até aos primeiros decénios do século XVII. O colégio da Purificação, destinado a seminário de párocos, fundado em 1577, outra das instituições devidas a D. Henrique,

E na Sé, em 1622, uma capela é transformada e dedicada a S. Manços, guardando os relicários do hagiológico da catedral³⁵.

Formação e ensino

Cerca de 1527-1531, D. João III forma a ideia de trasladar os Estudos Gerais de Lisboa e decide, com alteração de natureza, «fazer Universidade e escolas gerais» em Coimbra, que concretiza em 1537³⁶. Em Évora, nos anos em que a mudança ainda parecia em dúvida, a Câmara, posiciona-se como alternativa, e retoma a iniciativa de requerer os estudos, que já D. Manuel tinha visado criar. No mesmo ano de 1537, D. Henrique faz a sua entrada na arquidiocese de Braga, e reorganiza os estudos no Colégio de S. Paulo, orientados predominantemente para a formação do clero, aos quais vão ficar ligados, por breve tempo, Clenardo e Vaseu, entretanto chegado ao reino. Também em Guimarães se instituem Estudos, a funcionar por alguns anos no convento de Santa Marinha da Costa, depois integrados na Universidade de Coimbra.

Cerca de 1542, ou, pelo menos, seguramente antes de 1547, André de Resende adquire o grau de doutor em prova realizada perante o Doutor Rui de Carvalho, do Cabido da Sé. Manteria uma escola de ensino público, em sua casa, que terá encerrado, quando D. Henrique procede à institucionalização do ensino público, e restringe o ensino privado, na cidade. Cerca de 1549, o Arcebispo estabelece contato com mestre João de Ávila, tendo em vista a fundação de um Seminário, destinado à formação do clero diocesano³⁷. Todavia, a instituição seria entregue à Companhia de Jesus. O colégio do Espírito Santo incluirá uma parte reservada ao clero, e admitirá leigos, estando na origem da transformação em Universidade, em 1559.

A atenção à instituição de Estudos Gerais integra-se numa visão abrangente, considerando uma geral preocupação pelo ensino e a formação – a formação do

perduraria no tempo. José Filipe Mendeiros – O Humanismo..., 61-62. Júlio César Baptista – A formação do clero na diocese de Évora. *A Cidade de Évora*. 61-62 (1978-1979) 50-51.

³⁵ Túlio Espanca – *Inventário Artístico de Portugal, VII – Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1966, Vol. I, p. 33.

³⁶ Carta de D. João III a Frei Brás de Barros (9 de fevereiro de 1537). Artur Moreira de Sá – Introdução. In André de Resende – *Oração de sapiência: oratio pro rostris*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956, p. XXXII. Luís Vives recomendava, em 1531, que a Universidade fosse instituída fora de cidades, mormente marítimas, considerando a inconveniência do grande trato e ociosos costumes. Juan Luís Vives, *De disciplinis libri XX. Antuerpiae – Michael Millenius – 1531*, p. 88 (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa E 710-21), *apud Artur Moreira de Sá – Introdução. In André de Resende – Oração...*, p. XXII-XXIII. André de Resende na «Oração de Sapiência», proferida em Coimbra, em 1551, retoma os argumentos do rei D. Dinis, para a fundação dos Estudos Gerais, na cidade do Mondego, em 1290, apontando a posição central, no reino, e a amenidade do clima.

³⁷ A iniciativa é conhecida pela carta de resposta de mestre João de Ávila, escrita de Zafra (1549), anunciando a ida de um discípulo, Diego de Santa Cruz, para Évora. O religioso entraria para a Companhia de Jesus. Amélia Polónia – *O Cardeal...*, p. 186. José Filipe Mendeiros – O Humanismo..., 61. Júlio César Baptista – A formação do clero..., 5-90.

clero e a sua preparação, como cura de almas, a reforma dos religiosos de vida regular, a formação dos leigos em comunidade eclesial, e a sociedade em geral, na cidade e no campo, desde as crianças mais pequenas, à família. Formação em espírito e cuidado do corpo, das condições de vida, de saúde, higiene e salubridade (incluindo o abastecimento de água como obra da maior importância), em que a arquitetura, as «paredes falam»³⁸ o apelo à reforma.

A Catedral de Évora, reforma espiritual, reforma material

No mesmo ano de 1537, em que se instala a Universidade em Coimbra, o cardeal infante D. Afonso efetua, com poucos meses de diferença, a Visitação à Sé, sobre a qual deixa um documento notável³⁹, com disposições relativamente ao Cabido e aos ofícios litúrgicos, ao ensino da catequese, das primeiras letras e da Gramática, e ao ensino e prática da Música na catedral.

A Visitação tem lugar, em julho de 1537. O registo das conclusões e disposições, de 23 de outubro, dá conta das decisões tomadas por D. Afonso no sentido qualificar a Catedral e zelar, nos aspetos materiais, pela dignidade em todos os aspetos da liturgia e da sua vivência religiosa, considerando o provimento de alfaias e as condições da sua guarda. O prelado visita a catedral, o claustro, as capelas, a pia de batizar, obra do seu predecessor, o bispo D. Afonso de Portugal (1485-1522), a sacristia, a livraria, que tinha sido instituído pelo rei D. Afonso V, em 1462 (seria beneficiada pelo Cardeal D. Henrique, em 1561); e a sala do Cabido.

Debruça-se sobre os cargos de ensino, os mestres escola, mestres da Gramática e da Capela da Sé, e os lugares de ensino. Em tudo manifesta preocupação pelo bom exercício dos detentores de cargos e de funções, e a forma como devem apresentar-se (nos trajes), a todos os níveis, desde os Bispos auxiliares, e as dignidades do Cabido, aos Mestres Escola, aos moços do coro e da estante, até aos «meninos e meninas» pobres, e outros que em conjunto aprendem as primeiras letras e a catequese, na Sé, ao mestre dos sinos, a costureira e o pedreiro encarregue da abertura das campas, no interior da igreja. A renovação de funções é acompanhada de regimentos sobre o provimento dos cargos.

Acresce à dimensão de reforma espiritual uma correspondente reforma material da edificação catedralícia, considerando a manutenção das instalações, a limpeza e concerto dos espaços, o modo de funcionamento dos serviços prestados, e o alojamento da escola dos meninos, junto ao paço episcopal, a nascente, numa área da cabeceira tomada pela reconstrução da capela-mor, no século XVIII.

³⁸ Expressão de D. Francisco Manuel de Melo – *Carta de guia de casados* [1651, 59]. Ed. Maria de Lurdes Correia Fernandes. Vila de Conde: Quidnovi, 2012.

³⁹ Isaías da Rosa Ferreira – *Subsídios para a História da Igreja Eborensis*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 187-231.

O Cardeal ouve as dignidades e beneficiários, e faz eleger deputados que o assistam, colhendo observações da corporação; no final regista a regulação de funções e medidas tomadas. No breve tempo de governo, D. Afonso realiza um sínodo, publica as constituições sinodais de Évora (1534) e de Lisboa (1537) e regimentos, e incumbe André de Resende de rever o Breviário Eborense. Pela sua ação reformadora, daria de si a imagem de um bispo pastor, preocupado com «a formação intelectual do clero, a morigeração dos costumes de clérigos e fiéis, a difusão do ensino das bases da doutrina, o cumprimento das obrigações culturais e litúrgicas»⁴⁰. Já o Cardeal D. Henrique teria tempo de consolidar o seu relevante governo eclesiástico. Acumula o cargo de Inquisidor-Mor, de que tenta libertar-se invocando o muito trabalho que dá a função, e a obrigação de estada na corte, e alega a necessidade de residir na arquidiocese, cumprindo as obrigações de pastor. São sinais de adesão a uma reforma tridentina, com um acento significativo na organização do ensino.

Do século XVI guardam-se hoje no tesouro da Sé e no Museu da catedral, instrumentos simbólicos de funções exercidas: o báculo de um dos cardeais infantes D. Afonso ou D. Henrique (c. 1540), com a imagem da Virgem Maria, no eixo da croça (fig. 1-a); a maçã de cerimónias (c. 1560), em prata branca; e a arca da Inquisição, em

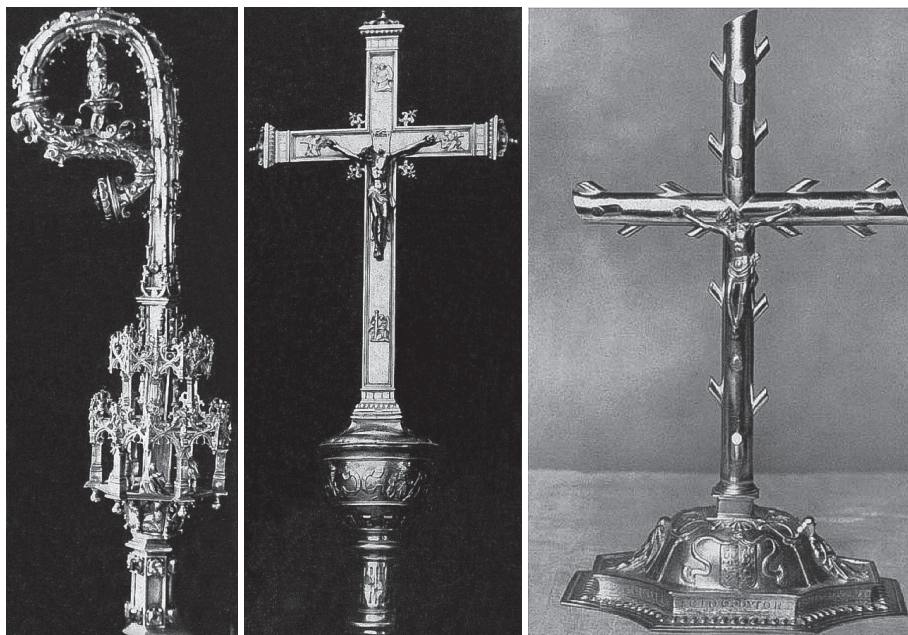


Fig. 1. Tesouro da Catedral de Évora: a. Báculo do Cardeal Infante, c. 1540; b. Cruz arquiépiscopal, c. 1550; c - Cruz de altar, oferecida pelo Doutor Rui Lopes de Carvalho, cónego da Sé, 1540 (fot. *Inventário Artístico do Concelho de Évora*, Vol. II, est. 64, 148, 149).

⁴⁰ Ana Isabel Buesco – Afonso..., p. 572.

ferro forjado (do século XVI); o púlpito denotando uma nova importância atribuída à pregação (c. 1570). Debruçando-se sobre um «Inventário 1.º da prata, ornamentos e livros da Sé», do arquiépiscopado henriquino (1541-1564), Amélia Polónia assinala o impacto «que exerceria nos fiéis a música [...], os ornamentos e paramentos e os objetos de culto, dos quais deveria ressaltar uma aura de esplendor»⁴¹.

Em vista da sua apresentação magnífica, a dotação de Sé de Évora é sinal de decoro devido à Catedral eborense, como instituição e corpo religioso. Inscreve-se na mesma razão, a mostra da Igreja no espaço da cidade, em procissões e outras manifestações que se enquadram na sua representação corporativa, no espaço público. Relativamente ao concerto da sua apresentação, a Visitação estabelece recomendações específicas sobre o dever de participação, e regula as vestimentas dos participantes. Declaração assertiva da presença da Sé na cidade, em todas as suas dimensões, espiritual e formativa, e relacionada com a arte edificatória.

Mas o Cardeal D. Henrique levaria mais longe a inscrição da catedral no centro do território da diocese. À semelhança dos marcos miliários que pontuavam as vias romanas, o Arcebispo terá providenciado no sentido de ornar as entradas e saídas da cidade de «cruzes de pedra», em mármore de Estremoz. Francisco de Holanda lembraria essa singular providência como exemplo a seguir em Lisboa⁴².

O contexto em que surge a recomendação das «Cruzes de pedra» confirma que inscrição de marcas de uma paisagem cristã podia ser pensada numa escala muito alargada. E a propósito de um lugar de culto romano encontrado ao pé da Serra de Sintra em Colares, que André de Resende também menciona em *As Antiguidades da Lusitânia* (Liv. I, [38])⁴³, Francisco de Holanda torna, além disso, explícito um sentido de «conversão»:

«Outra Memoria de bases digna de lembrar e de imitar dos fiéis, faziam os antigos infiéis, como eu vi, quando me o Ifante Dom Luís (...) levou a mostrar a Serra de Sintra, mandou-me para isso chamar a Lisboa quando vim de Itália [c. 1540]. E vimos em a foz do Rio de Colares prezada em outro tempo dos Romanos, sobre um pequeno outeiro junto do mar Oceano: um círculo ao redor cheio de cipos e memórias dos Imperadores de Roma (...) O que nós espiritualmente mudando podemos converter em os cipos ou embasamentos dos Pés das CRVZES que digo em Louvor e Memória do Verdadeiro Senhor da Justiça IESV CHRISTO e da verdadeira e sempre cheia de Graça S. MARIA N. SENHORA»⁴⁴.

⁴¹ Amélia Polónia – *O Cardeal...*, p. 231.

⁴² O «Muito Católico e Prudentíssimo Cardeal Vosso Tio em a Cidade de Évora: que de CRVZES e Mármore de Estremoz ornou todas as Estradas e saídas daquela Cidade». Francisco de Holanda – *Da Fabrica que falece a Cidade de Lisboa* (1571), cap. VIII, f. 24 (Reprodução fac-similada). In *Francisco D'Ollanda*. Ed. Jorge Segurado. Lisboa: Edições Excelsior, 1961, p. 113.

⁴³ André de Resende – *Antiguidades...*, p. 144.

⁴⁴ Francisco de Holanda – *Da Fábrica...*, cap. IX, f. 25, p. 111-112.

Será esse papel de exemplo e figura de exortação escrita em edificação pétrea que a arquitetura como arte edificatória irá apresentar na cidade de Évora.

Clausura e obediência, convento do Paraíso

O convento de Nossa Senhora do Paraíso desaparece no início do século XX, após a morte da última freira, em 1897. São escassas as imagens que subsistem do cenóbio; e apenas se salvaram algumas peças tumulares, um túmulo de edícula, capitéis, e um conjunto de três colunas quadrangulares do refeitório, que suportavam um teto de carvalho⁴⁵. As colunas são peças únicas e singulares atribuídas a Nicolau Chanterene, duas bases estão cronografadas de 1533. Seria possível ler as colunas à luz de um programa iconográfico, uma narrativa que se desdobra, na base, nas quatro faces do fuste, de recorte quadrado que cinta um feixe de meias canas, de secção circular, e no capitel (fig. 2).



Fig. 2. Convento do Paraíso, capitel de coluna do refeitório (Reinaldo dos Santos – *A escultura em Portugal*, 1950, Vol. II, est. 59).

⁴⁵ As colunas, hoje expostas no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora, seriam três segundo o «Inventário do Convento de N.ª S.ª do Paraizo d'Évora suprimido em 18 de Novembro de 1897». In Túlio Espanca – O Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora. *A Cidade de Évora*. 56 (janeiro-dezembro 1975) 74.

Nos vértices das bases acolhem-se figuras fantásticas, ou bustos femininos, numa sequência de olhos abertos e fechados, talvez um apelo a guardar vigilância e cerrar os olhos ao mundo⁴⁶. Nos planos de uma das bases figuram medalhões, com rostos femininos denotando idades da vida (fig. 3).



Fig. 3. Convento do Paraíso, medalhões na base de uma das colunas do refeitório.

O feixe de meias canas dos fustes é atado por um cordão de cintura que mostra, nas faces das colunas, diferentes estados de atadura, desde o nó deslaçado ao nó perfeito (fig. 4).

Na tradição monástica, teria, talvez, um sentido de interpelação à comunidade religiosa, ordenada em obediência e clausura⁴⁷. No alto, os capitéis des-

⁴⁶ «Cerra, pois, o olho» e «cerra a porta», passagens de Sermões de Santo Agostinho aos Frades no Ermo, f. 64, assinaladas pelas freiras dominicanas do convento de Jesus de Aveiro, comunidade ordenada na observância, tal como o convento do Paraíso. Gilberto Coraleiro Moiteiro – Obediência e clausura: receção e produção femininas de um tópico definidor e persistente. In *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*, coord. António Camões Gouveia, José Nunes O.P., Paulo F. de Oliveira Fontes. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2018, p. 31.

⁴⁷ Talvez com o sentido de «nossos lombos cingidos com a fé e observância de boas obras», Regra de S. Bento, segundo manuscrito de 1501, f. 3v.º, Biblioteca Nacional de Portugal, <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/1832767> (texto aproximado à edição da Regra pela Congregação de São Bento, em 1586). O convento do Paraíso guardava as Constituições das freiras da Ordem de S. Domingos, o Livro dos Offícios e duas Regras de Santo Agostinho, num manuscrito iluminado, de 1537 (Biblioteca Nacional).



Fig. 4. Convento do Paraíso, laços no fuste de uma das colunas do refeitório.

dobram, num movimento fluído de passagem, entre arestas do cesto, sucessivas figuras aladas, de rosto claro, angélico. Dois capitéis, expostos no Museu de Évora, também provenientes do convento, estariam adossados a um plano parietal ou pilar, pelo que corresponderiam à entrega de um arco ou arquitrave. Um deles mostra, contemplando-se, o rosto de um adulto, que emerge da parede, e uma figura alada, de tenra idade, dobrada sobre si, um querubim, na aresta livre do cesto do capitel.

A institucionalização da clausura de Nossa Senhora do Paraíso ocorre, em 1516, com a sujeição ao convento dominicano⁴⁸. A comunidade religiosa seria nobilitada com o padroado de D. Álvaro da Costa, do conselho de D. Manuel, camarista-mor, armeiro-mor e embaixador do rei, e o apoio de familiares, e de outras figuras gradas do reino, com laços familiares com as freiras e prioresas⁴⁹. O convento é ampliado por compra de casas contíguas, com fundos recolhidos na sociedade e largos contributos de D. Álvaro da Costa, que toma a capela para seu padroado, e faz levantar um túmulo de edícula, de desenho clássico, para jazida, obra atribuída igualmente a Chanterene.

⁴⁸ O movimento de institucionalização tem antecedentes no século XV, com a reforma, na observância, de S. Domingos de Évora, em 1466.

⁴⁹ Cónego José Mendeiros – O Convento e a Virgem do Paraíso. *A Cidade de Évora*. 29-30 (julho-dezembro 1952) 302. No seu testamento, D. Álvaro da Costa beneficia exclusivamente casas femininas.

A reforma de comunidades femininas, que se acolhiam em beatérios, na cidade, tem início no reinado de D. Manuel e prossegue com D. João III. Relativamente à Ordem dos Pregadores, o rei procura ligação com os Dominicanos de Castela (mais tarde, da Andaluzia, por via de frei Luís de Granada). Para o efeito escreve a sua irmã, a imperatriz D. Isabel, em 1536 e 1537, pedindo que interceda para que o prior de Santo Estêvão, de Salamanca, venha como reformador para Portugal. Seria afinal designado Frei Jerónimo de Padilha⁵⁰.

Ora, a obra de ampliação do cenóbio e a intervenção de Chanterene inscrevem-se nesse impulso de reforma de ordens religiosas e da Igreja. No horizonte de referências dos capitéis do Paraíso precisa ser lembrado o piso superior do claustro do convento das Donas de Salamanca, obra coetânea, do tempo de Rodrigo Gil Hontañon, c.1533, um elo significativo considerando a proximidade da comunidade de religiosas dominicanas ao convento vizinho de Santo Estêvão, foco do movimento de reforma dos Pregadores, em relação com Portugal. Neste contexto, André de Resende surge como um elemento de ligação com a comunidade de dominicanos salmanticense. Aí tinha estudado Teologia, com mestres da sua ordem, sendo de admitir que se acolhesse no convento de Santo Estêvão, e aí volta, em 1534, para concertar a vinda de Clenardo para Portugal.

Desse modo se forma o círculo de humanistas em casa de Jean Petit, mestres que foram essencialmente, formadores. E se a figuração das colunas do refeitório do Paraíso, imaginadas por Chanterene, com medalhões e laços, podia deter um sentido edificante, numa forma concreta e intuitiva de empatia característica da espiritualidade da clausura feminina, um pequeno episódio que teria acontecido, por esse tempo, narrado por Clenardo, corrobora similar intenção. Um dia, à mesa em casa de Mestre Parvi, o escultor desenha igualmente uns medalhões. Pretende representar, com o seu melhor traje, os dois comensais, com quem privava, atribuindo uma divisa a cada um. Clenardo opõe-se, não deseja parecer «caçador de vã glória», mas Jean Petit, instado pelo mestre, acede a receber por divisa, em atenção a sua função de pedagogo: «como semearás assim colherás»⁵¹.

Santo Agostinho e Santa Mónica, o rei, pai da Pátria, pastor dos seus súbditos

O convento de Nossa Senhora da Graça, dos Eremitas de Santo Agostinho, foi fundado por D. Afonso de Portugal, bispo de Évora, que governa a diocese de

⁵⁰ Doutor Fr. Juan José Gallego Salvadores, O. P. – La Reforma dominicana y Fr. Luis de Granada como Provincial. In *Colóquio IV Centenário da Morte de Frei Luís de Granada-IV Centenário da Morte de Frei Luís de Granada: actas do colóquio comemorativo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1988, p. 235-240.

⁵¹ Carta de Clenardo a D. Jerónimo Aleandro, arcebispo de Brindisi (Évora, 26 de dezembro de 1536). Manuel Gonçalves Cerejeira – *Clenardo...*, p. 75-76; 273-274.

Évora entre 1485 e 1522, no lugar de uma pequena ermida, do tempo da reconquista cristã da cidade, no início do século XIII. A (re)fundação do convento ocorre cerca de 1512, mas a construção da igreja e do convento demoram⁵². A obra avança ao tempo da entrada, em Portugal, de Frei Luís de Montoya, de Castela, um dos reformadores da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho⁵³. É o tempo da sagração do cardeal Infante D. Afonso, como bispo de Évora, acalentando a sua ascensão ao Papado.

D. João III toma o padroado da igreja da Graça, que se manteria na casa real, até 1608. Teria elegido esta instituição como lugar de tumulação⁵⁴, uma hipótese que permite entender a composição da fachada, com os atlantes e os globos, e a ornamentação de rosetas. No entanto, segundo a lenda, o rei desistiria do projeto, pois teria ficado desagradado com o interior da igreja «acanhado e humilde»⁵⁵.

A morte do Cardeal D. Afonso, e a decisão de D. João III de fazer o seu túmulo e o da rainha, na ermida de Nossa Senhora da Conceição, de Tomar⁵⁶, diminuiram a razão que alimentava a ideia de Évora como Roma portuguesa.

A fachada já está completada cerca de 1541. Miguel de Arruda é mestre de obras do convento, mas a igreja e a fachada teriam o concurso de Chanterene, entre outros mestres, devendo a conceção do alçado a André de Resende. Acrescentamos o contributo de D. Francisco de Melo⁵⁷, considerando os elementos de perspetiva da composição, que devem ser cotejados à luz do seu tratado manuscrito, e conferem à fachada a qualidade de um plano de estudo de geometria e perspetiva⁵⁸.

⁵² Manuel C. Branco – Datação e autoria da Igreja da Graça de Évora e do túmulo de D. Afonso de Portugal. *Cadernos de História da Arte*. I (1991) 144, 150 (nota 8).

⁵³ D. Carlos A. Moreira Azevedo – Introdução. In *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)*. Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira, OESA. Ed. Carlos A. Moreira Azevedo. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, p. 11.

⁵⁴ *Ordem dos Eremitas...*, p. 189.

⁵⁵ *Ordem dos Eremitas...*, p. 189. A igreja viria a ser do padroado de D. Francisco de Portugal, primogénito do bispo D. Afonso de Portugal, que providencia a colocação da edícula de seu pai, na igreja, cerca 1542. A obra, atribuída a Chanterene, encontra-se no Museu de Évora. O interior da igreja não está conforme a edificação original; as proporções da nave e do arco triunfal sofreram alterações, nos séculos XVI-XX.

⁵⁶ Na construção do mapa corográfico de Francisco de Melo, o centro geométrico de referência situa-se em Tomar (ver nota 25). Rafael Moreira – Alberti..., 45.

⁵⁷ D. Francisco de Melo falece em 1536, o seu túmulo de edícula, na igreja dos Lóios, de Évora, é atribuído a Nicolau Chanterene.

⁵⁸ Em especial, os seus Comentários à Perspetiva de Euclides; a exemplo dos Teoremas 25.º, 54.º e 55.º. D. Francisco de Melo traz de Paris o manuscrito iluminado, da sua autoria, de cerca 1514-1517; oferece a D. Manuel, por motivo de o ter enviado como bolseiro a estudar em Paris, a partir de 1513. Francisco de Melo – *Obras matemáticas Francisco de Melo*. Vol. 1. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Clássicos, 2014.



Fig. 5. Convento da Graça (Emílio Biel – *A Arte e a Natureza em Portugal*, Vol. 5, 1908).

No alçado falta a cimafrente, demolida na primeira metade do século XX (fig. 5).

Com esse remate, cuja forma, provavelmente adulterada, não foi compreendida como parte original da obra quinhentista, a composição do corpo avançado da fachada aproximar-se-ia de estudos coetâneos de Baldassare Peruzzi para a fachada da basílica de Roma, inspirados no Panteão. O pórtico tem um caráter eminentemente urbano, como uns “passos perdidos” ou uma palestra

abrigada do calor, na largueza e profundidade do espaço sombreado. Tais espaços de qualidade estavam igualmente a ser estudados para S. Pedro, nos anos trinta, sendo a solução mais tarde abandonada. O projeto da fachada da igreja da Graça ganhava assim uma dimensão romana à luz da atualidade de projetos coetâneos em discussão na prossecução das obras da nova basílica de S. Pedro de Roma.

No segundo plano de fachada, o portal tem a inscrição «VIRGINI GRATIARVM SACR», e é ladeado por dois nichos, perspetivados de modo oblíquo, onde existiram, sobre a peanha, as imagens de pedra policromada dos padroeiros Santo Agostinho e Santa Mónica⁵⁹. A sua disposição oferecia um contraponto à disposição das imagens de D. Manuel e de D. Maria, mãe de D. João III, no portal axial do mosteiro dos Jerónimos. Todavia em Évora, as imagens detêm conotação religiosa e sentido de interpelação pública. Do interior da catedral, da liturgia e da organização do culto, e do interior dos conventos se passava para a Igreja na cidade. A palavra proclamada através de imagens e formas da arquitetura fazia o apelo à conversão, no exemplo de Santo Agostinho e sua mãe.

Na frente do pórtico corre a inscrição «CONDITVM SVB IMPERIO DIVI JOAN III PATRIS PATRIAE». D. João como «Pater patriæ», o mesmo título é atribuído pelo Concelho de Évora ao rei, por ocasião da inauguração do aqueduto, em 1537⁶⁰. Serão talvez sinais da presença da teoria de corpo político e corpo natural⁶¹, que perpassa igualmente num tratado publicado em Paris, em finais do século XV, de Diogo Lopes Rebelo, dedicado a D. Manuel I, de quem foi mestre de Gramática, quando D. Manuel ainda era duque de Beja. No capítulo XIII, «Em que se trata da afeição e amizade que o rei deve ter aos seus, e do amor que estes devem amar, venerar e honrar Sua Majestade», escreve: «Com efeito, o rei, no seu reino, é como um pai ou pastor a quem foi por Deus confiado o cuidado dum grande rebanho», e mais adiante, citando *Da República*, de Platão, sobre os graus de estima «O primeiro e supremo deve ser dado a Deus; o segundo, à Pátria, em que devemos compreender o rei, pai da Pátria»⁶².

No interior da igreja, as três janelas atribuídas a Nicolau Chanterene (uma delas cronografada de 1537) são enigmáticas, na composição perspetivada dos

⁵⁹ Túlio Espanca – *Inventário...*, vol. I, p. 168. André de Resende morava perto do convento de Santa Mónica, primeira fundação feminina da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, em Portugal.

⁶⁰ Rafael Moreira – Alberti..., 30.

⁶¹ Ernst H. Kantorowicz – *The Kings Two Bodies. A Study in mediaeval Political Theology*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1957.

⁶² Diogo Lopes Rebelo – *Do governo da República pelo rei; Tratado das produções das pessoas [Divinas]*. Lisboa: Edições da Távola Redonda, 2000, p. 149, 155.



Fig. 6. Convento da Graça, janelas na ousia, c. 1537 (atr. Nicolau Chanterene).

enxalços, com portas entreabertas, e nas padieiras, com lanternins de (simulada) entrada de luz (fig. 6).

O convento da Graça de Évora tornar-se-ia instituição de formação, foi «por algumas vezes» Casa de Noviciado, e teve Colégio de Teologia e Estudos regulares⁶³.

Marcando presença ativa na sociedade, com um projeto de formação, a esta instituição desejava D. João III associar a memória do seu governo e ação, apresentando-se como figura tutelar, afixada na imagem da cidade de Évora, que os discursos coetâneos imaginavam restaurada, por direito e justiça histórica, na primazia da sua antiguidade cristã.

⁶³ *Ordem dos Eremitas...*, p. 190. A instituição de ensino é extinta no início do século XIX.

Bom Jesus de Valverde, *quintã de Jesus*

Ainda em vida do Cardeal D. Afonso, talvez, ou já no início do governo da arquidiocese de Évora por D. Henrique é fundado o convento de Bom Jesus, da regra Capucha da Província da Piedade, junto à quinta da Mitra de Valverde. Os padroeiros do convento são os arcebispos de Évora; a obra é entregue aos religiosos em 1544, estando presente a rainha na sagração da capela⁶⁴.

O convento de Valverde situa-se a cerca de duas léguas de Évora. Tal distanciamento marca um afastamento, mas ainda sem perda de relação com uma cidade. No interior da cerca convento, dispõem-se algumas ermidas e celas que parecem configurar uma iconografia de lugares conotada com passos de literatura mística, talvez o *Boosco deleitoso*. A quinta do Bispo como «quintã de Jesus»⁶⁵, uma ideia de caminho de penitência envolvendo a saída e apartamento da cidade, e a passagem a um ermo e deserto⁶⁶, desejo de recolhimento, meditação, e de oração, segundo correntes de sentimento que seriam importantes no contexto religioso de Évora, e influentes na espiritualidade dos cardeais D. Afonso e D. Henrique, nos anos trinta e ainda quarenta do século XVI.

Por esse tempo, mais do que «enfrentamento de duas épocas, a do Renascimento humanístico e a da restauração católica ou Contra-reforma», no que «apresentam de mais antitético, agudo e extremado», seria de atentar ao que ainda têm «de maior proximidade, similitude e complexidade de linhas»⁶⁷. Erasmo e Loyola incarnavam uma comum aspiração de reforma, de vida interior e intimidade com Cristo⁶⁸. Era o tempo de Frei Luis de Granada⁶⁹, o contemplativo, enviado a restaurar o convento de *Scalaceli*, e que aí permanece entre 1534-1545, espaçado na serra cordovesa. Frei

⁶⁴ O complexo projeto da capela e a exigente execução de 32 colunas teriam de ser realizados em quatro anos, caso a decisão da obra seja de D. Henrique. Para a cronologia e atribuição da obra do convento a Miguel de Arruda: Manuel J. C. Branco – A Fundação da Igreja do Bom Jesus de Valverde e o Tríptico de Gregório Lopes. *A Cidade de Évora*. 71-76 (1988-1993) 39-71.

⁶⁵ «Mas em a casa do Senhor, que é em o ermo que é a quintã de Jesu Cristo, sempre é silencio, afora em cantar ou dizer salmos. (...) que direi do ermo e da vida solitária? (...) é forma da doutrina e o apartamento é pregação de virtudes» (Cap. XIV). *Boosco deleytoso*. Lisboa: Hermã de Cãpos, 24 de Mayo 1515. Biblioteca Nacional de Portugal, <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/324002>. A obra sai no prelo, com apoio da rainha velha, D. Leonor, tia dos cardeais D. Afonso e D. Henrique.

⁶⁶ «O deserto é como arrabalde do céu, onde Deus leva os seus muito amados, pera lhe fazer grandes merces.» (1563). Frei Heitor Pinto O.S.H. – *Imagem da Vida Christam, ordenada per dialogos como membros de sua composiçam*, nova edição, introdução de José V. de Pina Martins. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1843; ed. fac-simile, Porto: Lello & Irmão Editores, 1984, vol. I, p. 107.

⁶⁷ Ricardo García-Villoslada – *Loyola y Erasmo, das almas, dos epocas*. Madrid: Taurus, 1965, p. 16.

⁶⁸ Ricardo García-Villoslada – *Loyola...*, p. 18-19. O que irá distinguir a visão inaciana que então desponta, será um novo entendimento da caminhada que não se faz só, em doura piedade, antes haverá de tornar-se realidade operante da vida, por meio de exercícios espirituais e acção, piedade e caridade, na conciliação com o magistério eclesiástico, não rejeitando a tradição da Igreja e os costumes do povo.

⁶⁹ Frei Luís de Granada O.P. entra em Portugal, em fins de 1550 ou início de 1551, a pedido do Cardeal D. Henrique; será seu confessor, e um dos reformadores e provincial dominicano.



Fig. 7. Bom Jesus de Valverde, capela do convento, um dos pórticos (os vestígios de frescos nas paredes são de época mais tardia).

Luis de Granada do encontro com mestre João de Ávila. Granada que escreve sobre a oração, a Bartolomé Carranza de Miranda, em 1539, e a Frei Luis da Cruz, *De Modo Orandi* (talvez em dezembro de 1539?): «Así que, padre mio, la conclusión es que estudie, mas que no dexa a Dios: más vale saber poco y amar mucho, que mucho saber y poco amar»⁷⁰.

A capela do convento de Bom Jesus surge como um espaço singular e único, organizado em *quincunx*, com um cruzeiro e quatro capelas em cruz. A sua disposição e medidas lembram a capela de S. Frutuoso de Montélios, de Braga, do século VII, cuja fundação e dedicação ao Salvador é atribuída a S. Frutuoso; sendo a reedificação obra moçárabe do tempo da reconquista cristã⁷¹.

⁷⁰ Frei Luis de Granada – *Obras Completas, Tomo XIX: Epistolario*, edición y nota crítica Álvaro Huerga. Madrid: Fundación Universitaria Española Dominicos de Andalucía, 1998, p. 30.

⁷¹ No século XVI ainda era patente a disposição interior de S. Frutuoso de Montélios. Frei Manuel de Monforte conta 24 colunas, em 1696. Em 1537, durante a sua estada em Braga, D. Henrique visita Montélios; na viagem à cidade primaz é acompanhado por Clenardo. Frei Manuel de Monforte – *Chronica da Provincia da Piedade Primeira Capucha de Toda a Ordem, e regular Observancia de nosso Serafico padre S. Francisco*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1751, Livr. II, cap. XXXI, p. 232-233.

Porém com uma diferença. As capelas encontram-se ligadas por pórticos baixos de passagem, formados por quatro colunas de mármore, sobre as quais pousa uma laje inteira de granito (fig. 7). A pedra grande, admirável, lembra uma passagem do tratado de Alberti, *De re aedificatoria*, VI, [v]⁷².

O cruzeiro e as capelas são configurados por serlianias, que se levantam sobre colunas. Cada um dos espaços do quincôncio é encimado por uma cúpula, a central elevada sobre tambor. A cada um dos lanternins das cúpulas corresponde, no chão de ladrilho, um círculo de mármore preto, ao centro. Trinta e duas colunas, um espaço complexo e movimentado. As bases das colunas inscrevem-se em quadrados de mármore preto, que por sua vez se integram em faixas de mármore branco – *lineamenta* de Alberti, que desenham o espaço do cruzeiro e das capelas, em correspondência com as arquitraves e arquivoltas.

Os pórticos, entre capelas, são dispostos, na diagonal, configurando um caminho de circulação, em volta do cruzeiro, que intersecta a organização axial de cruz grega. Os nichos de três capelas acolhiam os passos da vida, morte e ressurreição do Salvador, num tríptico pintado por Gregório Lopes, c. 1544⁷³. Seria preciso restituir os painéis quinhentistas ao espaço, para compreender o seu efeito (fig. 8).

A sua leitura surgia na continuidade natural da entrada, mas a primeira ‘capela’ não teria painel, seria espaço interior silencioso. À mão direita dava passagem à capela com o painel do *Presépio*, que seria iluminado pela claridade do amanhecer.



Fig. 8. Gregório Lopes, os painéis de Bom Jesus de Valverde, c. 1544, na disposição relativa, na capela do convento: *Ressurreição*, *Calvário*, *Presépio* (Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, Évora).

⁷² Leon Battista Alberti – *Da Arte Edificatória*. Trad. do latim de Arnaldo Monteiro do Espírito Santo. Intr., notas e revisão disciplinar de Mário Júlio Teixeira Krüger. Lisboa: FCG, 2011, p. 389-390.

⁷³ O tríptico encontra-se exposto, no Museu de Évora, numa leitura cronológica que não faz jus às linhas de composição conjunta.



Fig. 9. Bom Jesus de Valverde: a. O envasamento do lago e a aqueduto, com o lanternim sobre o canal de água; b. Terraço resguardado, junto ao lago, com bancos e o lanternim sobre o canal de água.

O caminho em volta é acentuado pela linha sinuosa das serlianas. Ao meio-dia, sempre na sombra, estava o *Calvário*, e na capela, recebendo a luz do fim do dia, o painel da *Ressurreição*. A reunião dos três painéis, na sua posição de leitura relativa, acentuaria a convergência no *Calvário*, ao centro e a eixo, e um travar do movimento circular, com Cristo a apontar para o alto, no painel da *Ressurreição*.

No exterior, na quinta, o jardim de Jericó. O grande tanque redondo, um envasamento de água – o lago; estátuas – os profetas Abraão, Elias, e no centro do lago, Moisés. Inscreve-se no limite da cerca do convento (fig. 9-a), junto ao paço da Mitra, destacado na paisagem.

Monte onde Cristo se transfigurou; os discípulos estavam com Ele. Do lago baixam pequenos terraços com bancos resguardados, junto a um pequeno lanternim sobre o canal do aqueduto, como luminária suspensa, derramando Luz sobre a água que corre (fig. 9-b).

Avista-se campo, horto, uma ermida no vergel. Foi edificada, em meados do século XVII, e dedicada a S. Teodósio. O interior parece uma sala, com uma ampla janela a nascente e a poente. Seria este um dos santuários da quinta, onde Gabriel Pereira, autor dos *Estudos Eborenses*, teria visto, em 1881, um conjunto de esculturas apresentando os Apóstolos, em tamanho natural, obra imponente «em terracota cozida e policromada, de época indefinida», dada como perdida?⁷⁴

⁷⁴ Túlio Espanca – *Inventário...*, I, p. 349.



Fig. 10. Cerca do convento de Bom Jesus de Valverde, a capela das Penhas; ao fundo, a cela em forma de anta.

– uma Última Ceia, como a Última Ceia de Hodarte, em barro cozido, feita para o refeitório do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (c. 1530-1534)?

Mais adiante, uma ermida dedicada a S. João Baptista, junto à ribeira da Valverde; e ao fundo, no sítio das Penhas, uma singular “capela-casa”, de estranha configuração (fig. 10), com uma minúscula cela eremítica à ilharga.

A pouca distância, em ruína, mais uma cela, artificada como se fosse uma anta (fig. 11-b)⁷⁵; um nicho na parede exterior, e outro no umbral. Dentro, junto à parede, um pé de Cruz, como no painel do *Calvário* (fig. 12), perpassa o tecto. Na abóbada, três pequenos olheiros, em linha, e mais um, para ver o céu no centro do minúsculo espaço interior.

E a unir todos lugares da cerca da *quintã* – o convento, a casa da Água, no campo, e o lago – como um sinal da luz do mundo, o aqueduto iluminado pelo lanternim, levada da água, fonte que dá a vida.

A fundação do convento do Bom Jesus, por D. Henrique, em tempo de renovação cristã, confere à composição da paisagem da *quintã* uma ideia de centralidade

⁷⁵ A Anta do Zambujeiro, perto de Valverde. Na sua quinta de Valbom, André de Resende faz erguer uma construção de configuração afim, em forma erudita. Na carta a Damião de Góis (28 de outubro de 1535), intitulada «Da vida áulica, túmulo dos poetas» manifesta o desejo de se refugiar no ermo da «nossa Ossa», e antepõe «à Corte a sua quinta de Valbom distante de Évora duas milhas». *Archivo...*, Vol. 8 (1910), p. 68-69. Odette Sauvage – *Litinéraire Érasmien d'André de Resende: 1500-1573*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 152-153.



Fig. 11. a. Évora, quinta de Valbom, de André de Resende, fonte, c. 1535 (Archivo Historico Portuguez, Vol. 8, 1910); b. Bom Jesus de Valverde, a cela em forma de anta.

em Cristo. A obra da capela respira uma espiritualidade que se exprime num desenho essencial e formas puras, desornadas: clareza da linguagem arquitetónica e proporção clássica das colunas⁷⁶; pedras de granito; o chão, antigamente, de pobre cerâmica de barro, o traçado das faixas de mármore a preto e branco. Paredes, tambor e cúpulas que tudo envolvem, na candura de um branco caiado⁷⁷, iluminado pela luz derramada dos lanternins. (Um mesmo gosto de formas puras perpassa numa cruz de altar, em nó esgalhado, oferecida à Sé, em 1540, com imagens da Virgem, de S. João e as Chagas de Cristo na peanha, fig. 1-c)⁷⁸.

Em Valverde, seria uma espiritualidade interior, vivida na intimidade da dedicação a Bom Jesus, imaginada certamente com o concurso de André de Resende⁷⁹, e de D. Henrique. Há na ideação da capela um sinal de piedade que manifesta o novo sentir de devoção, pobreza, e sentido de evangelização transportado para o mundo rural, uma preocupação da pastoral diocesana. O prelado

⁷⁶ Parece-nos que o fino desenho das colunas, a escolha do mármore, em tons de terra ocre, e o talhe da êntase justificam a atribuição da obra ao escultor e imaginário de pedraria Chanterene.

⁷⁷ A simplicidade da caiação a branco e a obra desornada surgem como antítese de artifício, e sinal de pureza e candura, identificando-se com o primeiro género da arte da oratória, caracterizado por Cícero em termos equivalentes (*Orator*, 79).

⁷⁸ Túlio Espanca – *Inventário*, Vol. I, p. 41. A cruz é oferecida pelo Doutor Rui de Carvalho, cónego do Cabido da Sé, que confere o grau de doutor a Resende.

⁷⁹ Resende foi pregador do Cardeal Infante D. Henrique. Em poemas a Cristo fala da esperança de um encontro: *Ad Christum Optimum Maximum Crucifixum* (1551); *Ad Christum Optimum Maximum Resendii Confessio* (1567). Odette Sauvage – *Litinéraire...*, p. 164-165; 168-170.



Fig. 12. a. Gregório Lopes, Calvário; b. 'esteio' adossado à parede interior da cela em forma de anta.

assistia, na igrejainha, recolhido num oratório, no andar alto, como se fosse uma minúscula tribuna, com cúpula, que se abria para a capela do *Presépio*, com a adoração dos pastores, povo comum⁸⁰, o painel banhado de luz ao amanhecer.

É o culto da Humanidade de Jesus, nas *Meditações e Homílias...que fez o Serenissimo e Reverendissimo Cardeal Infante D. Henrique por sua particular devoção*, em que D. Henrique se dirige em oração ao Menino Jesus, na meditação do Seu nascimento. «Bom Jesus, Deus e Homem a mim dado, para mim nascido menino (...). Para que escolheis tanta aspereza, tanta pobreza e tanta baixez? Assim condenais logo em Vosso nascimento a nossa soberba vã, a falsa riqueza e a enganosa deleitação»⁸¹.

Na capela, na sua posição no nicho, o painel o *Presépio* mostra, em fundo, uma arcada, numa visão que antecipava a posição do claustro que seria construído, mais tarde, do outro lado da parede, e que o pintor Gregório Lopes não chegaria a conhecer, na forma chã da sua edificação. Desse modo, a parede que medeia a

⁸⁰ Na presença dos pastores e do povo, o reconhecimento de uma piedade ancestral, um sinal de menor incidência de um ideário erasmiano de douta piedade.

⁸¹ *Meditações e Homílias...que fez o Serenissimo e Reverendissimo Cardeal Infante D. Henrique por sua particular devoção*. Lisboa: Oficina de António Ribeiro, 1574, p. 1, *apud* Padre Manuel Madureira Dias – Espiritualidade do Cardeal D. Henrique. *Eborensia*. 1-2 (1988) 80.

capela e o interior do convento surgia como um plano de imaginada transparência, que trazia a presença viva do Senhor à pequena comunidade religiosa, reunida no ermo – trazia Belém e a Sagrada Família para o coração do convento, para junto dos religiosos que habitavam no seu interior, reunidos na adoração do Menino com sua Mãe, nascimento do filho de Deus «em nossas almas por graça»⁸².

Entre as obras de André de Resende conta-se um opúsculo, publicado em 1570, toca o mesmo ponto. Do tempo em que era noviço, a memória de um humilde leigo embarcado que se fez religioso, porteiro do convento de S. Domingos de Évora, de santa vida «assi por sua honestidade e madureza (...) como por razão da muita caridade»⁸³.

Vendo o alpendre de Bom Jesus de Valverde, com a entrada no convento feita uns degraus abaixo da entrada na capela, em sinal de modesta discrição, e no seu interior, a portaria com um corredor largo e um banco corrido, não seria possível não lembrar a imagem da vida cristã do santo religioso porteiro dominicano, e de suas práticas. A porta de *Bom Jesus*, com um ornamento de cruzeiros e frontões barrocos, e o Bom Jesus Salvador do Mundo e o Sagrado Coração anunciam a dedicação, e a promessa de amoroso encontro, princípio de um silencioso morar.

«Edificou em Valverde um mosteiro da ordem de São Francisco da província da Piedade, mui bem ordenado, assi pera recreação espiritual, como corporal onde estão mui bons, e mui espirituais religiosos para o santo, e suave recolhimento de prelados que depois sucederem, quando cansados dos negócios se quiserem recrear no espírito, oração, e forças para tornarem ao trabalho: no edificar tem grande juízo»⁸⁴.

Bom Jesus de Valverde, figura do Caminho que o infante D. Henrique fez escrever em forma de arquitetura.

⁸² D. Frei Bartolomeu dos Mártires – *Catechismo ou Doutrina Christã & Practicas spirituales*. Ordenado por Dom Frey Bartholomeu dos Martyres Arcebispo & Senhor de Braga Primas das Espanhas &c. Braga: Por Antonio de Maris Empressor do Senhor Arcebispo. E cõ licença de sua S.R, 1564, p. 177. Livro II, «Das praticas, Colaçam em a Sacratissima festa do nascimento do Senhor». Frei Bartolomeu dos Mártires é mestre de Teologia no convento de S. Domingos de Évora, para onde vai a pedido do Infante D. Luís, irmão de D. João III, a fim de ensinar Teologia a seu filho D. António; chega a Évora em dezembro de 1552, e aí permanece até 1555. Maurílio de Gouveia – *Espiritualidade e Acção Pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. *Eborensia*. 1-2 (1988) III-125.


⁸³ O censor da obra, Diogo Mendes de Vasconcelos [ver nota 24] captaria o tom da escrita: «Vi esta história da Vida de Frei Pedro de Évora, religioso de santa vida, da Ordem de S. Domingos, escrita pelo autor em estilo chão, puro e cheio de majestade». André de Resende – *Da santa vida e religiosa conversação de Frei Pedro, porteiro do Mosteiro de Santo Domingos de Évora*. André de Resende – *Obras Portuguesas*. Prefácio e notas de José Pereira Tavares. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editores, 1963, p. 136, 144.

⁸⁴ Damião de Góis – *Crónica do felicissimo Rei D. Manuel*. Vol. III. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1954, p. 117.



NICCOLÒ NASONI E A IGREJA CATÓLICA:
BINÓMIO ENTRE TRABALHO E ESPIRITUALIDADE

GIOVANNI TEDESCO

 <http://orcid.org/0000-0002-9440-748X>

Resumo: No artigo que se segue, evidenciaremos a importância e incidência, por vezes positivas por vezes negativas, dos contactos que o Niccolò Nasoni teve com vários expoentes da Igreja Católica, ao longo da sua vida e nos vários territórios onde ele operou. Das colaborações com os mestres Ferrati e Nasini, que lhe deram possibilidade de conhecer personalidades da cidade de Siena (Zondadari, Chigi, Tolomei, entre outros), passando pela Ilha de Malta (Manoel de Vilhena, Ordem dos Cavaleiros, Inquisição) até chegar a Portugal (Jerónimo de Távora e Noronha, Domingos Barbosa). Será também explicada a sua posição perante o fenómeno da Maçonaria e o seu impacto no mundo da Igreja Católica.

Palavras-chave: Nasoni, Igreja Católica, Maçonaria, Siena, Portugal.

NASONI AND THE CATHOLIC CHURCH:
BINOMIAL BETWEEN WORK AND SPIRITUALITY

Abstract: In this paper, we will highlight the importance and the impact, both positive and negative, of Niccolò Nasoni's relations with various members of the Catholic Church throughout his life and in the different territories in which he worked. First, we will focus on the collaborations with masters Ferrati and Nasini, who gave him the opportunity to meet personalities from Siena (such as Zondadari, Chigi and Tolomei, among others). Second, we will analyze his journey in the island of Malta and his relations with Manoel de Vilhena, the Order of the Knights and the Inquisition. Third, we will study his move to Portugal and his contacts with Jeronimo de Tavora e Noronha and Domingos Barbosa. Finally, we will illustrate Nasoni's position on the phenomenon of Freemasonry and its impact on the world of the Catholic Church.

Keywords: Nasoni; Catholic Church; Freemasonry; Siena; Portugal.

NICCOLÒ NASONI E A IGREJA CATÓLICA: BINÓMIO ENTRE TRABALHO E ESPIRITUALIDADE

GIOVANNI TEDESCO*

Ao longo do estudo e da investigação sobre o trabalho e a vida de Niccolò Nasoni, houve questões fundamentais que, devido a falta de fontes bibliográficas e de documentação escrita, apenas podiam ser desvendadas traçando um percurso humano e psicológico, que afunda as próprias raízes no percurso de vida do artista, delineando a posição que assumiu perante as várias situações que o moldaram, tornando-se um arquiteto procurado e um dos exemplos do Barroco Português. Tentando de reescrever o seu caminho, reparamos quanto fundamentais foram os relacionamentos com personagens influentes da época, seja a nível humano que profissional. Neste sentido, o mundo da Igreja Católica desenvolveu um papel fundamental, marcando profundamente o homem e o artista. Porque é que abandonou repentinamente os trabalhos em Malta, numa altura em que era considerado um dos mais prestigiados artistas da Ilha? Qual foi a posição que o artista assumiu perante o fenómeno crescente da Maçonaria? Por qual razão o artista desde a sua chegada a Portugal ocorrida 1725, até a sua morte em 1773, nunca mais deixou esta terra? Perguntas todas muito longe uma das outras, mas com um fio comum que as liga: a proximidade entre o artista e os vários expoentes da Igreja Católica que marcaram (de forma positiva e de forma negativa) profundamente a sua vida e a sua profissão. Para dar uma ideia mais pormenorizada, é importante percorrer cronologicamente alguns pontos salientes da vida profissional de Nasoni, desde a sua chegada a Siena, ocorrida na primeira década do século XVIII, até aos anos 70 do mesmo século, com as últimas suas aparições como arquiteto na cidade do Porto.

É noto que Niccolò Nasoni, originário de San Giovanni Valdarno di Sopra, pequena terra da Toscana, se deslocou para a cidade de Siena, no final da primeira década de 1700, acompanhado pelo seu mestre, amigo e conterrâneo Vincenzo Ferrati, na esperança de ter mais oportunidade de trabalho naquilo que Nasoni expressava com mais naturalidade: o desenho e a pintura. Além de o acompanhar na deslocação entre San Giovanni Valdarno e Siena, acolheu-o no seu próprio lar, tornando-o membro da *Contrada*, primeiro passo que o consagrou cidadão

* Professor Auxiliar Convidado – Departamento de Estudos Românicos – Universidade do Minho. Investigador Integrado do Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM).

senês. Porém, Nasoni torna-se primeiro colaborador do mestre, participando, desde logo, em trabalhos do qual Ferrati foi encarregue. Além das decorações para a Contrada della Chiocciola, do qual fazia parte, Nasoni é chamado a executar obras para expoentes do clero e da Igreja, como confirmam os vários esboços presentes no *Taccuino SIII6* (fig. 1), conservado na Biblioteca Comunale di Siena para o catafalco fúnebre em honra de Francesco Maria de' Medici, realizado por Vincenzo Ferrati em 1711, poucos meses antes de morrer. O traço e o sombreado parecem fruto da sua linguagem, que se assemelha à sua maneira de desenhar (fig. 2).

O mesmo discurso pode ser empregue para os frescos da *Capela Chigi*, no Palácio de San Galgano, datados do ano anterior à data do catafalco (fig. 3). A pequena Capela é inteiramente afrescada com motivos arquitetónicos, num estilo que se funde entre o *sotto in su* e o *quadraturismo*, à procura do *trompe l'oeil* ditado pelos grandes mestres que dominavam o panorama entre os séculos XVI e XVIII. A data da execução dos frescos é de 1710, referida na legenda que se encontra nas pinturas. A composição do fresco apresenta-se altamente sugestiva. O espaço é preenchido em todas as suas partes, com arcos quebrados, arcos ovais, mísulas, capitéis e ornatos com estuques decorativos. As arquiteturas são amplamente enriquecidas por motivos florais, festões, flores e frutas, vasos, conchas, volutas (fig. 4). Ao centro, o *sfondato* e os habituais anjos a protagonizar a cena. As pinturas possuem a típica concepção em espelho, partindo do nível da imposta da abóbada, com a estrutura arquitectónica ideal que se ergue até ao ponto de fuga.

As decorações são divididas em duas secções, sobrepostas e delimitadas por um nível de imposta imaginária. Na primeira secção, as paredes do lado direito e esquerdo possuem respectivamente três janelas. As centrais são decoradas com arcos quebrados, enriquecidos por festões e elementos florais, enquanto as restantes são decoradas com uma simples moldura arquitectónica, com volutas na parte superior. Todas as janelas possuem uma pequena moldura, sobressaindo-se mais na parte superior, para criar a noção de profundidade.

Todavia, as fontes referem que a primeira notícia sobre a presença do pintor na cidade toscana é datada de 1713. Robert Smith, na biografia sobre Niccolò Nasoni intitulada *O Arquitecto do Porto*, e o historiador senês Ettore Romagnoli, no seu livro *Biografia cronologica de' Bellartisti sanesi da seculo XII a tutto il XVIII*, dizem-nos que Nasoni desenha naquele ano o catafalco erguido na Catedral de Siena, em honra das solenes exéquias do Príncipe herdeiro Ferdinando de' Medici, filho de Cosimo III Grão-duque da Toscana, falecido a 31 de outubro de 1713. O artefacto maravilhou Romagnoli, que o descreveu com muito ênfase, afirmando ter visto uma cópia numa gravura guardada no *Museo dell'Opera de Siena*:

«Il Nasoni non solo disegnò e dipinse questa mole, ma appresso la incise ad acquaforte, come si può vedere da un esemplare che esiste nelle stanze dell'Opera»¹.

Podemos acreditar, portanto, que Nasoni foi encarregue de trabalhos importantes, que elevaram a sua figura de artista, antes de chegar à realização da primeira obra oficial: a incisão sobre cobre representando o *Giuoco dell'antenna*, narrada por Romagnoli e, sucessivamente por Smith (fig. 5).

A incisão está conservada na Biblioteca Comunale de Siena, assinada pelo próprio Nasoni e datada 1712, ano em que ocorre o *Palio Extraordinário* em honra da nomeação a Cardeal de Giovanni Battista Tolomei, teólogo e filósofo toscano. O cardeal era também protector da *Contrada della Chiocciola*, vencedora daquela edição do *Palio*, como refere o mesmo artista na legenda posicionada no extremo da representação, com uma declaração de humildade, onde afirma o “*rozzo estilo da obra*”.

Este desenho é uma instantânea imagem da bifurcação entre as ruas de *San Marco* e *della Diana*, onde se ergue no centro a Capela da Nossa Senhora do Rosário, hoje desafeta ao culto e transformada em estábulo para o cavalo durante os dias do *Palio* (fig. 6). Esta Capela foi a primeira na história da cidade de Siena a ser desejada e construída pelo povo, situada no coração da *Contrada*. Nesta época, dominada pela pompa e elegância, havia uma grande e contínua procura de obras de arte, por parte da Igreja e das famílias influentes, tornando-se o único canal comum para confirmar o seu poder. Esta situação incrementa a produção, dando ocupação à maior parte dos mestres locais, como também incentiva a vinda de personalidades provenientes das outras cidades italianas e europeias, criando fusões de culturas heterogêneas, juntando-se à secular escola senesa.

As obras pictóricas de Nasoni, os estudos de figuras humanas, os projectos para os mastodónticos aparatos efémeros, os esboços de catafalcos e arcos triunfais, os desenhos de igrejas e torres, palácios, casas e jardins, são fruto do contacto que teve com actividades, personagens e realizações que afundam as próprias raízes na cultura italiana dos séculos XV, XVI e XVII. Uma das maiores inspirações que, logo depois a morte do Ferrati tornou-se seu mestre, foi o pintor Giuseppe Nicola Nasini. Neste período de formação, Nasoni fortalece os relacionamentos com o mundo da Igreja Católica. Nasini, naquela altura, era um dos máximos expoentes nas decorações pictóricas, chamado para trabalhos além do circuito da cidade de Siena. Como confirmam os documentos, entre 1712 e 1715, Nasini e a sua equipa eram ativos sobretudo em Roma, com os trabalhos da Cancelaria Apostólica e na Igreja de San Lorenzo. Infelizmente, as fontes bibliográficas não nos dão as

¹ Ettore Romagnoli - *Biografia cronologica de' Bellartisti sanesi da secolo XII a tutto il XVIII, (ante 1835)*. Vol. 13. Firenze: Ed. Anastatica, 1976 (mss. L.II.1-13, Siena, BCS), p. 308.

referências necessárias. Todavia, a rica documentação encontrada em território toscano, faz-nos imaginar quando fosse bem visto pelos clientes e quanto possa ter sido importante a experiência ao lado do mestre.

Seguindo o rumo dos contactos que levaram Nasoni a ser conhecido e admirado como artista, entre os inúmeros documentos consultados, na procura de notícias relevantes referentes ao nosso Niccolò, testemunho da tenacidade e da vontade de avançar em novas visões deste personagem, foi descoberto um processo civil que Nasoni instaurou contra Tommaso Accarigi, personagem importante do mundo católico na cidade de Siena, que testemunha que não sempre Nasoni teve boas ligações com a Igreja.

O fascículo encontra-se no *Archivio Arcivescovile di Siena*, na parte dos processos civis, no número 521.

A denúncia é datada de 24 março de 1716. Nasoni opôs-se contra o religioso Tommaso Accarigi, membro de uma conhecida e antiga família senês, presente nesta cidade a partir do século XI. O processo demorou três anos para ser concluído, desde 1716 a 1719. Fundamentalmente, o artista queixa-se do Padre, por este último possuir bens que o amigo e mestre Vincenzo Ferrati deixou-lhe em herança depois da morte. Para termos uma noção daquilo que é o documento e da sua importância vamos descrever algumas partes mais significativas (fig. 7).

A queixa é redigida em duas línguas: italiano e latim. Desta forma eram tratados os processos eclesiásticos em território italiano. A legislação baseava-se sobre o direito eclesiástico, concebido como um conjunto de normas que regulavam as relações entre Estado e Igreja, especificamente entre o Soberano e o Pontífice, onde a religião era considerada *instrumentum regni* (o instrumento para governar), fundamentalmente a base do poder do Príncipe². Com o nascimento do estado democrático, a visão da matéria redimensionou-se, tendendo a satisfazer as necessidades dos cidadãos, entre as quais a existência do sagrado. O sentimento religioso apresenta-se como elemento directo, imediato e fundamental da personalidade humana. Vem, portanto, a configurar-se como expressão de espírito³.

Como anteriormente referido, a denúncia é entregue ao tribunal dia 24 de março de 1716, como atesta a data no documento:

«NICCOLÓ NASONI SERVO UMILISSIMO DI MONS. REV.MO REME-
RENTE LE DICE, COME AVENDO DIVERSI CREDITI, E PRESENTANDOSI
CONTRO IL CLERICO TOMMASO ACCARIGI, ED ESSENDO CIÓ NECES-
SITATO CONVENIRLO IN GIUDIZIO»

² Sobre esta matéria, veja-se: Mario Tedeschi - *Manuale di diritto ecclesiastico*. Torino: Giappichelli, 2004.

³ *Ibidem*.

«NICCOLÒ NASONI SERVO HUMILISSIMO DA EXCELENCIA REVERENTISSIMA HUMILDEMENTE LHE DIZ, COMO TENDO VARIOS CREDITOS, E APRESENTANDO-ME CONTRA O CLERIGO TOMMASO ACCARIGI, E SENDO NECESSARIO CHAMAR-LHE EM JUIZO».

Uma das provas mais evidentes da aproximação entre Nasoni e os expoentes da Igreja Católica, reflete-se no período que vai dos difíceis anos em Malta e as primeiras experiências profissionais do artista depois da sua chegada a Portugal.

Em julho de 1725 o nosso Niccolò estava concentrado nas realizações das decorações, ainda hoje existentes, dos corredores e das galerias principais do Palácio Magistral, pertencente à Ordem dos Cavaleiros de Malta em La Valletta. Poucos meses depois, precisamente no dia 9 de novembro de 1725, é contratado pelo Cabido da Sé Catedral do Porto, assumindo-se como pintor/decorador da Catedral, naquele tempo em fase de reestruturação.

Neste tempo, a diocese encontra-se em estado de Sede Vacante, devido à nomeação de Tomás de Almeida, Bispo do Porto de 1709 a 1717, como primeiro Patriarca de Lisboa. A passagem do Bispo do Porto para a capital, não foi a única razão a justificar o estado no qual se encontrava o ambiente religioso portuense. Uma das causas, foi o contraste entre a monarquia portuguesa e Roma. Na primeira metade do século XVII, depois da Restauração da Independência, os conflitos entre coroa e Igreja levaram a um longo período de ausências de uma figura pastoral. Este período durou cerca de 32 anos, até à chegada de Dom Nicolau Monteiro, Bispo da Guarda, transferido para o Porto em 1671⁴.

No século seguinte, Dom João V, mais uma vez, recomeça as hostilidades com Roma, provocando novos confrontos entre o estado e a Igreja, acabando com a não nomeação do Bispo titular. Este período vai deste de 1717 a 1741⁵. Aproveitou-se, portanto, desta situação para dar uma profunda transformação a todo os ambientes da Catedral, dando-lhe uma vistosa marca Barroca⁶.

Em breve, Nasoni transfere-se da ilha maltesa para a cidade do Porto, sem saber que aquele lugar o tornará num dos personagens mais afirmados no mundo da arquitectura e da projecção, procurado e apreciado, protagonista de uma linguagem nova, no período que vai do tardo Barroco ao Rococó. Ao longo de 48 anos, até ao dia da sua morte, Nasoni pinta, desenha, projeta e constrói, deixando a sua marca, ainda hoje visível, não só na cidade do Porto, mas também em vários centros do norte de Portugal.

⁴ Carlos Moreira Azevedo - Diocese do Porto. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Coord. de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 7.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Joaquim Jaime FERREIRA ALVES - Elementos para a História Artística da Sé do Porto nos Seculos XVII e XVIII (I), Nótula sobre algumas obras, (1665-1709). *Revista da Faculdade de Letras*. 3 (2004) 286.

O seu estilo inovador serviu como ligação, juntando a linguagem plástica das formas, adquirida em Itália, com a escassa ductilidade das rochas graníticas.

A passagem para Portugal não parece ter sido casual. Pelas interpretações das inscrições presentes no Palácio Maltês, surgiu a hipótese da sua insatisfação.

Pensamos que as causas que agitavam a alma do pintor, estivessem relacionadas com o contraste que se criou entre Nasoni e outros artistas, seus colegas naquele tempo em La Valletta. Foi avançada também a hipótese de uma sua reclusão na prisão da Vittoriosa, por causa das frequentes deceções de que foi protagonista⁷. Ele próprio se representa numa das cenas que decoram as paredes e os tetos do edifício, retratado na figura de um pintor que segura na mão um pincel e um balde de tinta, enquanto o outro homem espreita pelo buraco da fechadura de uma porta⁸ (fig. 8 e 9). Junto a esta representação encontramos a inscrição:

«Io Niccolò Nasoni pittore e... qdm (?) Monsignore inquisitore e lo vidi nella Cappella con un asino di un Frate Dominicano e quel senza fede di Don Luigi che disse tante bugie al Gran Maestro e il sordo doratore (?) e io poi riscaldandomi con M.I. per voler co... ingiustizia dissi... In Die Iulii ann. 1725»⁹.

Mais a baixo encontramos uma inscrição, breve e concisa, de um peso significativo: «Il sordo che lavora»¹⁰. Mais ao lado, inseridas noutro painel, encontramos outra inscrição, onde o artista narra o episódio que o levou a estar encarcerado:

«Qui vinto dalla collera perché non voleva pagarmi mi venne detto Cazo, e a tal dolce nome si sollevò tutta la canaglia di Casa del medesimo M.I. che parevano neri cani arrabbiati e fui messo carcerato e mi...».

Seguramente, estas “comunicações” não têm nada de positivo, pelo contrário. Elas possuem algo em comum: a figura do Inquisidor, abreviado pelo artista com as letras M.I., ao qual são dirigidas as mensagens.

A pessoa em questão poderá ser Don Antonio Ruffo, membro de uma nobre família italiana, Inquisidor em Malta a partir de 1720¹¹. Seguindo as suas declarações, Nasoni executou por conta de Ruffo, trabalhos pelos quais não foi

⁷ Robert Chester Smith - *Nicolau Nasoni - 1671-1773*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 32.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ «Os Ruffo da Calabria eram uma potente família patricia, originários da cidade de Catanzaro, descendentes de Pietro I, Conde da cidade e Grão Marchal de Frederico II de Svevia em 1240. A família estendeu-se até ao sul da Itália, onde ainda hoje são presentes, o mais conhecido personagem desta dinastia foi o Cardeal Fabrizio Ruffo, capitão geral dos Cavaleiros de Malta, criador do famoso movimento dos

remunerado. As contínuas queixas acabaram em litígio e isto trouxe algumas consequências. Como já foi apurado, o artista costumava solicitar, continuamente, os próprios clientes, quando estes se atrasassem nos pagamentos.

É desnecessário estar aqui a ampliar o discurso do que foi a Inquisição, com os seus hábitos. Para aqueles que conheçam a história, mesmo por linhas gerais, sabem quais eram as atitudes dos seus membros. Talvez o nosso Niccolò ignorasse as consequências que poderia enfrentar entrando em conflito com um elemento deste género. Neste caso, o instinto incontrolável leva-o a contrapor-se à Inquisição, recebendo as já conhecidas repercussões. Numa situação incontrolável, a única solução era abandonar a ilha, transferindo-se para um local mais tranquilo.

A documentação encontrada no território senês, confirma o hábito de Nasoni em solicitar – com muita insistência – os próprios clientes para a retribuição dos trabalhos executados. Esta afirmação está confirmada pelos registos da Accademia dei Rozzi e do Archivio Arcivescovile di Siena em relação ao processo de Tommaso Accarigi. A escolha da cidade do Porto como sítio para se afastar de Malta e, ao mesmo tempo continuar a actividade, não é casual.

No período passado em Siena, Nasoni instaura estreitas relações com membros pertencentes aos Zondadari, família nobre local. Esta família teve mais popularidade quando, em 1623, se juntou com a família Chigi, formando o ramo genealógico dos Chigi-Zondadari¹². No século XVII a família Chigi, representada por Mariano, Gismondo, Mario e Flavio, dividiu-se em dois ramos: Augusto de Flavio deu origem aos Chigi de Roma; o Cardeal Flavio de Mario deu origem ao ramo aos Chigi-Zondadari¹³. De facto, dos numerosos filhos de Mario, ninguém teve descendentes ou sobreviveu, à excepção de Flavio, Cardeal e Prefeito da Segnatura, ao qual se deve a construção do Palácio S. Quirico d'Orcia e della Villa di Cetinale. Ele obteve, por Cosimo III, o título de Marquês de S. Quirico d'Orcia, e a faculdade de transmitir o título a um dos familiares escolhido por ele: o sucessor foi Buonaventura, filho primogénito da sua irmã, Agnese Chigi, que casou com Ansano Zondadari¹⁴.

As relações entre Nasoni e a família Zondadari parecem ser profundamente profissionais. Em 1715 projeta o arco triunfal para a entrada solene na cidade do

Sanfesdisti», citação de *Enciclopedia Universale Rizzoli-Larousse*. Vol XIII. Milano: Rizzoli Editore, 1970, p. 220-222.

¹² Notizie degli archivi toscani. *Archivio Storico Italiano*. CXIV (1956), p. 645 n. 618.

¹³ Sobre esta matéria, leia-se: Marcella Aglietti - *Le tre nobiltà. La legislazione nobiliare del Granducato di Toscana (1750) tra Magistrature civiche, Ordine di Santo Stefano e Diplomi del Principe*. Pisa: Edizioni ETS, 2000.

¹⁴ Vittorio Spreti - *Enciclopedia storico-nobiliare italiana*. Vol. I-VI. 1-2 (Appendici). Milano: Stirpe, 1928-1956, p. 292.

novo Arcebispo Alessandro Zondadari¹⁵. Em 1720 participa nos festejos em honra da nomeação de Marc'Antonio Zondadari, a Grão-Mestre da Ordem Jerosolimitana. O artista foi encarregado, por conta da Accademia dei Rozzi, de projectar dois carros alegóricos representando Marte e Minerva, inspirado no confronto entre as artes da guerra e da paz¹⁶. Porém, imaginamos que as ligações entre a família e o pintor vão além das obrigações profissionais. Uma mais forte ligação pode ter nascido no ambiente da Accademia dei Rozzi, da qual faziam parte vários membros dos Zondadari. Para além do Cardeal Alessandro e de Marc'Antonio, podemos mencionar Buonaventura, genearca do ramo, e o Cardeal Anton Felice¹⁷. As boas relações entre a Academia e os Zondadari são confirmadas nas várias manifestações e festividades ligadas à família, onde a congregação sempre mostrou a sua participação, com obras teatrais ou com aparatos efémeros, onde Nasoni era protagonista.

Em junho de 1722 morre Marc'Antonio Zondadari, Grão-Mestre do Soberano Militar da Ordem de Malta. Foi nomeado seu sucessor António Manoel de Vilhena, filho de Sancho Manoel de Vilhena, Conde de Vila Flor, e da sua primeira esposa Ana de Noronha, parente de António Severim de Noronha, Duque de Terceira¹⁸. No período em que ocorreu a passagem de testemunho entre os dois mestres, o nosso Niccolò ainda não se tinha deslocado para a ilha maltesa; sabemos, ao certo, que se encontrava em Itália¹⁹. Todavia, o artista manteve fé no contrato que estipulou anteriormente com o delegado de Zondadari, encarregando-o para os trabalhos na ilha. A estima que Vilhena alimentava por Zondadari fez com que Nasoni continuasse sobre o destino já traçado²⁰.

O primeiro período passado em Malta não deve ter sido muito problemático, considerando a reputação que o artista ganhou e os trabalhos que executou. Também a relação mantida com o Grão-Mestre deverá ter sido positiva. Ao contrário dos seus predecessores, Vilhena ganhou a estima dos habitantes da ilha, por se preocupar com

¹⁵ Ettore Romagnoli - *Biografia cronologica de' Bellartisti...*, vol. 13, p. 456.

¹⁶ Girolamo Gigli - *Diario Senese in cui vengono alla giornata tutti gli avvenimenti piú ragguardaveoli spettanti si allo spirituale si al temporale della città e stato di Siena, dedicate all'Altezza Violante si Baviera*. Parte Prima. Siena: G. Landi e N. Alessandri, 1854 (Seconda Edizione), p. 231.

¹⁷ Mario De Gregorio - *Accademia dei Rozzi: L'archivio dell'Accademia*. Siena: Protagon Editori Toscani, 1999, (n.a. 140) e Fasc. di cc. Sciolte 30, di mano di Bellisario Bulgarini, Siena.

¹⁸ Sobre esta matéria, veja-se: Claude Petiet - *Le Roi et le Grand Maître. L'Ordre de Malte et la France au XVIIe siècle*. Paris: Éd. Paris Méditerranée, 2002.

¹⁹ A presença de Nasoni em Siena é confirmada pelos documentos dos Rozzi. Estes confirmam a sua participação para algumas festas e realizações de aparatos efémeros fúnebres, nomeadamente para Margherita Louise d'Orlean e Girolomo Gigli, datados em 1722.

²⁰ No *Liber Conciliorum Status* - os livros que possuem várias transações referidos à Ordem, além de registos, correspondências e actas da Reuniões do Conselho - existem cartas que documentam as boas ligações entre Manoel de Vilhena e Marc'Antonio Zondadari, onde o Grão-Mestre português mostra a sua admiração e devoção para o seu predecessor. Além disso, possuímos um documento com a descrição dos festejos para a nomeação a Grão-Mestre Marc'Antonio Zondadari, quando Vilhena era Bali d'Acri, onde também se manifestam as boas relações entre os dois.

o bem-estar da povoação e patrocinando obras para a melhorar. Além de instituir várias associações de caridade, também regulamentou a construção do Bairro da Floriana, onde hoje se ergue, na praça principal, uma estátua em sua honra.

Imaginamos, portanto, que a situação piorou quando começaram as relações profissionais com a Inquisição. Depois das controvérsias e da presumível encarceração, o nosso Niccolò percebe que a única hipótese de resolver a situação é abandonar a ilha.

Nasoni deve ter sido aconselhado por uma entidade importante, capaz de influenciar as suas decisões e na qual confiava. Tudo leva a pensar que o personagem em questão seja Grão-Mestre Manoel de Vilhena, sobretudo se pensarmos na cidade do Porto como futuro destino. De facto, o referido português foi Jerónimo de Távora e Noronha Leme e Cernache, parente de Vilhena é mencionado na famosa legenda.

Sem hesitação e sem deixar provas, Nasoni acaba um capítulo da sua vida para começar outro. Das abóbadas do Palácio da Ordem dos Cavaleiros de Malta em La Valletta, o pintor passa a decorar as pilastras e as janelas da Capela-mor da Sé Catedral do Porto, deixando para trás uma das fases mais tristes da sua vida, começando a aventura que o tornou “O Arquitecto do Porto”.

As decorações executadas por Nasoni na Capela-mor, estão datadas entre 1725 e 1737, dados que nos vêm comunicados pela historiografia oficial. A primeira verdadeira prova deixada por Nasoni, atestando pessoalmente a sua presença no Porto, é a famosa legenda situada na primeira janela direita da Capela-mor, onde menciona e agradece Dom Jeronimo de Tavora e Noronha (fig. 10). A informação diz-nos que, em 9 de dezembro de 1725, o artista está a trabalhar como pintor decorador na Catedral. O último documento existente, que confirma a presença do pintor como operário da Sé Catedral, é um registo de pagamento datado a 18 de setembro de 1737, emitido para os frescos realizados no alpendre:

«Dei a Nicolau Nasoni de resto do que se lhe devia da pintura do Alpendre da Sé e riscos que fez para as obras da Quinta de Santa Cruz...126\$412»²¹.

Os estudos efetuados sobre estas pinturas, individuaram duas novas legendas, redimensionando alguns pontos de vista referidos aos trabalhos na Sé, além de outros aspectos extraprofissionais. A descoberta deste material pictórico faz luz sobre momentos importantes da crónica nasoniana, até hoje envolvidos em mistério, como o fim dos trabalhos de decoração da Capela-mor e as ligações com personagens importantes que faziam parte da Igreja Católica portuense.

²¹ Domingos de Pinho Brandão - *D. Nicolau Nasoni, vida e obra de um grande artista*. Porto: Gráficos reunidos, 1987, p. 28.

A primeira legenda descoberta, encontra-se na parte inferior da pintura, na primeira janela esquerda da Capela-mor. O acesso é feito através da porta situada à esquerda do altar (fig. 11):

«E TUTTO QUESTO È STATO DIPINTO DI MANDATO DEL S. CANONICO MAGISTRO DOMENICO BARBOSA ECONOMO DEI.....E IO DIPIN'... T.... NOV... ANNI».

O carácter destes frescos recorda as composições dos aparatos efémeros teatrais, tema caro ao nosso Niccolò, com pormenores estilísticos da linguagem bolonhesa. O fundo perspético, com decorações arquitectónicas, vem da aprendizagem tida na escola de Orlandi. De facto, notamos a nova visão ditada pelo quadraturismo emiliano, deixando de ser frontal e passando à visão a ângulo, a fim de dar maior espaço de execução e maior profundidade²². A legenda encontra-se na parte inferior, emoldurada e fixada na parede junto à fingida porta. A composição está altamente danificada, devido à erosão do tempo e à falta de um adequado restauro para a sua conservação.

Neste momento, apenas a primeira parte da legenda é legível, («E TUTTO QUESTO E' STATO DIPINTO DI MANDATO DEL S. CANONICO MAGISTRO DOMENICO BARBOSA ECONOMO...»).

Na primeira parte da legenda, Nasoni evidencia o nome de Domingos Barbosa, Sacerdote da Catedral, administrador da Igreja e personagem influente do Porto, no século XVIII. O pintor ainda afirma que Barbosa é a pessoa que o encarrega dos frescos, conhecido por “mandante”, a autoridade que ordena os trabalhos na Catedral e, com toda a certeza, é o indivíduo com o qual Nasoni se relaciona para os pagamentos dos trabalhos feitos.

Ainda muito escassa é a documentação encontrada, referente à figura deste personagem e às relações que teve com o nosso artista. As poucas notícias confirmadas, referem-se a registos de pagamento relativos a trabalhos executados durante os anos entre 1725 e 1731, e também ao projecto e construção da casa da família Barbosa, hoje conhecida como Casa-Museu Guerra Junqueiro²³. Todavia, não temos a certeza absoluta que foi o nosso Niccolò a acompanhar a construção da habitação.

A segunda parte do texto da legenda está altamente degradada. Um aspecto singular é dado no desenho com o qual Nasoni representa a cobertura da cabeça prelatícia, conhecido por “Mitra”. Como já mostrou em outras ocasiões, Nasoni prefere desenhar em vez de escrever palavras, deixando um véu de mistério, dando ao espectador a possibilidade de imaginar e formular o próprio juízo.

²² Anna Maria Matteucci - *L'architettura dell'inganno, quadraturismo e grande decorazione nella pittura di età barocca*. Coord. De Fauzia Farneti e Deanna Lenzi. Firenze: Alinea, 2004.

²³ Robert Chester Smith - *Nicolau Nasoni...*, p. 138.

Neste contexto, percebe-se qual é o sentido que o artista pretende dar: o desenho indica que o religioso é o gestor das economias da igreja («ECONOMO DEI.....»).

Um dos significados que podemos deduzir desta legenda é a importância que Nasoni dá a esta pessoa. Como costumava fazer em circunstâncias particulares, o artista menciona os homens que mais considerações tinham na sua vida. Ligando o seu nome ao do Sacerdote, podemos imaginar que Barbosa, além de lhe dar trabalho, dinheiro, e reconhecimento aos olhos dos portuenses, mantinha uma ligação mais pessoal e profunda, “obrigando” Nasoni a recordá-lo numa das suas experiências mais significativas.

A segunda legenda descoberta encontra-se na segunda janela do lado esquerdo da Capela-mor. A janela não apresenta nenhum acesso (fig. 12):

«CLEMENTE XII CORSINI FIORENTINO E IN TEMPO CHE IO NICCOLO' NASONI FIORENTINO COMPISCO DI PINGERE QUESTA CAPPELLA E SIAMO XVIII..... E SI ARRECA QUESTA PASQUA DI RESURESIONE».

O pintor afresca uma fachada, idêntica àquela precedente. Na parede principal, além da porta de entrada deste surreal palácio, afixa um curioso “documento pictórico” sobre forma de “comunicado”.

Diferentemente das outras duas inscrições existentes na Capela-mor, mais difíceis de individualizar, devido às suas posições na parte inferior dos frescos, esta outra inscrição está colocada a 1,5 metros da altura do chão, de modo a ressaltar-nos à vista no momento em que olhamos para ela.

Nasoni reproduz uma folha de pergaminho, com o emblema da Igreja Romana posicionado na parte superior e no centro, e ao lado com os Santos Pedro e Paulo a representar os Padres da Igreja. No meio do documento encontra-se a legenda. No fim desta folha existe uma laceração provocada, deixando entender a presença de um sigilo, mas sem tornar necessário à sua representação.

Talvez Nasoni quis representar uma Bula Papal? O texto é semelhante aos documentos deste género. As Bulas Papais iniciam, quase sempre, com uma linha escrita em letras maiúsculas, que contem três elementos: o nome do Papa («CLEMENTE XII CORSINI»), uma característica dele («FIORENTINO»), e a conhecida “forma humiliatis”. Esta última apresenta-se altamente danificada, como a maior parte do fresco, tornando algumas partes incompreensíveis.

O texto continua com o artífice que menciona o próprio nome, a sua proveniência e a data em que termina o trabalho da Capela-mor («E IN TEMPO CHE IO NICCOLÓ NASONI FIORENTINO COMPISCO DI PINGERE QUESTA CAPPELLA E SIAMO XXVIII...»). Também aqui as erosões do tempo, junto com a falta de intervenção na conservação destas obras, danificaram partes importantes da legenda, tornando impossível a sua leitura, onde são especificados

mês e ano do fim dos trabalhos de decoração. Porém, dando-nos uma ajuda na sua compreensão, Nasoni acaba o texto confirmando que aquele dia é próximo da Páscoa («E SI ARRECA QUESTA PASQUA DI RESURESIONE»).

Representando um documento eclesiástico, afixado numa parede de entrada de um imaginário palácio setecentista, o pintor decide comunicar o fim da sua obra na Capela-mor, numa maneira muito original. Ele junta o seu nome com o do Papa, num documento oficial, a fim de realçar o acontecimento. Todavia, o método que usa deixa-nos supor que para além de uma “comunicação de serviço” tinha usado, mais uma vez, a pintura para manifestar o seu pensamento e o seu estado de alma.

Como já vimos nos frescos do Palácio do Grão-Mestre em La Valletta, é comum Nasoni exteriorizar a sua própria insatisfação por meio da pintura, com desenhos cheios de significados, que refletem o seu estado interior.

A compreensão das razões que o levaram a expressar-se desta forma delineou um aspecto da sua maneira de pensar, a fim de percebermos aquilo que a erosão do tempo tornou indecifrável.

O Papa Clemente XII, (Lorenzo Corsini), eleito em 12 de julho de 1730, manteve o pontificado até o dia da sua morte, a 6 de fevereiro de 1740. Filho de uma família aristocrata florentina, e licenciado em Direito na Universidade de Pisa, torna-se advogado e gestor das finanças do Estado Pontifício, exercitando a sua profissão por mais de 30 anos. Com a idade de 78 anos e quase totalmente cego, o Cardeal Corsini torna-se Papa, depois de 4 meses de deliberações, por parte do Colégio dos Cardeais.

Uma das motivações principais que obrigou a cúria a nomeá-lo, foi a má política financeira adotada sobre o pontificado de Benedito XIII, conduzida pelo Cardeal Coscia e por outros membros da Igreja, que a tinham deixado em péssimas condições. Papa Corsini revela-se a pessoa mais indicada para este encargo, tendo já desempenhado as mais importantes funções do Estado Pontifício, e sendo representante de uma das famílias aristocratas mais potentes do estado florentino²⁴.

Além de ser o protagonista do melhoramento das economias da Igreja, Clemente XII é também um grande mecenas, financiador de construções de obras majestosas, como a fachada da Igreja San Giovanni Laterano e a edificação do Palácio della Consulta na zona do Quirinal. Além disso, é promotor da restauração do Arco de Constantino, inicia os trabalhos para a Fontana di Trevi, e encarrega Luigi Vanvitelli para projectar os trabalhos de recuperação no porto de Ancona, com o prolongamento do cais, construído pelo Imperador Trajano, e a realização de uma ilha artificial sobre a qual foi construída uma estrutura com funções militares, em defesa do porto²⁵.

²⁴ Rosario Romeo - *Italia moderna tra storia e storiografia*. Firenze: Le Monnier editore, 1977, p. 187.

²⁵ *Ibidem*.

Clemente XII é também o Papa que imana o primeiro decreto pontifício contra a maçonaria, em 1738. A famosa Bula “In Eminentis Apostolatus”, obrigando os católicos a não se tornarem maçons. Pensamos que por esta razão, Nasoni decide documentar, na sua representação, um dos acontecimentos mais significativos daquele tempo.

A maçonaria era uma ordem iniciática, virada ao apoio e ao aperfeiçoamento moral de uma precisa classe social, as dos artisan-maçõn, que partilhavam os mesmos ideais de natureza moral e metafísica, e na credencia comum de uma entidade suprema chamada “Grande Architetto dell’Universo”. Sucessivamente, a maçonaria adotará formas especulativas, tornando-se uma Irmandade controlada no segredo ritual e numa organização a nível mundial²⁶. Tornando-se uma situação insuportável em relação a Igreja Católica, o Papa decide imanar o famoso decreto eclesiástico, em 1738.

Esta tomada de posição cria, na ordem, uma situação de confusão geral. De todos os ambientes vêm manifestações a contrariar o decreto: políticos, filósofos, escritores, pintores, artesãos, comerciantes, cada um com os seus próprios meios procuram, contrariar a intenção da Igreja de destruir um movimento que junta os homens apenas pelas qualidades morais, sem seguir nenhuma religião qualificada. Em Roma, os habitantes alimentam o protesto aumentando a difusão das “pasquinate”, manifestos e cartazes satíricos donde emerge um mau humor popular, contra a arrogância dos representantes do poder. Estes cartazes são pendurados durante a noite, nas entradas dos edifícios públicos ou nos pescoços de algumas estátuas, colocadas nos lugares mais frequentados da cidade, e por isso de fácil acesso a todos²⁷.

Nasoni também manifesta a sua ideia em relação ao assunto, com uma obra simples, mas carregada de significados, delineando o seu pensamento e dando a sua opinião em relação ao que estava a acontecer. Ele reproduz este documento pontifício, afixando-o à entrada de um edifício, onde todas as pessoas pudessem vê-lo e lê-lo. A “comunicação” pictórica é usada para marcar, também, um momento importante na sua vida, deixando entender a dupla interpretação que lhe podemos dar.

O pintor confirma o fim dos trabalhos de decoração da Capela, dando grande valor simbólico a uma fase importante do seu caminho. Ao mesmo tempo, evidência um dos acontecimentos marcantes da história da Igreja, onde o uso puramente especulativo e egoístico do poder nos homens, é atuado por meio de um documento. Como o Papa recorreu à Bula para aniquilar o que se prometia ser um “ideal de liberdade”, também Nasoni se serve de um documento, com

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Para este assunto, veja-se: Mauro Cascio - *Storia (apologetica) della Massoneria*. Milano: Bastogi Editrice, 2005.

o objectivo de tornar público um momento importante para si, documentando apenas com uma obra, dois eventos fundamentais.

O facto de Nasoni conhecer personagens e ambientes maçónicos, já se podia ter imaginado há muito. Até ao momento, não temos documentação suficiente para poder confirmar uma participação ativa na “Loggia”. O sigilo da Ordem, ainda hoje, é coberto de mistério, tornando indecifrável o verdadeiro aspecto.

No período de aprendizagem e nos anos em que viaja entre os vários centros de Itália, à procura de trabalho, vive, estuda e colabora com vários membros da Maçonaria.

Em Siena, a Academia dos Rozzi teve um papel muito importante: aqui conheceu personagens como Zoroastro Staccioli, Antonio e Bartolomeo Mazzuoli, Jacopo Franchini, entre os mais conhecidos, com os quais teve ligações pessoais que ultrapassavam a colaboração profissional, partilhando vida social e pensamento político.

Com Giuseppe Nicola Nasini, pintor afirmado do setecentos e presumível militante da maçonaria senesa, Nasoni colabora para as decorações do Palácio Cennini em Florença, e para os frescos da Cancellaria Apostolica em Roma, entre 1714 e 1719.

Nestes anos, Nasoni viaja entre Bolonha e Roma, para estudar a pintura clássica e aprender a arte do desenho arquitetónico, encontrando no seu caminho personagens que podiam estar ligados a esta Ordem, entre os quais, Stefano Orlandi «da cui apprese un franco disegno ed un vago colorito, quale era la dote più pregiata dell’Orlandi»²⁸.

Até hoje não foram encontrados documentos, comprovando contactos directos com a Maçonaria. Todavia Nasoni, como a maior parte dos artistas daquele tempo, cultivava os ideais naturais de liberdade moral enunciados pelas regras Maçónica.

Seja no contexto italiano seja fora dele, Nasoni apoia a doutrina, manifestando a própria opinião da encíclica imanada pelo Papa.

Esta presumível representação que Nasoni realiza da “In Eminentibus Apostolatus” de Clemente XII, muda a data da última aparição como pintor na Capela-mor da Catedral.

A Bula Papal foi publicada em Roma no dia 28 de abril de 1738. Esta data, junto com a última afirmação feita por Nasoni na legenda («E SI ARRECA QUESTA PASQUA DI RESURESIONE»), torna-se fundamental para o entendimento das partes danificadas, reescrevendo o dia exacto para a conclusão dos trabalhos.

A data de publicação da encíclica é posterior à Pascoa de 1738, deixando cair a hipótese do fim das obras neste ano. Consultando o calendário perpétuo, reparamos que o dia de Páscoa é 29 de março. A nossa ideia, portanto, é que o dia

²⁸ Marcello Oretti - *Notizie dei professori del disegno cioè pittori, scultori e architetti bolognesi e de’ forestieri di quella scuola*. 11 vols. Bologna: Biblioteca dell’Archiginnasio, 1780-1790 (mss. B. 123-132, Bologna, BCA).

em que Nasoni desenha o documento é o 28 de março de 1739, o sábado anterior ao domingo de Páscoa.

A favor desta teoria avançamos com mais uma consideração: Nasoni termina a obra um dia mais cedo da Páscoa para poder celebrar a missa na Catedral, inaugurando a Capela-mor acabada de ser afrescada.

Niccolò Nasoni termina as actividades na Capela-mor assinando-as com um documento de grande interesse, que marca eventos fundamentais da própria história e da humanidade, dando possibilidade de poder avaliar a sua linguagem pictórica sobre outros pontos de vista.

A teoria é que Nasoni, com a sua mensagem, quer-se afastar completamente daquilo que se tornou a Maçonaria, que já não tinha e mantinha o seu iniciais ideais de liberdade, mas sim de seita especulativa e meramente política, que usava os próprios fins para chegar a lucros e as regras que propagandeava, apoiando as novas regras deitadas por Clemente XII.

Além disso, a nova leitura dos frescos da Capela-mor, serviu para dar uma ordem temporal aos trabalhos executados pelo Nasoni neste lugar, que até ao dia da conclusão, alternaram-se com outros projectos realizados fora do contexto da Sé:

1) Nasoni chega ao Porto em novembro de 1725. Em dezembro do mesmo ano, já se encontra a decorar as pilastras e as colunas da entrada da Capela-mor.

2) Depois de ter acabado a parte externa da Capela-mor, o artista começa a afrescar a parte interna: a primeira a ser completada é a parede do lado direito, onde se encontra a famosa legenda, já conhecida. É possível chegar a esta janela pela porta posicionada do lado direito do altar. Deste lado está também situado o órgão: imaginamos, por esta razão, que o artista tinha dado prioridade a esta parte, mais frequentada e visível aos olhos dos crentes.

3) Posteriormente, começa a pintar a parede do lado esquerda. Partindo da entrada, afresca a primeira janela, onde se encontra a legenda na qual Nasoni refere Domingos Barbosa. Todos estes acontecimentos são datados entre 1725 e 1731.

4) Depois de seis anos de trabalhos na Sé, o seu talento atinge o nível alto, devido aos novos encargos que lhe chegaram às mãos. A maneira inovadora na representação das formas arquitectónicas, leva-o a ser artífice de trabalhos com prestígio, seja dentro ou fora da Sé. No período seguinte a 1731, além da escadaria do Claustro Gótico e dos frescos da Sé Catedral de Lamego, Nasoni projeta vários edifícios, entre os quais o conjunto dos Clérigos, talvez a obra mais emblemática da sua carreira. Por estas razões os trabalhos de decoração na Capela-mor tiveram, inevitavelmente, uma paragem.

5) No dia 28 de março de 1739 Nasoni termina a decoração da última parte da Capela-mor, nomeadamente, a segunda janela da parede esquerda, sem nenhum acesso. Nasoni atesta este dia com o seu “personalíssimo documento”.

Anexo 1 – Imagens e Ilustrações

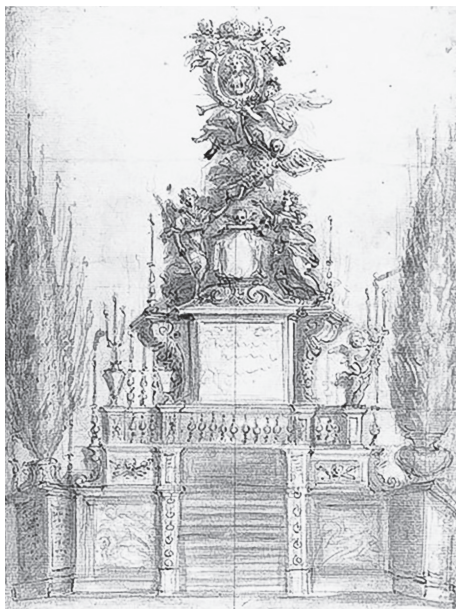


Fig. 1. Niccoló Nasoni – estudo/variente Catafalco Fúnebre em honra de Francesco Maria de' Medici, 1711. Siena, Biblioteca Comunale



Fig. 2. Vincenzo Ferrati – Catafalco Fúnebre em honra de Francesco Maria de' Medici, 1711. Siena, Biblioteca Comunale



Fig. 3. Niccolò Nasoni e Vincenzo Ferrati? – *Capela Chigi em San Galgano*.
Pormenor. Siena, 1710.



Fig. 4. Niccolò Nasoni e Vincenzo Ferrati? – *Capela Chigi em San Galgano*.
Pormenor da decoração floral. Siena, 1710.



Fig. 5. Niccolò Nasoni, *Gioco dell'Antenna em honra da nomeação da Cardeal de Giovanni Battista Tolomei, Siena, 1712*. Incisão sobre cobre.



Fig. 6. Imagem da capela do Rosário (2009).

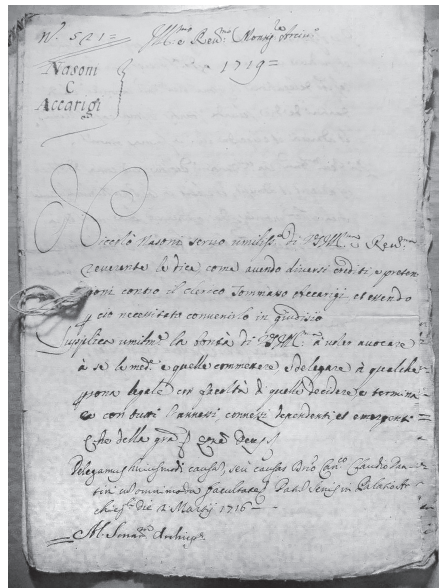


Fig. 7. Arquivo Arcivescovile de Siena: Niccolò Nasoni – Documento original do processo entre Niccolò Nasoni e Tommaso Accarigi. Siena, 1716.



Fig. 8. Niccolò Nasoni – Palácio Magistral da Ordem dos Cavaleiros Hospitaleiros. Pormenor dos frescos das Galerias. La Valletta, 1722-1725.



Fig. 9. Niccolò Nasoni – Palácio Magistral da Ordem dos Cavaleiros Hospitaleiros. Pormenor dos frescos das Galerias. La Valletta, 1722-1725.



Fig. 10. Niccolò Nasoni – Sé Catedral do Porto. Pormenor da legenda para Jerónimo de Távora e Noronha, nos frescos da Capela-mor. Porto, 1725-1731.

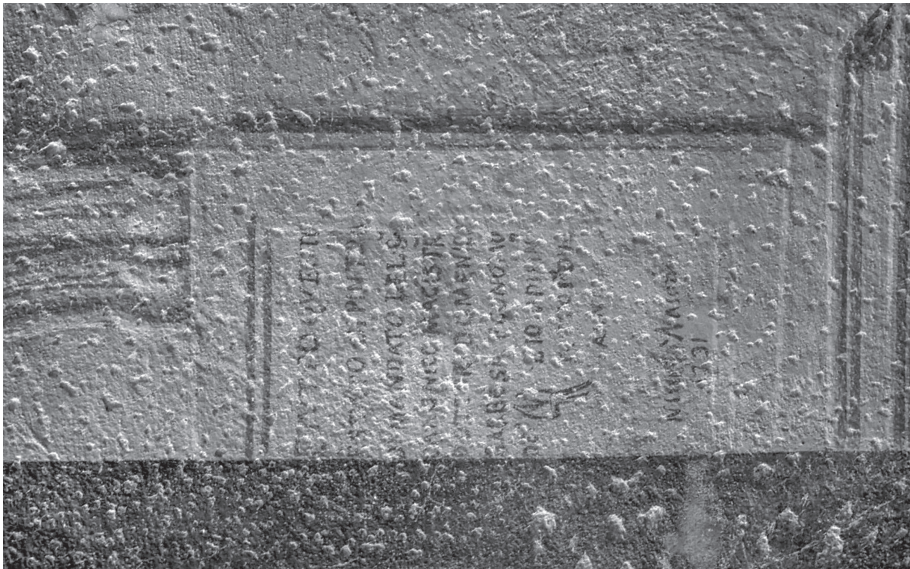


Fig. 11. Niccolò Nasoni – Sé Catedral do Porto.
Pormenor da legenda dedicatória para Domingos Barbosa, nos frescos da Capela-mor. Porto, 1725-1731.

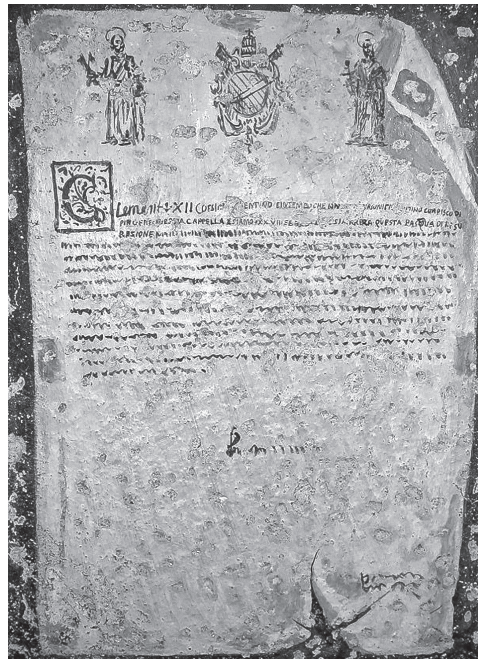


Fig. 12. Niccolò Nasoni – Sé Catedral do Porto.
Pormenor da legenda onde documenta o fim da decoração dos frescos da Capela-mor. Porto, 1739.

Anexo 2 – Bibliografia de Referência

- L'arte italiana, Architettura, scultura e pittura dalle origini ad oggi*. Roma: Giunti Editore, 2004.
- Stefania Andreini et al. - *Niccolò Nasoni, Un Artista Italiano a Oporto. III Centenario della nascita*. Firenze: Ponte alle Grazie, 1991.
- Ilídio Alves de Araújo - *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1962.
- Giulio Carlo Argan - *L'arte del '700*. Roma: CAM Editore, 1998.
- Giulio Carlo Argan - *Storia dell'arte*. Roma: CAM Editore, 1999.
- Giulio Carlo Argan - *L'architettura*. Roma: CAM Editore, 2001.
- Averini, Riccardo, A formação artística de Nicolau Nasoni. Texto de uma conferência, novembro 1973.
- Carlos de Azevedo - *Solares portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1962.
- João António Monteiro de Azevedo - *Descrição Topográfica de Vila Nova de Gaia*. Porto: Typographia Commercial, 1861.
- Joaquim de Azevedo - *Historia Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto: Typ. do Jornal do Porto, 1878.
- Artur de Magalhães Basto - A Sé do Porto. *Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto*. III (1940) 216-231.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 17 de maio 1940.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 7 de julho 1940.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 11 de dezembro 1943.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 17 de dezembro 1943.
- Artur de Magalhães Basto - *Silva de Historia da arte*. Porto: Livraria Progredior, 1945.
- Artur de Magalhães Basto - Nasoni e a Igreja dos Clérigos. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. XIII (1950) 240-320.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 16 de junho 1950.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 23 de junho 1950.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 30 de junho 1950.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 7 de julho 1950.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 14 de julho 1950.

- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 21 de julho 1950.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 9 de março 1951.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 16 de março 1951.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 23 de janeiro 1953.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 16 de abril 1954.
- Artur de Magalhães Basto - Falam velhos manuscritos. *O primeiro de Janeiro*. Porto, 16 novembro 1957.
- Ferdinando Bologna - *Confronto. Studi e ricerche di storia dell'arte europea*. Napoli: Paparo Edizioni, 2006.
- Gian Giotto Borrelli - *Scultura in legno di età Barocca in Basilicata*. Napoli: Paparo Edizioni, 2005.
- Domingos de pinho Brandão - Obra de talha dourada no concelho de Matosinhos. *Boletim da Biblioteca de Matosinhos*. 10 (1962) 45-106.
- Domingos de pinho Brandão - Nicolau Nasoni - pintor da Igreja da Cumieira. *MVSEV*. 7 (1964) 14-25.
- Domingos de pinho Brandão - Nicolau Nasoni e a Sé do Porto. *Artigo pelo programa do concerto na Catedral*. Porto, 8 de abril 1973.
- Mauro Cascio - *Storia (apologetica) della Massoneria*. Milano: Bastogi Editrice, 2005.
- Costa, A., R., Descrição topográfica da cidade do Porto, Porto, 1945.
- De Dominicis, B., *Vite de' pittori, scultori e architetti Napoletani*, Napoli, 2003.
- I libri di Ferdinando Bologna, I libri di Ferdinando Bologna. Percorsi di ricerca e strumenti di didattica*. Coord. de Stefano Causa e Pierluigi Leone de Castris. Napoli: Edizioni Paparo, 2007.
- Emilio Lavagnino - *Gli artisti italiani in Portogallo*. Roma: Libreria dello Stato, 1940.
- António Martins Leorne - *Archivio pittoresco*. Vol. III. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão, 1860.
- Francesco Lucarelli - *Culture et architecture en Italie*. Napoli: Paparo edizioni, 2006.
- Guido Malcangi - *La fonte d'Apollo, Viaggio attraverso il Barocco*. Roma: TEI, 2006.
- Paolino Mingazzini - *Manuale di storia dell'arte*. Roma: La nuova Itália editrice, 1936.
- Francesco Negri Arnoldi - *Studi sulla scultura italiana, medievale, rinascimentale e moderna*. Napoli: Paparo edizioni, 2006.
- Francesco Negri Arnoldi - *Il mestiere dell'arte*. Napoli: Paparo edizioni, 2007.
- José Manuel Pereira de Oliveira - *Nasoni e a Igreja da Misericórdia. Studium Generale*. VIII (1961) 57-63.

- Marcello Oretti - *Notizie dei professori del disegno cioè pittori, scultori e architetti bolognesi e de' forestieri di quella scuola*. 11 vols. Bologna: Biblioteca dell'Archiginnasio, 1780-1790 (mss. B. 123-132, Bologna, BCA).
- Giovanni Antonio Pecci - *Ristretto delle cose più nobili della città di Siena*. Siena: Francesco Rossi Stampatore, 1761.
- Atanazy Rackzynski - *Les arts en Portugal*. Paris : Jules Renouard et C^a, 1846.
- Rivista di estetica barocca*. Coord. de Luigi Stefanini. Torino: Istituto Università di Torino, 1956.
- Ettore Romagnoli - *Biografia cronologica de' Bellartisti sanesi da secolo XII a tutto il XVIII, (ante 1835)*. 13 vols. Firenze: Ed. Anastatica, 1976 (mss. L.II.1-13, Siena, BCS).
- Rosario Romeo - *L'Italia moderna tra storia e storiografia*. Milano: Le Monnier Editore, Milano, 1977.
- Robert Chester Smith - *Nicolau Nasoni – 1671-1773*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.
- Robert Chester Smith - *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto, Guia oficial do Congresso Internacional de Estudos «A arte em Portugal no século XVIII»*. Braga: Câmara Municipal, 1973.
- Robert Chester Smith - *Alguns ornatos de jardim de Nicolau Nasoni. O Tripeiro*. 2 (1967) 35-38.
- Flório Vasconcelos - *Uma nóvula nasoniana. O Tripeiro*. 8 (1985) 96-99.
- Domenico Antonio Vaccaro - *Sintesi sulle arti*. Roma: Guida Editori, 2005.

Notas curriculares dos autores

Francesco Renzi (UCP-CEHR)

Francesco Renzi (1985, Ancona, Itália) é doutor em História pela Universidade de Bolonha “Alma Mater Studiorum”. Atualmente trabalha como investigador na Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR). O seu principal interesse de investigação é a história da Igreja Católica na Itália e na Península Ibérica entre os séculos XI e XIII.

Giovanni Tedesco (CEHUM – UMinho)

Giovanni Battista Tedesco (Pompeia, Itália, 01/06/1979) licenciou-se em Conservação dos Bens Culturais e Ambientais, na faculdade de Letras da Universidade Suor Orsola Benincasa de Nápoles, com tese em Glotologia, relativa a variante moçambicana da língua portuguesa (103/110 valores). Em 2012 doutorou-se em História da Arte Portuguesa, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a tese Nicolau Nasoni: formação de um pintor e de um artista da arte efémera em Itália (1691-1723), aprovada a unanimidade com distinção. Em 2013 o trabalho de tese foi premiado pela Irmandade dos Clérigos, pelo contributo investigativo e as novas descobertas sobre a figura artística de Nicolau Nasoni. Desde 2015 é Professor Auxiliar Convocado da Universidade do Minho, Departamento de Estudos Românicos, onde leciona várias cadeiras, entre licenciatura e mestrado, de língua italiana e de História da arte. É membro do conselho diretivo da ASCIPDA (Associação Socio Cultural Italianos de Portugal Dante Alighieri), onde é responsável, examinador e avaliador para Certificação da Língua Italiana (PLIDA). Desde 2014 é membro do grupo que coordena o projecto de investigação relativo ao estudo genealógico e antropológico sobre Nicolau Nasoni, financiada pela Irmandade do Clérigos.

Jorge da Costa (Direção Regional de Cultura do Norte)

Jorge Manuel Rodrigues da Costa é Arquiteto, técnico superior na Direção de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN/DSBC), com funções de acompanhamento ou coordenação de projetos e obras de conservação e restauro. Teve atividade docente, entre 1988 e 1999, no Curso Superior de Arquitetura da Escola Superior Artística do Porto (CESAP). Frequentou o Curso de Pós-graduação e Mestrado em Estudos Locais e Regionais (2003-2004), da Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Mantém atividade associativa regular com exercício de vários cargos e mandatos em órgãos sociais da Ordem dos Arquitetos.

Maria João Oliveira e Silva (CITCEM-UP)

Maria João Oliveira e Silva é Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi bolsista de pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Atualmente é investigadora contratada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e desenvolve a sua investigação no Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM-UP), através de um projeto relativo à análise dos níveis de competência

gráfica das comunidades marítimas do norte de Portugal (entre a Idade Média e a Época Moderna). É investigadora colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR-UCP). Dedicar-se, em especial, a estudos nas áreas da História da Igreja, da Paleografia e da Diplomática Medieval e Moderna.

Mário Farelo (IEM-NOVA FCSH; UCP-CEHR; CHUL- FLUL-UL)

Mário Farelo é Mestre e Doutor em História Medieval pela Universidade de Lisboa (2004; 2009). Bolseiro de pós-doutoramento da FCT, entre 2009 e 2014, no IEM, no CEHR e no LAMOP com um projeto intitulado *O reino de Portugal e o intervencionismo do papado de Avinhão (1305-1377)*. Professor auxiliar convidado do Departamento de História da NOVA FCSH (2008-2009; 2011-2012; 2015-2016), é atualmente investigador doutorado contratado pela Universidade Nova de Lisboa no âmbito do projeto *VINCULUM: Entailing Perpetuity: Family, Power, Identity. The Social Agency of a Corporate Body (Southern Europe, 14th-17th Centuries)*. Membro integrado no Instituto de Estudos Medievais e membro colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa e do Centro de História da Universidade de Lisboa. As suas áreas de especialização incidem sobre a história da Lisboa medieval e as relações entre Portugal e o Papado na tardomedievalidade. Investiga igualmente a história eclesiástica, urbana, diplomática e cultural do reino de Portugal no período medieval, nomeadamente a Universidade de Lisboa-Coimbra e a *peregrinatio academica* portuguesa nos períodos medieval e renascentista.

Marta Oliveira (CEAU-FAUP)

Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira, arquitecta pela Escola Superior de Belas Artes do Porto; doutorada em Arquitectura pela Universidade do Porto. Docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, desde 1984, lecciona História da Arquitectura Portuguesa, no Mestrado Integrado em Arquitectura; e Teoria e História da Reabilitação Arquitectónica, no curso de Estudos Avançados em Património Arquitectónico. Directora do Programa de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; responsável pela Opção de Estudos B “Arquitectura: Teoria Projecto História”, do programa de doutoramento, e respectivo Seminário de Projecto de Tese. Coordena o correspondente grupo de investigação, no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP.

Nuno Resende (FLUP; CITCEM-UP)

Professor auxiliar com nomeação definitiva no Departamento de Técnicas e Ciências do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e presentemente director do primeiro ciclo de estudos em História da Arte. Doutor em História da Arte Portuguesa e Mestre em Estudos Locais e Regionais pela mesma Faculdade e Licenciado em História pela Universidade do Minho.

ÍNDICE

Apresentação	7
Cartaz do Seminário.....	11
O cartório do Cabido da Sé do Porto: Da época medieval à atualidade.	13
MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA	
O “Cabido” do papa. Os cardeais em Roma entre a Alta e a plena Idade Média (sécs. VIII-XII)	29
Francesco Renzi	
O recrutamento do Cabido da Sé de Lisboa (sécs. XII-XIV): Um laboratório para o estudo dos poderes no Portugal medievo	61
Mário Farelo	
O projeto da “Rota das Catedrais”	83
JORGE DA COSTA	
Ilustres e ilustrados? Capitulares autorais no Cabido de Lamego (séculos XVII-XVIII)	113
NUNO RESENDE	
Arte edificatória e exortação cristã pré-tridentina no contexto da diocese de Évora.	135
MARTA OLIVEIRA	
Niccolò Nasoni e a Igreja Católica. Binómio entre trabalho e espiritualidade	163
GIOVANNI TEDESCO	
Notas curriculares dos autores	189
Francesco Renzi (UCP-CEHR)	189
Giovanni Tedesco (CEHUM – UMinho)	189
Jorge da Costa (Direção Regional de Cultura do Norte)	189
Maria João Oliveira e Silva (CITCEM-UP)	189
Mário Farelo (IEM-NOVA FCSH; UCP-CEHR; CHUL- FLUL-UL).....	190
Marta Oliveira (CEAU-FAUP).....	190
Nuno Resende (FLUP; CITCEM-UP).....	190

